

KELLY DINIZ DE SOUZA

**PATRIMÔNIO CULTURAL E AS PRÁTICAS DE DELIMITAÇÃO DE  
SÍTIOS TOMBADOS: UM ESTUDO PARA O CONJUNTO  
ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE SERRO, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S729p  
2015

Souza, Kelly Diniz de, 1983-

Patrimônio cultural e as práticas de delimitação de sítios tombados : um estudo para o conjunto arquitetônico e urbanístico de Serro, MG / Kelly Diniz de Souza. - Viçosa, MG, 2015.

xiii, 168f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.133-145.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Planejamento urbano.  
3. Serro, (MG). I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de  
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 711.4

KELLY DINIZ DE SOUZA

**PATRIMÔNIO CULTURAL E AS PRÁTICAS DE DELIMITAÇÃO DE  
SÍTIOS TOMBADOS: UM ESTUDO PARA O CONJUNTO  
ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE SERRO, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de março de 2015.

---

Regina Esteves Lustosa

---

Marcos Olender

---

Ítalo Itamar Caixeiro Stephan  
(Orientador)

Ao meu querido pai.

## AGRADECIMENTOS

---

Ao longo do percurso trilhado nesses últimos dois anos, algumas pessoas e instituições contribuíram significativamente para o delineamento e o conteúdo da pesquisa ora apresentada, merecendo uma palavra de sincero agradecimento.

Agradeço, desse modo, ao Gustavo, meu amor e companheiro eterno, pela ajuda, pelo apoio e conselhos de todas as horas, por percorrer comigo o Serro com meus mapas amassados nas mãos, sob um sol desidratante. Acima de tudo, por continuar acreditando mais em mim do que eu mesma e dividir comigo seus melhores sonhos.

À minha família - aos meus queridos pai, mãe e irmão, pelo apoio irrestrito e amizade ao longo de toda a vida, e por se manterem presentes mesmo na distância. Aos meus sogros, pelo suporte diário e por entenderem as minhas ausências.

À minha irmã de coração, Rejane, pelas histórias vividas no Serro e pelas inúmeras “voltinhas de carro” que me apresentaram a cidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, e aos seus professores, pela acolhida e apoio ao desenvolvimento desta pesquisa. Aos colegas de mestrado, pelo companheirismo nessa caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo período de bolsa concedido.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e à Prefeitura Municipal de Serro, pelo acesso aos seus arquivos e disponibilização de seus acervos, em especial aos meus eternos Eduardo e Geralda, com quem pude dividir meus cinco anos de Serro, e às amigas Isabel e Ana Paula, pelos nossos trabalhos iniciais que motivaram essa pesquisa.

Agradeço, especialmente, a professora Márcia Sant’Anna, que embora não me conheça, gentilmente me disponibilizou seus trabalhos, essenciais à minha pesquisa.

À professora Regina Esteves Lustosa, pelas sugestões e por toda a colaboração.

Ao meu orientador, professor Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, pela contribuição sempre eficaz e por toda a iluminação teórica que tornou possível esta pesquisa. E ao professor Luiz Fernando Reis, meu coorientador, por reacender em mim, ainda nos meus tempos de Serro, a vontade de regressar, já adormecida.

A todos aqueles que, ainda que me falte a memória, colaboraram para esta dissertação.

É através dela, através das coisas belas que nos ficaram do passado, que podemos refazer, de testemunho em testemunho, os itinerários percorridos nessa apaixonante caminhada, não na busca do tempo perdido, mas ao encontro do que ficou vivo para sempre [...].

**Lúcio Costa**

In: Arquitetura, p. 17

# SUMÁRIO

---

LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	x
RESUMO.....	xii
ABSTRACT .....	xiii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. PATRIMÔNIO CULTURAL: A TRAJETÓRIA DA PRESERVAÇÃO URBANA .....	9
2.1 A GÊNESE DO PATRIMÔNIO URBANO .....	9
2.2 A DIMENSÃO URBANA NA ABORDAGEM DAS CARTAS PATRIMONIAIS .....	11
2.3 O DECRETO-LEI 25 E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO NO BRASIL .....	14
2.4 CIDADE-MONUMENTO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO [1937-1967] .....	16
2.5 CIDADE HISTÓRICA E A DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA PATRIMONIAL [1968 - 1979] .....	19
2.6 CIDADE-DOCUMENTO E O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO [1980-1990].....	23
2.7 CIDADE-ATRAÇÃO E OS PROGRAMAS NACIONAIS DE PRESERVAÇÃO [1991-2000] .	26
2.8 CIDADE-INSTRUMENTO E OS NOVOS SENTIDOS DA PRESERVAÇÃO [2001-2012].....	28
3. AS PRÁTICAS DE DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS.....	32
3.1 A COMPREENSÃO DO SÍTIO TOMBADO E SEU ENTORNO .....	32
3.2 CIDADE-MONUMENTO: MINAS É O BRASIL .....	38
3.3 CIDADE-HISTÓRICA: OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO.....	40
3.4 CIDADE-DOCUMENTO: OS INVENTÁRIOS DE IDENTIFICAÇÃO .....	43
3.5 CIDADE-ATRAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM DA POLÍTICA PATRIMONIAL.....	48
3.6 CIDADE-INSTRUMENTO: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO NOS ANOS 2000.....	49
4. A CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS PARA DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS	56
4.1 O PATRIMÔNIO URBANO E A TRAJETÓRIA DA NORMATIZAÇÃO DE BENS TOMBADOS	56
4.2 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	58

5. A DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS: UM ESTUDO PARA O CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE SERRO .....	75
5.1 INVESTIGAÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS .....	75
5.1.1 SÍNTESE HISTÓRICA: A APREENSÃO DA FORMA DA CIDADE .....	75
5.1.2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E A ORDENAÇÃO URBANÍSTICA .....	93
5.1.3 A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO .....	94
5.2 A DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS: UM ESTUDO PARA O SERRO, MG .....	121
5.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO INCIDENTE .....	121
5.2.2 COMPREENSÃO DO SÍTIO HISTÓRICO: A PROPOSIÇÃO DAS POLIGONAIS DE PROTEÇÃO E ENTORNO .....	121
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	129
FONTES DOCUMENTAIS .....	133
BIBLIOGRAFIA .....	140
APÊNDICE A. ABORDAGEM DA DIMENSÃO URBANA NAS CARTAS PATRIMONIAIS ANALISADAS .....	146
APÊNDICE B. ABORDAGEM DO PATRIMÔNIO NAS CARTAS CONSTITUCIONAIS .....	150
APÊNDICE C. QUADRO-SÍNTESE DOS CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS E ENTORNOS, APLICADOS NOS DISPOSITIVOS ANALISADOS .....	151
APÊNDICE D. QUADRO-SÍNTESE DA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA NOS ARQUIVOS DO IPHAN REFERENTE ÀS PRÁTICAS DE DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS .....	160
APÊNDICE E. QUADRO-SÍNTESE DA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA NOS ARQUIVOS DA SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRO E DO ARQUIVO HISTÓRICO GENERAL CARNEIRO REFERENTE À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL .....	162
APÊNDICE E. DESCRIÇÃO DAS POLIGONAIS DE TOMBAMENTO E DE ENTORNO .....	164
ANEXO A. TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO IPHAN .....	166

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

---

<b>Quadro 1</b> – Categoria Modo de Crescimento .....	62
<b>Quadro 2</b> – Categoria Elementos Reguladores .....	62
<b>Quadro 3</b> – Categoria Adensamento .....	63
<b>Quadro 4</b> – Categoria Analítica de Normativas .....	63
<b>Quadro 5</b> – Categoria Rede de Vias – Subcategoria Sítio Físico .....	65
<b>Quadro 6</b> – Categoria Rede de Vias – Subcategoria Dinâmica Urbana .....	65
<b>Quadro 7</b> – Categoria Parcelamentos Fundiários – Subcategoria Configuração Espacial.....	66
<b>Quadro 8</b> – Categoria Parcelamentos Fundiários – Subcategoria Estrutura Interna do Espaço .....	66
<b>Quadro 9</b> – Categoria Edificações – Subcategoria Conjunto de Planos Verticais.....	67
<b>Quadro 10</b> – Categoria Edificações – Subcategoria Elementos edifícios.....	68
<b>Quadro 11</b> – Quadro-síntese das categorias propostas .....	69
<b>Quadro 12</b> – Quadro-síntese das categorias de classificação e valoração das paisagens urbanas .....	74
<b>Quadro 13</b> – Arraiais, regiões e vias identificadas no século XVIII .....	79
<b>Quadro 14</b> – Parcelamentos do solo nos séculos XX e XXI .....	84
<b>Tabela 1</b> – Evolução populacional da cidade de Serro entre os períodos censitários de 1950 a 1991.....	82

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CNRC</b>	Centro Nacional de Referência Cultural
<b>CONDEPHAAT</b>	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
<b>DEPAM</b>	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
<b>DEPROT</b>	Departamento de Proteção
<b>DPHA</b>	Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico
<b>DPHAN</b>	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>EMBRATUR</b>	Empresa Brasileira de Turismo
<b>FNpM</b>	Fundação Nacional Pró-Memória
<b>IBPC</b>	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
<b>ICOM</b>	Conselho Internacional de Museus
<b>ICOMOS</b>	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
<b>IEPHA/MG</b>	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
<b>INBI-SU</b>	Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos
<b>INCEU</b>	Inventário de Configurações de Espaços Urbanos
<b>INEPAC</b>	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
<b>INRC</b>	Inventário Nacional de Referências Culturais
<b>IPAC</b>	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MES</b>	Ministério da Educação e Saúde
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>PCH</b>	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste
<b>PNH</b>	Programa de Núcleos Históricos
<b>PRONAC</b>	Programa Nacional de Apoio à Cultura
<b>PRRNH</b>	Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos
<b>PRSH</b>	Programa de Revitalização de Sítios Históricos
<b>SEPLAN/PR</b>	Secretaria de Planejamento da Presidência da República

<b>SICG</b>	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
<b>SNPC</b>	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SPHAN/Pró-Memória</b>	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional PróMemória
<b>SUDENE</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>URBIS</b>	Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos

## LISTA DE FIGURAS

---

<b>Figura 1</b> – Perímetro de delimitação da área tombada pela SPHAN em Ouro Preto – 1987.....	39
<b>Figura 2</b> – Relações entre os núcleos de Ouro Preto, Saramenha, Passagem e Mariana.....	41
<b>Figura 3</b> – Zoneamento do sítio tombado de Serro .....	42
<b>Figura 4</b> – Zoneamento do sítio tombado de São João del Rei .....	43
<b>Figura 5</b> – Zoneamento do sítio tombado de Congonhas .....	45
<b>Figura 6</b> – Zoneamento proposto para o sítio tombado de Serro .....	46
<b>Figura 7</b> – Setorização do sítio tombado de Tiradentes .....	47
<b>Figura 8</b> – Perímetro de tombamento de Cataguases .....	50
<b>Figura 9</b> – Poligonal de tombamento de Ouro Preto .....	51
<b>Figura 10</b> – Setorização do sítio tombado de Serro .....	54
<b>Figura 11</b> – Poligonal de tombamento do sítio urbano de Mariana .....	54
<b>Figura 12</b> – Parte da [Carta dos] <i>Rios e Córregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o anno de 1729 athe prez<sup>te</sup> de 1734</i> , de autoria de Diogo Soares e/ou Domenico Capassi; e da <i>Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota [1731]</i> , de José Rodrigues de Oliveira; com destaque para a localização da Vila do Príncipe (Serro) e a estrada mestra, que levava a Sabará [via Itapanhoacanga].....	76
<b>Figura 13</b> – Croqui da estrada-tronco, com representação dos primeiros arraiais da Vila do Príncipe .....	77
<b>Figura 14</b> – Principais eixos viários do século XVIII .....	78
<b>Figura 15</b> – Croquis de evolução do tecido urbano de Serro – Ciclo da Mineração ...	81
<b>Figura 16</b> – Parte do Mapa do Estado de Minas Gerais – Município de Serro, de autoria de Lúcia de Carvalho Campos; com destaque para o perímetro urbano e suburbano da cidade. ....	83
<b>Figura 17</b> – [Mapa da] Sede municipal do Serro .....	83
<b>Figura 18</b> – Representação do crescimento do tecido urbano .....	85
<b>Figura 19</b> – Mapa da evolução urbana .....	86
<b>Figura 20</b> – Representação das principais linhas de crescimento do tecido urbano ..	87
<b>Figura 21</b> – Representação dos principais pólos de crescimento do tecido urbano ...	89
<b>Figura 22</b> – Representação dos principais limites e barreiras de crescimento do tecido urbano .....	90
<b>Figura 23</b> – Vista parcial da cidade. Adensamento urbano no entorno da Igreja do Carmo.....	91
<b>Figura 24</b> – Representação do adensamento do tecido urbano .....	92

<b>Figura 25</b> – Mapa da Zona Urbana do Distrito Sede .....	94
<b>Figura 26</b> – Perfil de implantação das edificações no núcleo antigo .....	95
<b>Figura 27</b> – Representação do relevo e sistema hídrico, com mapa de declividades e perfil de implantação da cidade .....	96
<b>Figura 28</b> – Representação das configurações dos elementos vegetais .....	97
<b>Figura 29</b> – Conformação e transformações do largo do Pelourinho .....	98
<b>Figura 30</b> – Representação dos referenciais urbanos .....	99
<b>Figura 31</b> – Conformação e transformações da praça Doutor João Pinheiro .....	100
<b>Figura 32</b> – Representação dos antigos referenciais urbanos.....	100
<b>Figura 33</b> – Chafarizes de Serro .....	101
<b>Figura 34</b> – Representação da rede de vias urbanas .....	103
<b>Figura 35</b> – Representação da malha urbana e tipos de parcelamento do solo .....	105
<b>Figura 36</b> – Representação da relação entre espaços abertos, fechados e semi-abertos do tecido urbano .....	106
<b>Figura 37</b> – Vista parcial da cidade, a partir do adro da Igreja de Santa Rita .....	107
<b>Figura 38</b> – Representação dos aspectos visuais e perspectivas .....	109
<b>Figura 39</b> – Mapa de usos do solo urbano .....	110
<b>Figura 40</b> – Representação das faces de quadra .....	112
<b>Figura 41</b> – Representação do conjunto de planos verticais – relações intervolumétricas .....	113
<b>Figura 42</b> – Representação do conjunto de planos verticais – relações da edificação com o espaço público .....	114
<b>Figura 43</b> – Representação das tipologias arquitetônicas .....	118
<b>Figura 44</b> – Ocupação dos aclives e declives em bairros periféricos ilegais.....	119
<b>Figura 45</b> – Representação dos elementos edilícios – gabarito e fachadas .....	120
<b>Figura 46</b> – Representação das paisagens urbanas .....	124
<b>Figura 47</b> – Representação das relações visuais do sítio histórico com os bairros periféricos .....	125
<b>Figura 48</b> – Poligonal de proteção proposta .....	126
<b>Figura 49</b> – Poligonal de entorno proposta .....	127

## RESUMO

---

SOUZA, Kelly Diniz de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2015. **Patrimônio cultural e as práticas de delimitação de sítios tombados: Um estudo para o conjunto arquitetônico e urbanístico de Serro, MG.** Orientador: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. Coorientador: Luiz Fernando Reis.

Essa dissertação se dedica a investigar a problemática acerca das práticas de delimitação de sítios tombados, desenvolvidas ao longo da trajetória do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o objetivo de estabelecer critérios para uma metodologia de delimitação dos perímetros de proteção e entorno e propor essas delimitações para o conjunto arquitetônico e urbanístico tombado de Serro, Minas Gerais. Nesse sentido, as análises inicialmente arroladas se direcionam para a trajetória desses dispositivos, por meio da investigação dos planos e estudos desenvolvidos para um conjunto de nove sítios urbanos tombados em Minas Gerais, composto pelos núcleos de São João del Rei, Serro, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, Diamantina, Congonhas, Cataguases e Paracatu. Para a delimitação dessas poligonais, estabelece-se uma proposta de trabalho que engloba os principais critérios para avaliação do sítio urbano, baseada na noção do processo formativo e transformativo da paisagem, estruturada por três critérios que abordam a forma urbana através de sua história, de seus diferentes níveis de resolução, ou seja, legislação, e de seus elementos físicos fundamentais – as edificações, os lotes e as vias. Com a aplicação do método, pode-se distinguir unidades de paisagem que constituem a área que remete à ocupação e adensamento do núcleo nos séculos XVIII e XIX, e que conformam o perímetro proposto para a delimitação do tombamento. Pode-se avaliar, ainda, os diferentes padrões de comunicação visual e relações ambientais entre essas áreas e os espaços produzidos a partir do século XX, sendo possível estabelecer o perímetro de entorno, que considera a continuidade espacial propiciadas pelas relações diretas ou parcialmente diretas entre as partes analisadas.

## ABSTRACT

---

SOUZA, Kelly Diniz de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2015. **Cultural heritage and practices of delimitation of protected sites: A study for the architectural and urban complex of Serro, MG.** Adviser: Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. Co-adviser: Luiz Fernando Reis.

This dissertation investigates the issue about the practices of delimitation of protected sites, developed along the trajectory of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, with the purpose of establishing criteria for defining methodology for protection and surrounding perimeters and propose these boundaries for the architectural and urban protected complex of Serro, Minas Gerais. In this sense, the analyses presented initially have aimed to the trajectory of these devices, through the investigation of the developed plans and studies for a set of nine urban sites protected in Minas Gerais, composed of the cities of São João del Rei, Serro, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, Diamantina, Congonhas, Cataguases e Paracatu. For the establishment of the polygonal sets up a working proposal incorporating the main criteria for evaluation of the urban nucleus, based on the notion of formative and transformative process of landscape, structured by three criteria that work the urban form through its history, its different levels of resolution, in other words, legislation, and its fundamental physical elements – the buildings, lots and roads. By applying the method, can be distinguished landscape units that make up the area which refers to the occupation and density of the nucleus in the eighteenth and nineteenth centuries, and that form the perimeter proposed for the delimitation of protection. Can evaluate also the different patterns of visual communication and environmental relationships between these areas and the spaces produced from the twentieth century, it is possible to establish the surrounding perimeter, which considers the spatial continuity afforded by direct or partly direct relations between the parties analyzed.

# 1. INTRODUÇÃO

---

Quando se fala de preservação do patrimônio cultural, fala-se de uma trajetória de atuação, de um conjunto de intervenções e de decisões tomadas, ao longo de um tempo, à luz de conceitos em permanente transformação. É essa ideia de percurso, de trajetória da preservação do patrimônio urbano que permeia o eixo norteador desta pesquisa, cujos objetivos gerais são o estabelecimento de critérios para uma metodologia de delimitação dos perímetros de proteção e de entorno de sítios tombados e a proposição dessas poligonais para o conjunto arquitetônico e urbanístico de Serro, MG.

Especificamente, há outros quatro objetivos. Primeiramente, pretende-se compreender as políticas e programas patrimoniais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, implantados a partir dos anos 1930, voltados à normatização de sítios urbanos tombados. Em seguida, investigar as propostas expedidas para os núcleos tombados pelo órgão em Minas Gerais. Um terceiro objetivo é identificar as principais características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas atuais do sítio protegido de Serro, que remanescem como fundamental à sua compreensão e preservação como patrimônio cultural brasileiro. E, por fim, diferenciar, nesse núcleo, as unidades de paisagem segundo a sua significação como bem tombado, de forma a destacar as especificidades do tecido urbano.

Para efeito dessa pesquisa, considera-se a distinção entre “sítio histórico urbano nacional” e “conjunto urbano de monumento nacional”, conforme adotada pelo Iphan, como resultado de uma proposta de estabelecimento de critérios de representatividade histórica e cultural.

Quanto ao valor histórico dos Sítios Históricos Urbanos Nacionais e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais, temos que os primeiros parecem revestir-se de um significado mais propriamente nacional do que regional. Grande parte dos sítios remete aos processos de ocupação do território no período colonial, bem como aos produtos que foram objetos de exploração econômica ao longo da história do Brasil [...]. Por outro lado, os Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais guardam um significado regional, ou seja, exemplificam a formação dos núcleos urbanos nos estados brasileiros (JANCSÓ et al, 2005, p. 23).

O interesse que, de modo geral, a humanidade devota aos testemunhos de seu passado e à preservação da memória de ações e de pessoas tem origem remota, adquirindo traçados bastante diversos ao longo de sua história. Contudo, o desenvolvimento de uma pesquisa sistemática envolvendo a preservação desses valores desponta, sobretudo, a partir do século XIX, momento em que a discussão

acerca da noção de monumento histórico se consagra nos países europeus, simultaneamente à consolidação da ideia de patrimônio nacional como entidade totalizadora desses bens no nível de Estado.

Em torno desses interesses são mobilizados saberes, instituídos procedimentos de seleção e classificação, com o objetivo geral de implantar na sociedade uma conduta de preservação de imóveis e objetos, tornados de interesse público, em virtude de seu valor histórico, artístico e documental.

Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos (FONSECA, 2009, p. 21).

A extensão dessas práticas preservacionistas voltadas ao patrimônio urbano se consolida na Europa por volta dos anos de 1930, efetivando a preservação dessas áreas urbanas como totalidade, ainda que apresente um caráter pontual e marginal, inicialmente vinculadas à valorização e à preservação de monumentos isolados.

No Brasil, a preservação do patrimônio histórico passa a ser sistematicamente discutida já nas primeiras décadas do século XX, com a febre das reformas urbanas que se generalizam em suas principais cidades, consagrando-se no ano de 1937, quando é criado o órgão federal de preservação – o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan,<sup>1</sup> e estabelecida a base legal que torna efetiva essa proteção – o Decreto-Lei nº 25.

A partir desse momento, estrutura-se o pensamento e ações sobre a preservação do patrimônio histórico brasileiro, que nasce sob o signo da união nacional e da valorização do passado, cuja origem coincide com a constituição dos estados modernos e suas ideologias nacionalistas e cuja formalização está diretamente vinculada ao movimento modernista.

De modo diverso à realidade de outros países, a amplitude do conceito de patrimônio no Brasil é, desde o começo, mais abrangente, suplantando o sentido geral de preservação de antiguidades históricas, bem próximo daquele das sociedades de antiquários do século XVIII. Ao passo que na Europa se reconhecia como patrimônio apenas os monumentos históricos e paisagens pitorescas, os primeiros tombamentos do órgão de preservação brasileiro já inauguravam nova prática de trabalho que só se consolidaria no mundo tempos depois: o tombamento integral de cidades.

---

<sup>1</sup> A Lei N. 378/37 cria o Sphan na estrutura do MES, regulamentado pelo Decreto-lei 25/37. Desde então o órgão teve seu nome alterado em algumas ocasiões, como apresentado no Anexo A.

A tutela desses sítios enquanto patrimônio arquitetônico e urbanístico “genuinamente brasileiros” marca o foco desse trabalho inicial da preservação no país, com destaque para a atenção destinada às cidades coloniais mineiras<sup>2</sup> que representariam a produção arquitetônica brasileira mais autêntica, fonte de inspiração para o projeto de um Brasil moderno, como se observa nas palavras de Rodrigo M. F. de Andrade:

Mais relevantes e significativos, porém, do que qualquer dos monumentos religiosos ou civis, isoladamente, são os núcleos urbanos em que eles se integram, as cidades, vilas e povoados de origem colonial de Minas Gerais [...], formados nas áreas das antigas minerações (ANDRADE, 1969, p. 19-20).

Embora reconhecidas enquanto patrimônio urbanístico e arquitetônico, essas cidades eram, à época, entendidas segundo critérios estilísticos. “Esta abordagem resultou numa prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, distanciando-se das contingências reais na preservação daquele tipo de bem” (MOTTA, 1987, p. 108). Assim,

Fica claro, desde os primeiros tombamentos feitos pela SPHAN, que houve a intuição de que estavam sendo tombados não somas aritméticas de bens notáveis, mas sim organismos. [...]. É engraçado, no Aurélio, *organismo* está como conjunto de órgãos que constituem um ser vivo. [...] Órgão [...] é uma parte dos organismos vivos. Então a tautologia está perfeita e as consequências disso se fazem sentir no modo como a coisa é desenvolvida depois nas práticas de preservação. Tombam-se organismos urbanos, mas continua-se a praticar a preservação como se fosse a da soma aritmética de bens notáveis. O instrumento adotado nesse processo é o da história dos estilos. A contradição atinge aí seu auge, porque o organismo urbano pressupõe uma hierarquia entre suas partes, [...] que é diferente de uma estrutura estilisticamente notável [...] (FRANCO et al, 1987, p. 125).

Nesse contexto, poucas são as iniciativas para se criar legislações para a delimitação e preservação desses núcleos urbanos, estando a ausência de demarcação desses primeiros sítios tombados diretamente atrelada ao entendimento de se tratavam de obras de arte acabadas, passíveis de poucas alterações em termos urbano-arquitetônicos. Segundo essa visão, os limites do sítio histórico seriam óbvios, coincidindo com a área urbana consolidada pela presença do casario setecentista.

Entretanto, embora tenha passado por um período comumente chamado de estagnação econômica, após o declínio da mineração nos oitocentos, essas cidades não estagnaram como previsto, tendo cada uma delas, a seu modo, expandido para além de suas “fronteiras coloniais”.

Com o crescimento dessas cidades e o aumento da demanda para aprovação de intervenções no conjunto arquitetônico protegido, a atuação do órgão federal de

---

<sup>2</sup> Trata-se dos primeiros núcleos acautelados, em 1938 – São João del Rei, Serro, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana e Diamantina, nessa sequência.

proteção adapta-se à nova realidade de crescimento urbano, passando a atuar além do contorno definido pelas edificações setecentistas. Enfrenta-se, com a expansão desses núcleos, novos problemas relacionados à alteração da paisagem histórica, como consequência do grande volume de construções no núcleo antigo e nas novas áreas de expansão.

A partir de então, a política federal de preservação das chamadas cidades históricas, que sempre tinha priorizado as ações voltadas à identificação e à proteção desses bens, incorpora a gestão no escopo patrimonial, com foco na elaboração de suas normas de preservação, reconhecendo-se que o trabalho não se encerra com o tombamento, apenas se inicia (IPHAN, 2010, p. 3).

Nesse sentido, são desenvolvidas orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para as áreas urbanas tombadas, a partir do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, no qual a delimitação dos perímetros de tombamento e de entorno desses núcleos protegidos figura como a etapa prévia ao estabelecimento de Normas de Proteção.

Em função desse novo cenário, toma-se plausível refletir e elucidar questões relativas tanto à motivação, quanto à delimitação *a posteriori* de áreas urbanas tombadas e de seu entorno; sendo possível, portanto, proceder a essa regulamentação e excluir oficialmente novas áreas do sítio que não contribuem para a constituição ou a ambientação do bem acautelado.

Para tratar da proposição dos perímetros, o método utilizado abrange três eixos. O primeiro, dirigido para a investigação da memória oficial da preservação de áreas urbanas tombadas, é constituído pelas políticas e ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, desenvolvidas a partir da década de 1930, voltadas à normatização do patrimônio urbano, e pelas propostas expedidas pelo órgão para os sítios mineiros acautelados.

Esse direcionamento da proposta fundamenta, ainda, o recorte temporal estabelecido na pesquisa: uma vez que o trabalho pretende captar o momento inicial da preservação do patrimônio no Brasil, a investigação se inicia ainda em 1937, com a criação do então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, estendendo-se até o ano de 2012, quando do encerramento do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Programa Monumenta, último dispositivo avaliado.

Para compreender essa trajetória, percorre-se, ainda que sumariamente, um período anterior, que engloba desde meados do século XIX até os anos 1930, situando-se os principais fatos que embasam a reflexão teórica acerca dos atos iniciais de preservação das áreas urbanas-patrimônio no mundo.

A seleção dos núcleos urbanos se baseia na diferenciação entre “sítio histórico urbano nacional” e “conjunto urbano de monumento nacional”, anteriormente apresentada. A partir dessa classificação, as áreas urbanas foram obtidas por meio de amostragem por julgamento especializado,<sup>3</sup> adotando-se como critérios de seleção (i) estar o núcleo urbano localizado em Minas Gerais; (ii) ser o bem identificado como Sítio Histórico Urbano Nacional;<sup>4</sup> (iii) e ser a tipologia funcional do sítio<sup>5</sup> correspondente a (1) “toda a área urbana da cidade” e (2) “ao centro histórico da cidade”. Desses parâmetros, e partindo-se da relação dos bens protegidos pelo Iphan em Minas Gerais,<sup>6</sup> chegou-se aos sítios urbanos de Cataguases, Congonhas, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, São João del Rei, Paracatu, Serro e Tiradentes.

Na averiguação desse eixo, por meio de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental, inicia-se o levantamento sobre a base legal do exercício da preservação de áreas urbanas, sobretudo no plano federal brasileiro, a partir do qual se pode estabelecer fundamentações teóricas e técnicas para a propositura dos critérios de delimitação das poligonais de proteção.

Nesse rumo, com apoio teórico em Motta (1987, 2000, 2012), Cury (2004), Choay (2006), Fonseca (2009), Chuva (2009) e, sobretudo, em Sant’Anna (1995, 2004), compreende-se os desdobramentos da trajetória da política de preservação do patrimônio urbano. No caso brasileiro, para compreender esse percurso, foi necessário inicialmente, assumir essa cidade-patrimônio enquanto resultado dos dispositivos produzidos pelo Iphan, neste trabalho, abordados por meio da periodização das operações de gestão e salvaguarda desses sítios, e conduzidos a partir da reflexão dos modelos de “cidade-monumento”, “cidade histórica”, “cidade-documento”, “cidade-atração” e “cidade-instrumento”, herdados de Sant’Anna (1995, 2004) e Duarte Júnior (2012).

Para esses modelos de cidade, foram identificados os dispositivos produzidos, que se seguem, para os quais se investigou sua aplicação nos nove sítios urbanos trabalhados nessa etapa.

---

<sup>3</sup> A amostragem por julgamento especializado ou intencional, enquanto amostragem não probabilística, consiste na escolha deliberada e não aleatória, fundamentada no julgamento de critérios pré-estabelecidos que, embora imparciais, são julgados como aqueles que melhor seriam representativos da população (GRESSLER, 2004).

<sup>4</sup> A esse respeito, ver a lista dos sítios urbanos e conjuntos urbanos apresentadas em MINISTÉRIO DA CULTURA. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005, vol. II, p. 5-6.

<sup>5</sup> Adotou-se o critério estabelecido em Ministério da Cultura (2005), segundo o qual o sítio histórico urbano e o conjunto histórico são classificados conforme sua tipologia funcional, correspondendo: (i) a toda a área urbana da cidade; (ii) ao centro histórico da cidade; e (iii) a um bairro, trecho ou fragmento do espaço urbano.

<sup>6</sup> Conforme INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Lista dos Bens Culturais inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF, 2013, p. 46-72. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

<b>CIDADE-MONUMENTO:</b>	Tombamento
<b>CIDADE HISTÓRICA:</b>	Programa de Cidades Históricas – Planos de desenvolvimento urbano [produzidos pela Fundação João Pinheiro]
<b>CIDADE-DOCUMENTO:</b>	Planos de preservação da Fundação Nacional pró-Memória Inventário de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU)
<b>CIDADE-ATRAÇÃO:</b>	Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (URBIS)
<b>CIDADE-INSTRUMENTO:</b>	Novos tombamentos Novos estudos Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Programa Monumenta)

A ação específica do Iphan requereu, ainda, o estudo de conteúdos de anais, livros, periódicos e boletins produzidos pelo órgão ao longo desses anos. Na pesquisa documental, foram consultados os arquivos da instituição – Centro de Documentação e Informação, na Superintendência do Iphan em Minas Gerais, Arquivos Centrais do Iphan no Rio de Janeiro e em Brasília, e arquivos dos Escritórios Técnicos de Serro, Diamantina, Ouro Preto, Mariana, Congonhas, São João del Rei e Tiradentes, nos quais levantou-se os estudos e planos desenvolvidos para esses sítios que versavam sobre sua normatização.

Face ao grande número de documentos consultados nesses arquivos, foi realizada uma catalogação dos mesmos, agrupados conforme o “modelo” de cidade e o dispositivo abordados, e o sítio para o qual esse instrumento foi desenvolvido. Essas informações foram apresentadas por meio dos quadros-síntese dos Apêndices C e D.

O segundo eixo da pesquisa objetiva propor os critérios para delimitação dos perímetros de tombamento e de entorno de sítios tombados, considerando-se, para efeito desse trabalho, a distinção entre essas poligonais conforme estabelecida pelo Iphan:

[A] poligonal de tombamento deve abarcar os espaços necessários à compreensão do que está motivando o tombamento da área, enquanto a poligonal de entorno deve englobar os espaços necessários ao resguardo da percepção e ambiência da área tombada (IPHAN, 2010, p. 30).

Utilizando-se da Morfologia Urbana como método para proposição desses parâmetros e do referencial teórico em Mouldon (1997), Kohlsdorf (1996 e 2000) e Panerai (2006) para delineamento da proposta, sua teoria básica sustenta que a cidade pode ser investigada por meio de sua forma física. Nesse sentido, estrutura-se a partir dos elementos físicos fundamentais que a compõe, dos diferentes níveis de resolução, ou seja, legislação, e a partir de sua história. O procedimento proposto focaliza-se, portanto, na materialização da forma, para revelar os processos culturais de

construção da cidade, e conseqüentemente, o processo de evolução da paisagem urbana.

O terceiro eixo, por sua vez, dirige-se especificamente ao sítio tombado de Serro, no qual se retrata sua síntese histórica, investigada a partir da evolução do tecido urbano; avalia-se as características urbanas, arquitetônicas e paisagísticas do núcleo e se faz a proposição dos perímetros de tombamento e de entorno.

Na investigação desse último eixo, partiu-se do referencial teórico contido em Silva, D. (1928/2008), Fundação João Pinheiro (1980a, 1980d, 1980e), Salles (1993), Souza, J. (1993), Freire (1997) e Saint Hilaire (2000), para o levantamento dos aspectos históricos do sítio; e em Vasconcellos (1983), Marx (1991), Lamas (2004), Reis Filho (2011) e Teixeira (2012), para a análise desse espaço.

Para a pesquisa documental, foram averiguados os acervos digitais do Arquivo Público Mineiro; da Biblioteca Nacional; da Fundação João Pinheiro e do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Soma-se, ainda, a realização de pesquisa *in loco*, na Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte; na Prefeitura Municipal de Serro e no Arquivo Histórico General Carneiro, do Escritório Técnico do Iphan em Serro.

A avaliação física do sítio requereu, ainda, pesquisa de campo, realizada em janeiro de 2015, na qual foram percorridas todas as vias da cidade, para observação direta de sua atual configuração espacial, urbana e paisagística, e da situação de seu conjunto arquitetônico.

Com base nesses três eixos de pesquisa, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos. A análise do surgimento da área urbana como um objeto patrimonial no século XIX, a dimensão urbana nas cartas patrimoniais e como se estabelece essa proteção no Brasil, são abordados no primeiro capítulo, subsidiando a periodização da trajetória da norma de preservação de áreas urbanas-patrimônio no país e o desenvolvimento do trabalho. Este estudo possibilitou colocar em evidência as peculiaridades e mesmo originalidades da prática brasileira nesse campo.

O segundo capítulo é dedicado ao desenvolvimento do conceito de patrimônio urbano e entorno e à investigação dos dispositivos aplicados aos nove sítios que conformam o universo dos núcleos mineiros tombados em análise. A partir dessa análise, são levantados os perímetros de proteção já propostos para esses sítios e, sobretudo, os critérios de avaliação para proposição dessas poligonais.

No terceiro capítulo, são esclarecidos os significados dos perímetros de tombamento e de entorno e é proposta uma metodologia para delimitação dessas poligonais, que

ênfatiza a forma e o processo de constituição da cidade. O método é aplicado no quarto capítulo, direcionado para a análise da história e transformação da paisagem urbana de Serro, da motivação de seu tombamento e da propositura dos limites sobre as quais pode incidir sua proteção.

Retomando a ideia inicialmente apresentada, sobre tratar de preservação ser sinnimo de descrever uma trajetória de atuação, esta pesquisa busca mostrar que, muito além de narrar o percurso da preservação do patrimônio urbano no Brasil,  necessário aprofundar o conhecimento acerca desses sítios urbanos. Reconhece-se que, em decorrência dos processos de reavaliação do conceito de cidade enquanto patrimônio e, portanto, de seus conteúdos e significados, a preservação deve assumir novas formas de compreender e proteger o bem tombado. Exatamente por isso, embora já protegidas por lei, essas cidades exigem estudos sistemáticos que atualizem o seu sentido como bem cultural, enriquecendo e revelando novas alternativas para a sua preservação.

## **2. PATRIMÔNIO CULTURAL: A TRAJETÓRIA DA PRESERVAÇÃO URBANA**

---

Estudar o espaço urbano tornado patrimônio é estudar as situações estratégicas que dão lugar à sua valorização como tal. Para tratar da proteção dessas áreas, é fundamental investigar a trajetória dos discursos e dispositivos de preservação criados para o seu reconhecimento, por meio das interfaces entre o patrimônio e a cidade, que partem de uma aceção baseada no monumento isolado, passa pela cidade histórica, e chega à cidade contemporânea.

Desse modo, abordar o patrimônio implica, algumas vezes, em periodizar as operações de gestão e salvaguarda dos sítios históricos a partir dos momentos básicos que configuram o percurso da preservação de áreas urbanas-patrimônio no Brasil.

### **2.1. A GÊNESE DO PATRIMÔNIO URBANO**

A ideia de patrimônio histórico surge como contribuição do Renascimento, mas, é apenas a partir da Revolução Francesa, que é instituída a preservação de bens de interesse histórico e artístico como um assunto de Estado. O histórico e o artístico assumem, nesse sentido, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação, em que o termo “patrimônio” é cunhado para designar um acervo de bens culturais, agora sob a tutela estatal e devidamente re-significados. Nesse sentido, a noção de patrimônio é basilar ao processo de consolidação dos Estados modernos, contribuindo para “tomar visível e real, essa identidade ideal que é a nação” (FONSECA, 2009, p. 59).

No século XIX, o conceito de patrimônio nacional se firma e se consagra por toda a Europa, expandindo-se pelo mundo no século XX. Nesse momento, a principal característica das “práticas de preservação do ‘patrimônio nacional’ [...] foi a sua monumentalização, tendo sido consagrados como monumentos, essencialmente, os objetos arquitetônicos” (CHUVA, 2009, p. 44-45). O tecido urbano, deste modo, não constituía um patrimônio específico, ou seja, que pudesse ser preservado da mesma forma que um monumento histórico.

A abordagem da área urbana enquanto patrimônio tem início em meados do século XIX, na Grã-Bretanha, a partir do trabalho de John Ruskin (CHOAY, 2006, p. 177), que “insurge contra a destruição das cidades antigas, chamando a atenção para o desaparecimento do que seria o seu próprio ser: o tecido urbano e sua textura” (SANT’ANNA, 1995. p. 14). A noção de patrimônio urbano se forma, assim, na

“contramão do processo de urbanização dominante” (CHOAY, 2006, p. 180), e o discurso da preservação aplicado a essas áreas, tem, inicialmente, uma função de resistência ao discurso higienista e racionalista.<sup>1</sup>

Ainda no século XIX, o urbanismo incorpora o discurso da preservação de tal modo que, no século XX, a área “urbana-patrimônio” se torna uma categoria urbanística e um elemento estratégico do planejamento. Embora a ideia de preservar fragmentos urbanos apareça no início daquele século, têm-se um longo percurso até a formalização dessa preservação como assunto de Estado, com uma legislação própria, que só foi concretizada a partir da década de 1930<sup>2</sup>, efetivando a preservação de áreas urbanas como totalidade, ainda que as legislações de proteção por muito tempo permanecessem tratando o objeto patrimonial urbano como decorrência da preservação do monumento isolado (SANT’ANNA, 1995).

No Brasil, a preservação do patrimônio histórico começa a ser politicamente relevante nos anos 1920. Anteriormente, várias tentativas de institucionalização da matéria haviam sido empreendidas,<sup>3</sup> mas é apenas no Estado Novo (1937-1945), e tendo por base o conceito da função social da propriedade (transformado em princípio constitucional em 1934), que é promulgado o primeiro dispositivo legal de proteção ao patrimônio com abrangência nacional.

O patrimônio histórico e artístico brasileiro nasce sob o signo da união nacional e da valorização do passado, descendente das políticas de preservação francesas,<sup>4</sup> cuja origem coincide com a constituição dos estados modernos e suas ideologias nacionalistas e cuja formalização está diretamente associada ao movimento modernista.<sup>5</sup> Deste modo, sua institucionalização está

[...] ancorada numa ideia básica que é o *registro da nação*, cuja face era preciso tornar visível [...] através da identificação de uma tradição cultural que tivesse uma duração no tempo, cujo passado era preciso alcançar, e que tivesse uma visibilidade no espaço, cuja configuração e moldura era preciso estabelecer (SANTOS, MARIZA, 1996, p. 78).

---

<sup>1</sup> O século XIX assiste o aparecimento de disciplinas como o higienismo e o urbanismo, e o nascimento das grandes reformas urbanas saneadoras que passam a intervir no tecido urbano, sobretudo nas áreas “históricas”, por vezes destruindo-o em nome da higiene e da “saúde pública”.

<sup>2</sup> Em 1913, são organizadas as normas de proteção ao “patrimônio nacional francês”, instituindo a atuação do Estado junto à propriedade privada. Contudo, apenas em 1930, revisto este texto, seus domínios espaciais são ampliados, passando a proteger conjuntos mais vastos (Chuva, 2009).

<sup>3</sup> A esse respeito ver SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico nacional: uma trajetória*. Brasília: MEC/Sphan/Pró-Memória, 1980.

<sup>4</sup> No século XIX, consolidaram-se a política de preservação anglo-saxônica, com apoio civil, voltada à valorização ético-estética dos monumentos; e a francesa, estatal e centralizadora, desenvolvida em torno da noção de patrimônio e voltada aos interesses políticos do Estado (Fonseca, 2009).

<sup>5</sup> Ver os trabalhos de Sant’Anna, 1995; Fonseca, 2009; e Chuva, 2009.

O início da abordagem do urbano como objeto patrimonial no país vincula-se à declaração de Ouro Preto a Monumento Nacional, em 1933,<sup>6</sup> coroando o esforço de intelectuais, mobilizados nesse sentido. Desse modo, o decreto promulgado, embora de alcance restrito pelo seu objetivo, teve grande significação por haver assinalado a decisão do poder público federal de iniciar uma política nova (SPHAN, 1980, p. 11), que reconhecia a cidade como palco de eventos relevantes à formação da nacionalidade brasileira, ainda que, não garantisse sua conservação. Embora essa assertiva não signifique, concretamente, a invenção da área urbana enquanto patrimônio, ela possibilitou que os fundadores do Spahan o fizessem.

A política patrimonial em âmbito federal começa a ser legalmente gerida com a promulgação da nova Constituição brasileira, que dedica seu capítulo II, do título V, integralmente à educação e à cultura, dispondo, em seu artigo 148:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934).

A proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil consagra-se, assim, como princípio constitucional. Faz-se necessário, entretanto, uma legislação federal adequada para tornar efetiva essa proteção.

## **2.2. A DIMENSÃO URBANA NA ABORDAGEM DAS CARTAS PATRIMONIAIS**

A prática da preservação, além da legislação nacional, é regulamentada pelas Cartas, Convenções e Recomendações de organizações internacionais,<sup>7</sup> emitidas como resultado de discussões relativas à proteção do patrimônio cultural.<sup>8</sup> Trata-se de documentos de abordagem plurinacional, que “representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais” (CURY, 2004, p. 7).

A Carta de Atenas produzida pela Sociedade das Nações, em 1931, constitui o primeiro documento destinado a estabelecer um patamar comum, em âmbito internacional, para a prática de preservação de monumentos e conjuntos arquitetônicos de importância histórica. No documento não há recomendações específicas para áreas urbanas, sendo as mesmas mencionadas superficialmente e apenas como acompanhamento ou vizinhança dos monumentos antigos.

---

<sup>6</sup> A esse respeito ver Decreto nº 22.928, promulgado a 12 de julho de 1933.

<sup>7</sup> Como a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; o ICOM – Conselho Internacional de Museus; e a OEA – Organização dos Estados Americanos.

<sup>8</sup> A respeito desses documentos, esse trabalho se limita à seleção daqueles que abordam o patrimônio urbano. Sobre essa abordagem, ver quadro-síntese do Apêndice A.

A Carta de Atenas produzida pelo IV CIAM em 1933, embora trate especificamente das demandas do urbanismo moderno, também inclui a questão da prática da preservação do patrimônio. Seu texto estabelece que os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados tanto no que diz respeito ao monumento isolado quanto ao conjunto. Nesse contexto, a preservação da área urbana se submeteria a não manutenção das populações em condições consideradas insalubres, e à sua possibilidade de adaptação às necessidades urbanas do presente.

Essa ideia inicial de prática de preservação de áreas urbanas seria reforçada em 1964, com a Carta de Veneza,<sup>9</sup> consolidando a visão de que o monumento é inseparável do meio em que se situa.

Nesse sentido, na Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter dos sítios e paisagens,<sup>10</sup> de 1962, foram defendidos, pela primeira vez, temas referentes ao planejamento das áreas urbanas-patrimônio, e apontada a necessidade de sua proteção legal. A figura desse planejamento se consolida com as Recomendações de Avignon,<sup>11</sup> de 1968, e os planos de preservação e conservação, integrados ao planejamento urbano e territorial, confirmam-se como principal instrumento de proteção das áreas urbanas. Com esses planos de preservação, a política patrimonial se volta para a transformação do patrimônio em mercadoria economicamente atraente e para a conservação como atividade auto-sustentável (SANT'ANNA, 1995, p. 43).

Esse discurso foi claramente apresentado nas Normas de Quito, de 1967, que visavam promover a valorização da área urbana em função do acréscimo econômico-social, e da inserção do patrimônio nas políticas desenvolvimentistas, como incremento ao turismo. Embora houvesse essa “valorização” da área urbana, os conjuntos continuavam definidos a partir do monumento,<sup>12</sup> sendo o elemento urbano, antes de tudo, o seu contexto.

Para ampliar a dimensão cultural no ambiente urbano, publica-se em 1975, a Declaração de Amsterdã,<sup>13</sup> que defende que o patrimônio construído não pode limitar-se a edificações de valor excepcional e a áreas circunvizinhas, devendo se estender aos núcleos urbanos e as cidades de interesse histórico e cultural (CURY, 2004, p. 200). A conservação é apontada como um dos pressupostos do planejamento urbano

---

<sup>9</sup> Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Aprovada no II Congresso internacional de arquitetos e técnicos de monumentos históricos. Icomos, 1964.

<sup>10</sup> Recomendação resultante da Conferência Geral da Unesco ocorrida em Paris.

<sup>11</sup> Resultante da Confrontação organizada pelo Conselho da Europa sob o tema “Defesa e a Valorização dos Sítios e Conjuntos de Interesse Histórico e Artístico”, em Avignon, França.

<sup>12</sup> Para efeitos de legislação, as Normas recomendam a adoção de zonas de proteção (proteção rigorosa, proteção ou respeito, proteção da paisagem urbana), com foco nos núcleos monumentais.

<sup>13</sup> Carta resultante do Congresso do patrimônio arquitetônico europeu. Conselho da Europa, 1975.

e físico-territorial, legitimando-se a preservação das áreas urbanas na manutenção da qualidade de vida e na integração desse patrimônio à vida social.

A Recomendação de Nairóbi,<sup>14</sup> de 1976, vai ainda mais além, declarando que o contexto monumental das cidades históricas é uma questão urbana, e reconhecendo definitivamente a especificidade da área urbana enquanto objeto patrimonial e a complexidade que envolve sua proteção. O documento apresenta recomendações relativas à preservação e ao papel contemporâneo das áreas históricas, defendendo o tratamento não museal desses centros. Os conjuntos históricos devem ser considerados como um todo coerente, cujo equilíbrio depende da interrelação dos elementos que o compõem, sejam as atividades humanas, os edifícios, a organização espacial, ou os arredores (CURY, 2004, p. 220).

Em 1986, a Carta de Washington<sup>15</sup> procura enfocar precisamente as cidades ou bairros que além de sua condição de documento histórico, representem valores específicos das civilizações urbanas tradicionais. O documento define a salvaguarda dessas áreas como parte integrante das políticas de desenvolvimento sócio-econômicas, devendo ser considerada nos planos urbanos em todos os seus níveis; firmando, assim, a constatação de que a preservação dessas áreas deverá necessariamente integrar-se a planos de maior abrangência.

A interpretação dos documentos internacionais resulta, no contexto nacional, na publicação das primeiras cartas patrimoniais brasileiras,<sup>16</sup> sendo importante enfatizar a elaboração da Carta de Petrópolis,<sup>17</sup> de 1987, que traz uma mudança no pensamento a respeito do sítio histórico urbano ao defender que a “cidade enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória” (CURY, 2004, p. 285). Por essa conceituação, a cidade passa a ser entendida enquanto processo dinâmico de transformação, enquanto organismo vivo; e não mais como uma obra de arte e um todo acabado que marcaram o trabalho inicial da política de preservação no Brasil.

Essa ampliação da noção de patrimônio cultural se consolida na primeira década do século XXI, e o patrimônio urbano passa a incluir, além de seus componentes materiais, sua dimensão intangível. Reconhecendo essa natureza dinâmica das cidades, e esse entendimento da área urbana-patrimônio enquanto espaço que concentra testemunhos do fazer cultural em suas diversas manifestações, em 2005

---

<sup>14</sup> Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Unesco, 1976.

<sup>15</sup> Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. Icomos, 1986.

<sup>16</sup> Cartas elaboradas a partir de Encontros de Governadores, que resultaram nos documentos *Compromisso de Brasília*, de 1970, e *Compromisso de Salvador*, de 1971; já demonstrando, esta última, preocupações com a ambiência dos bens tombados diante do crescimento das cidades.

<sup>17</sup> Elaborada no 1º Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos.

são elaborados o Memorando de Viena<sup>18</sup> e a Declaração de Xi'an.<sup>19</sup> O primeiro documento traz o patrimônio urbano como paisagem histórica urbana, compreendida pelo conjunto de construções, estruturas e espaços livres, em seu contexto natural ou ecológico, que constituam assentamentos humanos, indicando que a noção dessas áreas vai, portanto, além de termos tradicionais como “centros históricos”, “conjuntos” ou “entorno”, ao incluir o contexto urbano mais extenso e o seu enquadramento geográfico.

A Declaração de Xi'an, por outro lado, discorre sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural, reconhecendo sua contribuição para a definição e avaliação da importância dessas áreas enquanto patrimônio (ICOMOS, 2005), e chamando a atenção para a conservação de contextos definidos enquanto aspectos físicos, visuais e naturais, assim como práticas sociais, costumes e outras formas de expressões intangíveis na proteção e promoção dos monumentos e sítios que compõem o patrimônio mundial.

Por fim, têm-se a Recomendação sobre a paisagem histórica urbana, aprovada pela Unesco em 2011, que pretende integrar os princípios das estratégias de conservação do patrimônio urbano aos objetivos do desenvolvimento sustentável global (UNESCO, 2011). A área urbana, enquanto paisagem histórica mantém-se como resultado da sobreposição histórica de valores e atributos naturais, reforçando a ideia de que essas áreas correspondem à união do ambiente natural, construído, cultural, econômico e social de um território.

A partir desse discurso, fica evidente uma base teórica inicial advinda do campo da preservação dos monumentos e que, gradativamente se estende aos conjuntos arquitetônicos para, numa etapa ainda posterior, dar ênfase aos aspectos ligados ao patrimônio urbano; salientando a necessidade de uma política de salvaguarda, gestão e ordenamento da paisagem aplicada aos instrumentos de ordenamento do território.

### **2.3. O DECRETO-LEI 25 E A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO NO BRASIL**

A trajetória da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil, em termos jurídicos, é inicialmente referida como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público, na Constituição de 1934,<sup>20</sup> quando o direito de propriedade passa a ser

---

<sup>18</sup> Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea – Gestão da Paisagem Histórica Urbana. Unesco, 2005. Refere-se a cidades históricas já inscritas ou propostas para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, bem como para grandes cidades que têm monumentos Patrimônio Mundial e sítios dentro de seus territórios urbanos.

<sup>19</sup> Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Icomos, 2005.

<sup>20</sup> A respeito da abordagem do patrimônio nas Cartas Constitucionais, ver Apêndice B.

um instituto regido pelo princípio do interesse coletivo;<sup>21</sup> permitindo, assim, progressos em domínios como o da proteção ao patrimônio.

Avançando-se nos aspectos legais relativos à efetivação dessa proteção, em 1937, é criado, a título experimental o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan”, e encaminhado ao Congresso, o projeto de lei<sup>22</sup> que organizaria a proteção do patrimônio histórico brasileiro, o Decreto-lei nº 25.

O então “Serviço” nasce com a missão de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, Lei nº 378, 1937), sendo a primeira norma jurídica a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade. Com esse dispositivo, é criado o instituto do tombamento, dando origem à tutela do Estado sobre o patrimônio, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído, pelo Sphan (CHUVA, 2009, p. 147).

O Decreto-lei nº 25 confere, deste modo, ao órgão de preservação, o dever de proteger “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor” (BRASIL, Decreto-lei nº 25, 1937, art. 1º); equiparando a esse mesmo princípio de proteção “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, Decreto-lei nº 25, 1937, art. 1º, § 2º).

A partir de 1938, quando se têm início os primeiros tombamentos no país, a proteção legal e a preservação das áreas urbanas enquanto patrimônio se amparam, basicamente, nos artigos 17 e 18 do Decreto-lei nº 25, condição em que as disposições relativas à preservação e manutenção da integridade do bem, expressas no artigo 17, são complementadas no artigo 18, ao estabelecer que sem prévia autorização do Sphan, “não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade”.

Nesse sentido, o artigo 18 é particularmente importante, uma vez que

além de estender para fora do âmbito do bem tombado restrições ao direito de propriedade, institucionaliza a ideia de que a apreensão do bem tombado não depende apenas da preservação de sua própria imagem e materialidade, mas também das relações que mantém com aquilo que o cerca (SANT’ANNA, 1995, p. 80).

---

<sup>21</sup> A Constituição de 1934 estabelece limites ao direito de propriedade, definindo-lhe o conceito de função social, em seu artigo 113, inciso 17.

<sup>22</sup> A esse respeito, vários trabalhos foram empreendidos no período (cf. Sphan, 1980). Relevante destacar a proposta de Mário de Andrade, *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*, publicado na Revista do Patrimônio, Brasília, n. 30, p. 271-287, 2002.

Desse modo, a principal intenção da proteção da ambiência está, inicialmente, vinculada à valorização do monumento; embora, no decorrer do tempo, a proteção a contextos urbanos tenha cada vez mais autonomia. “Vale lembrar que a proteção à vizinhança do bem tombado não era ainda utilizada como um instrumento de preservação do contexto urbano como seria mais tarde.” (SANT’ANNA, 1995, p. 82)

Como se observa, o tombamento aponta a manutenção da dimensão formal do bem como suficiente para sua preservação.<sup>23</sup> “As dimensões social, econômica, simbólica e funcional do objeto urbano não são contempladas porque as disposições da legislação não foram originalmente pensadas para ele e sim para a obra de arte isolada.” (SANT’ANNA, 1995, p. 100) Essas disposições foram adaptadas e transpostas ao patrimônio urbano por analogia, pressupondo a equivalência entre o monumento isolado e o sítio urbano, ainda que a preservação de áreas urbanas não se limite à conservação de suas formas e ao controle de intervenções físicas.

#### **2.4. CIDADE-MONUMENTO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO [1937-1967]**

##### *O patrimônio material como síntese da identidade nacional*

Os anos 1930 marcam a consolidação da prática de preservação no Brasil, a partir da crença na possibilidade de emancipação cultural da nação mediante a intervenção do Estado, e a identificação dos objetos que representariam a “identidade nacional”. Assim,

o contexto de nacionalização do Estado brasileiro em que se inseriu a gestão estatizada de bens simbólicos encetada a partir do Sphan caracterizou-se pelo projeto em que nacionalizar significou, antes de tudo, impingir unidade [...].O Sphan investiu no projeto de construção da nação, consagrando uma história concreta, autenticando-a pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional apresentado, conforme a prática seletiva revelou, como um objeto predefinido e que, nesse momento, estava apenas sendo (des)vendado, (des)coberto (CHUVA, 2009, p. 207).

Nesse contexto, a “identidade da nação” é construída, sobretudo, a partir de uma identidade artística estabelecida pelos modernistas,<sup>24</sup> cuja obra está intimamente ligada ao processo de consolidação da arte moderna como a nova arte do Brasil, e cuja representação da “brasilidade” se volta ao passado, em busca da produção artística genuinamente brasileira.

A proposta originária e fundadora do nosso modernismo é criar uma nova arte brasileira, que, rompendo com esquemas estéticos

---

<sup>23</sup> A proteção de áreas urbanas sempre foi vista como uma lacuna legal. E, diante desta “fragilidade”, várias propostas de regulamentação foram redigidas entre os anos de 1950 e 1970, mas nunca foram efetivadas. A respeito desses trabalhos, ver Sant’Anna, 1995.

<sup>24</sup> Além dos modernistas, a questão da defesa do patrimônio histórico e artístico também foi debatida pelos integrantes do movimento neocolonial. A esse respeito ver Sant’Anna, 1995.

acadêmicos, fosse capaz de lançar um novo olhar sobre o Brasil. [...] a arte moderna brasileira jamais o seria se apenas copiasse ou para cá transpusesse mecanicamente as propostas das vanguardas européias. “Ser moderno”, no Brasil, equivaleria a “ser brasileiro” e isso significava inserir-se numa tradição que autorizasse e atestasse o caráter nacional da produção artística (SANT’ANNA, 1995, p. 104).

A política de proteção ao patrimônio, desse modo, “tinha o nítido propósito de criação de símbolos para a formação identitária da nação e buscava no patrimônio material os elementos sensíveis para uma tal representação” (PIRES, 2010, p. 75-88), materializada a partir do colonial mineiro que, para esses intelectuais, continham uma produção artística genuinamente brasileira. Assim, a arquitetura colonial nomeava a nação, e a partir daí, “as novas produções tomaram-se espúrias, porque importadas e não mais autenticamente nacionais – aquilo que não era identificado com a nação e não podia legitimamente nomeá-la” (CHUVA, 2009, p. 209).

A ideia inicial de identificação do patrimônio nacional vincula-se, assim, quase que exclusivamente, à proteção do bem isolado, cuja seleção se rege por critérios de excepcionalidade e homogeneidade. É, contudo, a partir da década de 1960, com os debates internacionais acerca da preservação do patrimônio que afloram novas questões, nas quais é apontado o problema da preservação dos conjuntos urbanos, e são ampliados, progressivamente, os horizontes dessa preservação: do “monumento” e de sua “vizinhança”, chegou-se à cidade (ANDRADE, A. [19--]); uma cidade possível de ser uma área monumental pelo seu valor em si, independentemente da existência de qualquer monumento de valor excepcional.

A Carta de Veneza de 1964 é, certamente, o primeiro documento internacional que rompe com essa visão de excepcionalidade, elevando a monumento o tecido urbano modesto e trivial.

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CURY, 2004, p. 92).

Essa visão traz um sentido mais amplo na definição de patrimônio histórico, chamando atenção para os bens não eruditos, mas representativos, de todo modo, da formação histórica da população. Pensamento esse reforçado pelas Normas de Quito, de 1967, que, além de dar continuidade à ideia de que “a tutela do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano” (CURY, 2004, p. 106), ainda que nele não haja elementos isoladamente “monumentais”, aponta a necessidade de que “todo planejamento físico territorial deverá realizar-se de forma que permita integrar ao conjunto urbanístico os centros ou complexos históricos” (CURY, 2004, p. 108),

indicando o valor do planejamento urbano e da associação da preservação ao progresso.

### *A prática do tombamento e a salvaguarda de áreas urbanas*

O tombamento é o ato perante o qual os bens selecionados como patrimônio são inscritos nos Livros do Tombo,<sup>25</sup> cujos efeitos são, basicamente, a restrição à alienabilidade da coisa, mediante o direito de preferência pela União, estados e municípios, proibição de sua exportação ou saída do país sem anuidade do órgão, proibição de destruir, desnaturar ou descaracterizar a coisa, e de, sem prévia autorização, intervir no bem tombado ou fazer em sua vizinhança qualquer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade.<sup>26</sup>

Esse instrumento, enquanto ato administrativo, objetiva a “proteção do interesse público genérico, que é a cultura nacional, manifesta e materializada em coisas móveis ou imóveis, existentes no território nacional e identificadas pelo órgão que a lei atribuiu competência para tal” (CASTRO, 2009, p. 138). O que ele determina, portanto,

é a existência fática de valor cultural no bem; [...] [que] pode ter conteúdo histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, etnográfico, ou de qualquer outro tipo ou categoria do conhecimento, ainda que não mencionada na lei ordinária, mas de legítima e reconhecida expressão cultural (CASTRO, 2009, p. 96).

No período em foco, sua aplicação reflete, por consequência, o pensamento modernista de assimilação da “identidade nacional”, consagrando-se como “critérios de seleção<sup>27</sup> para fins de conformação do patrimônio-símbolo o caráter excepcional do bem e o seu enquadramento na tipologia urbana e arquitetônica do século XVIII, traduzida pelo barroco colonial e suas representações” (PIRES, 2010, p. 76).

Com efeito, nos referidos livros do tomo não se inscrevem, em rigor, senão as coisas consideradas de valor excepcional. Conseqüentemente, há no país uma vasta quantidade de bens culturais cuja preservação, embora de manifesta conveniência pública, escapa à alçada do serviço mantido pela União para cuidar do setor (ANDRADE, R., 1987, p. 71).

Outros critérios são, ainda, dignos de nota, como os valores estéticos e históricos do bem. Embora, nessa fase, o valor estético tenha predominado sobre todos os outros no trabalho de construção do patrimônio nacional, a representatividade histórica é

---

<sup>25</sup> Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

<sup>26</sup> Ver Decreto-lei nº 25/37, Capítulo III.

<sup>27</sup> A ação inicial voltou-se para a proteção de pequenas cidades coloniais, concentrando-se em Minas Gerais; e para imóveis e pequenos conjuntos de valor excepcional nas capitais e cidades maiores. Nos anos 1950, a proteção foi ampliada aos bens do século XIX, como Vassouras, RJ; e o período marcado pela proteção de fragmentos urbanos, como Salvador, BA e São Luís, MA. Em 1960, os tombamentos se concentraram no Nordeste, como Olinda, PE; e São Cristóvão, SE.

utilizada para ampliar a proteção a bens que, apesar de não se enquadrarem como obras de arte erudita, eram culturalmente relevantes para a construção do patrimônio brasileiro; como expresso nas palavras de Mário de Andrade a respeito dos tombamentos no estado de São Paulo.

[...] é mais incontestável ainda, a meu ver, que São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Bahia.

O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir (ANDRADE, M., 1937, p. 119).

Desse modo, as ações iniciais de proteção aos sítios urbanos abordam a cidade, sobretudo, enquanto expressão estética excepcional: *ciudades-monumento*, destituídas de sua característica documental, enquanto expressão de um conjunto socialmente construído. Essa abordagem resultou numa prática de conservação voltada à manutenção das áreas tombadas como objetos idealizados, de modo que, “despida de sua componente social, a cidade obra de arte como monumento tombado era preservada pelo Patrimônio através de ações de conservação e restauração” (MOTTA, 1987, p. 110), que visavam a manutenção de seu aspecto primitivo e a neutralização do que pudesse perturbá-lo. Mais especificamente, a conservação destas áreas, além de remeter a uma preservação global, implicou o seu entendimento enquanto obra finalizada, cuja expansão ou alteração não poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora de seus limites.

Nesse discurso, ainda que fosse reconhecida, à época, a especificidade da área urbana enquanto objeto patrimonial, no que diz respeito às operações de salvaguarda, considerava-se que elas deveriam ser conduzidas pelo princípio geral de que “a integridade de um sítio urbano deve ser mantida com o mesmo critério aplicável a um monumento singular” (ANDRADE, M., 1937, p. 87), como recomendado pela Carta de Veneza, não sendo, por conseguinte, institucionalizados instrumentos que regessem, especificamente, aspectos urbanos.

## **2.5. CIDADE HISTÓRICA E A DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA PATRIMONIAL [1968-1979]**

### *Os centros históricos e o desenvolvimento regional*

Como apontado, nos anos 1960, tem início uma reformulação no campo do patrimônio, com a ampliação desse conceito e do seu campo de abrangência, fazendo com que a relação do patrimônio com a cidade seja alterada, e que o enfoque da política no “monumento” em seu sentido etimológico, de edificação notável a ser

colocada em destaque, seja superado. Reconhece-se, a partir de então, que o valor de historicidade de uma cidade não pode limitar-se ao monumento, porque ele se estende a todo o tecido urbano; surgindo como tema da pauta urbana, a ideia da necessidade de junção das questões patrimoniais àquelas do planejamento urbano e territorial, como resposta, sobretudo,

ao impacto desenvolvimentista dos anos 50/60, [período em que] esses núcleos preservados e outros mais [...] começaram a ser atingidos [...] pela pressão demográfica, pela metropolização das áreas contíguas, pela implantação de indústrias em suas imediações, pela inserção dos mesmos em roteiros turísticos, pela abertura de rodovias em suas proximidades (TELLES, 1984, p. 30-31).

Deste modo, pensar a preservação do patrimônio urbano significa agora incluí-lo nos processos de produção da cidade, relativos ao seu planejamento; assim como, pensar a cidade e nela intervir também passará necessariamente pela questão da preservação, uma vez que a “salvaguarda [dos sítios históricos] e [sua] integração na vida contemporânea são elementos fundamentais no planejamento das áreas urbanas e no ordenamento do espaço” (CURY, 2004, p. 217).<sup>28</sup>

Nesse sentido, a solução seria articular os interesses econômicos à preservação; portanto, na cidade que deve reproduzir o capital, o patrimônio deveria ser objeto de consumo, e entendido como parte dos recursos econômicos dos países (CORRÊA, 2012), como indicado nas Normas de Quito.<sup>29</sup>

O objetivo era demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer [...] do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado (FONSECA, 2009, p. 142).

Esta necessidade e urgência de elaboração de planos urbanos ou regionais que incorporem a preservação dessas cidades históricas levam o Dphan a buscar parcerias com os governos estadual e municipal.<sup>30</sup> Ao mesmo tempo, o órgão pleiteia e consegue apoio técnico da Unesco <sup>31</sup> para elaboração de planos urbanos para as

---

<sup>28</sup> Carta de Nairóbi, de 1976. Cabe ressaltar que sua grande contribuição é o reconhecimento definitivo da especificidade da área urbana enquanto objeto patrimonial.

<sup>29</sup> A esse respeito, alguns trechos: “está-se aceitando [...] que esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso” (OEA, 1967, *in* Cury, 2004, p. 105); “trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação [...] histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares” (Ibid., p. 111).

<sup>30</sup> Nesse contexto de descentralização, surgem os primeiros órgãos estaduais de preservação nos estados da Bahia (IPAC, 1967); São Paulo (Condephaat, 1967); Minas Gerais (IEPHA/MG, 1971); e Rio de Janeiro (DPHA, 1965, que se tornou INEPAC, 1975).

<sup>31</sup> O apoio técnico da Unesco ao Brasil resultou no trabalho de Michel Parent, *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Paris:

idades históricas, visando o desenvolvimento do turismo vinculado ao patrimônio, e buscando a articulação com outras políticas públicas.

A partir de então, tem início o estudo de medidas dedicadas a colocar em prática uma nova política de defesa desse patrimônio, por meio da reestruturação do sistema estatal de proteção, e com a participação mais efetiva dos estados, materializada nos Encontros de Governadores que ocorrem no período. Do primeiro encontro, em 1970, resultou o documento conhecido por *Compromisso de Brasília*<sup>32</sup>, que institui os pontos básicos dessa nova política de preservação, que se fundam, sobretudo, na ação integrada da União, estados e municípios.

Esses princípios são retificados em 1971, no *Compromisso de Salvador*,<sup>33</sup> acrescentando-lhes novas diretrizes, mais direcionadas para a operacionalização da política estabelecida (SANT'ANNA, 1995, p. 140).

Apesar da mobilização causada pelos encontros, o marco inicial da nova política de preservação se dá no âmbito do Ministério do Planejamento, com a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste – PCH,<sup>34</sup> em 1973, inserido na linha de programas integrados do Governo.

#### *A preservação e a busca de novos caminhos: o PCH*

O PCH<sup>35</sup> (1973-1987) é implantado com o discurso de reconstrução das cidades históricas do Nordeste e promoção de seu desenvolvimento econômico por meio do turismo, encaixando-se, perfeitamente, nas novas diretrizes urbanas e na política cultural de integração e reforço da nacionalidade, sendo o primeiro programa federal que investe recursos para recuperação do patrimônio urbano.

O Programa de Cidades Históricas continha na sua concepção, em seus critérios de análise, e nos seus métodos de mensuração de eficiência, uma grande mudança na maneira de abordar a degradação das cidades históricas: a cidade era compreendida enquanto produtora de capital e bem de consumo e o patrimônio como fator de desenvolvimento econômico por meio do turismo, “ensejando a criação de um fluxo de recursos necessários a sua auto-conservação” (CÓRREIA, 2012, p. 122).

Voltado inicialmente para o atendimento dos estados nordestinos, em 1977 o programa é estendido ao Sudeste,<sup>36</sup> passando a atuar no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Ocorre, então, redução na ênfase ao desenvolvimento turístico,

---

UNESCO, 1968, que passou a constituir a base da atuação do governo federal com relação ao patrimônio, vinculando sua preservação ao planejamento urbano e ao aproveitamento turístico.

<sup>32</sup> A esse respeito ver Cury, 2004, p. 137-141.

<sup>33</sup> A esse respeito ver Cury, op. cit., p. 143-146.

<sup>34</sup> Cf. Exposição de Motivos nº 076-B, de 21 de maio de 1973.

<sup>35</sup> Na criação do PCH, além do MEC, participaram os Ministérios do Planejamento, do Interior (via Sudene), e da Indústria e Comércio (via Embratur), contando com recursos da Seplan/PR.

<sup>36</sup> Cf. Exposição de Motivos nº 024, de 02 de fevereiro de 1977.

abrindo-se espaço para inclusão de projetos que objetivem a solução de problemas urbanos, e para a declaração de novos critérios de seleção de projetos, voltados às diretrizes de preservação de áreas urbanas iniciada em 1967 com o apoio da Unesco. São priorizadas solicitações que se destinam à restauração de monumentos e conjuntos históricos situados em áreas frágeis economicamente, ameaçadas de descaracterização ou destruição (SANT'ANNA, 1995, p. 148).

Em 1979,<sup>37</sup> a mudança nos objetivos do Programa marca, oficialmente, a “ruptura” com essa política voltada ao desenvolvimento do turismo, instituindo-se como seu principal objetivo o desenvolvimento de

um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas que objetivam identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens (PORTELLA; DELFIM NETO, 1979, p. 2).

Nesse novo discurso, os conjuntos de monumentos devem ser considerados como partes integrantes dos contextos urbanos, e abordados dentro de uma ótica econômica e cultural. Sob o aspecto econômico, o núcleo deveria ser considerado um “lugar produtivo, de intercâmbio e de reprodução do espaço econômico” (PORTELLA; DELFIM NETO, 1979, p. 2). Na ótica cultural, “como forma de uma linguagem urbana de integração entre os diferentes agentes sociais que, através da acumulação histórica, proporcionam à comunidade sinais de identidade” (PORTELLA; DELFIM NETO, 1979, p. 2).

Com a expansão do PCH, a preservação do patrimônio torna-se critério de promoção do crescimento urbano, compatibilizado com as raízes culturais, e não mais de promoção do incremento econômico regional através do turismo. Com base nesse novo conceito, o programa passa a atuar em linhas como

incentivo à formulação de políticas estaduais e municipais relativas às cidades históricas; apoio à elaboração de planos urbanos [...]; incentivo à adoção de legislação estadual e municipal de preservação e proteção; elaboração de programação estadual e municipal de restauração; apoio e incentivo às atividades culturais locais; formação de recursos humanos; e incentivo à pesquisa de bens culturais (SANT'ANNA, 1995, p. 150).

Nesse contexto, as principais operações de conservação das áreas urbanas-patrimônio se dão no âmbito do PCH, e deveriam ser realizadas por meio da elaboração de planos diretores e de desenvolvimento urbano, que passam a ser vistos como mecanismos para a solução dos problemas dessas áreas, ainda que a maioria tenha ficado no papel por falta de instrumento legal que obrigasse as prefeituras a os

---

<sup>37</sup> Em 1979 o Iphan tornou-se Sphan pelo Decreto 84.198/79, e a FNpM foi criada pela Lei nº 6.757/79. Com a criação do sistema Sphan/proMemória, naquele ano, o PCH foi integrado a ele.

implementar. A análise desses planos demonstra que há uma transformação na concepção das áreas urbanas-patrimônio nesse período, embora a visão predominante seja a da cidade-monumento. “A cidade histórica, motor de desenvolvimento regional, é a cidade-monumento alargada em seus limites e apropriada de outra maneira.” (SANT’ANNA, 1995, p. 160)

Por não terem sido implementados, esses planos não funcionaram como instrumento de proteção, e o tombamento federal<sup>38</sup> continuaria sendo o principal instrumento de salvaguarda das áreas urbanas-patrimônio.

## **2.6. CIDADE-DOCUMENTO E O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO [1980-1990]**

### *O sistema Sphan/FNpM e o patrimônio urbano*

O ano de 1979 constitui um marco na história da preservação do patrimônio no Brasil, com a criação do sistema Sphan/Fundação Nacional Pró-Memória, resultado da fusão do antigo Iphan<sup>39</sup>, com o PCH e com o CNRC<sup>40</sup>, representando a conjugação de trajetórias e competências diferenciadas em um único esforço (FNpM, 1981, p. 1-2). Com essa configuração, torna-se claro que o trabalho a ser realizado é o da “inclusão ou reinserção, na trajetória sócio-econômica e cultural do País, dos monumentos, sítios e bens móveis, assim como dos núcleos urbanos e cidades que, por seu valor [...], integrem-se ao patrimônio histórico e artístico brasileiro” (SPHAN, 1980, p. 29).

Essa intenção marca a coerência entre as políticas de preservação e o discurso internacional da época, indo de encontro aos princípios estabelecidos na Carta de Washington, de 1986, dentre os quais há menção de que “para ser eficaz, a salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada no planejamento físico-territorial e nos planos urbanos” (CURY, 2004, p. 282).

Nesse sentido, nos anos 1980, o social, a “comunidade” e não mais o turismo, projeta-se como centro do discurso de preservação de áreas urbanas; tendência essa já observada nas últimas deliberações do PCH, em que o tratamento das questões urbanas e sociais dos sítios históricos era privilegiado em detrimento do seu aproveitamento turístico (SANT’ANNA, 1995, p. 173) A ideia é de que os bens

---

<sup>38</sup> Os tombamentos, agora concentrados na Bahia, como Cachoeira e Lençóis, seguem, mais ou menos, o modelo do período anterior, com aumento da proteção de bens do século XIX.

<sup>39</sup> Em 1970, por meio do Decreto-lei nº 66.967, de 27 de julho de 1970, o Iphan tornou-se Sphan.

<sup>40</sup> O CNRC, criado em 1975 mediante convênio firmado entre o Ministério da Indústria e Comércio e o Governo do Distrito Federal; tinha por finalidade a estruturação do sistema de referenciamento para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. A esse respeito ver Sphan, 1980.

culturais deveriam ser preservados em sua dinâmica, relacionados aos contextos sociais nos quais se inseriam, e servindo aos interesses das comunidades.

Mais que isso: era preciso que essas comunidades passassem a participar do processo de construção e de gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do patrimônio cultural. É pela via da participação social – e não mais pela da seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 80 (FONSECA, 2009, p. 158).

Nesse quadro conceitual, a cidade-bem cultural era abordada enquanto organismo vivo e, desse modo, mutável e em constante transformação; e a “preservação urbana era, enfim, concebida como uma tarefa de todos [...] voltada não apenas para a conservação da sua materialidade mas também do seu conteúdo social” (SANT’ANNA, 1995, p. 174).

No âmbito patrimonial, portanto, já não se trata apenas de conservar, restaurar ou proteger um bem. A problemática do patrimônio superou a alçada dos responsáveis por essas ações.

Considerando-se a enorme importância que a preservação e a defesa ainda têm, o problema mais desafiante, agora, são os usos sociais do patrimônio... aí que se devem concentrar os maiores esforços de investigação, reconceitualização e de política cultural (CANCLINI, 1994, p. 103).

Entretanto, apesar de toda essa retórica, a área urbana-patrimônio como instrumento de política social praticamente não saiu do plano do discurso,<sup>41</sup> e o Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), proposto pela Coordenadoria de Registro e Documentação da FNpM, foi a maneira encontrada para instrumentalizar o órgão e produzir bancos de dados necessários ao desenvolvimento de suas ações, e ao estabelecimento de critérios e parâmetros de intervenção nos sítios (MOTTA, 2012, p. 249).

### *O INBI-SU e a leitura da cidade-documento*

Os anos de 1980 assistem uma grande transformação na prática de seleção das áreas urbanas-patrimônio, período em que “os critérios que a informam deixam definitivamente de lado a questão estética [do modo como era vista] e passam a fundamentar-se no valor histórico do objeto” (SANT’ANNA, 1995, p. 192). Deve-se salientar que ambos os valores sofrem transformações significativas, com ampliação das duas noções. O valor histórico incorpora ideias e conceitos da nova historiografia, reforçando o entendimento dos sítios urbanos enquanto testemunhos, fatos históricos.

---

<sup>41</sup> Sua principal herança foi o PRRNH, oficializado em 1985, mas que não chegou a ser implantado, embora tenha sido desenvolvido um projeto piloto de Olinda. Houve, ainda, a proposta de criação do PNH, considerado inviável por questões orçamentárias (Sant’Anna, 1995).

O valor artístico, por sua vez, amplia-se, incorporando estilos antes considerados como espúrios pelos cânones modernistas.<sup>42</sup>

Desse modo, têm-se o desenvolvimento de trabalhos a partir dos quais se formulou o conceito de *cidade-documento*,<sup>43</sup> considerando valor de patrimônio aquilo que as cidades podiam propiciar de conhecimento sobre sua história, a partir da leitura da morfologia urbana.

Abandona-se, com esta visão, qualquer forma de controle estético, estilístico e principalmente fachadista. Tal controle é substituído pela documentação e pelo registro não só dos vários elementos integrantes do conjunto histórico mas do seu todo, garantindo-se a leitura de seu processo de formação e de sua trajetória, [...]. Abandona-se também o “cada caso é um caso” e passa-se ao uso de instrumentos modernos de controle urbano com uma visão integrada, possibilitando ao Patrimônio um planejamento capaz de implementar a preservação do ponto de vista urbanístico [...] (MOTTA, 1987, p. 122).

A adoção desse novo conceito requer, portanto, a produção de conhecimento, “a reunião de informações e sua sistematização em escala necessária à leitura conjunta das várias dimensões da forma urbana e do seu processo de produção ao longo do tempo” (MOTTA, 2012, p. 257), como condição para a valorização das cidades enquanto documento. Nesse sentido, o método INBI-SU surge como proposta institucional em que, por meio de levantamentos<sup>44</sup> e agrupamentos dessas informações, seria possível sistematizar um banco de dados que possibilitasse uma leitura conjunta das diversas dimensões do objeto urbano, além da definição de critérios urbanísticos de preservação, agora tecnicamente embasados e justificados.

Aplicado pioneiramente em São Luís, e desenvolvido mais sistematicamente em Minas Gerais, o inventário é interrompido em 2004,<sup>45</sup> sem que pudesse ter sido implantado em todo o sistema; alterando, portanto, muito pouco a política brasileira de preservação do patrimônio urbano (SANT’ANNA, 1995, p. 181).

De um modo geral, a confecção de normas e critérios de intervenção para controle do uso do solo mantém-se extremamente empírica e amadorística, sem qualquer base teórica ou metodológica devidamente estruturada sobre o sentido da preservação ou

---

<sup>42</sup> Inicia-se uma revisão dos procedimentos de tombamento, bem como dos critérios de seleção, aceitando-se uma maior diversidade estilística. A proteção concentra-se nas regiões Centro-Oeste e Sul, voltada às cidades representativas da ocupação do território. Há, ainda, estudos que visam complementar o tombamento de conjuntos na Bahia, Goiás e Mato Grosso

<sup>43</sup> O marco fundador da noção de “cidade-documento” no Iphan foi o parecer do arquiteto Luiz Fernando P. N. Franco, de 1984, para o tombamento de Laguna, SC (Processo 1.122-T-84, fl. 19). Nele, foi atribuído valor nacional ao sítio histórico, não pelo seu valor excepcional, mas por conformar um documento da história urbana do país e, sobretudo, pela forma urbana assumida.

<sup>44</sup> O método se compunha de três tipos de levantamento: as pesquisas nas fontes arquivísticas e bibliográficas; os levantamentos em campo; e as entrevistas com moradores (Motta, 2012, p. 250).

<sup>45</sup> As atividades do INBI-SU foram interrompidas em 2004 com a transformação da estrutura do Iphan, quando sua coordenação ficou a cargo do Depam. A esse respeito ver Motta, 2012.

apoiada em um método coerente de análise urbana<sup>46</sup>. Permanece, em última análise, o que o discurso da época tanto negou, a prática de controle estético e fachadista só que, de modo mais confuso e arbitrário, em função da diversidade de tipologias existentes no tecido urbano protegido.

## 2.7. CIDADE-ATRAÇÃO E OS PROGRAMAS NACIONAIS DE PRESERVAÇÃO [1991-2000]

### *O patrimônio enquanto instrumento promocional*

Diferentemente do que havia ocorrido nos anos 1980, nos quais as práticas patrimoniais se desenvolveram enquanto instrumento de política urbana e social, na última década do século XX, a temática da preservação consolida as transformações que marcaram a década de 1970, período em que o patrimônio deixava de ser um fim em si mesmo, passando a ser um caminho para se atingir outros objetivos, vinculados, de modo geral, à dinamização econômica. Nesse sentido, o patrimônio, “longamente utilizado para a produção de identidades associadas à ideia de nação, [...] tem sido integrado à produção de identidades com fins econômicos e comerciais” (SANT’ANNA, 2004. p. 54), e transformado em “um instrumento-chave de estratégias de valorização do solo urbano” (SANT’ANNA, 2004. p. 339).

A apropriação cultural torna-se, portanto, uma tática de fortalecimento do valor econômico, e aí reside

o embrião de uma mudança emblemática: à medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano [...] (ARANTES, 2009. p. 33).

A cidade-patrimônio firma-se, assim, como *cidade- atração*,<sup>47</sup> e sua política de preservação surge como um elemento de zoneamento funcional dos espaços, atribuindo-se a algumas áreas as funções “patrimoniais” (MONNET, 1996, p. 226). Nesse sentido, essa política transforma-se em parte essencial das estratégias de imagens das cidades. E o que ocorre, portanto, na norma de produção e preservação é o uso do patrimônio como veículo de comunicação e como oportunidade para o desenvolvimento<sup>48</sup>, pois sua imagem e a ideia que a constitui se transformam,

---

<sup>46</sup> Diante das limitações do instrumento, foi elaborado pelo então DEPROT/Iphan, o INCEU, visando complementá-lo no que diz respeito à investigação de elementos que compõem a morfologia dos espaços urbanos. A esse respeito ver IPHAN. *Inventário de Configurações de Espaços Urbanos*. Manual de Aplicação. Versão 2001.b. Brasília: Iphan/Depam, 2001a.

<sup>47</sup> A ideia da *cidade- atração* (Sant’Anna, 2004) é correlata da *cidade-espetáculo*, proposta por Néstor Garcia Canclini, em *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. É correlata, ainda, à *cidade-emprego*, adotada por Arantes (2009), por empréstimo a Peter Hall, *Cidades do amanhã*, em que a apresenta enquanto “máquina de produzir riqueza”.

<sup>48</sup> A formulação dessa política se deu, muitas vezes, por meio de programas de revitalização, requalificação e reabilitação do patrimônio nos planos estadual e municipal, a exemplo do Pelourinho, em

também, em mercadorias, que têm na cultura e no meio urbano uma importante fonte de matéria-prima e um campo privilegiado de reprodução (SANT'ANNA, 2004, p. 337).

No final do século XX, pela primeira vez na história da preservação brasileira, os principais focos de produção das normas patrimoniais se deslocam do plano federal para as esferas estadual e municipal e, no nível do governo central, do Iphan para o MinC e seus novos parceiros; fazendo com que o Ministério da Cultura apontasse, nos anos 1990, como a “principal instância coordenadora e executora de programas, com participação central no PRONAC<sup>49</sup>, no Programa Monumenta e no URBIS”.<sup>50</sup>

### *O planejamento descentralizado: os programas nacionais de preservação*

Como herança das políticas patrimoniais da década de 1970, os programas de preservação implementados seguem a concepção do patrimônio cultural como recurso econômico; constituindo uma atualização dos antigos programas de integração do patrimônio às estratégias de desenvolvimento econômico, agora embasados na associação público-privada.

O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, ou simplesmente, Programa Monumenta, é estabelecido formalmente<sup>51</sup> no MinC, em 1999<sup>52</sup>, com o objetivo de aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas de projeto, e também, preservar as áreas prioritárias do patrimônio urbano sob proteção federal, conscientizar a população acerca desse patrimônio e aperfeiçoar sua gestão (BRASIL, 1999, Anexo A).

Como resposta ao descontentamento do Iphan com seu papel secundário no Monumenta, assim como com a condução, conteúdo e alcance do programa, ocorre, à época, as primeiras tentativas de inserção do patrimônio em políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano que culminariam na implantação do Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – URBIS, em 2000.<sup>53</sup>

---

Salvador. Tais projetos apropriam-se dos sítios urbanos como matéria-prima para a construção da imagem do novo valor simbólico, preparando-os como cenários de atração para o consumo.

<sup>49</sup> O PRONAC é o único programa de incentivo direto à produção cultural num sentido amplo, ao passo que os outros se destinam ao aumento da utilização econômica, urbanística e social de sítios urbanos-patrimônio. Por sua finalidade, esse programa não é detalhado nesse trabalho.

<sup>50</sup> Além desses programas, foi implementado pela Caixa Econômica Federal - CEF, o PRSH, que contempla a melhoria do habitat e a diminuição do déficit habitacional.

<sup>51</sup> O primeiro documento relacionado ao Monumenta data de 1996, intitulado *Revitalização de sítios urbanos através da recuperação do patrimônio cultural*. Brasília, 1996. Entre os anos de 1996 e 1999, foram realizadas as primeiras missões do BID para constituição do programa.

<sup>52</sup> Cf. BRASIL. Ministério da Cultura; Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Contrato de Empréstimo nº 1200/OC-BR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta)*, 4 de dezembro de 1999. Brasília, DF, 1999.

<sup>53</sup> O URBIS foi implantado através da Portaria Ministerial nº 554/00; e gerido pelo MinC, tendo o Iphan como órgão técnico e executor, e a CEF como parceira.

De modo geral, embora tenham indicado a necessidade de se rever mecanismos de planejamento, proteção e gestão, os programas implementados nos anos 1990 são muito pouco expressivos quanto a esses aspectos. Apenas o URBIS se mostra mais aparelhado nesse sentido, ainda que enquanto discurso. Estruturado em torno de dois mecanismos, a “Comissão Gestora Local” e o “Plano de Preservação de Sítio Histórico”,<sup>54</sup> o programa propôs instrumentos de planejamento e gestão que não existiam, com esse nível de elaboração, em nenhum dos outros programas (SANT’ANNA, 2004, p. 320).

Nesse sentido, não inovam, nem promovem alterações nas operações de salvaguarda; permanecendo o tombamento como o instrumento disponível para as áreas urbanas,<sup>55</sup> uma vez que esse dispositivo não se tornou nem um entrave, nem algo essencial para a execução das intervenções programadas.

## **2.8. CIDADE-INSTRUMENTO E OS NOVOS SENTIDOS DA PRESERVAÇÃO [2001-2012]**

### *A gestão dos sítios tombados*

O início dos anos 2000 marca a consolidação das práticas patrimoniais adotadas na década anterior, em que os bens culturais, enquanto referências de identidades, passam a “representar um poder e um *status* diretamente ligado ao mercado, adquirindo um valor simbólico a ele associado” (MOTTA, 2000, p. 261). Caracteriza-se o patrimônio, assim, como mercadoria, sendo dispensados os métodos anteriores de trabalho, e valorizado o apelo visual mais imediato. Nesse contexto, a opção do poder público é pelo *marketing* cultural, que Lia Motta trata por *modelo globalizado*.<sup>56</sup>

[Para a autora,] pretende-se demonstrar que, embora revestido do discurso da atualidade, o *modelo globalizado* representa a volta ao modo de tratar os sítios históricos característico do trabalho inicial de preservação no Brasil, que explorava suas referências visuais mais imediatas e superficiais, orientado para uma construção simbólica do patrimônio urbano [...] (MOTTA, 2000, p. 259).

A essas práticas de preservação, ainda que apenas no plano do discurso, somam-se novas ações estratégicas da política patrimonial em âmbito federal. A exemplo do que

---

<sup>54</sup> A Comissão Gestora seria o instrumento para a construção da gestão compartilhada do sítio histórico entre poder público e sociedade. Enquanto o Plano de Preservação supunha uma regulamentação inicial da disciplina urbanística e de preservação do sítio. A esse respeito ver BRASIL. Ministério da Cultura. *URBIS – Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos*: guia informativo. Brasília, 2001b; e BRASIL. Ministério da Cultural. *Termo Geral de Referência para Plano de Preservação de Sítio Histórico*. Brasília, 2001a. (URBIS, Documento 01).

<sup>55</sup> Os tombamentos realizados objetivaram reforçar identidades urbanas e garantir o acesso a programas de financiamento e incentivos fiscais. Embora com menor peso, influenciou a intenção de proteger algumas áreas dos desdobramentos de iniciativas de renovação urbana ou tendências de transformação do padrão de ocupação (Sant’Anna, 2004). Os processos de tombamento abertos apontam um predomínio da região Sudeste, com ênfase para o estado do Rio de Janeiro.

<sup>56</sup> Motta (2000, p. 262) aponta que as áreas históricas, sobretudo nos grandes centros, passaram a ser consideradas elementos importantes para composição da imagem urbana diante do mercado globalizado. Assim, as “referências são locais, mas têm como alvo a disputa global.”

ocorrera na década de 1970, observa-se uma nova iniciativa de integração das políticas de preservação do patrimônio ao final dos anos 2000, por meio do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural,<sup>57</sup> evidenciando

a necessidade de que os gestores do patrimônio assumam seu papel no processo de consolidação de uma política de transversalidade, capaz de retirar ações do Iphan do isolamento e integrá-las aos instrumentos de planejamento existentes, hoje, na sociedade brasileira (SUTTI, 2009, vol. 1. p. 41).

Ao mesmo tempo em que se constrói uma estrutura comum no patrimônio cultural, são consolidadas novas metodologias de gestão, cujos principais instrumentos são o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, e o Inventário Nacional de Referências Culturais<sup>58</sup> – INRC; dando início, desse modo, à “recuperação” do patrimônio como fonte de referência e de significado, visando à construção de “inventários de conhecimento” para a formação de redes de patrimônio<sup>59</sup>. A cidade-patrimônio consolida-se como *cidade-instrumento*,<sup>60</sup> em que as peculiaridades dos conceitos anteriores se somam ao exercício da cidadania, sem renunciar ao cotidiano da economia, da gestão e do mercado.

Nesse sentido, a preservação dos bens materiais passa a ser organizada em dois conjuntos de atividades: o da identificação e proteção, e o da gestão, evidenciando a nova postura do Iphan que passa “de mero gestor de bens tombados para, enfim, assumir seu papel de fomentador da política pública cultural” (ALMEIDA, L., 2009b, vol. 1. p. 13).

No que diz respeito às Cidades Históricas, ao longo de sua história o IPHAN priorizou ações voltadas à sua proteção, através do instituto do tombamento. Deste modo, apesar do passivo em bens ainda a serem protegidos, um passivo maior ainda é verificado em ações de gestão dos sítios, conjuntos urbanos ou conjuntos arquitetônicos, em especial em termos de elaboração de suas Normas de Preservação.

Visando avançar neste tema, respeitada a atuação necessária do IPHAN em sua proteção, passamos a considerar que, hoje, dentro do universo de atribuições da instituição, o trabalho não termina com o tombamento – na realidade apenas começa (IPHAN, 2010. p. 3).

---

<sup>57</sup> Conforme apontado na página do Iphan ([www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)), o SNPC visa propor formas de relação entre as esferas de governo, visando estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural, através de três eixos de trabalho: Coordenação, Regulação e Fomento.

<sup>58</sup> O INRC é uma metodologia de pesquisa voltada para o patrimônio imaterial e desenvolvida para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que constituem referências de identidade para determinados grupos sociais. (Fonte: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)). Por sua natureza, esse inventário não é detalhado neste trabalho.

<sup>59</sup> A esse respeito ver FINGER, Anna Eliza. Redes de proteção ao patrimônio. *Anais. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão.* Ouro Preto, 2009, vol. 3. p. 252-260.

<sup>60</sup> Terminologia herdada de Duarte Filho (2012).

As principais operações de conservação das áreas urbanas-patrimônio ainda continuam ocorrendo no âmbito dos programas implementados nos anos 1990, somando-se o PAC das Cidades Históricas<sup>61</sup>, instituído em 2009.

À parte dessa nova metodologia de trabalho e dos novos programas de preservação do patrimônio brasileiro, o instituto do tombamento<sup>62</sup> continua sendo, para o Iphan, como ocorreu durante toda a trajetória exposta, o único dispositivo voltado à operacionalização da proteção do patrimônio material.<sup>63</sup>

### *Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana*

Concebido em um período em que o patrimônio passa a ser integrado à produção de identidades com fins econômicos e comerciais, o Programa Monumenta sofre, nos anos 2000<sup>64</sup>, fortes inflexões que estabeleceriam um novo método de atuação, no qual era “fundamental encontrar um modelo capaz de interagir com as realidades locais e funcionar como uma ação de desenvolvimento urbano para as cidades sob proteção federal” (ALMEIDA, L., 2009a, p. 3), com o objetivo de construir uma forma de intervenção capaz de aliar a preservação do patrimônio ao desenvolvimento do sítio.

A preservação do patrimônio cultural passa, então, a ser tratada como fator dinâmico que interage com as lógicas econômica e social próprias das cidades, integrando-se às políticas de desenvolvimento urbano implementadas pelo município (ALMEIDA, L., 2009a, p. 3).

[Nesse contexto,] a concepção do programa e de seu desenrolar lançam questões conceituais relevantes sobre a preservação dos núcleos históricos, como o peso que as atividades voltadas para o turismo devem exercer; a permanência de usos e populações tradicionais; a articulação com outras políticas urbanas e sociais e o papel do Estado e do mercado na proteção do patrimônio (BONDUKI, 2010. p. 10).

Ao promover essa ampliação do campo temático da instituição e de seu repertório instrumental, a ação que o órgão executa em um conjunto tombado passa a ser pactuada e planejada, implicando a criação de métodos capazes de enfrentar essas questões. E é a partir do Monumenta que alguns instrumentos se incorporaram totalmente no repertório do Iphan, como, por exemplo, a necessidade de trabalhar a

---

<sup>61</sup> Apesar de ter sido implementado em 2009, as ações do PAC só começaram a ser realmente executadas em 2013, não havendo, ainda, parâmetros para avaliar sua influência na gestão de conjuntos tombados. Por essa razão, o programa não é objeto deste trabalho.

<sup>62</sup> Os tombamentos contemplam a diversidade cultural brasileira, abrangendo desde bens imóveis a terreiros de Candomblé, embarcações e partituras. Há uma concentração de bens tombados nas regiões nordeste e sudeste; e o Ceará concentra o maior número de conjuntos urbanos protegidos.

<sup>63</sup> O Decreto nº 3.551, de 04/08/2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como dispositivo de tutela do patrimônio intangível.

<sup>64</sup> O Monumenta, como dito, foi implementado em 1999; mas se manteve no MinC até o ano de 2006, quando foi incorporado ao Iphan. O programa conta com o financiamento do BID, com recursos da União, Estados, municípios e iniciativa privada, além da cooperação técnica da Unesco.

requalificação urbanística como uma parte essencial desse processo de qualificação das cidades históricas (ALMEIDA, L., 2009b, p. 15-16).

Apesar de todo o discurso acerca da atuação integrada e das ações voltadas ao desenvolvimento econômico e sustentabilidade dos sítios tombados, o programa não conseguiu atuar efetivamente de forma integrada, bem como implementar as várias teorias pensadas. Contudo, ainda que não tenha conseguido implantar o padrão de preservação sustentável que pretendia, o Programa Monumenta teve o mérito de re-introduzir a questão da preservação urbana no plano nacional, estimulando a formulação e a implantação de outros programas. Nesse sentido, apoiou a produção de inventários, normas, e manuais de preservação, além de atuar na proposição de alternativas institucionais para a gestão do patrimônio cultural brasileiro (ALMEIDA, R., 2009, vol. 1. p. 98).



#### *Disposições finais*

O estudo do patrimônio histórico na sua relação com a cidade deve significar não apenas uma ampliação de conceito, do monumento, à paisagem histórica urbana; mas, fundamentalmente, uma mudança de foco, do objeto para um sistema de relações. Muito além da noção de patrimônio histórico e artístico nacional que se deu no âmbito da formação dos Estados-nações, a discussão sobre essa temática deve incluir modificações na conceituação e no gerenciamento do patrimônio enquanto objeto de políticas públicas. E é essa trajetória que se buscou apresentar nesse capítulo, por meio da análise da prática de preservação desenvolvida no Brasil ao longo da história do órgão de proteção nacional, que tem início no final dos anos 1930 e que é, aqui, abordada até o ano de 2012, com o encerramento do Programa Monumenta.

Exposto esse histórico, o capítulo seguinte se dedica ao exame dos dispositivos referentes às práticas de delimitação de conjuntos tombados e seus entornos, abordando, de modo mais concreto e palpável, as políticas e programas de proteção apresentados, tendo por base sítios urbanos protegidos de Minas Gerais, com o objetivo de esboçar os critérios para elaboração de poligonais de proteção que emergem desses planos nacionais.

### 3. AS PRÁTICAS DE DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS

---

Pretende-se neste capítulo configurar o cenário das técnicas de delimitação implementadas nos sítios urbanos em análise, partindo-se do entendimento da relação entre centro histórico e seu entorno, da compreensão do significado das poligonais de proteção, e da avaliação dos instrumentos constantes dos dispositivos apresentados no capítulo anterior que, com o objetivo de gerir ou normatizar esses bens tombados, trataram de suas delimitações.

#### 3.1. A COMPREENSÃO DO SÍTIO TOMBADO E SEU ENTORNO

##### *Do monumento à paisagem histórica urbana*

Quando a área urbana surge como elemento patrimonial não é, a princípio, vinculada a uma parte específica da cidade; referindo-se, de modo genérico, às regiões mais antigas que, usualmente, coincidem com os núcleos iniciais das aglomerações.

O início do reconhecimento oficial do valor patrimonial das áreas urbanas se dá somente por volta dos anos de 1930 com a legislação francesa de proteção dos sítios e paisagens, a Carta de Atenas dos CIAM e o discurso técnico de Gustavo Giovannoni sobre a inclusão das áreas históricas na estrutura urbana<sup>1</sup>; sendo apenas por volta da década de 1960, ou com a redação da Carta de Veneza, que o patrimônio urbano se consagra.

Em seu trabalho, Giovannoni defende a preservação das cidades antigas através de sua separação física da nova dinâmica urbana, justificada pela impossibilidade de as adaptar, sem destruição, às exigências da cidade moderna. E é essa ideia de “isolamento” das áreas antigas ou centrais, transformadas em algo semelhante aos bairros, que dá origem ao conceito de “centro histórico”, tal como ele surge após a Segunda Guerra Mundial (SANT’ANNA, 1995, p. 50).

A partir daí, a trajetória das práticas de salvaguarda das áreas urbanas permanecerá intimamente ligada às discussões em torno da refuncionalização das áreas centrais, do seu papel na estrutura da cidade industrial [...]. O vínculo estabelecido entre patrimônio urbano e centralidade assume tal importância que [...] a área urbana-patrimônio cristalizada como “centro histórico” reforça a instituição da dicotomia entre centro e periferia, desviando a atenção do problema da cidade como uma totalidade (SANT’ANNA, 1995, p. 51).

---

<sup>1</sup> Ver Gustavo Giovannoni. *Vecchie città ed edilizia nuova: il quartiere del Rinascimento in Roma*. In: *Nuova Antologia*, XLVIII, n. 995, giugno 1913, p. 449-472; e seu livro que leva o mesmo nome, *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim, Unione tipografico-editrice torinese, 1931.

Entre os anos 1960 e 1970, o foco do debate sobre os centros históricos é a identificação do seu papel na estrutura urbana, colocando-se “na cena internacional a questão da integração (dos conjuntos históricos) à vida coletiva de nossa ‘época” (CHOAY, 2006, p. 223). Desse modo, nota-se que, durante a década de 1970, os centros históricos são postos como pontos centrais do planejamento urbano e territorial, da política habitacional, e da identidade urbana que abriga valores insubstituíveis. Esses centros são agora definidos como “conjunto histórico ou tradicional”, que agrupa as construções e espaços que constituam um assentamento humano e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural (CURY, 2004, p. 219).

Ainda no final dos anos 1970, principia-se a revisão crítica do debate sobre a salvaguarda dos centros históricos, que se estenderia por toda a década seguinte. As cidades, enquanto resultado de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado, são expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por esse motivo, históricas (CURY, 2004, p. 281). Essa visão, reiterada na Carta de Petrópolis, de 1987, reforça que esse “sítio histórico deve ser entendido em seu sentido operacional de ‘área crítica’, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade” (CURY, 2004, p. 285). Com essa ampliação da abordagem do patrimônio urbano, passa-se a entender o sítio histórico urbano enquanto o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações, integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes, num espaço em processo dinâmico de transformação (CURY, 2004, p. 285).

Ao mesmo tempo em que a dimensão intangível, por meio das manifestações culturais, é incorporada ao patrimônio urbano; percebe-se, nessa trajetória, uma ampliação, através dos documentos internacionais, do quadro de valores atribuídos à paisagem,<sup>2</sup> que passa a instrumento para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas.

Agora definidas como paisagem histórica urbana, as áreas urbanas-patrimônio são compreendidas como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que extrapolam a noção de “centro histórico” ou “ensemble”, para incluir o contexto urbano mais amplo, tanto histórico quanto contemporâneo, a sua localização geográfica e as dimensões intangíveis do patrimônio relacionadas com a diversidade e identidade (UNESCO, 2011).

---

<sup>2</sup> Particularmente, a *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*, de 1962; as *Normas de Quito*, de 1967; a *Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural*, de 1972; a *Recomendação nº R (95) 9*, de 1995; o *Memorando de Viena*, de 2005; e a *Recomendação sobre a paisagem histórica urbana*, de 2011.

Essa abordagem da paisagem histórica urbana implica, assim, em uma nova visão sobre as cidades e sobre a própria gestão do patrimônio urbano, entendida sob uma perspectiva mais ampla, que considera os vários extratos da passagem do tempo sobre os territórios, os aspectos culturais materiais e imateriais, e a necessidade de integração entre patrimônio e desenvolvimento contemporâneo.

### *A questão do entorno*

A proposição de um entorno para o bem protegido encontra sua maior razão na consciência de ser o tombamento em si insuficiente para a proteção real da coisa tombada, levando, conseqüentemente, à necessidade de se acautelar seus arredores, como forma de assegurar a conservação do próprio bem.

Inicialmente, o controle das intervenções na vizinhança se dá apenas em função da valorização do monumento histórico, sem relação direta com o valor do patrimônio urbano em si. Uma abordagem, portanto, arquitetônica, cuja intenção era a de preservar a visibilidade do bem, sua circunvizinhança, proximidade ou cercania – um conceito, deste modo, físico, espacial.

Deve-se reconhecer, contudo, que, essa noção de visibilidade, como abordada no Decreto-lei nº 25/37<sup>3</sup>, é, no mínimo, deficiente, e a prática foi mostrando a necessidade de uma proteção mais ampla e efetiva do que a de simples impedimento ou redução visual.

Entende-se, hoje, que a finalidade do art. 18 do Decreto-lei 25/37 é a proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano.

Neste sentido, não só prédios reduzem a visibilidade da coisa, mas qualquer obra ou objeto que seja incompatível com uma vivência integrada com o bem tombado. O conceito de visibilidade, portanto, ampliou-se para o de ambiência, isto é, harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança, sem que exclua com isso a visibilidade literalmente dita (CASTRO, 2009, p. 122-123).

Portanto, a ambiência extrapola a noção de vizinhança, incorporando o quadro natural e construído no qual o bem está inserido, e que leva em conta muitas outras características do ambiente que o envolve.<sup>4</sup> Entende-se, pois, que a ambiência teria um sentido de paisagem circundante, muito embora o bem seja parte integrante dessa paisagem, não vinculada apenas à acepção de invólucro.

---

<sup>3</sup> Cf. art. 18: Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes [...].

<sup>4</sup> Como preconizado na Carta de Veneza, 1964; Normas de Quito, 1967; Compromisso de Salvador, 1971; Recomendação de Nairóbi, 1976; e Declaração de Xi'an, 2005.

Essa concepção mais ampla de entorno<sup>5</sup> é facilmente perceptível nos documentos internacionais, que abordam o tema sem negar seus valores iniciais – a simples visibilidade. Nesse sentido, a Declaração de Xi'an, de 2005, consolida todos os múltiplos aspectos culturais que devem ser considerados na valorização dos entornos, apontando como valor de patrimônio tudo aquilo que forma parte ou contribui para o significado dos bens protegidos.

Na trajetória da preservação no Brasil, sob a ação específica do Iphan, a questão do entorno pode ser periodizada em quatro momentos distintos.<sup>6</sup> O primeiro período, que se estende até meados da década de 1960, é marcado pela discussão judicial<sup>7</sup> em torno dos conceitos de vizinhança e visibilidade, e pela defesa da competência técnica e legal do Iphan para determinar, caso a caso, os limites e o conteúdo desses conceitos. Amparada pela jurisprudência favorável, consolidou-se uma prática de não especificação dos limites da vizinhança e de não explicitação dos critérios de intervenção, tornando a manipulação desses conceitos bastante flexível e apta a atender às mais diversas situações (SANT'ANNA, 1995, p. 181-182).

O segundo período evidencia a preservação como política urbana, caracterizado pela elaboração de estudos técnicos<sup>8</sup> que tem por objetivo a determinação prévia do conteúdo dos conceitos de vizinhança e visibilidade referentes a casos concretos. Compreendendo os anos de meados da década de 1960 até a década de 1980, é marcado pelo planejamento e pela abrangência urbana das medidas de proteção dos entornos.

O terceiro período, referindo-se aos anos entre 1980 e 1986, marca a procura da institucionalização das ações relativas aos entornos, que resultaram nos investimentos em seminários,<sup>9</sup> no estabelecimento de procedimentos e normas administrativas internas<sup>10</sup>, e na determinação de abertura de processos específicos para os entornos, que ficariam conhecidos como os Processos E.

E no quarto período, de 1986 a 2003, tem-se a rotinização das práticas com entornos, caracterizando-se pelo aumento da importância dada à ambiência do bem tombado, ainda que os processos de tombamento do período mostrem que nem sempre o

---

<sup>5</sup> Cabe registrar que o neologismo “entorno”, derivado da palavra italiana *intorno*, foi adotado no campo preservacionista brasileiro a partir do final dos anos 1970, em substituição ao termo vizinhança.

<sup>6</sup> Cf. MOTTA, Lia e THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2010, p. 10-11. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4).

<sup>7</sup> Corresponde às “memoráveis batalhas judiciais”, firmando-se uma jurisprudência em torno das noções de vizinhança e visibilidade, que consolidou: (1) a constitucionalidade da limitação do direito de propriedade na vizinhança do bem tombado; (2) a competência do Iphan para determinar essa vizinhança; e (3) a sedimentação do conceito de visibilidade enquanto ambiência do bem. (Sant'Anna, 1995, p. 182)

<sup>8</sup> Trata-se de planos urbanísticos produzidos na década de 1960, com o apoio técnico da Unesco; e de planos elaborados por estados e municípios, com apoio do governo federal, na década de 1970.

<sup>9</sup> Cabe citar o *Primeiro Seminário sobre Entornos dos Monumentos Tombados*. A esse respeito, ver Motta e Thompson, 2010.

<sup>10</sup> Especialmente as Portarias nº 10 e 11, de 1986.

estudo do entorno resultou em sua delimitação de fato. No contexto desta pesquisa, entende-se que esse período se estende aos dias atuais e que se caracteriza por um incremento na forma de abordagem, com novos métodos e parâmetros de delimitação.

Os anos 2000 assistiram, ainda, à consolidação do papel atual do entorno na proteção dos bens tombados que teria como função principal preservar a qualidade ambiental e paisagística adequadas para a fruição e compreensão do bem protegido e dos valores a ele associados, funcionando como uma “área de amortecimento” entre ele e o restante da cidade (FINGER, 2011), contribuindo, assim para a qualidade de vida, incluindo, nessa noção, os valores culturais; e incorporando a ampliação da própria noção de patrimônio. Os documentos mais recentes tratam, portanto, da ideia de entorno significando contexto, cujo entendimento pressupõe o conhecimento da história e das características ambientais e culturais, ou seja, o espaço ou o território ou a paisagem são importantes para o entendimento de um todo, que não pode ser somente informado pelo bem protegido (MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 24).

#### *Reflexões sobre as poligonais de tombamento e entorno*

O tema da delimitação de poligonais para a proteção de bens tombados é um instrumento potencial para a proteção do patrimônio urbano. Ainda que no caso brasileiro, de modo incipiente, tenha havido esse reconhecimento<sup>11</sup>, a delimitação dos perímetros só se consolida enquanto ferramenta de preservação<sup>12</sup> quando, a partir de meados dos anos 2000, com o início do trabalho de revisão das normativas de preservação das cidades históricas, a atuação do Iphan se volta, além da identificação e da proteção dos bens materiais, às atividades de gestão.

Historicamente, a questão da delimitação surge com a Portaria nº 11/1986<sup>13</sup>, que traz a necessidade de definição de forma precisa do objeto sobre o qual incidirá a proteção, tanto em relação à motivação, quanto à descrição dos perímetros sobre os quais recaem as limitações impostas pelo tombamento e onde o Iphan exercerá suas atribuições.

No caso de sítios urbanos, o “objeto precisamente definido” diz respeito à demarcação cartográfica dos perímetros de tombamento e entorno, além de sua descrição textual, a partir de elementos que permitam uma clara compreensão dos seus limites. Nesse sentido, entende-se a poligonal de tombamento como “a área claramente delimitada

---

<sup>11</sup> A esse respeito ver MESENTIER, Leonardo Marques de et al. *Estratégias de planejamento e instrumentos para gestão de áreas urbanas de valor patrimonial*. Diagnóstico preliminar. Rio de Janeiro: Iphan/Deprot, 1999.

<sup>12</sup> Ainda que a delimitação de perímetros tenha se consolidado como instrumento de preservação, não há legislação específica para o tema, tendo em vista que nem o Decreto-Lei nº 25/37, nem regulamentações posteriores caracterizam essa ferramenta.

<sup>13</sup> Portaria Iphan nº 11, de 11 set. 1986. Dispõe sobre a Instauração do Processo de Tombamento. A esse respeito ver seu Art. 4º, §1º.

com o objetivo de preservar uma paisagem urbana perceptível e diretamente relacionada com a motivação do tombamento” (IPHAN, 2010, p. 11-15).

Esta definição, que decorre diretamente da motivação do tombamento, pode resultar na identificação de conjuntos no tecido urbano, contíguos ou não; pois essas unidades podem denotar tanto algo fisicamente vinculado, quanto algo adjacente, próximo, não sendo determinante a necessidade de que as partes estejam conformadas num mesmo limite físico. Em síntese, um “conjunto” pode ser formado por uma ou mais poligonais de tombamento, ou por uma poligonal e edificações isoladas, desde que partilhem da mesma motivação, não configurando um tombamento isolado (IPHAN, 2010, p. 12).

Faz-se necessário refletir, ainda, sobre a delimitação da poligonal de entorno, cujo aspecto fundamental deve ser a preservação da ambiência do bem tombado. Nesse sentido, é interessante o conceito explicitado por Nélson da Nóbrega Fernandes, quando da análise do sítio histórico de Laranjeiras, SE:

A definição da área de entorno resulta, em primeiro lugar, da compreensão daquele processo que se quer registrar através do tombamento de um determinado bem, pois é através dele que se determina os elementos estruturais que participaram do contexto histórico em que tal bem foi produzido, bem como sua extensão espaço-temporal. Já, em segundo lugar, a definição do entorno depende dos elementos que se encontram preservados, que podem representar a função de contexto do bem em questão [...] (INFORMAÇÃO..., 1990, p. 48-49).

Essa visão seria sintetizada posteriormente pelo Iphan, ao definir o perímetro de entorno como “a área claramente definida com o objetivo de resguardar a ambiência do bem tombado e garantir a qualidade urbana necessária para sua fruição” (IPHAN, 2010, p. 15; FINGER et al, 2011, p. 3). Trata-se, portanto, de delimitação individualizada, em que, para cada contexto, há de ser determinada uma distância em relação ao bem tombado, descartando definições simplistas, que resultariam da fixação de área única de vizinhança válida para todos os casos.

Neste sentido, o estabelecimento de uma proteção de entorno visa preservar o contexto daqueles elementos estruturadores, na medida em que o entorno, a princípio, não possui valor patrimonial suficiente para justificar sua preservação pelo tombamento, mas sua descaracterização acarretaria a perda da continuidade espacial, histórica e simbólica, uma vez que essas áreas formam parte de – ou contribuem para – o significado e caráter peculiar do bem tombado.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Cf. Declaração de Xi'an, “o entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar. Icomos, 2005.

### 3.2. CIDADE-MONUMENTO: MINAS É O BRASIL

#### *O tombamento e a proteção de áreas urbanas*

O modo como está relacionado e valorizado o passado e o presente configura um aspecto fundamental da trajetória da preservação do patrimônio no Brasil, em que o passado mantém com o presente uma relação, se não exemplar, pelo menos de continuidade: para tornar-se civilizado é necessário relembrar seu passado. E, nesse processo, os monumentos barrocos coloniais, por sua exemplaridade cultural e estética, conformaram-se como exemplos privilegiados para inspirar o presente, materializando a identidade nacional (GONÇALVES, 2002, p. 117-118).

Nesse discurso, as cidades mineiras “tornaram-se representação não só da nação brasileira que o Iphan buscou construir, mas também de patrimônio cultural urbano em sua acepção genérica” (MOTTA, 2002, p. 125-126).

Foi usando as cidades mineiras, buscando construir uma imagem que representasse o Brasil como nação moderna, que o Iphan, na década de 1930 e ao longo dos trinta anos subsequentes, consagrou e veiculou aquelas cidades como as únicas que tinham valor de patrimônio, construindo, além de uma representação de Brasil, uma imagem socialmente incorporada de patrimônio histórico e cultural urbano (MOTTA, 2002, p. 126).

E é a partir dessa imagem produzida com base no critério estético-estilístico, que se vão direcionar os primeiros tombamentos das cidades-patrimônio em Minas Gerais, sendo protegidos, no período, os sítios históricos de São João del Rei, Serro, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, Diamantina e Congonhas.<sup>15</sup>

Embora não houvesse uma distinção legal para o tombamento de áreas urbanas, resta claro, no conteúdo dos processos de tombamento dessas cidades, o caráter de excepcionalidade com o qual essas áreas foram tratadas, e do qual deriva a motivação para essas proteções. Nesse sentido,

o que constitui monumento, pelo seu excepcional valor [...] não é nenhum dos edifícios considerado em si mesmo [...], [mas] a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável [...]. É esse conjunto que importa preservar, no seu todo, pois empresta às cidades [...] a sua fisionomia peculiar. [...] Não é isso o mesmo que uma série de tombamentos especiais, de bens individualizados, cada um isoladamente considerados (CARTA..., 1941, p. 1).

Essa ideia de proteção “do todo”, do conjunto em sua integralidade, conduziria, portanto, os primeiros tombamentos das áreas urbanas-patrimônio. Desse modo, não há menção a limites da área protegida, e as inscrições nos Livros do Tombo se referem,

---

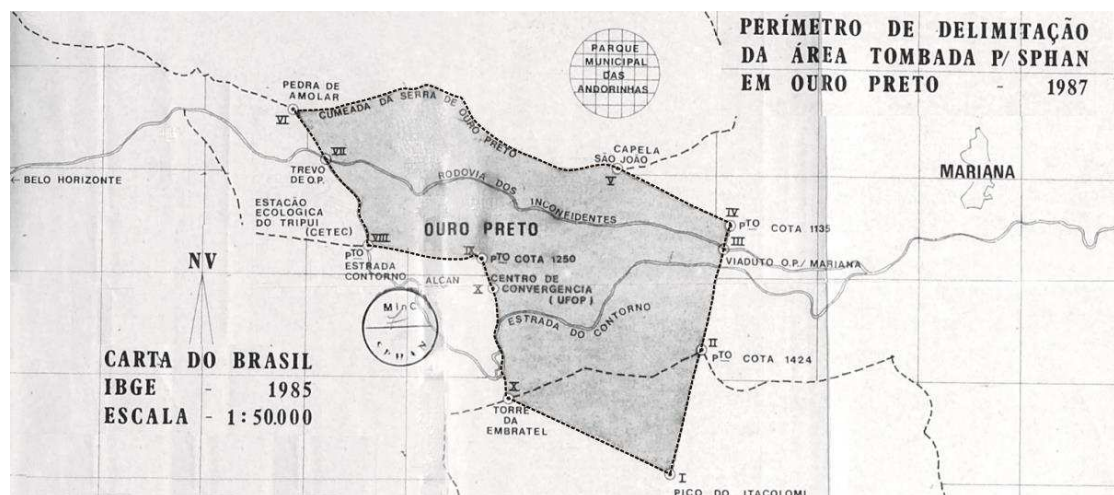
<sup>15</sup> Sítios inscritos em 1938 no Livro de Belas Artes, à exceção de Congonhas, cuja inscrição se deu no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1941. A cidade de Ouro Preto seria, ainda, inscrita nos Livros Histórico; e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1986. A esse respeito ver Apêndice C.

quase sempre, ao “conjunto arquitetônico e urbanístico” da cidade, sem maiores especificações, ficando subentendida a aplicação do tombamento a toda a área urbana, como se observa nos trechos seguintes.

O tombamento integral da cidade de Ouro Preto em 1938, como outros seus contemporâneos no Estado, deixou de delimitar, com descrição precisa, a área que abrange na região em que se situa a cidade (ESTUDO..., 1987, v. 2., p. 1).

Como outros similares e contemporâneos em outros sítios do Estado, esse ato [o tombamento] não definiu o perímetro protegido da cidade [Congonhas], entendendo-a, presume-se, em seu todo, como se configurava à época (NOTA..., 1988, p. 1).

Essa conduta inicial levaria a questionamentos sobre a extensão dessa proteção, e à recorrente indicação da necessidade de sua execução formal,<sup>16</sup> para uma melhor gestão desses sítios agora tombados. Nesse contexto, surgem as primeiras delimitações, ainda que tecnicamente modestas.<sup>17</sup> O caso mais célebre ocorre em São João del Rei, cuja hostilidade dos proprietários dos bens tombados, e os recorrentes pedidos de “destombamento” de seus imóveis, resultaram na primeira delimitação oficial de área tombada, em 1947, limitada a uma listagem de bens isolados e logradouros.<sup>18</sup> Em 1949, em trabalho da Prefeitura Municipal, a delimitação também seria feita para Diamantina,<sup>19</sup> contudo, agora, sob a forma de um conjunto delimitado por poligonal. E Ouro Preto teria sua primeira proposta em 1989,<sup>20</sup> ainda sob essa tipologia (Figura 1).



**Figura 1** – Perímetro de delimitação da área tombada pela SPHAN em Ouro Preto – 1987.

Fonte: Processo de tombamento n.º 70-T-38, v. 2, fl. 7.

<sup>16</sup> A esse respeito, segue trecho: “É fundamental aliar a atuação de preservação [...] à análise do planejamento urbano, porém quando de nossa intervenção torna-se necessário ser claro o limite do nosso instrumental legal para uma mais efetiva consecução da ação”. [Comunicado Interno 052/88 de José Simões B. Pessoa a Jurema K. Arnaut. Rio de Janeiro, 28 de março de 1988. Processo 238-T-41.]

<sup>17</sup> A respeito dos critérios e delimitações constantes nos processos de tombamento, ver Apêndice C.

<sup>18</sup> Elaborada a partir de estudos desenvolvidos por Alcides R. Miranda. A esse respeito ver Notificação nº 45-A, de 28 nov. 1947, encaminhada ao Prefeito de São João del Rei. [Processo 68-T-38].

<sup>19</sup> Ver DIAMANTINA. Lei nº 69/49. Delimita o perímetro sobre que recai, nesta Cidade Diamantina, a proteção de que fala o decreto-lei federal nº. 25, de 30 de novembro de 1937 e dá outras providências.

<sup>20</sup> A esse respeito ver Ata da 137ª reunião do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 13 de outubro de 1989. [Processo 70-T-38].

Em 1962, Sílvio de Vasconcelos, então delegado do Sphan em Minas, proporia, como resposta às constantes pressões para o cancelamento do tombamento de São João del Rei, uma solução que inauguraria uma nova e duradoura prática: o zoneamento de preservação, que consistia na instituição de áreas diferenciadas dentro do perímetro tombado, sujeitas a diferentes critérios de intervenção, mais ou menos rígidos, de acordo com o valor a elas atribuído.<sup>21</sup>

Assim, durante os primeiros trinta anos do órgão federal de proteção, a salvaguarda das áreas urbanas-patrimônio foi feita basicamente por meio do tombamento e, de modo incipiente, pela definição da área protegida e a instituição de parâmetros de intervenção no interior dessas áreas. De modo geral, o período não se caracteriza pela formulação de uma estratégia de preservação do patrimônio urbano baseada em sua delimitação. Neste momento, importava produzir discursos e visibilidades que apontassem o caráter brasileiro e construíssem a identidade nacional (SANT'ANNA, 1995, p. 132).

### **3.3. CIDADE-HISTÓRICA: OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

#### *Os projetos da Fundação João Pinheiro*

Com a aproximação da temática da preservação ao processo de produção da cidade, os anos 1970 assistem à incorporação das políticas patrimoniais ao plano urbano. Desse modo, a peculiaridade da cidade histórica torna-se objeto de crescente experiência quanto ao planejamento, sugerindo considerações, não só de caráter metodológico, mas também conceitual, com o “objetivo [de] constituir-se num instrumento para a preservação compartilhada com as prefeituras” (MOTTA, 2012, p. 262).

Nesse sentido, os planos urbanísticos produzidos para as cidades mineiras, foram desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro, entre os anos de 1973 e 1982<sup>22</sup>, em sua maioria, “com atenção precípua na preservação da arquitetura, de áreas e logradouros ou partes significativas da estrutura urbana” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1982, v. 1, p. 1),<sup>23</sup> gerando, assim, trabalhos cuja natureza integra três categorias: 1) grandes áreas de concentração de bens culturais que assumem papel fundamental no desempenho da estrutura urbana, fazendo parte, estruturalmente, de sua dinâmica; 2) conjuntos urbanos que contêm um patrimônio arquitetônico significativo sem, no entanto, constituírem-se em elementos estruturadores da cidade; e 3) cidades que

<sup>21</sup> Cf. Ofício nº 239, de Sílvio de Vasconcelos para Rodrigo M. F. de Andrade. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1962. [Processo 68-T-38].

<sup>22</sup> *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, 1973-1975; Circuito do Diamante. Diretrizes para o desenvolvimento urbano de Diamantina, 1977-1980; Circuito do Diamante. Diretrizes para o desenvolvimento urbano do Serro, 1977-1980; Circuito do Ouro – Campos das Vertentes. Diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana e preservação do centro histórico de São João del Rei, 1979-1982; e Circuito do Ouro – Campos das Vertentes. Plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes, 1979-1980.*

<sup>23</sup> A respeito dos planos elaborados, ver Apêndice C.

apresentam acervo arquitetônico significativo ou pequenos conjuntos, sem que, a abordagem urbanística, do ponto de vista do desenvolvimento da estrutura urbana, seja necessariamente, relacionada com a preservação deste acervo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1982, v. 1, p. 2).<sup>24</sup>

O primeiro trabalho trata dos sítios de Ouro Preto e Mariana, desenvolvido como tentativa de solucionar as questões referentes ao desenvolvimento urbano e à preservação desses centros, sobretudo, no que se refere à demanda por moradia, novos equipamentos comerciais e de serviços, e pelo acréscimo nos fluxos de circulação, advindos do crescimento populacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975, p. 39). O modelo proposto tem por base as interrelações constantes entre os núcleos de Ouro Preto, Saramenha, Mariana e Passagem de Mariana e a interdependência funcional existente entre eles, conformando, assim, uma estrutura em rede, como apresentado na Figura 2.



**Figura 2** – Relações entre os núcleos de Ouro Preto, Saramenha, Passagem e Mariana.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1975, figura 1.1. Sistema interurbano.

Este sistema apresenta múltiplas oportunidades de expansão, possibilitando atingir aqueles objetivos aparentemente incompatíveis, na medida em que permite a cada núcleo exercer apenas funções adequadas às suas estruturas de suporte (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975, p. 39).

Desse modo, partiu-se do “fortalecimento deste sistema [como] [...] a única forma [...] eficaz de promover a Conservação, a Valorização e o Desenvolvimento Urbano de

<sup>24</sup> Exemplificando esses planos, foram produzidos 1) os projetos de Ouro Preto e Diamantina; 2) incluem cidades onde o grau de descaracterização do conjunto é preponderante (Sabará, Conceição do Mato Dentro, São João del Rei); ou, de pequeno porte (Serro, Tiradentes).

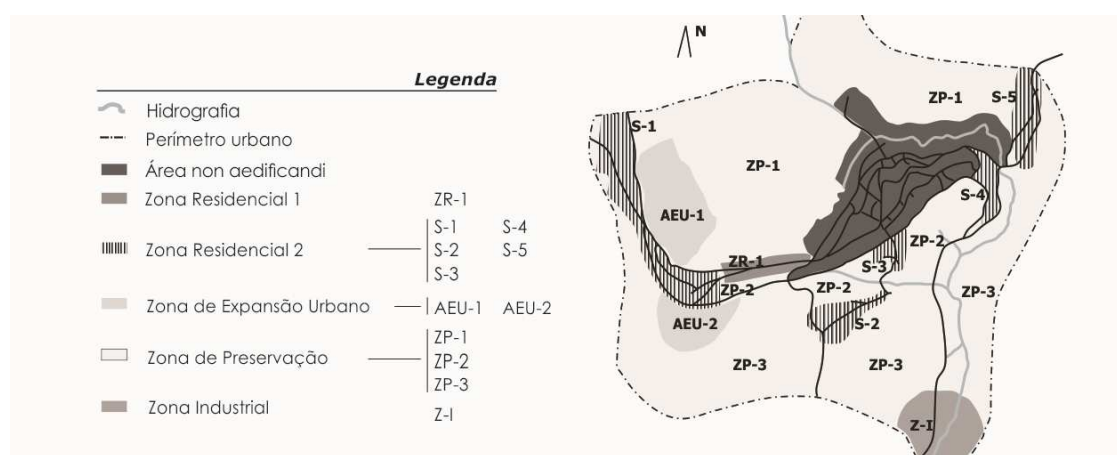
Ouro Preto e Mariana” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975, p. 39), cunhados na ideia de especialização funcional dos núcleos.<sup>25</sup>

Apesar dessa abordagem inicial dos planos a partir de uma estrutura em rede, os demais trabalhos abordariam cada sítio histórico individualmente, ainda que estes tenham sido agrupados em circuitos, delimitados geograficamente a partir de suas interações socioeconômicas. Têm-se, assim, os trabalhos para o Circuito dos Diamantes, sítios urbanos de Serro e Diamantina; e para o Circuito do Ouro – Campo das Vertentes, produzidos para Tiradentes e São João del Rei.<sup>26</sup>

O modelo de desenvolvimento adotado nos planos leva em consideração o crescimento natural da cidade, assim como a dinâmica urbana da época, tendo por objetivo sua conservação, restauração e revitalização, integradas à evolução do sítio, sem, contudo, romper com a memória gravada pelo monumento (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980c, p. 1).

No que toca à delimitação dos perímetros de proteção, de modo geral, os primeiros planos elaborados – para os sítios de Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Serro (Figura 3), pouco avançam em relação ao tombamento desses núcleos, e as áreas históricas são apontadas como mais um setor dentro do perímetro urbano. Assim,

mesmo na escala macro, as pesquisas pouco orientavam decisões. Ou seja, os estudos sobre a ocupação do território e desenvolvimento urbano não foram utilizados para propor a revisão da delimitação das áreas de tombamento e seus entornos ou a delimitação dessas áreas quando não estavam definidas. Mantiveram as áreas delimitadas ainda pelo critério arquitetônico, usando, implicitamente, os critérios tradicionais do Iphan, sem considerar o valor dos vestígios do processo de ocupação e produção dos espaços (MOTTA, 2012, p. 262).



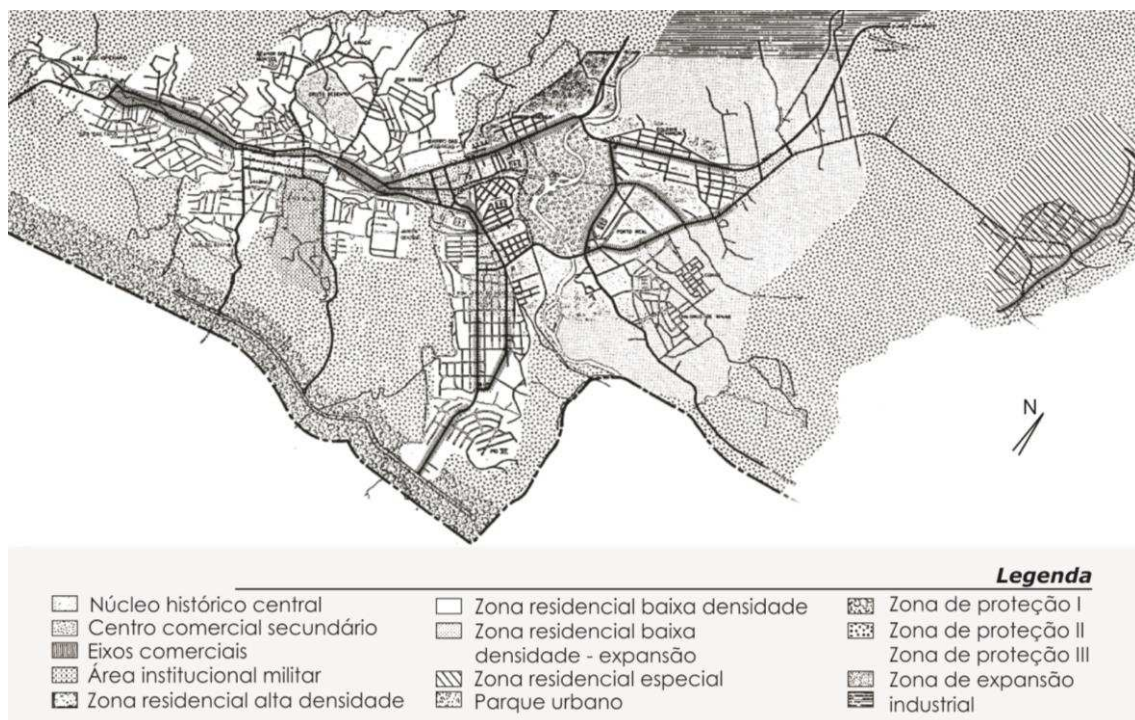
**Figura 3** – Zoneamento do sítio tombado de Serro.

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro, 1980, vol. 3, Proposta – Mapa 10 Zoneamento.

<sup>25</sup> A intenção de fortalecimento de certas funções ou desestímulo e congelamento de outras em cada núcleo é um reflexo do papel que se procurava dar a cada um dos centros dentro do sistema Interurbano. Fundação João Pinheiro, 1975, p. 39.

<sup>26</sup> Os planos produzidos para esses circuitos envolveriam ainda outros sítios, tais como Conceição do Mato Dentro, Circuito dos Diamantes; e Prados, Circuito do Ouro – Campo das Vertentes.

Essa abordagem seria um pouco ampliada no plano desenvolvido para Tiradentes, ao trazer uma proposta de perímetro para a área de preservação. Entretanto, entre os planos elaborados, no que tange às práticas de delimitação, o melhor e mais completo é o de São João del Rei (Figura 4), que propõe a redefinição da área tombada, com ampliação do perímetro existente; embora não faça menção ao perímetro de entorno, como todos os outros projetos elaborados no período.



**Figura 4** – Zoneamento do sítio tombado de São João del Rei.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1982, vol. 2, figura 56 - PROPOSIÇÃO. Zoneamento de uso e ocupação do solo urbano.

Ainda que tenham sido estudos mais abrangentes sobre os sítios tombados, constatou-se “a falta de um trabalho sistemático de conhecimento e a inadequação do conhecimento produzido pelos planos às necessidades cotidianas da Sphan/ Pró-Memória na preservação das áreas tombadas das cidades” (MOTTA, 2012, p. 263).

Outro aspecto relevante foi a dificuldade observada quanto à sua implantação, que dependia de aprovação pelas municipalidades. A inexistência de aparato legal que tornasse a sua implementação obrigatória e a dependência do fortalecimento técnico das prefeituras para sua concretização, também contribuíram para tornar inócuos esses projetos. Portanto, naquele período, os planos urbanísticos ainda eram instrumentos de difícil aplicação (MOTTA, 2012, p. 262; SANT’ANNA, 1995, p. 159-160).

### 3.4. CIDADE-DOCUMENTO: OS INVENTÁRIOS DE IDENTIFICAÇÃO

*Os planos de preservação da Fundação Nacional pró-Memória e o método INBI-SU*

Superada a concepção inicial da cidade enquanto monumento, enquanto expressão autêntica da nacionalidade, têm-se, nos anos 1980, estabelecidas as bases para o seu entendimento enquanto documento, “como lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais sucessivos resultantes da permanente apropriação das coisas do passado” (IPHAN, 2001, p. 13).

Como consequência dessa percepção, as possibilidades de valorização das cidades como patrimônio foram gradativamente ampliadas, tornando-se necessário o estabelecimento de novos instrumentos que explicitassem os objetivos das ações de preservação e construíssem uma ampliação conceitual que os abarcasse. A necessidade de aprofundar o conhecimento acerca dos sítios tombados é, portanto, decorrência direta desse processo de reavaliação do conceito de cidade como patrimônio e, assim, dos conteúdos e significados que a preservação assume diante das novas maneiras de compreender o bem tombado (SILVA, M., 1996, p. 166).

Em função desse novo contexto, e como tentativa inicial de propor planos de preservação que, ao mesmo tempo, incorporassem aspectos urbanos e fossem adequados à proposição de diretrizes de intervenção necessárias à atuação do trabalho, são desenvolvidos estudos para os sítios históricos de São João del Rei, Serro, Paracatu e Congonhas,<sup>27</sup> com o objetivo, dentre outros, de “estabelecer dispositivos técnicos que assegurem a preservação através da demarcação de zonas de atuação e fixação de critérios de intervenção.” (FNpM, [1984?], p. 8)

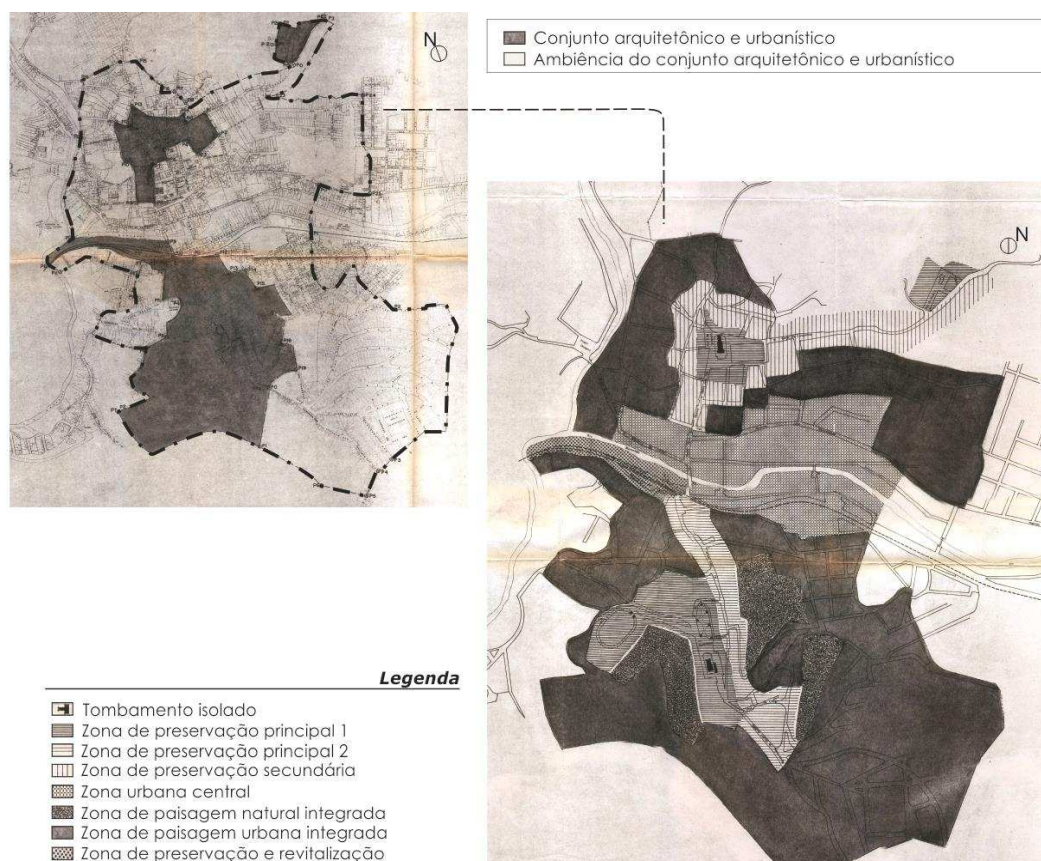
O plano elaborado para São João del Rei, ainda mantinha critérios arraigados às características arquitetônicas do núcleo tombado, sendo proposta a delimitação dessa área com base no grau de descaracterização desse acervo. Desse modo, a filosofia do zoneamento deveria nortear-se pela busca de um tratamento urbanístico que fosse capaz de destacar e preservar o que restava de seu acervo histórico, assegurando à área tombada, além da preservação, a manutenção de um entorno digno de coexistir, sem interferir na arquitetura tradicional (TAIER, 1982).

Sob a perspectiva arquitetônica, orientou-se, também, o plano de Congonhas, apresentado na Figura 5, sendo eleitas zonas preservadas referentes a esse patrimônio edificado que, somadas, formariam a área delimitada de tombamento. O zoneamento proposto foi, por diversas vezes, criticado por comprometer a unidade espacial do núcleo histórico, fragmentando-o em três áreas nuclearizadas por

---

<sup>27</sup> TAIER, Jorge José. *Tombamento de São João del Rei*. Estudo preliminar para o Zoneamento. São João del Rei: FNpM, 1982; FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA (FNpM). *Programa de preservação de núcleos urbanos*. Serro/MG. [S.I.]: FNpM, [1984?]; FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA (FNpM); PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU. *Preservação do núcleo histórico de Paracatu*. Brasília: FNpM, 1985; e FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA (FNpM). *Congonhas – MG*. Plano de uso e ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos. Belo Horizonte, 1988. 2 v.

edificações tombadas isoladamente e que, por esse motivo, pretendia transformar áreas tombadas pelo processo 238-T-41 em área de entorno (INFORMAÇÃO..., 1989).



**Figura 5** – Zoneamento do sítio tombado de Congonhas.

Fonte: Elaborado a partir de Fundação Nacional pró-Memória, 1988, vol. 1 e Anexo. (i) Descrição perimétrica das poligonais de tombamento; (ii) Zoneamento

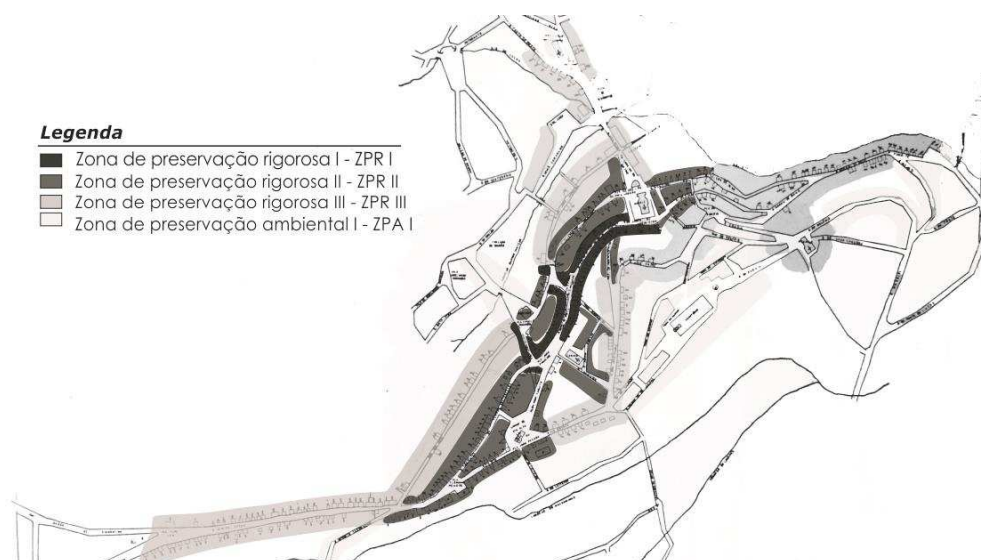
Para o núcleo de Paracatu, a delimitação de seu perímetro de proteção ainda estava sob maior influência da identificação e localização da arquitetura dita “tradicional”, ou seja, as edificações do período colonial e aquelas originárias do neoclássico, ou influenciadas pelo ecletismo (FNpM; PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, 1985, p. 19). Nesse sentido,

O que define e caracteriza o Núcleo Histórico de Paracatu é a arquitetura tradicional, desde seus valores individuais até o resultado dos conjuntos e a configuração dos espaços públicos.

E a arquitetura contemporânea rompe com esses princípios; tem características individuais completamente diferentes e desestrutura o conjunto original (FNpM; PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, 1985, p. 21).

A abordagem foi aplicada com maior êxito no plano desenvolvido para Serro (Figura 6), cuja elaboração se pautou na análise dos dados obtidos, que consideraram desde a dinâmica urbana e organização do espaço, até a tipologia e estado de conservação de bens de interesse cultural; pois, ainda que esse último aspecto tivesse grande expressão nesses estudos, houve o entendimento de que

[...] a paisagem urbana da cidade deve ser tratada do geral para o específico, controlando o adensamento excessivo e especulativo das periferias e cuidando-se da preservação e valorização da área antiga, tanto da malha urbana já definida até as características arquitetônicas específicas (FNpM, [1984?], p. 21).



**Figura 6** – Zoneamento proposto para o sítio tombado de Serro.

Fonte: Adaptado de Fundação Nacional pró-Memória, [1984?]. Zoneamento – proposições.

Ressalta-se, desse modo, que o modelo de preservação desenvolvido para esses sítios, embora tenham evoluído com relação à compreensão e assimilação dos aspectos urbanísticos e arranjo espacial, ainda apresentavam propostas de delimitação pautadas, principalmente, na homogeneidade do sítio tombado.

Nesse contexto, para a adoção do conceito de cidade-documento, foi proposta a metodologia INBI-SU<sup>28</sup>, que “tinha como função constituir-se em uma ação de preservação do patrimônio, ao transcrever as informações culturais contidas nos sítios urbanos para suportes e escalas acessíveis” (MOTTA, 2012, p. 250), com o objetivo de “possibilitar uma leitura conjunta dos aspectos urbanos, históricos, arquitetônicos, tipológicos, morfológicos, socioeconômicos e afetivos do sítio como um todo” (IPHAN, 2001, p. 29).

Nesse sentido, a proposição dessa base atendia à necessidade de

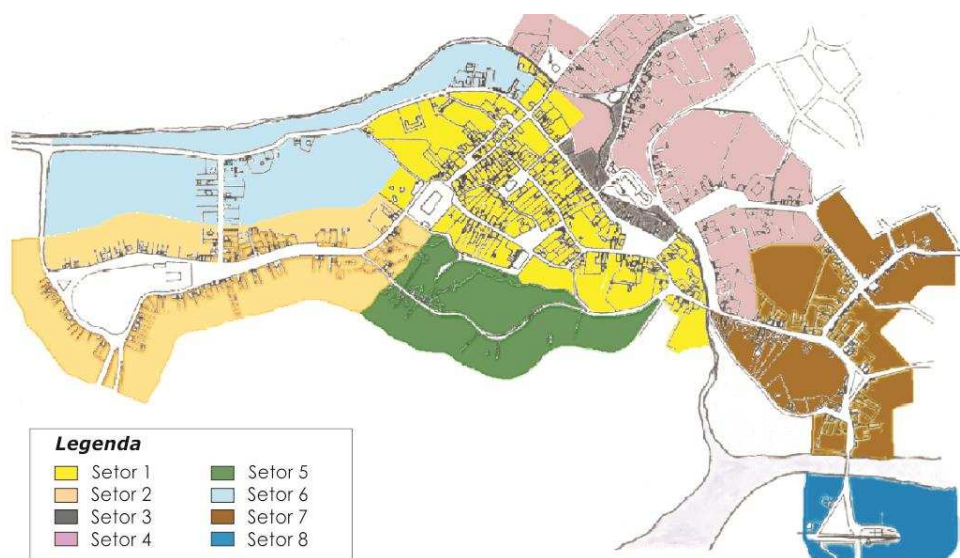
formular um método que, ao mesmo tempo, abrangesse a escala urbana e fosse adequado ao estabelecimento dos critérios de intervenção requeridos no cotidiano, visando a uma prática mais democrática e coerente de preservação, [...] para subsidiar o exercício do poder discricionário [...] a partir de discernimento com critérios explicitados e motivações [...] (IPHAN, 2001, p. 263).

<sup>28</sup> Para o INBI-SU, o conceito *cidade-documento*, desenvolvido nos anos 1980, foi estruturador do método, condicionando a abordagem dos sítios urbanos tombados. Ainda que os inventários tenham sido elaborados na década de 1990, trata-se de uma base concebida e consolidada na década anterior; e daí decorre o fato desse dispositivo ser apresentado nessa fase da trajetória abordada.

A aplicação desse método abrangeu diversos sítios tombados em todo o país, tendo sido definida, no final dos anos 1980,<sup>29</sup> a necessidade de se concluir o levantamento e análise dos dados sobre um sítio histórico, para a avaliação do procedimento. Foi então eleito como projeto-piloto, o sítio de Tiradentes,<sup>30</sup> ao mesmo tempo em que os levantamentos tiveram continuidade em outros núcleos.<sup>31</sup>

A experiência do inventário em Tiradentes consolidou um método de levantamento das informações, preocupado em ampliar o modo de ver a cidade que já acumula uma história como bem tombado e que, a cada dia, ganha novos elementos formais e produz novas relações entre eles e entre seus habitantes e usuários (SILVA, M., 1996, p. 166).

Esse mapeamento das informações se constituiu numa hipótese preliminar de interpretação da conformação urbana à época, tendo sido possível zonestar o sítio histórico de acordo com as características de evolução urbana de cada área (Figura 7), proporcionando a diferenciação dos espaços conforme sua significação como bem tombado; ou seja, ainda que o objeto de tombamento fosse um só – o conjunto arquitetônico e urbanístico, esse instrumento assumia significados distintos em cada setor identificado pelo trabalho de pesquisa (SILVA, M., 1996, p. 172).



**Figura 7** – Setorialização do sítio tombado de Tiradentes.

Fonte: IBPC, 1994, vol. Normas, p. 43. Setores.

Com essa nova leitura das áreas urbanas-patrimônio no Brasil, o INBI-SU, embora não tenha conseguido se consolidar enquanto prática de preservação, por ter sido interrompido em 2004, pode ser compreendido como o início de um processo de formulação de

<sup>29</sup> Na ocasião do seminário *Inventário de Centros Históricos: Avaliação e Perspectivas de Utilização dos Dados*, promovido em Ouro Preto, em 1989.

<sup>30</sup> Ver INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (IBPC). *Projeto piloto – Sítio Histórico de Tiradentes. Fundamentos e proposta de critérios e normas de intervenção*. [Rio de Janeiro]: Iphan/DID, 1994. Trabalho reeditado em Edições do Senado Federal – vol. 82. Brasília: Senado Federal, 2007.

<sup>31</sup> O método INBI-SU foi aplicado, em Minas Gerais, também nos sítios de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Tiradentes, Serro, Congonhas e Diamantina.

uma cultura urbana na salvaguarda das cidades tombadas, superando, assim, a tradição das práticas institucionais desenvolvidas em torno do monumento histórico.

### **3.5. CIDADE-ATRAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM DA POLÍTICA PATRIMONIAL**

#### *O Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – URBIS*

Com a abertura de novos horizontes na política patrimonial, é criado o Programa URBIS, “que se contrapunha ao modelo tradicional de desenvolvimento urbano, baseado no crescimento periférico, no adensamento e na renovação, e que buscava re-inserir o patrimônio na vida e na dinâmica das cidades” (SANT’ANNA, 2004, p. 290), propondo, assim, a implantação de uma política de preservação vinculada às questões urbanas mais amplas.<sup>32</sup>

O programa apoiava, desse modo, uma abordagem que almejava conciliar o desenvolvimento urbano e socioeconômico às práticas de preservação do patrimônio, estruturando um modelo de intervenção que contemplava planejamento, regulação urbana, intervenções físicas, revitalização de funções e fortalecimento da gestão compartilhada do processo de reabilitação (IPHAN, 2001b); com o objetivo, dentre outros, de apoiar a formulação de Planos de Preservação de Sítio Histórico,<sup>33</sup> incentivando novas práticas preservacionistas nessa área (IPHAN, 2001c, p. 4).

A aplicação experimental do projeto restringiu-se a um grupo de sítios históricos,<sup>34</sup> limitando-se a representação mineira à cidade de Mariana; para a qual foi elaborado, em 2002, o Termo de Referência para o Plano de Preservação de Sítio Histórico de Mariana-MG, objetivando promover a elaboração e aplicação de instrumentos de gestão urbana que garantissem o uso adequado e sustentável do patrimônio, otimizando sua vocação e dinamização cultural (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2002, p. 44).

No que se refere à delimitação da área tombada, esse instrumento previa a elaboração do plano a partir da regulamentação do ordenamento e disciplina urbanística do sítio histórico. Desse modo, como preconizado pelo Programa URBIS, o zoneamento do sítio deveria figurar como a etapa inicial de implementação do plano de preservação, tornando-se necessário, portanto, identificar os méritos da cidade para

---

<sup>32</sup> Ver INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *URBIS*. Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos: ações estruturadoras de política. Brasília: Iphan, 2000.

<sup>33</sup> Esse plano teria como finalidade produzir os documentos de regulamentação da disciplina urbanística do sítio, propostas de intervenção, em consonância com diagnóstico elaborado e, por fim, um sistema de avaliação pautado em indicadores urbanos e desempenho das ações. A esse respeito ver INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Termo geral de referência para plano de preservação de sítio histórico*. Brasília: Iphan, 2001d.

<sup>34</sup> Além de Mariana/MG, foram selecionadas as cidades de Sobral/CE, Laguna/SC, e Pirenópolis/GO, cf. Iphan, 2001c. A respeito do trabalho desenvolvido, ver INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *URBIS*. Relatório de Gestão URBIS 2002. Brasília: Iphan, 2002.

sua efetiva proteção, delimitando seu perímetro urbano tombado, e estabelecendo parâmetros que permitam o desenvolvimento de forma harmônica com seu sítio histórico (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2002, p. 50).

Entretanto, ainda que essa questão das práticas de delimitação de sítios tombados tivesse expressão dentro do URBIS, sem perspectivas de continuidade, e por não contar com recursos financeiros garantidos, o termo elaborado não seria, de fato, executado.<sup>35</sup> Devido à sua estrutura complexa e bastante sofisticada para as questões relativas à elaboração e desenvolvimento de políticas de preservação, a teoria proposta pelo Programa URBIS não se coadunou significativamente com a prática, com o ritmo político e com a função promocional que as intervenções no patrimônio adquiriram nos anos 1990. Os Termos de Referência e seus planos de preservação foram vistos como muito complexos e criticados como peças que retardavam o processo de intervenção (SANT'ANNA, 2004, p. 295).

Em termos conceituais, o Programa URBIS foi, possivelmente, o que mais avançou se comparado aos antigos programas; ensaiando a implantação de uma política de reabilitação urbana inovadora no país, ao propor uma estrutura de atuação fundamentada em mecanismos de planejamento participativo e programação, em instrumentos financeiros variados, em mecanismos de gestão compartilhada e em um sistema permanente de avaliação (SANT'ANNA, 2004, p. 324). Entretanto, não obteve resultados práticos suficientes para se consolidar;<sup>36</sup> não passando de uma tentativa de transformação da prática e de um embrião de política nacional.

### **3.6. CIDADE-INSTRUMENTO: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO NOS ANOS 2000**

#### *Os novos tombamentos*

O modo como o patrimônio vem concretizando as relações de força presentes no corpo social, nos últimos dois séculos, explica a significativa expansão do conceito e da norma de preservação que fora instituída, assim como sua permanência e atualidade frente às diversas transformações socioeconômicas ocorridas (SANT'ANNA, 2004, p. 25).

Nesse sentido,

a temática do patrimônio cultural continua relacionada à questão das identidades, mas com novos recortes, sem perder completamente a referência ao pertencimento nacional. A predominância das ideias fundadoras acerca da unidade nacional deu lugar à diversidade cultural como a fala legítima na atualidade, fruto de longos processos de construção democrática [...] (CHUVA, 2012, p. 73).

---

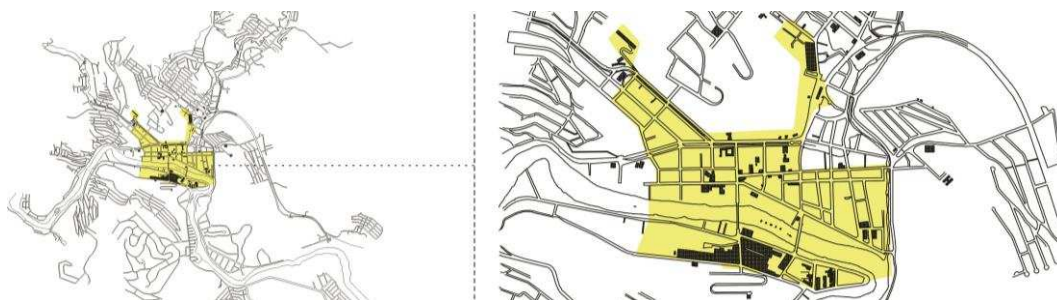
<sup>35</sup> Entre as propostas apresentadas para Mariana, apenas a obra de recuperação da Casa de Pedro Aleixo foi contemplada pelo programa. Cf. Iphan, 2002.

<sup>36</sup> O Programa URBIS foi paralisado em 2003, com apenas dois anos de execução; por não contar com recursos financeiros.

Reconhecendo esse novo cenário, a primeira década dos anos 2000 aponta para a necessidade de se atualizar o mais antigo dispositivo de preservação – o tombamento, “adequando-o às diretrizes da política nacional no tocante à participação social, ao fortalecimento da função social dos bens, à qualificação de seu contexto e à promoção do desenvolvimento local” (PORTA, 2012, p. 51); com o objetivo de ampliar o número de cidades históricas protegidas, e estar presente em todas as regiões do país. Trata-se, portanto, de um movimento estratégico que busca dilatar a significância e a efetividade do patrimônio cultural.

Nesse contexto de busca pela ampliação do valor do patrimônio como elemento de compreensão dos processos históricos e sociais e como depositário de identidades, dão-se os tombamentos dos sítios de Cataguases e Paracatu;<sup>37</sup> que exemplificam o esforço das ações de tombamento de exemplares da arquitetura e do urbanismo que, ainda não acautelados, ilustram a formação e o desenvolvimento da nação brasileira.

Diferentemente dos bens protegidos à década de 1930, cuja extensão da tutela pelo Estado aplicava-se a toda a área urbana, para esses tombamentos, há definição clara dos limites dessa proteção, estando a mesma restrita ao conjunto representativo de sua arquitetura tradicional que constitui as áreas centrais dessas cidades, como apresentado na Figura 8. Esses limites refletem, desse modo, uma delimitação do perímetro de tombamento pautada na diferenciação de arranjos espaciais tradicionais e contemporâneos, tanto do ponto de vista urbanístico quanto arquitetônico, que considera os processos de transformação e o desenvolvimento urbano locais.



**Figura 8** – Perímetro de tombamento de Cataguases.

Fonte: Elaborado a partir de Processo de tombamento n.º 1342-T-94, v. 2, fl. 68.

#### *Estudos e revisões à luz do novo modelo de preservação*

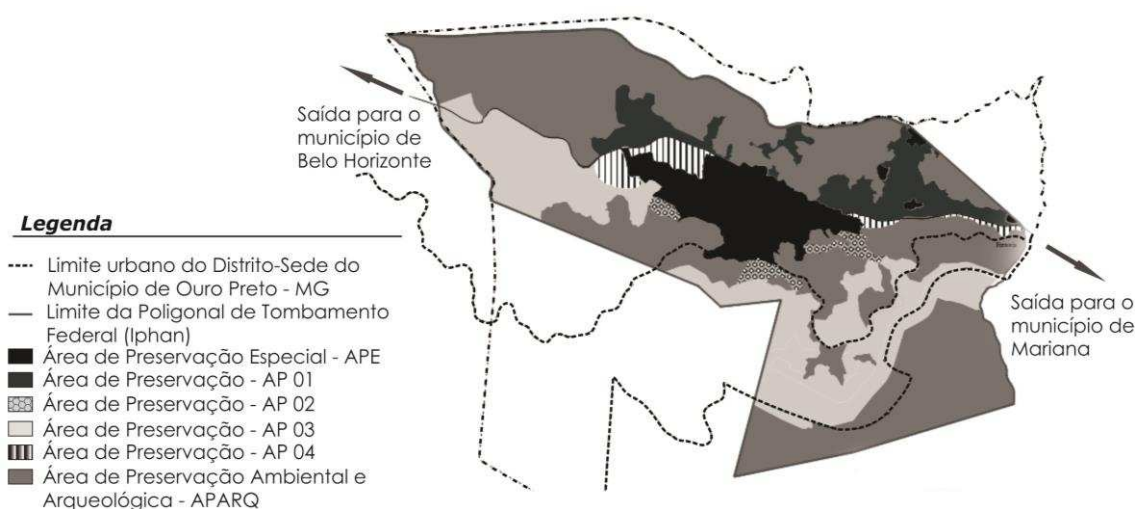
Assim como no tombamento, há intensa atividade de formulação e revisão dos procedimentos de intervenção em bens protegidos; sendo renovados instrumentos antigos, como a fiscalização e as normativas de preservação. Essa conduta de trabalho determina a delimitação dos perímetros de proteção como a etapa inicial para a gestão

<sup>37</sup> O conjunto de Cataguases foi tombado em 2003 e inscrito nos Livros Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e das Belas Artes. A cidade de Paracatu, por sua vez, foi tombada em 2012, e inscrita no Livro Histórico. A esse respeito ver Apêndice C.

dos sítios tombados, levando à indicação da necessidade de uma definição formal dessas poligonais. Nesse escopo, estudos internos e outros contratados pelo Iphan são elaborados, com a finalidade de preservar o sítio tombado, regulamentar a ocupação urbana, bem como regulamentar a avaliação de intervenções nesses conjuntos.<sup>38</sup>

No primeiro grupo, enquadram-se os trabalhos desenvolvidos para os sítios de Mariana e Ouro Preto, que resultaram em novas delimitações desses bens<sup>39</sup>. No caso de Mariana, a referência para o reconhecimento da poligonal de tombamento são os elementos urbanos primários,<sup>40</sup> que tomados para a delimitação do sítio reúnem, “do ponto de vista morfológico, [...] o conjunto de elementos, construídos e naturais, dotados de força representativa do valor histórico-cultural que se quer preservar (NOTA..., 2006, p. 6), estabelecendo o limite entre a Mariana de valor patrimonial, e o restante da cidade que se desenvolveu posteriormente (NOTA..., 2006, p. 5).

Distante dessa proposta, que se enquadra nos moldes dos novos tombamentos ora apresentados, o trabalho desenvolvido para determinação da poligonal de proteção de Ouro Preto toma a cidade integralmente, como apresentado na Figura 9, sob uma perspectiva de que o tombamento, mais do que um instrumento de restrição, deve ser compreendido como um instrumento de planejamento urbano.



**Figura 9** – Poligonal de tombamento de Ouro Preto.

Fonte: Iphan, 2010, p. 18. Anexo I-A: Planta de Macro-Setorização.

Nesse sentido, o plano implementado questiona a dicotomia “centro histórico x entorno”, considerando a existência de apenas um perímetro de tombamento, aquele delimitado ainda nos anos 1980, “que abrange o território ‘até onde a vista alcança’ e

<sup>38</sup> Estudo intitulado Normas de Preservação. “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto.” Relatório Técnico. Iphan/Depam, outubro de 2010. [Processo 01450.002839/2010-27].

<sup>39</sup> Ver Portaria Iphan Nº 66, de 26 fev. 2009 [Mariana] e Portaria Iphan nº 312/2010 [Ouro Preto].

<sup>40</sup> São aqueles elementos a partir dos quais a estrutura da cidade se forma e que, por isso, determinam a forma urbana, de modo continuado e permanente, como rios, caminhos, serras, etc. A esse respeito ver Nota Técnica nº 01/2006 LMM/DEPAM, do arquiteto Leonardo Marques de Mesentier, de 24 de janeiro de 2006. [Processo 0069-T-38. Vol. II].

motiva a proteção de outros valores culturais do conjunto, para além da dimensão arquitetônica e urbanística” (ESTUDO..., 2010, p. 6).

Além desses estudos, outros seriam contratados pelo Iphan, com o objetivo de definir o perímetro de tombamento dos sítios históricos e estabelecer suas diretrizes de intervenções, como é o caso dos trabalhos elaborados para os sítios de São João del Rei e Congonhas.<sup>41</sup>

O plano desenvolvido para São João del Rei, parte da compreensão do centro histórico enquanto expressão de um processo dinâmico; uma vez que, diferente dos demais sítios do período colonial, a estagnação econômica da cidade não se deu como consequência imediata do declínio da produção aurífera; o que tornou possível a inserção de novos estilos arquitetônicos no seu conjunto inicial.

Sob essa condição, a delimitação do tombamento busca refletir a importância de toda a construção ou espaço de qualidade, representativos das diferentes fases vividas pela cidade, estabelecendo-se áreas de caráter diferenciado que traduzem, portanto, a setorização do sítio histórico em conjuntos urbanos distintos (BRASILEIRO, 2007, p. 9).

O estudo elaborado para Congonhas, enquanto atualização do trabalho produzido pela Fundação Nacional pró-Memória, em 1988,<sup>42</sup> manteve seu embasamento sob a perspectiva arquitetônica. Nesse sentido, o zoneamento apresentado tem por base as áreas de ambiências dos monumentos históricos, contidas dentro do perímetro proposto. Embora criticado desde sua versão inicial por transformar as áreas de tombamento em áreas de entorno, essa reedição manteve a proposição do “perímetro de entorno dos monumentos”, não sendo apontada, claramente, a poligonal de tombamento.

Apesar desse estudo se desenvolver sob bases que ainda valorizam a influência do monumento histórico em detrimento dos aspectos urbanos, com a nova leitura das áreas urbanas-patrimônio e com a atualização dos instrumentos de trabalho, têm-se, cada vez mais, poligonais de proteção que refletem a distinção entre áreas representativas do valor histórico-cultural do sítio e aquelas contemporâneas, considerando-se, desse modo, o processo de transformação urbana.

#### *Os estudos desenvolvidos no âmbito do Programa Monumenta*

O Programa Monumenta renovou a forma de reabilitar os núcleos históricos brasileiros, enfatizando intervenções em espaços públicos e imóveis privados, a partir

---

<sup>41</sup> A esse respeito ver BRASILEIRO, Vanessa Borges. *Estudo de delimitação do perímetro do sítio tombado de São João del Rei e entorno*. São João del Rei, 2007, 3 v; e SCHIMIDT ARQUITETURA E URBANISMO. *Adequação das normas de intervenções arquitetônicas e urbanísticas nas ambiências dos monumentos tombados de Congonhas*. Nova Lima, 2007.

<sup>42</sup> Esse plano seria reeditado, ainda, em 2002 e 2011, em estudos do Programa Monumenta.

de uma tentativa de padrão de preservação sustentável, com desdobramentos significativos na formulação de uma política nacional de preservação articulada com o desenvolvimento urbano, econômico e social (BONDUKI, 2010, p. 22).

Ainda que, ao ser executado, tenha havido uma maior vinculação às obras de restauração e recuperação de bens tombados, visando reverter os quadros de degradação do patrimônio histórico, nota-se que, para os sítios urbanos protegidos, há um maior apelo às políticas de preservação, com o objetivo, dentre outros, de aperfeiçoar a gestão desse patrimônio, e o propósito de fortalecer institucionalmente o Iphan (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. 2000, p. 7-9).

Nesse contexto, dossiês e normas de prevenção são elaborados por consultores do Monumenta, lotados nos Escritórios do Iphan, e outros estudos são contratados com seu apoio,<sup>43</sup> com a finalidade de coletar, sistematizar e complementar dados já existentes sobre os sítios históricos, instrumentalizando, desse modo, a delimitação dos perímetros de proteção, e a regulamentação da ocupação urbana.

O primeiro plano trata do sítio de Congonhas,<sup>44</sup> uma reedição do trabalho produzido pela Fundação Nacional pró-Memória, em 1988, objeto, ainda, de outras releituras<sup>45</sup> que, desenvolvido como tentativa de solucionar as lacunas deixadas pelo processo de tombamento, quanto à delimitação de sua abrangência e parâmetros de intervenção, propõe uma setorização baseada nas áreas de ambiência dos monumentos históricos, como anteriormente apresentado.

Enquanto reedição, seria ainda produzido um dossiê para a cidade de Serro,<sup>46</sup> retomando as proposições defendidas no “Programa de preservação de núcleos urbanos” elaborado para o sítio, também, pela Fundação Nacional pró-Memória.

Outros dois documentos técnicos,<sup>47</sup> com propostas de delimitação de poligonais de proteção, seriam elaborados para esse sítio a partir da análise morfológica dos elementos que o configura, e do apontamento das modificações ocorridas em sua paisagem urbana tradicional. Desse modo, a demarcação dos perímetros deu-se com a distinção dos conjuntos (Figura 10), ou setores de preservação, cujo

---

<sup>43</sup> A respeito de todos os planos elaborados via Programa Monumenta, ver Apêndice C.

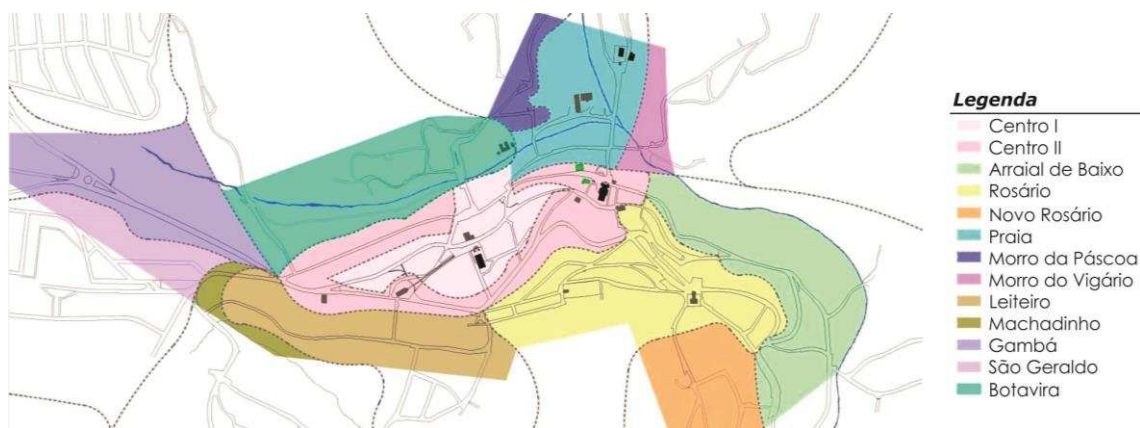
<sup>44</sup> Ver INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL S/C LTDA. – IDM. *Município de Congonhas – Minas Gerais*. Normas e diretrizes para o uso e ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos. [S.l.]: Programa Monumenta, 2002.

<sup>45</sup> A esse respeito ver Schmidt Arquitetura e Urbanismo, 2007; e SILVA, Rosemere Luzia da. *Normas de prevenção para o sítio tombado de Congonhas*. Congonhas: Programa Monumenta, 2011.

<sup>46</sup> Ver LIMA, Danielle Raquel. *Dossiê de definição das diretrizes de intervenção na área de projeto. Evolução urbana do Serro*. Estudos preliminares para elaboração de legislação urbanística e políticas de preservação do patrimônio cultural. Serro: Programa Monumenta, 2006.

<sup>47</sup> FERREIRA, Ana Paula Alves. *Produto 01: Documento técnico para subsidiar a delimitação do perímetro do sítio tombado de Serro e entorno*. Serro: Programa Monumenta, 2010; e NICOLIELO, Isabel. *Normatização para os setores protegidos do Serro*. Definição, descrição, caracterização e normatização dos setores do sítio tombado e seu entorno. Serro: Programa Monumenta, 2012.

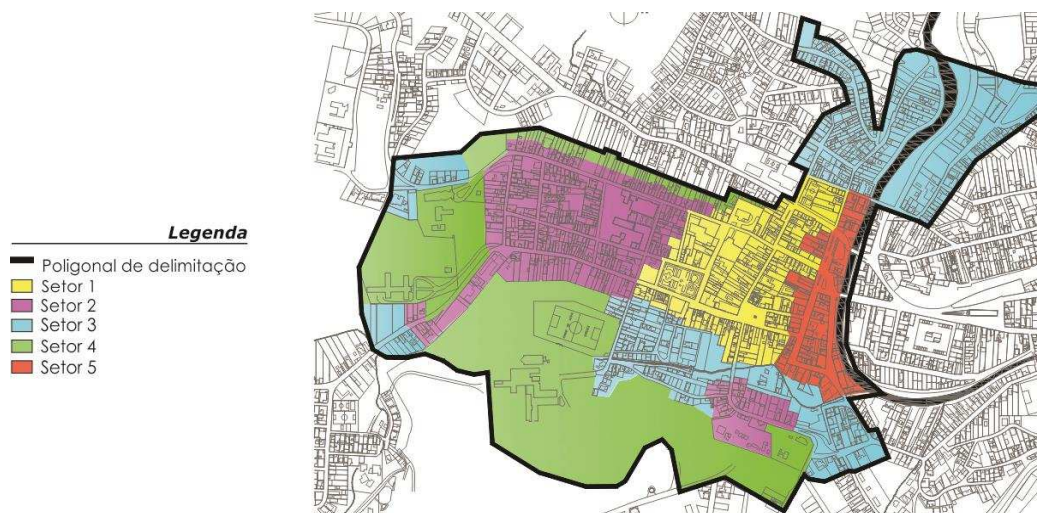
[...] foco para tais definições são as particularidades dos núcleos urbanos, visando sua originalidade histórica, seu patrimônio material remanescente e seus níveis de originalidade no que tange o modo como a cidade tradicional foi preservada ou alterada até o presente momento (NICOLIELO, 2012, p. 3).



**Figura 10** – Setorização do sítio tombado de Serro.

Fonte: Ana Paula A. Ferreira, 2010, p. 55. Figura 46 - Mapa indicativo da demarcação de áreas/conjuntos.

Com o apoio do Programa Monumenta, são, ainda, desenvolvidos trabalhos para os sítios de Mariana (Figura 11) e Diamantina. A experiência daquele sítio se dá a partir de estudos<sup>48</sup> com abordagens que consideram as características históricas e de ocupação, bem como incluem leituras e análises da morfologia urbana. A proposta restringe-se à poligonal de tombamento, e reflete uma delimitação vinculada à distinção entre arranjos espaciais tradicionais e contemporâneos, considerando a interação da dinâmica urbana do centro histórico com a dinâmica da cidade.



**Figura 11** – Poligonal de tombamento do sítio urbano de Mariana.

Fonte: Grillo & Werneck, 2008. Anexo II. Mapa 13. Setores morfológicos.

<sup>48</sup> FERREIRA, Ana Paula Alves. *Produto referente à definição da poligonal para a delimitação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana – MG*. Mariana: Programa Monumenta, 2006, reeditado em FERREIRA, Ana Paula Alves. *Produto referente à elaboração de normas e critérios de preservação para o sítio histórico de Mariana – MG*. Mariana: Programa Monumenta, 2007; e GRILLO & WERNECK PROJETOS E CONSULTORIA LTDA. *Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana / MG*. [S.I.]: Programa Monumenta, 2008.

No trabalho elaborado para Diamantina,<sup>49</sup> verificam-se aspectos semelhantes aos planos de Congonhas, por manter, ainda, uma base sob a análise arquitetônica, embora esteja aliada ao estudo da evolução urbana. Não há uma proposta de poligonal de tombamento claramente delineada, apenas a hipótese de um zoneamento conforme o período de conformação dos setores apontados.

Esses planos, salvo exceções pontuais, refletem a tendência da gestão das áreas urbanas-patrimônio nos anos 2000, em que se têm, cada vez mais, estudos sistematizados, elaborados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, que consideram o caráter dinâmico das cidades e a necessidade de se propor alternativas viáveis de compatibilização entre as políticas patrimoniais e os projetos urbanos.



### *Disposições finais*

Como resposta ao desenvolvimento urbano, as políticas patrimoniais passaram por modificações ao longo de sua trajetória institucional, com a adoção de novos dispositivos para salvaguarda dos bens acautelados. Partindo-se desses instrumentos, o objetivo desse capítulo foi apresentar as práticas de delimitação de sítios tombados e seus entornos, aplicadas aos núcleos históricos avaliados.

Certamente os estudos aqui arrolados não encerram o universo dos trabalhos elaborados para esses sítios, mas retratam, satisfatoriamente, a aplicação dos dispositivos em análise, ainda que a quase totalidade dos planos desenvolvidos não tenha sido efetivamente implementada.

Exposta a trajetória das práticas de delimitação adotadas para esses núcleos, o capítulo posterior se dedica ao exame da legislação e documentação administrativa produzida pelo Iphan, referente aos critérios aplicados nessas práticas, com ênfase nas diretrizes em uso, bem como ao estabelecimento de critérios próprios para a delimitação de poligonais de tombamento e entorno, com vistas ao desenvolvimento do nosso estudo de caso: o sítio tombado de Serro.

---

<sup>49</sup> A esse respeito ver LIMA, Danielle Raquel. *Diamantina – Diagnóstico preliminar do sítio histórico*. Diamantina: Programa Monumenta, 2008.

## 4. A CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS PARA DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS

---

A partir do delineamento da trajetória dos instrumentos de gestão expedidos para os sítios urbanos e utilizando-se da Morfologia Urbana como método para elaboração dos critérios de delimitação de sítios tombados, propõe-se um procedimento de trabalho amparado na conjectura de que a cidade pode ser analisada por meio de sua estrutura física, que guarda a marca do crescimento do tecido urbano e da arquitetura proveniente de diversas épocas, que resultaram na configuração da paisagem que se tem atualmente.

### 4.1. O PATRIMÔNIO URBANO E A TRAJETÓRIA DA NORMATIZAÇÃO DE BENS TOMBADOS

*O SICG e a NT 001/2011/DEPAM: instrumentos de execução da política patrimonial*

Como explicitado no capítulo anterior, ainda que a tutela de bens tombados, no Brasil, tenha iniciado no final dos anos 1930 e, de modo incipiente, tenha havido o reconhecimento da delimitação de poligonais para a proteção de bens tombados, é apenas na década de 1980, com a Portaria nº 11/86, que se tem, formalizada, a necessidade dessa definição.<sup>1</sup>

A partir dessa década, estudos sobre a proteção de sítios tombados tornam-se mais instrumentados, como resultado da criação de procedimentos de trabalho, por meio de inventários e planos de preservação, que alcançam seu apogeu nos anos 2000, quando se investe no desenvolvimento de orientações metodológicas para a elaboração de normativas para esses núcleos declarados Patrimônio Nacional.

Com essa proposta, os critérios adotados para o estabelecimento das poligonais de tombamento e entorno tomam como pressuposto básico os elementos que justificam o tombamento do bem em nível federal e sua interrelação com as áreas circundantes; portanto, a “poligonal de tombamento deve abarcar os espaços necessários à compreensão do que está motivando o tombamento da área, enquanto a poligonal de entorno deve englobar os espaços necessários ao resguardo da percepção e ambiência da área tombada”, (IPHAN, 2010, p. 30) partindo-se de análises e questionamentos como:

Quais são os principais aspectos e características atuais da área, e o que remanesce como fundamental à sua compreensão e preservação como patrimônio cultural nacional?

Quais os elementos paisagísticos, urbanísticos, históricos, arqueológicos, artísticos e arquitetônicos ainda hoje presentes no

---

<sup>1</sup> A respeito da documentação que trata das práticas de delimitação de bens tombados, ver Apêndice D.

sítio o diferenciam das demais cidades? E quais são suas características fundamentais?

De que forma esses remanescentes estão concentrados ou dispersos pela área protegida?

Que áreas estão mais sujeitas a pressão, desqualificação ou degradação?

Que ações institucionais devem ser estabelecidas como prioritárias para a preservação e requalificação do sítio? O que e como é possível realizar? [...] (IPHAN, 2010, p. 30)

Nesse contexto, é desenvolvido o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)

que tem por objetivo integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, [...] e outros recortes do patrimônio cultural do Brasil. É construído por um conjunto de fichas que agrupam informações de diferentes naturezas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro [...] integradas em um sistema de informações único (IPHAN, 2010, p. 31).

O SICG, enquanto instrumento para elaboração de estudos e diretrizes, está estruturado em módulos, idealizados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, partindo do geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais, definidos a partir de elementos como condicionantes históricas, topografia e condicionantes naturais, referenciais urbanos históricos e atuais, caracterização da arquitetura e concentração de bens de interesse, e tendências atuais de uso, pressão por adensamento e alterações. (IPHAN, 2010, p. 34).

Como indicado pelo sistema, esses critérios são elencados apenas a título de exemplo, não sendo necessária a análise de todos os pontos apresentados, mas a utilização daqueles específicos para cada área, enquadrados propositivamente no universo ou objeto de avaliação, ou seja, deve ser construída, para toda análise, a matriz de variáveis que ordenará os espaços observados.

A Nota Técnica nº 001/2011/DEPAM, por sua vez, trata especificamente da delimitação do perímetro de entorno de bens tombados, protegidos individualmente ou em conjunto; apontando que “a área de entorno não requer análise acerca de valores a ela atribuídos. **Os valores a considerar são os atribuídos ao bem tombado**, e o enfoque dos estudos para delimitação do entorno devem sempre se relacionar a ele.” (FINGER et al, 2011, p. 4)

Essa análise deve, preferencialmente, partir da definição de quais características configuram a ambiência do bem tombado, como por exemplo: relações espaciais, visuais, implantação, relação com os imóveis vizinhos, relação com o ambiente natural [...], acessos, manifestações de natureza imaterial diretamente relacionadas ao bem protegido [...]. A partir dessa compreensão devem ser estabelecidos os limites para a leitura da ambiência do bem, assim como serão definidos os critérios para intervenção na área (sempre

se relacionando à ambiência do bem tombado, e não aos próprios bens que compõe o entorno). (FINGER et al, 2011, p. 4)

Apresentado enquanto “sistema adaptável”, o SICG e a NT 001/2011 permitem, portanto, diferentes configurações de variáveis, a serem determinadas a partir da intenção de trabalho do avaliador; possibilitando, ainda, a utilização de outras metodologias para a complementação dos estudos. Nesse sentido, a proposta de critérios para delimitação de poligonais de tombamento e entorno apresentadas nessa pesquisa visa construir uma matriz comum, que englobe os principais critérios para avaliação do sítio urbano a partir da análise de sua forma, ainda que estes tenham tido pesos distintos nesse processo. Embora o foco do trabalho sejam os sítios, buscou-se desenvolver um método aplicável não somente a esses núcleos, mas que pudesse atender aos estudos dos conjuntos urbanos e ser válido para os bens já protegidos, bem como para as novas propostas de acautelamento.

## **4.2. UMA PROPOSTA METODOLÓGICA**

### *Marco teórico: princípios norteadores*

A proposta metodológica apresentada se desenvolve a partir da noção de processo formativo e transformativo da paisagem urbana, pautada na articulação de conceitos, teorias e métodos de diferentes perspectivas presentes no estudo da arquitetura e espaço urbano, cujo enfoque se baseia numa estratégia de complementaridade, ou seja, seleciona diferentes elementos teóricos e os associa.

Considera-se que nesta perspectiva possibilidades de compreensão de fenômenos urbanos são ampliadas, sendo a paisagem avaliada, a princípio, não enquanto totalidade, mas a partir de pontos de análise e estudos mais amplos e integrativos.

A paisagem urbana, enquanto resultado da ocupação do homem sobre o suporte ambiental, decorre das formas geradas pelo processo de ocupação e urbanização, objeto de análise da Morfologia Urbana, cujo propósito

está em compreender a lógica da formação, evolução e transformação dos elementos urbanos, e de suas interrelações, a fim de possibilitar-nos a identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção na cidade existente e o desenho de novas áreas (DEL RIO, 1991, p. 85-86).

A teoria básica contida nessa proposta sustenta, como já convencionado em estudos morfológicos, que a cidade pode ser interpretada por meio de sua forma física, estruturada a partir de três princípios elementares. O primeiro ressalta que a forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: as construções e os espaços livres relacionados a elas; as parcelas ou lotes; e as vias. O segundo

princípio defende que a forma urbana pode ser compreendida a partir de diferentes níveis de resolução, ou seja, legislação, que, de modo geral, correspondem às escalas de abordagem que institucionalizam a relação construtiva entre o edifício e o lote, as vias e as quadras, a cidade, e a região. O terceiro afirma que a forma urbana apenas pode ser entendida a partir de sua história, uma vez que os elementos que a compõem estão em transformação e substituição contínuas (MOULDON, 1997, p. 7).

O procedimento proposto, pautado em um referencial teórico que contempla a possibilidade de definir-se objetivamente os elementos que caracterizam o sítio urbano de interesse cultural, compõe-se, então, de três categorias básicas:

**CATEGORIA DE SÍNTESE HISTÓRICA:** corresponde às informações gerais sobre a formação e o desenvolvimento do sítio histórico urbano.

**CATEGORIA DE NORMATIVAS:** corresponde ao regulamento de ordenação urbanística.

**CATEGORIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO:** corresponde à estrutura física e humana do sítio histórico urbano.

Essa divisão focaliza-se na materialização da forma, para revelar os processos culturais de construção da cidade e, como resultado dessas análises, têm-se o processo de evolução da paisagem urbana que utiliza como parâmetro as transformações e as permanências, sendo possível entender a estrutura morfológica que contém o tecido urbano e o padrão de ocupação e de uso do solo.

#### *Marco teórico: conceitos básicos*

O método proposto fundamenta-se no reconhecimento do valor patrimonial do sítio em sua expressão objetiva, relacionada ao ambiente urbano que o constitui; entendendo a preservação enquanto processo inerente ao desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, o primeiro conceito abordado deve ser o de sítio urbano, para o qual se volta esse método.

Como categoria de bem cultural, os sítios urbanos são complexos, antes de mais nada, porque abrigam patrimônio de natureza tanto material quanto imaterial em escala ímpar de possibilidades, pela concentração social que os caracteriza e permite o amplo e rico espectro de práticas culturais que, se resguardadas, formam a memória dos povos. (KOHLSDORF, 2000, p. 7)

Entretanto, este procedimento dedica-se em especial ao patrimônio físico-espacial dos sítios urbanos – ainda que a divisão entre patrimônio material e imaterial seja, conceitualmente, enganosa, posto que toda intervenção na materialidade de um bem

cultural provoca modificações na sua imaterialidade –, que deve ser conceituado a partir de sua natureza histórica, fato que o qualifica como processo social.

Como apontado por Milton Santos (1985), configura-se o viés material dos sítios urbanos enquanto um produto resultante da relação dialética entre forma, função, estrutura e processo,<sup>2</sup> que permite a compreensão da totalidade social em sua espacialização: como a sociedade se organiza espacialmente, e como a concepção e o uso que se faz do espaço sofrem mudanças.

Nesse bojo conceitual, entende-se a forma física do espaço como o principal veículo de sua comunicação, por ser, a partir dela, que se manifesta a informação visualmente perceptível que constitui o fio condutor da formação da própria noção de espaço. Nesse sentido,

apresentando-se em concretude física e perceptível, o patrimônio material dos sítios urbanos faz da **forma** seu principal atributo, por meio da qual não apenas se expõe à contemplação e informa sobre a vida social nele ocorrente, mas, também, interage com os que nele se encontram (KOHLSDORF, 2000, p. 7).

O segundo aspecto a discutir refere-se ao que sejam a área protegida e a área de entorno. A área protegida deve ser entendida enquanto a forma físico-espacial que agrega os valores ou atributos arquitetônicos e urbanísticos que motivam, ou motivaram, seu acautelamento; ou seja, enquanto paisagem urbana perceptível, possui um conjunto urbano-arquitetônico-paisagístico caracterizado pela concentração de um ou vários elementos ou tipologias de interesse patrimonial.

Por sua vez, o perímetro de entorno compreende a área contígua à área protegida, em que o modo de urbanização e a escala e tipologia do conjunto arquitetônico – que possuem características divergentes do conjunto de interesse patrimonial, comunicam com o sítio urbano protegido, interferindo ou podendo interferir em sua percepção visual, ambiência, visibilidade e integração na paisagem. Possui um conjunto urbano-arquitetônico-paisagístico caracterizado pela presença eventual de elementos ou tipologias de interesse patrimonial mais despojados, ou por sua ausência, e que mantém relações comunicativas diretas com o núcleo protegido.

#### *Procedimentos para recolhimento de dados*

Preservar sítios urbanos implica definir suas permanências, o que requer coleta e análise de dados capazes de revelar suas identidades. Nesse sentido, os procedimentos de investigação

---

<sup>2</sup> A *função* representa o papel de cada elemento, tomado separadamente. A *estrutura* é a categoria que se refere ao dinamismo espacial, pois corresponde a noção de redes de relações. E o *processo* corresponde à interação das demais categorias, por as compreender, e operacionaliza o tempo como novo elemento no conjunto.

devem descobrir a face dos sítios urbanos, tendo-se claro que essa identidade sempre adere ao tempo: ela não é um cenário, mas um processo; não é um objeto concreto, mas um conjunto de atributos; não é uma situação única, mas uma série de situações referidas cada qual a um certo momento (KOHLSDORF, 2000, p. 9).

Nesse sentido, Kohlsdorf (1996) sugere que a investigação da forma do espaço implica em analisá-lo enquanto realidade objetiva e fenômeno observado, uma vez que se pretende averiguar a decodificação de referências presentes no processo de apreensão da forma. Para tanto, deve-se ter como pressupostos as seguintes características das configurações:

*A noção de composição* como conjunto, sistema ou organização de elementos de configuração físico-espacial, com relações regidas por certas leis. Essas podem ter grau de inércia distintos [...], pois a noção de composição não é estática, mas admite toda e qualquer mudança, o que faz da composição um objeto possivelmente dinâmico, [...].

*A capacidade de serem geometricamente representáveis* e, portanto, descritas, analisadas e avaliadas, bem como projetadas, segundo parâmetros específicos de composição plástica. [...]

*A vinculação às dimensões socioculturais, nos seus aspectos simbólicos*, onde se encontram tanto questões estéticas quanto informativas que nos oferecem, também, parâmetros de avaliação e proposição das configurações. [...] (KOHLSDORF, 1996, p. 39)

Realiza-se essa investigação por meio das categorias analíticas previamente identificadas, que são conjuntos de atributos textuais e geométricos relevantes na formação da identidade configurativa dos sítios. Isso significa trabalhar, portanto, com três sistemas que se seguem.

#### A. CATEGORIA ANALÍTICA DE SÍNTESE HISTÓRICA

A síntese histórica tem por objetivo a análise e apreensão do processo de constituição dos sítios urbanos, a partir das motivações para sua implantação no território e a forma adquirida pelo tecido no decurso de sua trajetória constitutiva, visando instrumentar a leitura da paisagem urbana atual, com base em fontes documentais. A evolução do tecido urbano deve ser abordada a partir do estabelecimento de rotas e pólos, que configuram a etapa inicial do processo de ocupação, e englobar o assentamento, a consolidação e a expansão dos núcleos urbanos, por meio dos parcelamentos que direcionaram essa lógica de apropriação do território, e em cujo contexto as formas urbanas refletem as ações dos agentes de produção do espaço.

O contexto histórico deve, portanto, refletir o crescimento da cidade, numa perspectiva dinâmica, aqui proposto a partir de focos de observação desenvolvidos por Panerai (2006), e que fornecem três categorias: (i) Modo de crescimento; (ii) Elementos reguladores; e (iv) Adensamento.

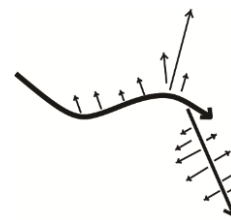
A categoria **Modo de crescimento** (Quadro 1) observa a maneira pelo qual ocorre a expansão do tecido urbano, apresentado sob seu aspecto espacial, considerando, a princípio, duas sub-categorias: o crescimento contínuo e o crescimento descontínuo.

#### Quadro 1 – Categoria Modo de Crescimento

**Modo de crescimento:** maneira pela qual ocorre a expansão do tecido urbano. Pode ser observado em duas instâncias:

(i) **Crescimento contínuo:** a cada estágio do processo de crescimento, as extensões se fazem pelo prolongamento direto de porções urbanas já construídas. A aglomeração apresenta-se como um todo cujo centro antigo constitui o pólo principal.

(ii) **Crescimento descontínuo:** apresenta-se como uma ocupação mais aberta do território, que preserva rupturas entre as partes antigas e as novas extensões, permitindo, assim, a eclosão da aglomeração.

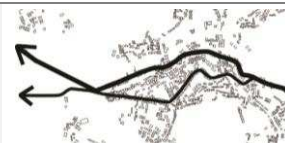


Fonte: Adaptado de PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. Ilustração elaborada pela autora.

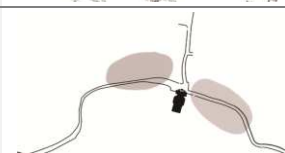
A categoria **Elementos reguladores** (Quadro 2) analisa o crescimento do tecido urbano a partir da relação entre dois tipos de elementos: aqueles que organizam a expansão – (i) Linhas de crescimento, e (ii) Pólos de crescimento; e aqueles que a contém – (iii) Limites de crescimento, e (iv) Barreiras de crescimento.

#### Quadro 2 – Categoria Elementos Reguladores

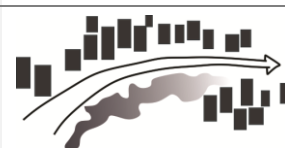
**Linha de crescimento:** suporte, natural ou artificial, do crescimento que se efetua segundo uma direção – estradas, córregos, canais, ferrovias, rodovias, eixos monumentais, entre outros.



**Pólo de crescimento:** caracteriza-se, ao mesmo tempo, como a origem – a aglomeração a partir da qual vai se dar o crescimento – e a referência desse crescimento, organizando a constituição do tecido e os crescimentos secundários.



**Limite de crescimento:** obstáculo, natural ou artificial, a um crescimento linear, que, de modo geral, desempenha o papel de limite durante um dado período, ao término do qual pode ser transposto – pontes, fazendas, monumentos, cemitérios, estações de trem, entre outros. Esses limites podem conter, impedir ou defletir o crescimento do sítio urbano.



**Barreira de crescimento:** obstáculo, geográfico ou construído, que impede o crescimento do tecido urbano sob a forma de uma soma de crescimentos lineares – relevo, curso d'água, lago, floresta, muralha, canal, ferrovia, linha de alta tensão, entre outros.



Fonte: Adaptado de PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. Ilustrações elaboradas pela autora.

A categoria **Adensamento** (Quadro 3) analisa o crescimento do tecido urbano, que pode se dar sem ou com expansão territorial; e caracterizar-se pela concentração ou dispersão da ocupação do sítio urbano. A partir dessa diretriz é possível, ainda, avaliar as tendências de desenvolvimento urbano, que se referem à identificação dos vetores de crescimento, de sistema de centralidades e da influência de grandes equipamentos, sobretudo na expansão territorial.

### Quadro 3 – Categoria Adensamento

**Adensamento:** analisa o crescimento do tecido urbano. Pode ser observado em duas instâncias:

(i) Adensamento sem expansão territorial: a primeira forma de adensamento pode ser entendida seja a partir da escala da cidade como um todo – a qual se adensa no interior de seu perímetro, pelo preenchimento gradual de suas reservas fundiárias; seja à escala do quarteirão ou do lote, pela saturação dos espaços. Trata-se, desse modo, de um crescimento cerceado, uma vez que tem limites estabelecidos desde o início.

(ii) Adensamento com expansão territorial: a expansão territorial, por sua vez, apresenta-se quando o crescimento do tecido urbano extrapola seu perímetro inicial, geralmente vinculada à saturação desse núcleo. A partir de sua análise, compõe-se a evolução urbana do tecido, que apresenta a formação e expansão da malha urbana ao longo dos anos.



Fonte: Adaptado de PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. Ilustração elaborada pela autora.

### B. CATEGORIA ANALÍTICA DE NORMATIVAS

O processo de transformação das paisagens urbanas apresenta uma hierarquia de modificação das estruturas formais, iniciadas pelo uso, tanto da edificação, quanto do uso do solo que levam a alterações, na forma do tipo edifício, de sua fachada e de sua implantação no lote, transformando as quadras e o tecido urbano.

Nesse sentido, a análise do sítio a partir da categoria das normativas visa avaliar (i) os regulamentos de ordenação urbanística e planos urbanos, relacionados com os padrões de uso e ocupação do solo (Quadro 4).

### Quadro 4 – Categoria Analítica de Normativas

**Legislação, normas e planos urbanos:** refere-se às posturas municipais de ordenação do solo, bem como aos estudos e planos urbanísticos realizados, aplicados ao sítio urbano.



Fonte: Elaborado pela autora, dez. 2014. Ilustração elaborada pela autora.

O plano urbano<sup>3</sup> se refere, assim, ao modelo pré-concebido de um assentamento urbano implantado sobre a paisagem, contendo combinações diferenciadas e individualizadas dos três complexos essenciais, ou seja, a rua, o quarteirão e o lote, e estando

associado [desse modo] a uma ideologia de ocupação do solo. São os princípios que regem a escolha de um modelo que permite conexões refletidas no sistema viário e no parcelamento de terra. É a ideia básica, a concepção de formas de organização do espaço, concretizado topograficamente e orientado pelas forças econômicas e sociais. (PEREIRA COSTA, 2013, p. 3)

<sup>3</sup> O plano urbano é aqui tratado enquanto herança da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, a partir dos estudos de M. R.G. Conzen.

Essa leitura dos planos urbanos permite identificar por meio da decodificação das normas urbanísticas, dos condicionantes legais, das políticas e dos dados econômicos qual foi a característica formal que prevaleceu dessas normativas na paisagem urbana.

### C. CATEGORIA ANALÍTICA DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO

As diretrizes gerais propostas para a elaboração da categoria de representação do espaço partem do trabalho de Panerai (2006), em que a análise espacial se dá a partir dos elementos físicos constitutivos do tecido urbano: (i) Rede de vias; (ii) Parcelamentos fundiários; (iii) Edificações. “Essa definição põe em evidência os elementos que permitem que as diferentes partes da cidade evoluam, ao mesmo tempo em que são mantidas a coesão de conjunto e a clareza de sua estrutura.” (PANERAI, 2006, p. 78)

Individualmente, propõe-se para cada um desses elementos, subcategorizações, embasadas em Kohlsdorf (1996). São três os níveis de apreensão da forma da cidade explicitados pela autora; dois níveis exploram o campo subjetivo: nível da percepção – efeitos topológicos e perspectivos, e nível da imagem mental – representação projetiva e euclidiana. Entretanto, para análise dessa categoria, torna-se proeminente, em relação ao delineamento desta pesquisa, o terceiro nível, representação geométrica secundária, que possui natureza objetiva.

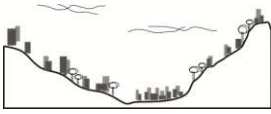

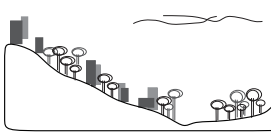
Nesse terceiro nível, faz-se uso de características morfológicas elaboradas, de expressão gráfica, definidas para a obtenção de atributos relevantes para a caracterização do sítio, que tem como principal contribuição para a análise e compreensão da forma da cidade a *técnica de caracterização por categorias morfológicas estruturais do espaço urbano*, originalmente apresentada em trabalhos de Michael Trieb, e Michael Trieb e Alexander Schmidt.

Nesse contexto, e com referência nos trabalhos apontados, segue uma síntese das categorias morfológicas estruturais do espaço urbano, propostas nessa pesquisa.

A categoria **Rede de vias** expressa o conjunto que compreende a totalidade das vias – ruas, bulevares, largos e praças, passeios, pontes, mas também elementos do meio físico – rios e canais, margens e praias; organizados em rede a fim de permitir a distribuição e a circulação. Baseada em focos de observação que fornecem as seguintes subcategorias: (i) Sítio físico, e (ii) Dinâmica urbana.

Entende-se a subcategoria *Sítio físico* enquanto análise da conformação natural do sítio como suporte físico da estrutura urbana, examinando como o contexto de paisagem natural participa ou se ausenta da configuração dos lugares; abrange os elementos do meio físico, que influenciam a composição da área considerada (Quadro 5).



#### Quadro 5 – Categoria Rede de Vias – Subcategoria Sítio Físico

<p><b>Relevo:</b> forma assumida pela superfície do solo, seja naturalmente ou por modelagem do terreno.</p>	
<p><b>Sistema hídrico:</b> função configurativa das superfícies hídricas presentes no sítio – córregos, lagos, rios, mares, oceanos e demais cursos d'água.</p>	
<p><b>Vegetação:</b> configuração dos elementos vegetais presentes no sítio urbano, seja como elemento isolado ou como composição volumétrica.</p>	

Fonte: Adaptado de KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. Ilustrações elaboradas pela autora.

A subcategoria *Dinâmica urbana* engloba a análise dos elementos formadores do espaço urbano e a expansão desse espaço através de seu sistema viário (Quadro 6).

#### Quadro 6 – Categoria Rede de Vias – Subcategoria Dinâmica Urbana

<p><b>Referenciais urbanos:</b> identificação dos elementos formadores do espaço urbano de referência para a região, ou seja, os tipos de configuração das áreas livres públicas e relações entre os planos geométricos que as compõem – praças, largos, orla, atracadouro, sítios arqueológicos, e edificações de interesse cultural a elas vinculadas.</p>	
<p><b>Rede de vias:</b> analisa a evolução do sistema viário e as características das vias quanto à sua configuração, com ênfase no conjunto das vias estruturadoras do sítio urbano. Segue duas alternativas compositivas predominantes, a irregular medieval, presente em áreas de colonização portuguesa; e a regular, com traçado “xadrez”, de inspiração renascentista.</p>	

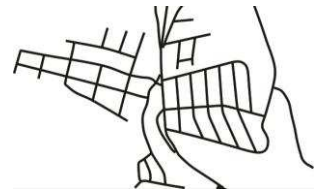
Fonte: Adaptado de KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. Ilustrações elaboradas pela autora.

A categoria **Parcelamentos fundiários** permite o exame das relações ruas/parcelas que fundamentam a existência do tecido urbano. A parcela é, portanto, uma unidade de solo urbano organizada a partir da rua, e sua análise está baseada em focos de observação que fornecem as seguintes subcategorias: (i) Configuração espacial; e (ii) Estrutura interna do espaço.

A subcategoria *Configuração espacial* aborda o espaço do sítio urbano, representado como projeção ortogonal no plano horizontal, com referência aos pontos, linhas e superfícies planas (Quadro 7).

## Quadro 7 – Categoria Parcelamentos Fundiários – Subcategoria Configuração Espacial

**Malha:** composição obtida dos eixos dos canais de circulação em planta baixa, com destaque para as linhas mestras e nós. Podem ser classificadas em racionalistas – correspondem à formação sob leis geométricas primárias (simetria, paralelismo, ortogonalismo, predominância de linhas retas e poucos elementos básicos de composição), ou orgânicas, que se estruturam em geometrias semelhantes às das formas vivas (simetria e assimetria, relações entre linhas diferentes de 90°, grande número de elementos básicos de composição e presença de linhas curvas e complexas).

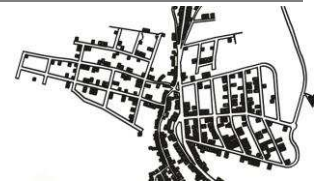


**Tipos de parcelamento:** modo como o solo está dividido para os tipos de ocupação, seja de edifícios ou áreas abertas. Podem ser observados em duas instâncias:

(i) Macroparcelas – divisão dos solos em quadras, quarteirões e superquadras. (ii) Microparcelas – divisão em conjunto de lotes ou projeções.



**Relações entre espaços abertos, fechados e semi-abertos:** composição entre base (solo liberado de volumes) e volumes. Verifica como se estabelecem as favorabilidades, por vínculos tridimensionais, expressos em planta baixa.

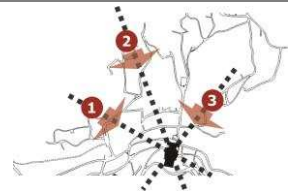


Fonte: Adaptado de KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. Ilustrações elaboradas pela autora.

A subcategoria *Estrutura interna do espaço* aborda o espaço do sítio urbano pela síntese de da paisagem estudada, por meio dos elementos das demais categorias projetuais, com destaque para a estrutura configurativa intervolumétrica (Quadro 8).

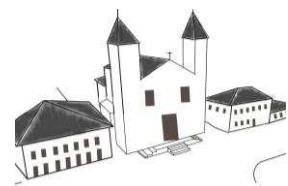
## Quadro 8 – Categoria Parcelamentos Fundiários – Subcategoria Estrutura Interna do Espaço

**Aspectos visuais e perspectivas:** explicitação e análise dos elementos naturais e construídos responsáveis pela produção dos efeitos visuais que caracterizam a identidade configurativa do sítio urbano. Mapeamento dos pontos de interesse visual resultantes do traçado e da topografia, e dos eixos de visibilidade entre diferentes as áreas do sítio urbano.



**Usos do solo:** identificação de áreas com concentração de usos semelhantes. Essa relação pode retratar apenas a situação atual, quanto abordar esses usos enquanto historicidade, sendo possível, assim, investigar as alterações de ocupação do solo urbano e as eventuais alterações e/ou adaptações, decorrentes desse uso, no conjunto arquitetônico. Podem ser classificados em:

- (i) Residencial.
- (ii) Comercial.
- (iii) Serviços.
- (iv) Institucional.
- (v) Industrial.
- (vi) Misto.


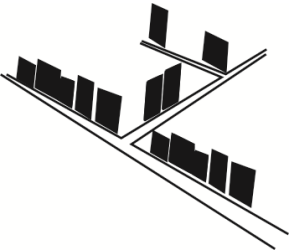
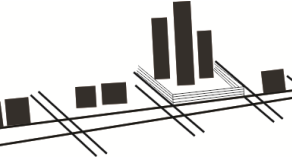


Fonte: Adaptado de KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. Ilustrações elaboradas pela autora.

A categoria **Edificações** avalia o papel dos elementos edílios e seus atributos morfológicos, tomados individualmente ou no conjunto, cuja importância relaciona-se ao papel dos edifícios na configuração da fisionomia da cidade. Baseada em focos de observação que fornecem as seguintes categorias: (i) Conjunto de planos verticais; e (ii) Elementos edílios.

A subcategoria *Conjunto de planos verticais* analisa a composição plástica das projeções ortogonais no plano vertical, que fornece cortes e fachadas, e se refere a efeitos conhecidos como silhuetas, perfis ou *skylines* das cidades (Quadro 9).

**Quadro 9** – Categoria Edificações – Subcategoria Conjunto de Planos Verticais

<p><b>Faces de quadra:</b> análise das fachadas principais das edificações, enquanto conjunto, para avaliação do grau de homogeneidade do tecido urbano, a partir do conceito de Face de Quadra (segmento contínuo entre duas ruas ou entre duas mudanças de direção do logradouro), classificadas conforme os seguintes grupos:</p> <p>(i) Homogênea: concentração de bens de interesse cultural.            (ii) Heterogênea: dispersão de bens de interesse cultural.            (iii) Complementar: ausência de bens de interesse cultural.</p>	
<p><b>Relações intervolumétricas:</b> avalia as relações laterais entre volumes edificados, ou seja, afastamentos laterais das divisas dos lotes; tipificando os lugares pelo grau de contiguidade ou intersticialidade entre seus volumes edificados, classificadas conforme os seguintes grupos:</p> <p>(i) Edifício com alto grau de contiguidade: sem afastamentos laterais.            (ii) Edifício com médio grau de contiguidade: afastamentos laterais de até 1,5m.            (iii) Edifício com pequeno grau de contiguidade: afastamentos laterais entre 1,5 e 3,0m.            (iv) Edifício sem contiguidade: afastamentos laterais superiores a 3,0m.</p>	
<p><b>Relações da edificação com o espaço público:</b> refere-se à implantação do edifício no lote, seu afastamento frontal e a presença ou ausência de muros e cercas separando o espaço privado da área livre pública, classificadas conforme os seguintes grupos:</p> <p>(i) Edifício com relação direta: sem recuo frontal.            (ii) Edifício com relação pouco direta ou indireta: com recuo frontal, sem muros e cercas, ou fechamentos com altura inferior a 1,0m.            (iii) Edifício com relação muito indireta: com recuo frontal, com fechamentos com altura superior a 1,0m.</p>	

Fonte: Adaptado de KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. Ilustrações elaboradas pela autora.

A subcategoria *Elementos edilícios* aborda o espaço do sítio urbano pela participação da forma dos edifícios em sua configuração (Quadro 10). As edificações são observadas, portanto, segundo suas tipologias e o conjunto que conformam, prioritariamente observados a partir das fachadas voltadas para as áreas livres públicas, frequentemente responsáveis por traços fisionômicos dos lugares.

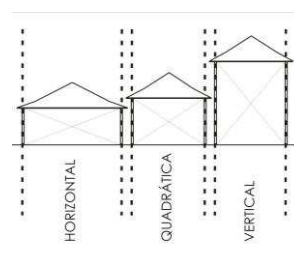
## Quadro 10 – Categoria Edificações – Subcategoria Elementos edifícios

**Tipologias arquitetônicas:** mapeamento de áreas com concentração de bens com características arquitetônicas semelhantes (formando conjuntos), com destaque para acervos de edificações com influências arquitetônicas pretéritas. Classificadas conforme tipologias recorrentes como colonial, eclético, Art déco, moderno, pós-moderno etc.



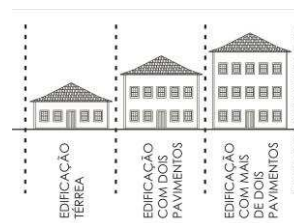
**Fachadas:** são elementos prioritários na fisionomia da cidade, por isso devem ser analisadas como conjunto e unidades; há que se observar relações de vizinhança entre as unidades. São avaliadas mediante suas proporções – relação entre largura e altura, de modo a analisar tendências de verticalização do sítio urbano, e classificadas conforme os seguintes grupos:

- (i) Vertical: altura da edificação superior à sua largura.
- (ii) Quadrática: altura da edificação igual à sua largura.
- (iii) Horizontal: altura da edificação inferior à sua largura.



**Gabarito:** identificação das áreas com predominância de gabaritos semelhantes, classificado conforme os seguintes grupos, tomando-se por referência o nível da via:

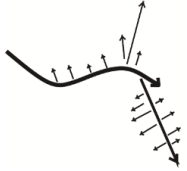





- (i) Edificação térrea.
- (ii) Edificação com dois pavimentos.
- (iii) Edificação com mais de dois pavimentos.
- (iv) Lote vago.




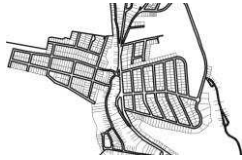

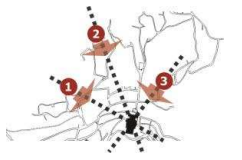
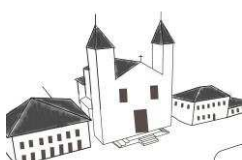

Fonte: Adaptado de KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. Ilustrações elaboradas pela autora.

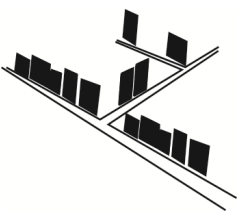


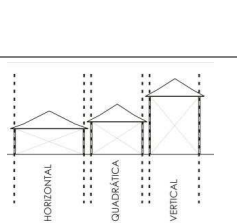
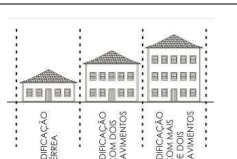
Realizada a representação das categorias de estruturação morfológica, faz-se oportuno apresentar um quadro-síntese das diretrizes propostas (Quadro 11), no qual são indicados os procedimentos de levantamento de dados, e o modo de registro geométrico, para cada categoria analisada.

**Quadro 11 – Quadro-síntese das categorias propostas**

CATEGORIA DE SÍNTESE HISTÓRICA	MODO DE CRESCIMENTO		 <p>Maneira pela qual ocorre a expansão do tecido urbano. Classificado em: (i) Crescimento contínuo; e (ii) Crescimento descontínuo.</p>	<p>Levantamento: A partir de análise documental, material cartográfico e fotográfico, confrontando com avaliações <i>in loco</i>.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa identificando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo.</p>
	ELEMENTOS REGULADORES	Linha de crescimento	 <p>Refere-se ao suporte, natural ou artificial, do crescimento que se efetua segundo uma direção – estradas, córregos, canais, ferrovias, rodovias etc.</p>	<p>Levantamento: A partir de análise documental, material cartográfico e fotográfico, confrontando com avaliações <i>in loco</i>.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa identificando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo, com datação.</p>
		Pólo de crescimento	 <p>Caracteriza-se, ao mesmo tempo, como a origem – a aglomeração a partir da qual vai se dar o crescimento – e a referência desse crescimento, organizando a constituição do tecido e os crescimentos secundários.</p>	<p>Levantamento: A partir de análise documental, material cartográfico e fotográfico, confrontando com avaliações <i>in loco</i>.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa identificando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo, com datação.</p>
		Limite de crescimento	 <p>Refere-se aos obstáculos, naturais ou artificiais, a um crescimento linear – pontes, fazendas, estações de trem, monumentos, cemitérios etc.</p>	<p>Levantamento: A partir de análise documental, material cartográfico e fotográfico, confrontando com avaliações <i>in loco</i>.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa identificando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo.</p>
		Barreira de crescimento	 <p>Refere-se aos obstáculos, geográficos ou construídos, que impedem o crescimento do tecido urbano sob a forma de uma soma de crescimentos lineares – relevo, curso d'água, lago, floresta, ferrovia, linha de alta tensão etc.</p>	<p>Levantamento: A partir de análise documental, material cartográfico e fotográfico, confrontando com avaliações <i>in loco</i>.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa identificando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo.</p>
		Adensamento	 <p>Análise do crescimento do tecido urbano. Classificado em: (i) Adensamento sem expansão territorial; e (ii) Adensamento com expansão territorial.</p>	<p>Levantamento: A partir de análise documental, material cartográfico e fotográfico, confrontando com avaliações <i>in loco</i>.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa identificando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo, com datação. Representar, ainda, mapa evolutivo e vetores de crescimento do tecido urbano.</p>

CATEGORIA DE NORMATIVAS	Legislação, normas e planos urbanos		Refere-se às posturas municipais de ordenação do solo, bem como aos estudos e planos urbanísticos realizados, aplicados no sítio urbano.	Levantamento: A partir da análise das posturas municipais de ordenação do uso do solo e da estrutura fundiária existente, com base em estudos, levantamento e mapeamento cadastral. Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa localizando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo, com datação.	
CATEGORIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO	REDE DE VIAS	Relevo	Refere-se ao tipo geológico e à forma da superfície do solo do sítio urbano, seja ela natural ou modelada por ações humanas.	Levantamento: A partir de planta cadastral contendo curvas de nível, e de informações fotográficas; efetuar perfis e cortes que mostrem características importantes. Registro geométrico: A partir das informações levantadas, construir perspectivas esquemáticas, com linhas visuais, e planta baixa que mostrem o relevo.	
		Sistema hídrico	Refere-se à forma das superfícies hídricas presentes no sítio urbano.	Levantamento: A partir de planta cadastral, aerofotos, e demais registros, levantar e assinalar em planta a presença de águas de superfície como mar, rios, córregos etc. Registro geométrico: A partir das informações levantadas, elaborar mapa distinguindo os tipos de águas de superfície existentes, mostrando seus contornos e extensão. Localizar esses tipos em planta e assinalar as áreas do sítio urbano cuja configuração sofreu sua influência.	
		Vegetação	Refere-se aos elementos vegetais presentes no sítio urbano, sejam ele nativos ou decorrentes de ações humanas.	Levantamento: A partir de planta cadastral, aerofotos, fotografias e demais registros, reunir informações sobre a vegetação arbórea, arbustiva e de forração da área. Registro geométrico: A partir das informações levantadas, construir os tipos mórfoicos que representam os vegetais arbóreos, arbustivos e de forração da área considerada. Elaborar zonas temáticas na planta cadastral.	
	Dinâmica urbana	Referenciais urbanos		Elementos formadores do espaço urbano e relações entre os planos geométricos que os compõem – praças, largos, orla, sítios arqueológicos e edificações de interesse cultural a eles vinculados.	Levantamento: A partir de planta cadastral, aerofotos, e demais registros, levantar e assinalar em planta a presença de elementos formadores do espaço. Registro geométrico: A partir das informações levantadas, elaborar mapa, localizando em planta as incidências de cada atributo, e assinalar as áreas do sítio urbano cuja configuração sofreu sua influência.
		Rede de vias		Evolução do sistema viário e características das vias quanto à sua configuração: a composição irregular medieval, presente em áreas de colonização portuguesa; e a regular, com traçado “xadrez”, de inspiração renascentista.	Levantamento: Usar a planta cadastral como base para o desenho da rede de vias. Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa localizando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo.

CATEGORIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO (CONTINUAÇÃO)	PARCELAMENTOS FUNDIÁRIOS	Configuração espacial	Malha		É um conjunto de linhas imaginárias formadas pelos eixos dos canais de circulação do sítio, incluindo caminhos e trilhas informais.	Levantamento: Usar a planta cadastral como base para o desenho da malha da área considerada. Registro geométrico: A partir da planta cadastral, desenhar a malha da área, localizando em planta as incidências de cada atributo.
			Tipos de parcelamento		Macroparcelamento: é a divisão do sítio em quadras, quarteirões e superquadras. Microparcelamento: é o conjunto de lotes ou projeções em que se dividem as macroparcelas do sítio urbano.	Levantamento: Usar a planta cadastral como base para o registro geométrico das macro e microparcelas da área considerada. Registro geométrico: Para o macroparcelamento, a partir da planta cadastral ou de levantamento de campo, desenhar as macroparcelas da área. Para o microparcelamento, representar as microparcelas em que se divide cada macroparcela da área.
			Relação espaços abertos, fechados e semi-abertos		É a representação de áreas fechadas (com tetos e paredes), abertas e semi-abertas (com teto e sem paredes), resultantes de elementos volumétricos ou espaços abertos do sítio urbano.	Levantamento: Usar a planta cadastral, fotos aéreas, documentos similares ou levantamentos de campo como base para o registro geométrico da composição dos cheios, vazios e semi-abertos da área considerada. Registro geométrico: A partir do levantamento realizado, desenhar a composição dos espaços fechados (cheios), espaços abertos (vazios) e semi-abertos (áreas com teto e sem paredes), registrando os cheios em preto, os semi-fechados em cinza e os vazios em laranja.
		Estrutura interna do espaço	Aspectos visuais e perspectivas		Explicita e analisa os elementos naturais e construídos responsáveis pela produção dos efeitos visuais e eixos de visibilidade que caracterizam a identidade configurativa do sítio urbano.	Levantamento: Usar a planta cadastral, fotos aéreas, documentos similares ou levantamentos de campo como base para o registro das composições visuais. Registro geométrico: Mapeamento dos pontos de interesse visual resultantes do traçado e da topografia; e dos eixos de visibilidade entre diferentes as áreas do sítio urbano. Registro fotográfico das perspectivas e eixos visuais que caracterizam a identidade configurativa do sítio urbano.
			Usos do solo		Identifica as áreas com concentração de usos semelhantes, classificados em: (i) Residencial; (ii) Comercial; (iii) Serviços; (iv) Institucional; (v) Industrial; (vi) Misto.	Levantamento: Investigar, <i>in loco</i> , a finalidade das edificações, para avaliação da predominância de usos do solo. Essa relação pode retratar apenas a situação atual, quanto abordar esses usos enquanto historicidade, sendo possível, assim, investigar as alterações de ocupação do solo urbano e as eventuais alterações e/ou adaptações, decorrentes desse uso, no conjunto arquitetônico. Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa localizando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo.
	EDIFICAÇÕES	Conjunto de planos verticais	Faces de quadra		Análise das fachadas principais das edificações, para avaliação da homogeneidade do tecido urbano, classificadas em: (i) Homogênea; (ii) Heterogênea; e (iii) Complementar.	Levantamento: Levantar, por meio de fotos, desenhos ou dados recolhidos de inventários, as fachadas principais dos edifícios da área considerada, para avaliação da homogeneidade, por predominância. Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa localizando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo. Elaborar perfis ilustrativos de conjuntos.

CATEGORIA DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO (CONTINUAÇÃO)	EDIFICAÇÕES (CONTINUAÇÃO)	Conjunto de planos verticais (continuação)	Relações intervolumétricas	 <p>Aborda as relações intervolumétricas laterais entre os edifícios, classificadas em: (i) Edifício com alto grau de contiguidade; (ii) Edifício com médio grau de contiguidade; (iii) Edifício com pequeno grau de contiguidade; e (iv) Edifício sem contiguidade.</p>	<p>Levantamento: A partir da planta cadastral, na qual constem as projeções dos edifícios, o microparcelamento e eventuais cercas e muros, identificar as relações intervolumétricas laterais entre os edifícios; analisando sua contiguidade.</p> <p>Registro geométrico: Registrar graficamente e de modo simplificado – por predominância – as várias modalidades de relações intervolumétricas laterais entre os edifícios, assinalando sua localização na planta cadastral.</p>	
			Relações da edificação com o espaço público	 <p>Aborda as relações entre a edificação e o espaço público, classificadas em: (i) Edifício com relação direta; (ii) Edifício com relação pouco direta ou indireta; e (iii) Edifício com relação muito indireta.</p>	<p>Levantamento: A partir da planta cadastral, na qual constem as projeções dos edifícios, o microparcelamento e eventuais cercas e muros, identificar as relações entre os edifícios com o espaço público à frente do lote; quanto ao afastamento frontal.</p> <p>Registro geométrico: Registrar graficamente, e por predominância, as várias modalidades de relações entre os edifícios e o espaço público, assinalando sua localização na planta cadastral.</p>	
			Elementos edifícios	Tipologias arquitetônicas	 <p>Mapeamento de áreas com concentração de bens com características arquitetônicas semelhantes. Distingão do conjunto arquitetônico, conforme grau de descaracterização: (i) Preservadas; (ii) Descaracterizadas.</p>	<p>Levantamento: Levantar, por meio de fotos, desenhos ou dados recolhidos de inventários, as fachadas principais dos edifícios da área considerada, para avaliação das tipologias arquitetônicas, por predominância. Analisar, <i>in loco</i>, o estado de preservação das edificações que compõem o conjunto arquitetônico tradicional. Não se aplica a edificações novas.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa localizando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo. Elaborar perfis ilustrativos de conjuntos.</p>
				Fachadas	 <p>Aborda a forma geométrica da fachada principal do edifício, classificada em: (i) Vertical; (ii) Quadrática; e (iii) Horizontal.</p>	<p>Levantamento: Levantar, por meio de fotos, desenhos ou dados recolhidos de inventários, as fachadas principais dos edifícios, para avaliação da predominância de proporção do conjunto.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa localizando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo. Elaborar perfis ilustrativos de conjuntos.</p>
		Gabarito	 <p>Identifica áreas com gabaritos semelhantes, classificado em: (i) Edificação térrea; (ii) Edificação com dois pavimentos; (iii) Edificação com mais de dois pavimentos; e (iv) Lote vago.</p>	<p>Levantamento: Levantar, por meio de fotos, ou dados recolhidos de inventários, a volumetria dos edifícios, para avaliação da predominância de gabaritos.</p> <p>Registro geométrico: A partir dos dados levantados, elaborar mapa localizando, em planta cadastral, a incidência de cada atributo. Elaborar perfis ilustrativos de gabaritos.</p>		

Fonte: Adaptado de KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996; e PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

### *Procedimentos para análise dos dados*

Esta fase se destina à avaliação e cruzamento das informações produzidas nas análises das categorias de síntese histórica, de normativas e de representação do espaço, com vistas à delimitação das poligonais de tombamento e entorno do sítio tombado, ou em processo de tombamento, e à identificação de possíveis sub-setores. O objetivo principal dessa avaliação é, portanto, identificar e registrar as relações entre os elementos e atributos das categorias investigadas, extraindo, dos mesmos, conclusões acerca das características e aspectos responsáveis pela identidade cultural do sítio e, por consequência, dignos de preservação.

Nesse sentido, o método proposto para análise dos dados, enquanto fase inicial para a elaboração de normas de preservação, visa resguardar os valores atribuídos aos sítios urbanos, estruturados da seguinte forma: (i) Compreensão e apropriação do sítio; (ii) Elaboração da proposta de delimitação dos perímetros de proteção.

#### A. COMPREENSÃO E APROPRIAÇÃO DO SÍTIO

Nesse momento, deve-se avaliar a motivação do tombamento, ou seja, o que se pretende proteger, ou se protegeu, e a razão desse acautelamento, associada aos principais aspectos que caracterizam o sítio; refletindo sobre sua forma de ocupação atual e aquela que motiva, ou motivou, sua proteção. A informação sobre essa motivação deve ser averiguada no processo de tombamento, para os bens já protegidos, verificando-se o que foi oficialmente estabelecido nos pareceres técnicos.

#### B. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DOS PERÍMETROS DE PROTEÇÃO

Nessa etapa, deve-se analisar como a motivação para o tombamento se materializa no sítio, por meio dos perímetros de tombamento e entorno, através da aplicação das diretrizes de caracterização dos espaços, anteriormente explicitadas.

Partindo-se das conceituações de poligonal de tombamento e de entorno, anteriormente mencionadas, e da espacialização desses critérios por meio de material gráfico, deve-se definir áreas com ocupação diferenciada, ou seja, áreas com maior ou menor concentração de bens culturais, áreas mais sujeitas a pressão por adensamento ou alterações, áreas com topografia ou tipos de ocupação diferenciadas, em que predominem elementos ou tipologias de interesse patrimonial; baseando-se nos parâmetros apresentados no Quadro 12.

**Quadro 12** – Quadro-síntese das categorias de classificação e valoração das paisagens urbanas

	POLIGONAL DE TOMBAMENTO	POLIGONAL DE ENTORNO
Aspectos arquitetônicos	Concentração de edificações e monumentos com características semelhantes, representativos de uma ou mais tipologias arquitetônicas de interesse patrimonial.	Novos padrões arquitetônicos ou presença eventual de elementos ou tipologias de interesse patrimonial mais despojados, e que mantêm relações comunicativas diretas com o núcleo protegido, ou a se acautelar.
Aspectos urbanísticos	Concentração de traçado viário que, historicamente, contribuiu para a conformação e identidade urbana do sítio, como vias de acesso e comunicação, acessos internos prioritários, principais vias e eixos de circulação.	Concentração de traçado viário posterior à formação inicial e consolidação do sítio, mas que comunicam com a área de interesse patrimonial, interferindo ou podendo interferir em sua percepção visual, ambiência, visibilidade e integração na paisagem.
Aspectos paisagísticos	Concentração de espaços de referência para o desenvolvimento do tecido urbano, como praças e jardins históricos, hortos florestais, jardins botânicos e áreas remanescentes de vegetação original.	Concentração de áreas com vegetação sem tratamento paisagístico específico e sem agenciamento humano, de valor para a ecologia urbana do sítio.
Áreas de interesse arqueológico	Presença de ruínas, estruturas afloradas, cemitérios históricos e vestígios pré-históricos.	Presença de vestígios arqueológicos: elementos constituintes de ruínas e fragmentos de estruturas afloradas.

Fonte: Elaborado pela autora, dez. 2014.

### *Disposições finais*

Com a proposta dessas categorias de estruturação, pretende-se sustentar o conhecimento da dimensão morfológica dos espaços e paisagens, examinando os elementos formadores e as características visuais consideradas mais estáveis. No geral, essa avaliação permite o registro de elementos físicos que definem a estrutura urbana e que interferem no contexto e na própria forma e constituição material da cidade. Engloba, portanto, aspectos ligados ao espaço natural, mas, sobretudo, os elementos projetados pela paisagem que dizem respeito à formação, transformação e modelagem do espaço urbano.

A partir desses elementos, toma-se possível a identificação de diferenças e semelhanças entre as mais diversas partes da cidade, bem como a determinação de traços urbanos e arquitetônicos característicos, sendo o capítulo seguinte dedicado a essas análises, que visam responder ao objetivo principal desse trabalho, estabelecendo, assim, a delimitação de poligonais de tombamento e entorno para o sítio tombado de Serro.

## 5. A DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS: UM ESTUDO PARA O CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE SERRO

---

Apresentados a trajetória da preservação urbana no Brasil e as práticas de delimitação de sítios tombados – em nível federal, bem como o método de avaliação proposto nessa pesquisa, com a finalidade de elaboração desses perímetros, segue-se, neste capítulo, a análise da cidade de Serro. Com o propósito de delimitar suas poligonais de proteção e entorno, pretende-se, avaliar a condição atual de sua forma urbana, a partir de sua trajetória histórica, utilizando o método de avaliação proposto, produzido à luz do corpo teórico apresentado no capítulo anterior.

### 5.1. INVESTIGAÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

#### 5.1.1. SÍNTESE HISTÓRICA: A APREENSÃO DA FORMA DA CIDADE

*Modo de crescimento: origem e integração com o espaço*

No período colonial,<sup>1</sup> a cidade do ciclo do ouro se configura como o lugar por excelência para a concentração do excedente produtivo e para a realização de trocas comerciais; desempenhando, desse modo, uma função de suporte às necessidades da produção e do consumo, cujas relações econômicas – ditadas pela mineração – atuam como motores de produção de novas espacialidades e relações de poder. Ali, como postulado por Reis Filho (2001), a cidade, e não o campo, é a forma inicial de organização do espaço, na qual o homem encontra meios adequados para sua sobrevivência e desenvolvimento.

A “descoberta” das minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio se dá em 1702, por bandeiras paulistas,<sup>2</sup> e, nesse contexto, às margens dos antigos córregos, logo surgem os ranchos e os primeiros povoados, dos quais tem origem a cidade de Serro.

Como descrito por Dario A. F. da Silva (1928/2008), a respeito dessa fase inicial de ocupação

[...] nada sabemos; os primeiros livros não se encontram aqui e tudo quanto oficialmente podemos saber é de 1722 para cá.

A primeira estrada de todas, a estrada mestra, já nos aparece feita; essa que vem da Serra da Lapa [atual Serra do Cipó], da ponte do Rio das Pedras, para Itapororocó, Itapanhoacanga, Morro dos

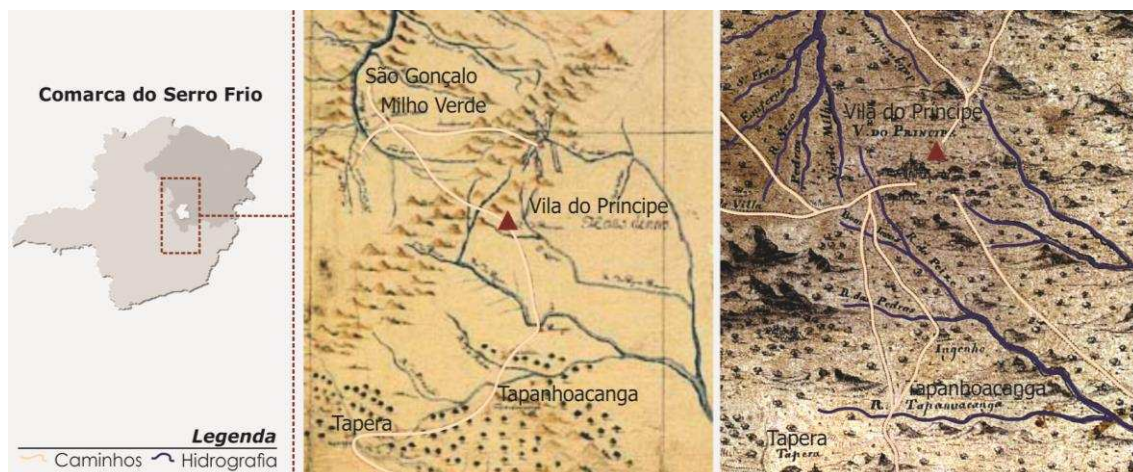
---

<sup>1</sup> O período colonial no Brasil se estende dos anos 1500 até sua Independência (1822). Nessa trajetória, o Barroco surge ainda no início do século XVII, sendo interrompido com o neoclassicismo, a partir da chegada da corte portuguesa ao país, em 1808. Essas cidades do ciclo do ouro nascem, portanto, barrocas.

<sup>2</sup> Como aponta Silva, D. (1928/2008, p. 19), “pela cumeada da Serra da Lapa [Serra do Cipó] e mais adiante Ibitu-ruí, Antônio Soares descobriu o Serro”, tendo por referência documental o Livro da Receita da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira, cujo primeiro registro teria ocorrido em março de 1702.

Barbosas, alto do Rato, Córrego do Lava-pés<sup>3</sup>, fundos do Rosário, Vasa Canudos até a Vila, a estrada dos gerais, indo para Sabará [Figura 12] (SILVA, D., 1928/2008, p. 95).

Entre árvores a picada [esse primeiro caminho] vinha buscar a Rua das Flores e depois descia [...] pela atual ladeira da Matriz e parava na... Praia. Aí um grupo de ranchos nas fraldas do atual morro, lado direito do Lucas, esparsamente soltava a fumarada das casinhas (SILVA, D., 1928/2008, p. 36).



**Figura 12** – (i) Parte da [Carta dos] Rios e Córregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o anno de 1729 athe prez<sup>te</sup> de 1734, de autoria de Diogo Soares e/ou Domenico Capassi; e da (ii) Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota [1731], de José Rodrigues de Oliveira; com destaque para a localização da Vila do Príncipe (Serro) e a estrada mestra, que levava a Sabará [via Itapanhoacanga].

Fonte: Adaptado de MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. v. 3, Mapa I.4 e I.3.

Como em outros núcleos do período, o povoado se instala em sítio acidentado, apresentando traçado com características de acentuada irregularidade, que foi mantido com o tempo, por não ter havido intervenção suficientemente forte que lhe conferisse uma fisionomia diferente daquela de outros centros mineradores.

As primeiras vias adaptam-se, desse modo, às condições topográficas mais favoráveis, sem intenção de ordenação geométrica, organizando-se como ligações entre os pontos de maior importância no núcleo, geralmente associados a pequenos arraiais. Em Serro,

No princípio os arraiais eram dois: o de Baixo, como até hoje se diz, o qual vinha das lavras no Lucas até pouco abaixo do Vasa Canudos e o Arraial de Cima que era na Praia. Este era maior, o oficial, o que foi feito Vila do Príncipe [Figura 13].

No seu começo o Arraial de Cima nada mais era que uma rancharia, sem linha, dos mineiros, [...]. Eram ranchos desordenadamente colocados, segundo a tradição, pelas fraldas do morro, onde hoje está a Casa de Caridade, ribeirão acima, porém. Depois ranchos foram construindo onde está o Asilo [atual ladeira da Matriz], casa dos Queiroga, morro acima e por seus lados (SILVA, D., 1928/2008, p. 35).

<sup>3</sup> Dario A. F. da Silva (1928/2008) faz referência ao Lava-pés como sendo o Arraial dos Forros, não identificado.



**Figura 13** – Croqui da estrada-tronco, com representação dos primeiros arraiais da Vila do Príncipe.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM; e SILVA, Dario A. F. *Memórias sobre o Serro antigo*. Serro: Tipographia Serrana, 1928. Redação, pesquisa e ensaio crítico de Danilo Arnaldo Briskievicz. Serro, 2008. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/805942>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

A análise dessa ocupação inicial permite identificar em Serro uma formação do tecido urbano nos moldes do que ocorrera em outros núcleos mineradores do estado: a vila se conforma linearmente ao longo dos antigos caminhos, acompanhando o terreno de topografia acidentada e os cursos d'água. Esses caminhos, interligando os arraiais, tornam-se estradas, fortalecendo a institucionalização do espaço desses núcleos em razão do comércio e dos eixos de abastecimento (SOUZA; FARIA; STEPHAN, 2015).

Dessa contínua valorização do sítio deriva, no período entre 1720 a 1750, a consolidação das primeiras povoações,<sup>4</sup> com o entrelaçamento dos arraiais, e seu crescimento, resultando na elevação do núcleo à categoria de vila,<sup>5</sup> em 1714<sup>6</sup> – a Vila do Príncipe, e tendo início, por certo, as condições urbanas mínimas para uma vida regular.

Ainda no século XVIII, além do ouro, são descobertas lavras de diamante na região.<sup>7</sup> Para defender os interesses do Império, cria-se, em 1720<sup>8</sup> a Comarca<sup>9</sup> do Serro Frio, sediada na Vila do Príncipe, abrangendo uma área da qual fazia parte todo o norte-nordeste do estado.

<sup>4</sup> Reflexo natural da hegemonia da Vila enquanto centro de decisões jurídico-administrativas e do aumento populacional, episódios importantes para o desenvolvimento local ocorrem nesse período, como o estabelecimento da Casa de Fundação, em 1720 [1751, cf. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980e]; a elevação da matriz local à qualidade de paróquia colativa, em 16 de fevereiro de 1724; a construção da cadeia, em 1735; e a edificação da Igreja da Purificação, em 1742 [Cf. IBGE, 1982].

<sup>5</sup> Cabe esclarecer que, ao receber o título de vila, uma localidade adquiria o direito de auto-gestão, de ter uma câmara e um território de jurisdição. A criação de uma vila implicava na ereção de seu pelourinho, que era implantado em frente à câmara, determinando o centro geométrico do rossio [Cf. Moraes, 2006, p. 502].

<sup>6</sup> Cf. IBGE (1982), a elevação à categoria de vila teria ocorrido em 29 de janeiro de 1714.

<sup>7</sup> O anúncio oficial da descoberta se deu por meio de carta do Governador de Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida a D. João V, datada de 22 de junho de 1729. Entretanto, desde 1714, circulavam notícias sobre a descoberta de diamantes na região do Serro Frio, atribuída a Francisco Machado da Silva [Cf. Lima Júnior, 1978].

<sup>8</sup> Cf. IBGE (1982), a criação da Comarca do Serro Frio teria ocorrido em 17 de fevereiro de 1720, com território desmembrado da antiga Vila de Sabará.

<sup>9</sup> Segundo Moraes (2006, p. 491), as “comarcas eram divisões judiciárias das capitâncias, tendo à frente um ouvidor e corregedor, responsável pela administração da justiça em segunda instância. No início da colonização da América Portuguesa, as cartas de doação garantiam autonomia aos donatários na administração da justiça, situação que vigorou no período de 1530 a 1548. A criação do cargo de ouvidor-geral, com a instituição do governo-geral, veio limitar o poder dos ouvidores nomeados pelos donatários. De modo geral, para as vilas de maior importância era nomeado um juiz de fora e as demais possuíam juizes ordinários, eleitos pelas câmaras e que não possuíam formação jurídica.”

A importância político-administrativa adquirida a partir da elevação à condição de sede de Comarca [...] conferiu condições ao Serro para um rápido desenvolvimento. E a consolidação de sua forma urbana já seria uma realidade menos de quatro décadas após sua elevação à condição de Vila (REIS, 2012, p.68).

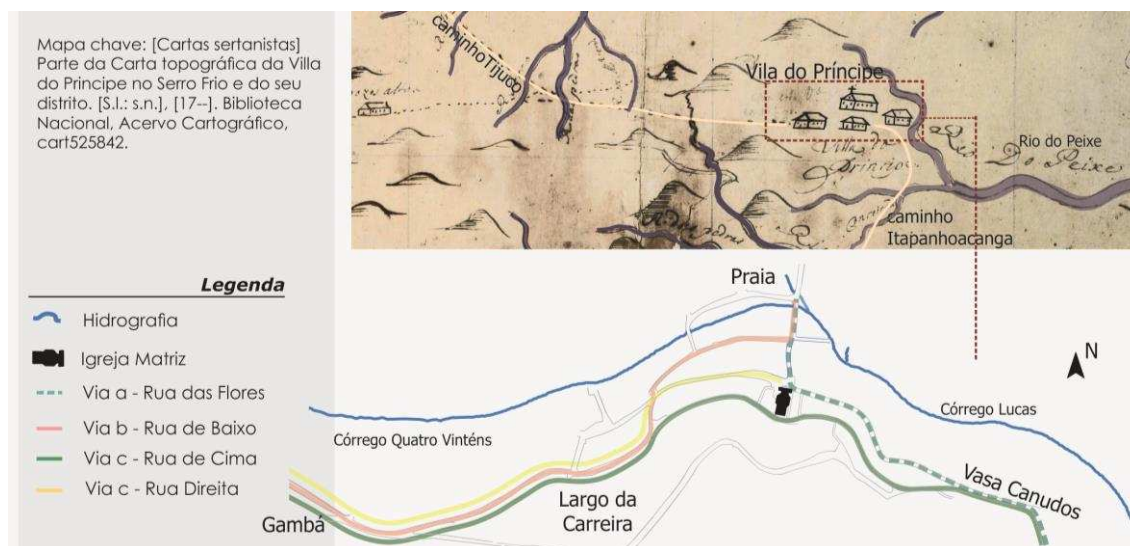
Registros do período, mencionados por Dario A. F. da Silva (1928/2008), aludem à existência de diversos arruamentos,<sup>10</sup> entre eles a rua das Flores, ligação entre os antigos arraiais de Baixo e de Cima, a rua de Cima ou de Trás, aos fundos da Igreja Matriz, a rua de Baixo ou da Cadeira, e a rua Direita, que se encontravam na então rua Cruz Machado, para alcançar, dali, o largo da Carreira ou Cavalhada.

Essas vias configuram, à época, três percursos viários, assim apresentados (Figura 14):

a) quem pela estrada das gerais vinha ter à Vila nela entrava pelo Vasa Canudos; continuava pelo caminho das flores, descia depois pela ladeira do Pelourinho e pousaria na Praia;

b) da Vila – quem queria sair para os campos, Tijuco [Diamantina], Galheiro,<sup>11</sup> etc, já não subiria pelo Pelourinho; tomando à direita seguiria pelo caminho de baixo, posteriormente da cadeira; adiante passaria pelo largo da Carreira, daí subiria pelo caminho do Arraial do Gambá e continuaria;

c) quem não pretendia parar ou pousar na Vila, depois do Vasa Canudos não devia tomar o caminho das flores: subiria mais adiante à esquerda passando pelas bananeiras e seguiria pelo caminho de cima, adiante pelo largo da Carreira, caminho do Gambá; outros, porém, em frente da Matriz tomavam o do meio mais direito e encontrava logo o caminho de baixo e seguiria para o Gambá (SILVA, D., 1928/2008, p. 38).



**Figura 14** – Principais eixos viários do século XVIII.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.l.], 2006. 1 CD-ROM.

<sup>10</sup> Ainda segundo Silva (1928) já existiriam, em meados dos setecentos, os arraiais dos Forros [não identificado]; de Baixo; de Cima – a Praia; do Gambá; e os lados do Rosário; contando a vila, em 1734, com apenas 60 casas.

<sup>11</sup> Cf. Moraes (2006) corresponde, atualmente, ao povoado de São José do Galheiro, município de Santo Hipólito.

Como se extrai da figura acima, a Matriz representava, nos setecentos, além do ponto mais importante de convergência da vida da comunidade, seu próprio eixo central. Ainda nas palavras de Silva, D. (1928/2008, p. 41), “fica assim bem entendido que a matriz se achava – em 1756 – no meio ou metado da Vila; ora, dizendo o procurador que o lugar da Carreira era logo no princípio, claro é que da Matriz pedia-se outro tanto para a Rua das Flores [...].”

A terceira etapa de desenvolvimento, entre os primeiros anos de 1750 e o final daquele século, caracteriza-se pela consolidação e expansão do traçado. Nessa fase, os caminhos duplicam-se em paralelas que, interligadas por becos íngremes, constituem a malha urbana.

A partir de 1776, há registros de adensamentos no arraial do Gambá e da abertura de novos arruamentos:

Ora, sendo a Cavalhada o princípio da Vila e no alto estando o arraial do Gambá, toda a rua atual – da Cavalhada ao alto – é progresso, foi acréscimo (SILVA, D., 1928/2008, p. 41).

Aí estão, já para o fim do século, três ruas novas: subida do Gambá, São José e do Corte, como acréscimo progressivo (SILVA, D., 1928/2008, p. 41).

A análise dessa expansão, finalizando a trajetória da evolução urbana nos setecentos, permite identificar as vias possivelmente abertas ainda naquele século (Quadro 13).

**Quadro 13** – Arraiais, regiões e vias identificadas no século XVIII.

PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII (1702-1756)	SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII (1756-1812)
<b>Arraial de Baixo</b> [possivelmente compreendia as vias Vasa Canudos, de Baixo, Abadia, das Flores, Bananeiras].	<b>Arraial de Baixo</b> [somam-se as ruas Humaitá, Nova, Velha]
<b>Arraial de Cima</b> [ou a Praia – com a rua do Pelourinho, de Baixo ou da Cadeia, de Cima, Direita, Cruz Machado, ladeira da Purificação e largo da Carreira ou Cavalhada.	<b>Arraial de Cima</b> [somam-se as ruas Santa Rita, São José, Purificação, Via Sacra, tendo as duas últimas, juntamente com rua da Abadia, seu trajeto remarcado em 1780, originando a rua da Glória, posterior rua do Corte].
<b>Arraial dos Forros</b> [não identificado]	<b>Arraial dos Forros</b> [não identificado]
<b>Arraial do Gambá</b> [citado apenas como caminho – caminho do Gambá, ainda não ocupado]	<b>Arraial do Gambá</b> [ocupação inicial na rua do Gambá]
<b>Região do Rosário</b> [possivelmente a Vacaria, campos praticamente não ocupados]	<b>Região do Rosário</b> [campos praticamente não ocupados].
	<b>Região da Santa Rita</b> [campos praticamente não ocupados].
	<b>Região do Bota Vira</b> [campos praticamente não ocupados].
	<b>Leiteiro</b> [sítio]

Fonte: Elaborado a partir de SILVA, Dario A. F. *Memórias sobre o Serro antigo*. Serro: Tipographia Serrana, 1928. Redação, pesquisa e ensaio crítico de Danilo Arnaldo Briskievicz. Serro, 2008. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/805942>>. Acesso em: 05 jan. 2013; SANTIAGO, Luís. *Serro e serrania*. O Vale dos Boqueirões. História do Vale do Jequitinhonha. vol. 2. Almenara: Edições da Vigia, 2004; SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte mineiro no século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993; e SOUZA, Maria Eremita. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

Apesar do progresso experimentado, em princípios do século XIX já está em franca decadência a mineração na região (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980d).

Espanta [...] a suma decadência destas povoações de Minas; transita de arraiais em arraiais, vê que tudo são ruínas, tudo despovoação; nota que só muito poucos lugares de longe em longe ainda se sustém [...].<sup>12</sup> Estes arraiais, povoações todas de mineiros, que em tempos atrás foram fundados e levantados de seus alicerces à custa do ouro [...] que foram florescentes, hoje arruinadas; seus habitantes nem ainda os podendo conservar, que decadência de mineração (COUTO, 1805, p. 77)!

A cidade perde, a partir de então, sua importância regional e sua capacidade de se adequar às novas exigências da sociedade, em face da falta de alternativas econômicas que servissem para incrementar seu desenvolvimento, estagnando-se.

Conforme Silva, D. (1928/2008), seguindo ainda os apontamentos do Dr. Couto, na Comarca do Serro Frio é vedada quase toda a mineração.

Quanto à agricultura ignora-se ou jaz em desprezo tal arte: é a nossa agricultura de poucos gêneros, o quanto baste para sustentação de homens grosseiros e de escravos; [...].

Duas são as causas de tanto atraso nosso, principais: o Governo, cego pelos esplendores do ouro e do diamante, não cuidou nunca de instruir ou animar, antes passou a tolher a agricultura, *proibindo os novos engenhos*; a longiquidade e asperezas dos caminhos são a outra causa. De modo que, a parte mais atrasada das *gerais... até hoje...* é o norte de Minas; e somente agora as duas causas começam a perder a eficácia. Da vinda de D. João VI para cá houve o início de melhores dias e a Vila do Príncipe fazendo-se *empório* do comércio para as povoações e fazendas da *Mata* melhorou alguma coisa, melhorou muito sensivelmente (SILVA, D., 1928/2008, p. 109-110).

A partir de então, o espaço econômico da vila se transforma de modo a se adaptar ao novo contexto nacional que emergia. Um manto de ruralidade se estende sobre a região e, como indica Reis (2012), com o declínio da mineração se observa a mudança dos pequenos mineradores para outras áreas do município, onde passam a desenvolver atividades agropecuárias, que se tornam a base da economia local.

Como apontado por Souza; Faria; Stephan (2015), se o declínio da extração mineral, iniciado ainda nos setecentos não significa, à época, estagnação econômica da vila, pelo menos em sua sede ele acarreta o “congelamento” da paisagem.

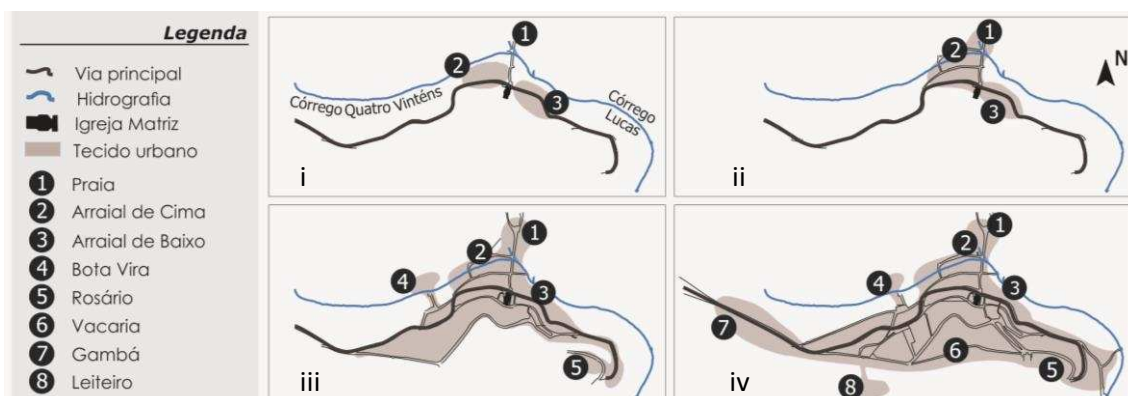
Por mais próspera e rentável que se tenha apresentado a nova atividade econômica, a agropecuária não tinha como corolário o aumento populacional, nem o desenvolvimento ou as transformações urbanas. Ainda que a economia tivesse se diversificado, os valores básicos da população pouco se alteraram (SOUZA; FARIA; STEPHAN, 2015, p. 146).

Essa estagnação da paisagem urbana seria perturbada nos oitocentos, quando a vila assiste à consolidação dos núcleos do Gambá, cuja ocupação inicial vincula-se aos

---

<sup>12</sup> Ainda segundo o Dr. Couto, e como apontado pela Fundação João Pinheiro (1980a, v. 1, p. 11), à época, poderia haver na vila cerca de três mil pessoas, a maioria vivendo de roças e de alguma mineração.

escravos libertos e dos arredores do morro onde se implanta o cemitério municipal, na região do Rosário, desencadeando, assim, o processo de ocupação das regiões oeste e sul da vila. Ainda que com essa expansão a malha urbana tenha começado a alcançar a encosta sul, até então parcialmente ocupada, é possível identificar a manutenção do traçado linear do tecido urbano (Figura 15).



**Figura 15** – Croquis de evolução do tecido urbano de Serro - Ciclo da Mineração. [i-ii) Início do séc. XVIII: fase de formação e conurbação dos antigos arraiais; iii) Meados do séc. XVIII: consolidação; iv) Segunda metade do séc. XIX: primeira expansão urbana.]

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.l.], 2006. 1 CD-ROM; e SILVA, Dario A. F. *Memórias sobre o Serro antigo*. Serro: Tipographia Serrana, 1928. Redação, pesquisa e ensaio crítico de Danilo Arnaldo Briskievicz. Serro, 2008. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/805942>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

Essa expansão da malha urbana representa, assim, a alteração dos limites do núcleo que, agora, estende-se da Ponte do Lucas – onde começa a cidade, até o mais alto do Gambá (SALLES, 1993, p. 202); abrangendo um total de 546 casas.

Pois bem: em 1812 [...], no Senado da Câmara se fez um lançamento predial, tributário e se achou que no Gambá havia pelo lado direito 50 casas, no lado esquerdo 46; em Santa Rita – lado direito 37, lado esquerdo – 20; na Vacaria – lado direito 12, lado esquerdo – 6; na Rua do Corte – lado direito 12, lado esquerdo – 19; na Rua São José – lado direito 25, lado esquerdo – 9; na Rua da Cadeia – lado direito 21, lado esquerdo 7; na Praia – lado direito 14, lado esquerdo 12; na Fundição – lado direito 3, lado esquerdo 0; no Pelourinho – lado direito 3, lado esquerdo 8; na Cavalhada – lado direito 17, lado esquerdo 13; na Rua de Cima – lado direito 34, lado esquerdo 26; na Rua das Flores – lado direito 15, lado esquerdo 18; no Arraial de Baixo – lado direito 0, lado esquerdo 19; no Rosário – lado direito 13, lado esquerdo 14; soma 546 casas (SILVA, D., 1928/2008, p. 45-46).

Nesse contexto de novos crescimentos e com a instalação de pequenas fábricas de ferro e a maior ativação comercial da vila a partir da independência do Brasil, sua economia torna-se um pouco mais dinâmica, assegurando sua elevação à categoria de cidade em 1838,<sup>13</sup> com a denominação de Serro, permanecendo como centro jurídico e administrativo da região.

<sup>13</sup> Cf. Fundação João Pinheiro (1980a, v. 1, p. 12), a Vila do Príncipe adquire foros de cidade, com a denominação de Serro, pela Lei provincial nº 93, de 06 de março de 1838.

Entretanto, a partir da era republicana, o Serro não consegue se incorporar à rede ferroviária – vista como o caminho salvador para o escoamento da produção agrícola, e única forma, à época, de acumulação de riquezas por meio dos mercados distantes que acenavam com possibilidades de progresso (SOUZA, J., 1993, p. 153-173). Novamente a falta de modernização e de alternativas econômicas fez com que a cidade perdesse capacidade produtiva; isolando-se dos novos padrões de transporte e desenvolvimento.

A cidade vive um longo período de estagnação, rompido apenas entre os anos de 1950 e 1980, quando experimenta nova expansão, em decorrência, sobretudo, da migração de parcela da população rural para o distrito-sede, ocupando as encostas que circundam o núcleo antigo. O crescimento demográfico local se intensifica, e sua população praticamente triplica, saltando de 13,14% para 37,61% o percentual de pessoas residentes na cidade, como apresentado na Tabela 1 (SOUZA; FARIA; STEPHAN, 2015).

**Tabela 1** – Evolução populacional de Serro entre os períodos censitários de 1950 a 1991

CENSO DEMOGRÁFICO	POPULAÇÃO <sup>14</sup>		
	MUNICÍPIO	CIDADE	%
1950	28.512	3.746	13,14
1960	28.929 <sup>15</sup>	7.681	26,55
1970	17.579	6.963	39,60
1980	17.863	6.719	37,61
1991	19.443	7.865	40,45

Fonte: SOUZA, Kelly Diniz de; FARIA, Teresa Cristina de Almeida; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. Processo de formação socioespacial de pequenas cidades: o caso de Serro (MG). *Revista Oculum Ensaios*, Campinas, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015, p. 149.

Estudos da Fundação João Pinheiro apontam que

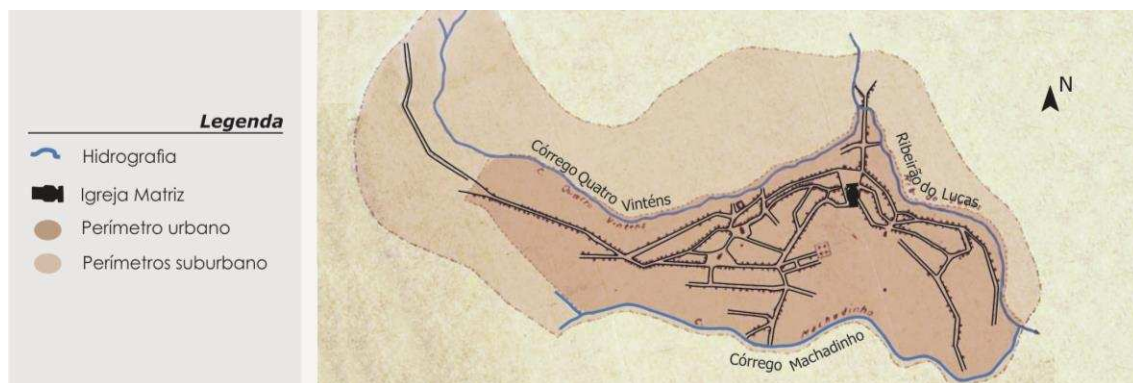
O número de prédios existentes, que em 1812 [...] era de 546, não passará de 913 em 1954 [...] só vindo a atingir o total de 1.101 no ano de 1977. Esta cifra revela um certo crescimento urbano nos últimos vinte anos, mas se trata de expansão verificada principalmente nas periferias da cidade, com a construção de habitações bastante modestas. A maior parte da população continua condensada no núcleo histórico, que (...) ainda preserva autêntica a fisionomia do Serro dos séculos passados [Figura 5 e 6] (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980e, p.26).

Se esses aspectos demográficos fornecem indícios sobre o processo de expansão urbana, uma observação comparada entre as Figuras 16 e 17, permite verificar esse avanço da ocupação territorial, principalmente, sobre a região norte do município,

<sup>14</sup> A população é aqui apresentada enquanto os habitantes do município – que inclui toda a área urbana e a área rural; e a população da cidade – que se refere, apenas, aos habitantes do distrito-sede, o distrito de Serro, que dá nome ao município.

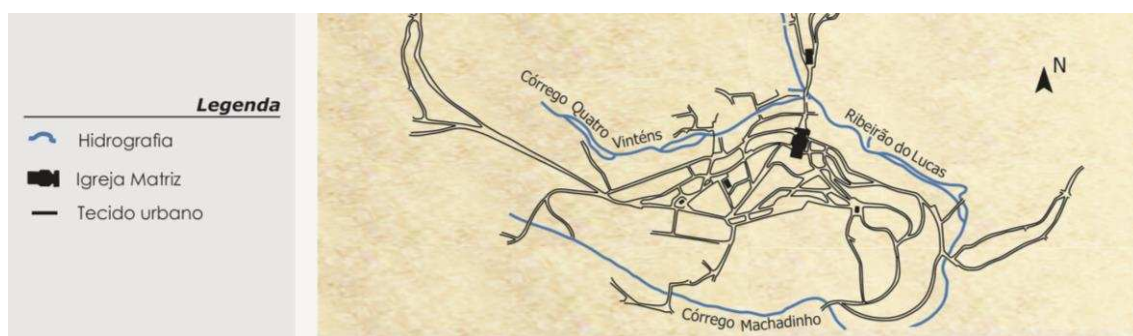
<sup>15</sup> A redução da população entre os censos demográficos de 1960 e 1970 ocorreu em virtude da Lei Estadual nº 2.764 de 30/12/1962, que emancipou distritos serranos, dando origem aos municípios de Alvorada de Minas, Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas.

outrora “campos praticamente não ocupados”,<sup>16</sup> que compunham o perímetro suburbano do sítio.



**Figura 16** – Parte do Mapa do Estado de Minas Gerais – Município de Serro, de autoria de Lúcia de Carvalho Campos; com destaque para o perímetro urbano e suburbano da cidade.

Fonte: Adaptado de ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas – SVOP. Série Documentação Interna SVOP, SVOP-042. Belo Horizonte, 1939.



**Figura 17** – [Mapa da] Sede municipal do Serro.

Fonte: Adaptado de FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Revista Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, v. 8, n. 12, 1978, p. 9. Patrimônio Cultural do Serro; modificado pela autora.

As principais transformações em sua paisagem ocorrem, portanto, a partir de então, quando tem início o papel dos parcelamentos urbanos no processo de formação da cidade, possibilitados, sob certos aspectos, pela Lei nº 349/79,<sup>17</sup> a partir da qual é incentivada a promoção de loteamentos no município, e autorizada a divisão em lotes, pela própria Prefeitura de Serro, de manchas urbanas não ocupadas, como apontado a seguir:

Art. 9º Quando houver pequenas manchas de terreno não ocupado e já constante da malha<sup>18</sup> da cidade ou dos distritos, poderá o Prefeito autorizar a sua divisão em lotes, conforme condições semelhantes às já existentes nas imediações [...].

Art. 17 O Prefeito Municipal, tendo em vista o interesse do Município no aumento de sua área habitável e para se evitar o êxodo e fixar o homem em seu ambiente de origem, poderá conceder isenção de impostos municipais a empresas interessadas em promover loteamentos e lançamentos no município, [...] até que as unidades se

<sup>16</sup> Cf. Silva, D. (1928/2008).

<sup>17</sup> Lei datada de 01 de fevereiro de 1979, que estabelece normas sobre aberturas de ruas, logradouros públicos e loteamentos de terrenos, uso e ocupação do solo e dá outras providências.

<sup>18</sup> Entende-se a malha urbana enquanto todo o tecido urbano, enquanto a mancha urbana se remete a porções dele.

transfiram a terceiros, dos quais se fará o lançamento para cobrança dos impostos (em primeira operação). [...] (SERRO, Lei nº 349, 1979)

Os parcelamentos realizados posteriormente (Quadro 14 e Figura 18), legalizados ou não,<sup>19</sup> passam a responder pelo crescimento urbano gradual, tendo por eixo de expansão sobretudo o vetor oeste, e o confirmando como área potencial para uma nova centralidade.

**Quadro 14** – Parcelamentos do solo nos séculos XX e XXI.<sup>20</sup>

PARCELAMENTOS	SITUAÇÃO <sup>21</sup>
ANOS 1970	
<b>Cidade Nova</b>	Parcelamento legal [Iphan; Prefeitura Serro: aprovação 1979] [Atual bairro Cidade Nova – Setor I e Setor II]
ANOS 1980	
<b>Machadinho</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: responsável pelo parcelamento, 1988] [Trecho do atual bairro Machadinho]
<b>Novo Rosário</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: responsável pelo parcelamento, Lei nº 692/88, de xx] [Atual bairro Novo Rosário]
<b>Lazareto</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: responsável pelo parcelamento, 1988] [Trecho do atual bairro Santo Antônio]
<b>Padre Gregório</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: responsável pelo parcelamento, 1988] [Trecho do atual bairro Morro de Areia]
<b>Morro da Páscoa</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: responsável pelo parcelamento, 1988] [Atual bairro Morro da Páscoa]
ANOS 1990	
<b>Nossa Senhora Aparecida</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: aprovação da localização 1990, sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: aprovação provisória 1990] [Atual bairro Nossa Senhora Aparecida]
<b>Nossa Senhora da Conceição</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: aprovação da localização 1991, sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: sem aprovação do parcelamento] [Trecho do atual bairro do Leiteiro]
<b>Rua Travessa Pouso Alto</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: submissão de projeto 1992, sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: sem aprovação do parcelamento] [Atual bairro Santa Luzia]
<b>Cidade Nova II</b>	Parcelamento ilegal [Iphan: submissão de projeto 1998, sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: sem aprovação do parcelamento] [Atual bairro Sem Denominação]
<b>Rapador</b>	Parcelamento ilegal [Projeto: 1999. Iphan: submissão de projeto 2012, sem aprovação do parcelamento; Prefeitura Serro: sem aprovação do parcelamento] [Trechos dos atuais bairros Machadinho e Leiteiro]
ANOS 2000	
<b>São Geraldo</b>	Parcelamento legal [Iphan: aprovação 2003; Prefeitura Serro: aprovação 2005] [Atual bairro São Geraldo]
<b>Chácara do Amolar</b>	Parcelamento legal [Iphan; Prefeitura Serro: aprovação 2013] [Trecho do atual bairro Morro de Areia]

Fonte: Elaborado a partir dos arquivos administrativos do Escritório Técnico do Iphan em Serro e Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Serro. Consulta realizada em jan. 2015.

<sup>19</sup> A dualidade legal-ilegal define-se, segundo Costa (2006), a partir do aparato jurídico formal em que, conforme a regulação urbanística, a cidade legal é aquela construída pelos agentes formalmente instituídos, mercado ou poder público, e que traz consigo uma determinada ordem, usualmente fruto de um projeto, resultando em uma urbanização completa. A ilegalidade define-se, assim, a partir dessa antítese.

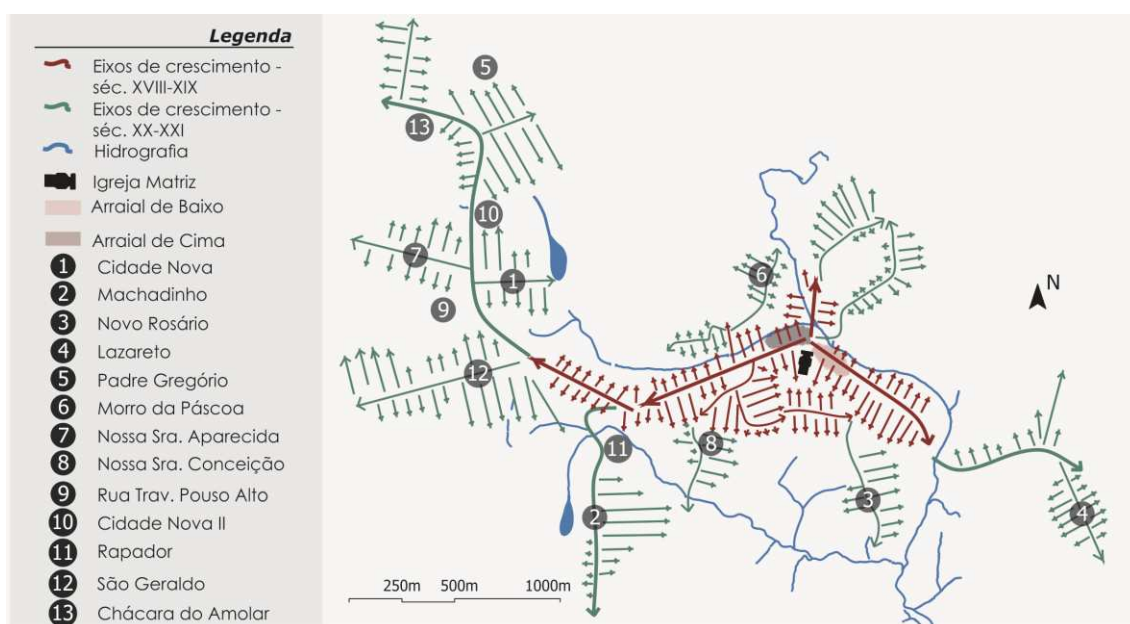
<sup>20</sup> A relação de parcelamentos apresentada contempla, apenas, glebas que foram parceladas (loteadas ou desmembradas) em múltiplos lotes; não incluindo, portanto, desmembramentos unitários de imóveis.

<sup>21</sup> As datações apresentadas se referem à primeira aprovação do parcelamento, tendo havido, em alguns casos, alterações do projeto inicial, com novas aprovações.

Nesse contexto, materializa-se a nova fase da urbanização brasileira, em que a produção e reprodução do espaço têm por base a expansão do desempenho do capitalismo, e em que as cidades se redefinem através “de sua explosão, da extensão das periferias; enfim, da construção de um novo espaço” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 13). Essas áreas abrigam parte significativa da população, de tal modo que, no início do século XXI, o núcleo antigo de Serro configura-se como a menor parcela da cidade.

Ao longo do século XX, constata-se nas cidades uma inversão da relação entre o centro antigo e sua periferia, esta última passando a representar, em superfície e população, a parcela maior da aglomeração. Tal inversão ocorre não apenas nas grandes metrópoles e nas capitais, mas alcança também cidades menores (PANERAI, 2006, p. 13)

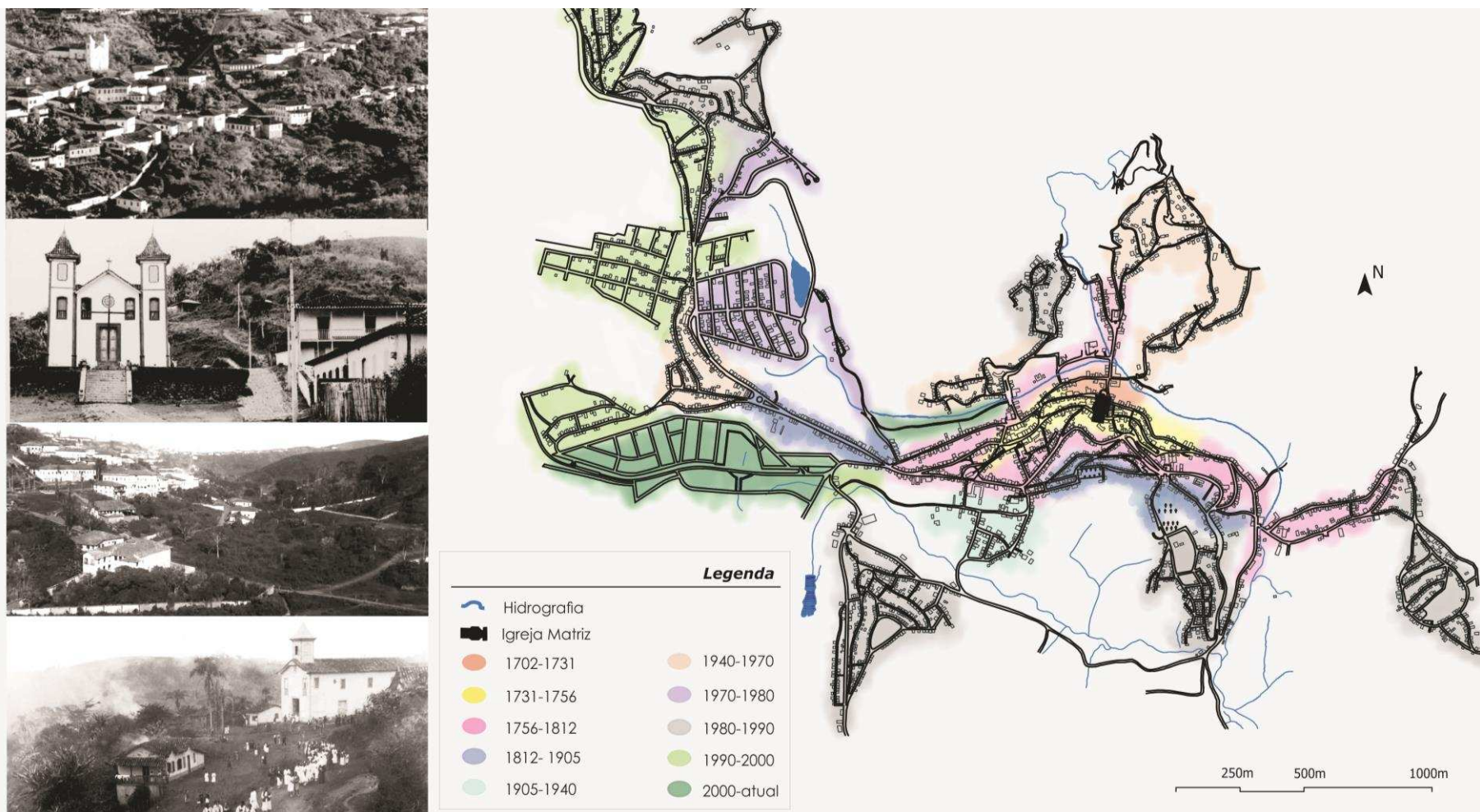
Têm-se, no final do século XX e início do XXI, uma expansão do tecido urbano ao longo das encostas que emolduram o núcleo antigo e ao longo das vias de comunicação, em um crescimento em forma de “tentáculos”, que pode ser observado na Figura 18.



**Figura 18** – Representação do *crescimento* do tecido urbano.

Fonte: Elaborado a partir de Prefeitura Municipal de Serro. *Setores tributários e divisas de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.l.], 2006. 1 CD-ROM.

A partir da representação do tecido urbano de Serro, e por sua trajetória de formação, consolidação e expansão (Figura 19), pode ser percebido um *crescimento contínuo*, ainda que sua origem esteja vinculada a uma ocupação mais aberta, materializada nos antigos arraiais. Não se trata, porém, de um crescimento compacto; as extensões se fazem pelo prolongamento direto de porções urbanas já constituídas, mas que se conectam à malha existente em pontos específicos, sendo circundadas, na maior parte de seus perímetros, por áreas rurais; conformando, assim, um crescimento espraiado, e que assume a forma de “tentáculos”, como anteriormente dito.



**Figura 19** – Mapa da evolução urbana.

Fonte: Elaborado a partir de Prefeitura Municipal de Serro. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

Figuras: (i) Eric Hess, Panorama dos conjuntos da Igreja de N. Sra. do Carmo e da Capela de Santa Rita, [194-]. In: Queiroz (2010), p. 15. (ii) Igreja do Bom Jesus de Matosinhos, 1971. In: Queiroz (2010), p. 53. (iii) Raimundo Alves Pinto, Serro; parte da cidade, [1900-1910]. Arquivo Público Mineiro, Coleção Nelson Coelho de Senna – NCS-167. (iv) Igreja do Rosário, 1935. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro.

### *Os elementos reguladores do espaço: a organização do tecido urbano*

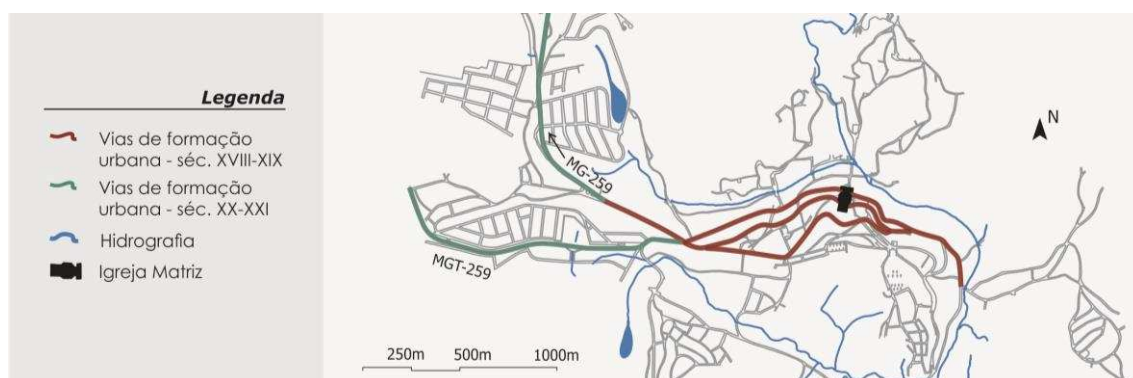
Para iniciar a análise sobre o modo de crescimento urbano do sítio a partir da relação entre os elementos que organizam sua expansão e aqueles que a contém, as primeiras observações abordam as *linhas de crescimento* e os *pólos de crescimento*, pertencentes ao primeiro grupo.

Como mencionado na abordagem da síntese histórica, o traçado do núcleo adapta-se ao terreno de topografia acidentada, estando seu crescimento, desse modo, condicionado pelo suporte natural em que se insere. A expansão da malha, nos séculos XVIII e XIX, conforma-se linearmente ao longo dos eixos dos antigos caminhos e cursos d'água, obedecendo,

de certa forma, às curvas de nível. Inicia-se no sopé da encosta com a rua Arraial de Baixo que, com outros nomes, tem sua continuidade paralela ao ribeirão do Lucas e córrego Quatro Vinténs. [...]

é notória, também, a estruturação do arruamento em torno das ruas Arraial de Baixo e General Osório. As formas de articulação das ruas anteriores mais a rua de Cima é que vão determinar a malha da cidade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980a, p. 7-8).

A expansão nos séculos XX e XXI mantém essa vinculação entre crescimento urbano e vias de acesso, agora, ocorrendo ao longo de eixos rodoviários, conforme a Figura 20.



**Figura 20** – Representação das principais *linhas de crescimento* do tecido urbano.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.l.], 2006. 1 CD-ROM.

Ao longo dessa trajetória de expansão, podem-se identificar três elementos que atuaram enquanto *pólos de crescimento*: a atividade mineradora, responsável pela origem dos primitivos arraiais – Arraial de Baixo e de Cima, na região da Praia, caracterizados, ao mesmo tempo, enquanto origem e a referência inicial desse crescimento; o papel da Igreja na urbanização nos séculos XVIII e XIX; e o parcelamento do bairro Cidade Nova, a partir do qual se organiza o vetor dos crescimentos posteriores, nos séculos XX e XXI.

Se a aglomeração tem origem a partir dos agentes econômicos, sobretudo aqueles vinculados às atividades da mineração, responsáveis pela formação dos primeiros

arraiais, é com a edificação dos monumentos religiosos que ocorrem os crescimentos iniciais do tecido urbano. Tendo a Igreja assumido, nas Minas setecentistas, diversos papéis fundamentais para a instalação e dinamização de redes urbanas, ela passa a atuar concretamente na produção e organização desse espaço, assim como na ocupação e divisão administrativa do território.

Enquanto nunca houve uma codificação colonial portuguesa, as normas e procedimentos eclesiásticos eram claramente estabelecidos. As implicações urbanísticas desse fato podem ser decisivas, pois às vagas determinações civis contrapunham-se recomendações expressas do clero que interferiam no desenho urbano (MARX, 1991, p. 11).

Assim, desde seu surgimento, os núcleos coloniais expressavam as determinações eclesiásticas, não contrapostas nem canalizadas por instrumentos do poder temporal, mas aceitas pela importação de costumes e práticas do reino (MARX, 1991). Nesse contexto, a Igreja era o foco e o elemento polarizador dos agrupamentos mineiros, sendo essencial para o estabelecimento de novas centralidades e, como consequência, para a atração de fluxos regulares e eventuais de pessoas.

A construção de várias igrejas<sup>22</sup> no curso do século XVIII viria atuar como fator de maior adensamento urbano da vila, porquanto a edificação de cada templo propiciava sempre o agenciamento do local onde se erguia e dos respectivos entornos, com o natural surgimento de novos logradouros e casas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980a, v.1, p. 14).

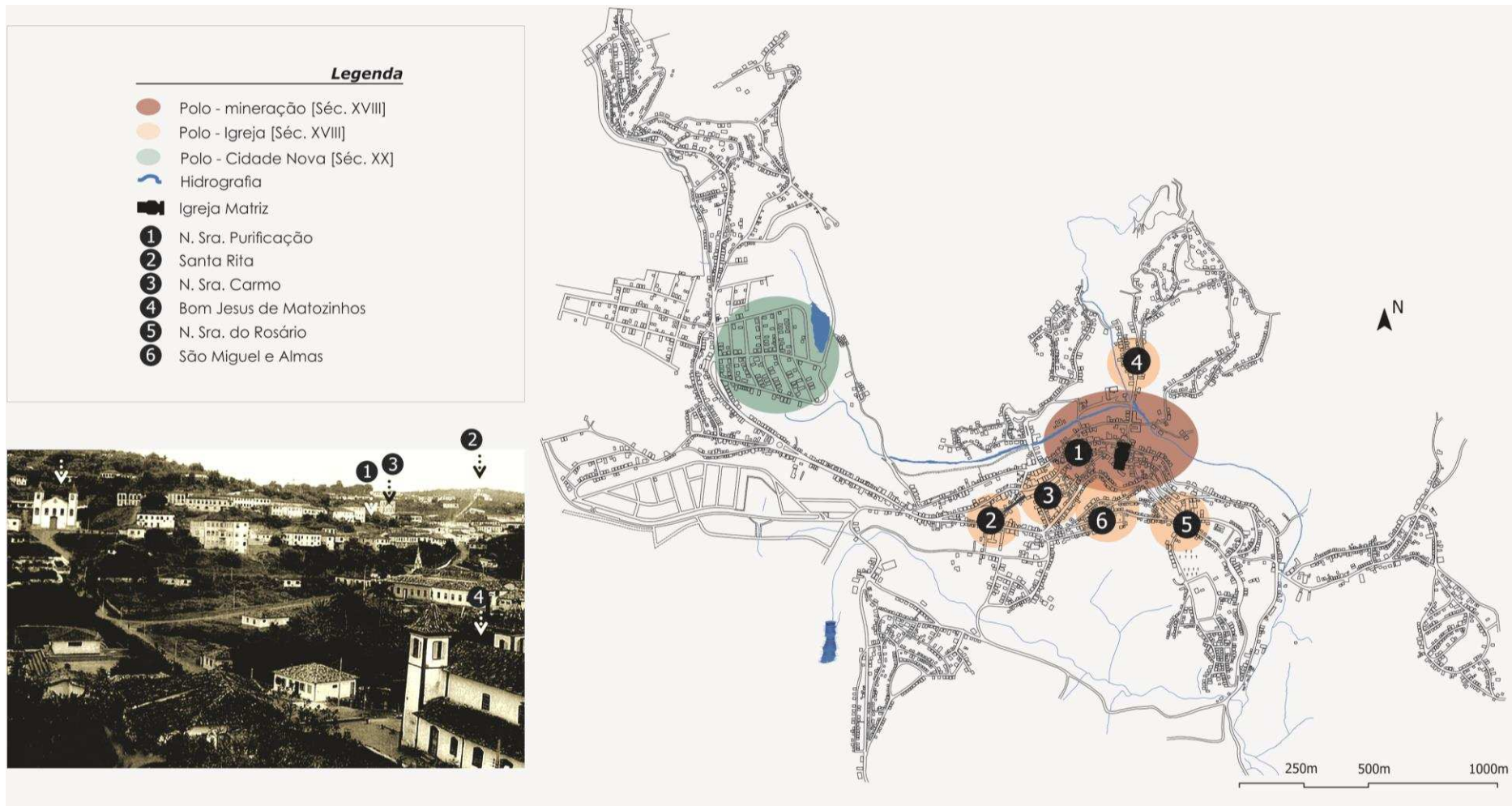
A partir do século XX, o parcelamento do bairro Cidade Nova, na região oeste da cidade, aponta como um novo eixo para o crescimento do tecido urbano (Figura 21).

Abordados os elementos que organizam a expansão urbana, concentra-se, agora, nos apontamentos referentes aos *limites de crescimento* e às *barreiras de crescimento*, que se caracterizam como os elementos que contém o desenvolvimento do território, e que estão, principalmente, vinculados ao sítio natural – relevo e curso d'água e à condição de uso do solo – gleba rural.

O relevo e os cursos d'água, embora tenham contribuído para a forma do tecido urbano, apresentaram-se como resistência à expansão, sobretudo no início da ocupação do território, ainda no século XVIII, em virtude dos métodos e técnicas construtivos da época. Comportam-se como barreiras de crescimento em pontos isolados do sítio urbano, com altas declividades, e nas encostas, ainda glebas rurais, que emolduram a cidade (Figura 22, p. 90).

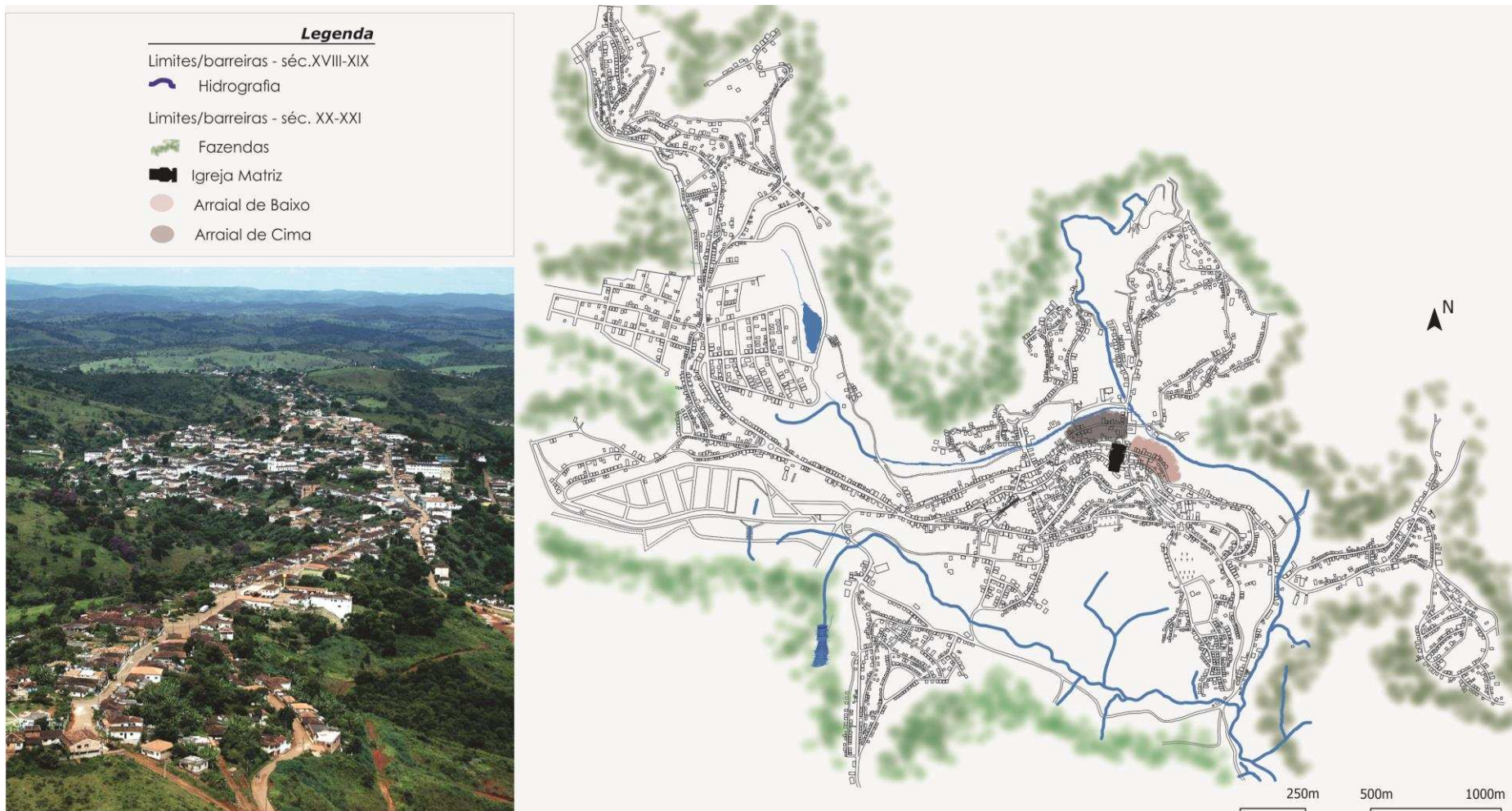
---

<sup>22</sup> Cf. Fundação João Pinheiro (1980a, 1980e), no período de 1740 a 1780, fase de estabilização social e econômica da população, surgem, por iniciativa de irmandades religiosas, as igrejas de Nossa Senhora da Purificação (aprox. 1742, hoje demolida), Santa Rita (aprox. 1745), Nossa Senhora do Carmo (aprox. 1768) e Bom Jesus de Matozinhos (aprox. 1781/5). A atual matriz, terceira edificada, seria posterior a 1776.



**Figura 21** – Representação dos principais *pólos de crescimento* do tecido urbano.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM. Fotografia: Articulação entre os monumentos religiosos. Serro, [19--]. Acervo do Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos. EA/UFMG.



**Figura 22** – Representação dos principais *limites e barreiras de crescimento* do tecido urbano.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM. Fotografia: Vista aérea da cidade, 2006. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro.

### *O adensamento urbano: concentração e dispersão do sítio*

Após sua implantação inicial, dispersa em arraiais, verifica-se que o crescimento do tecido urbano intercala períodos com e sem expansão territorial. A primeira fase, nos setecentos, é marcada pelo adensamento do núcleo fora de seu perímetro de origem, “processo habitual de crescimento da cidade portuguesa, em que sucessivas áreas urbanas construídas em épocas distintas, [...] iam se agregando à cidade já existente” (TEIXEIRA, 2012, p. 131).

Segue-se a essa fase, um período de adensamento sem expansão territorial, quando as estruturas espaciais se consolidam, no século XIX, acumulando formas herdadas do passado que, embora tenham sua origem vinculada a outros propósitos, permanecem por poderem ser adaptadas às novas necessidades, sem modificações significativas, apresentando, ainda, uma funcionalidade efetiva em termos econômicos e, sobretudo, um valor simbólico que justifica sua permanência (SOUZA; FARIA; STEPHAN, 2015, p. 153).

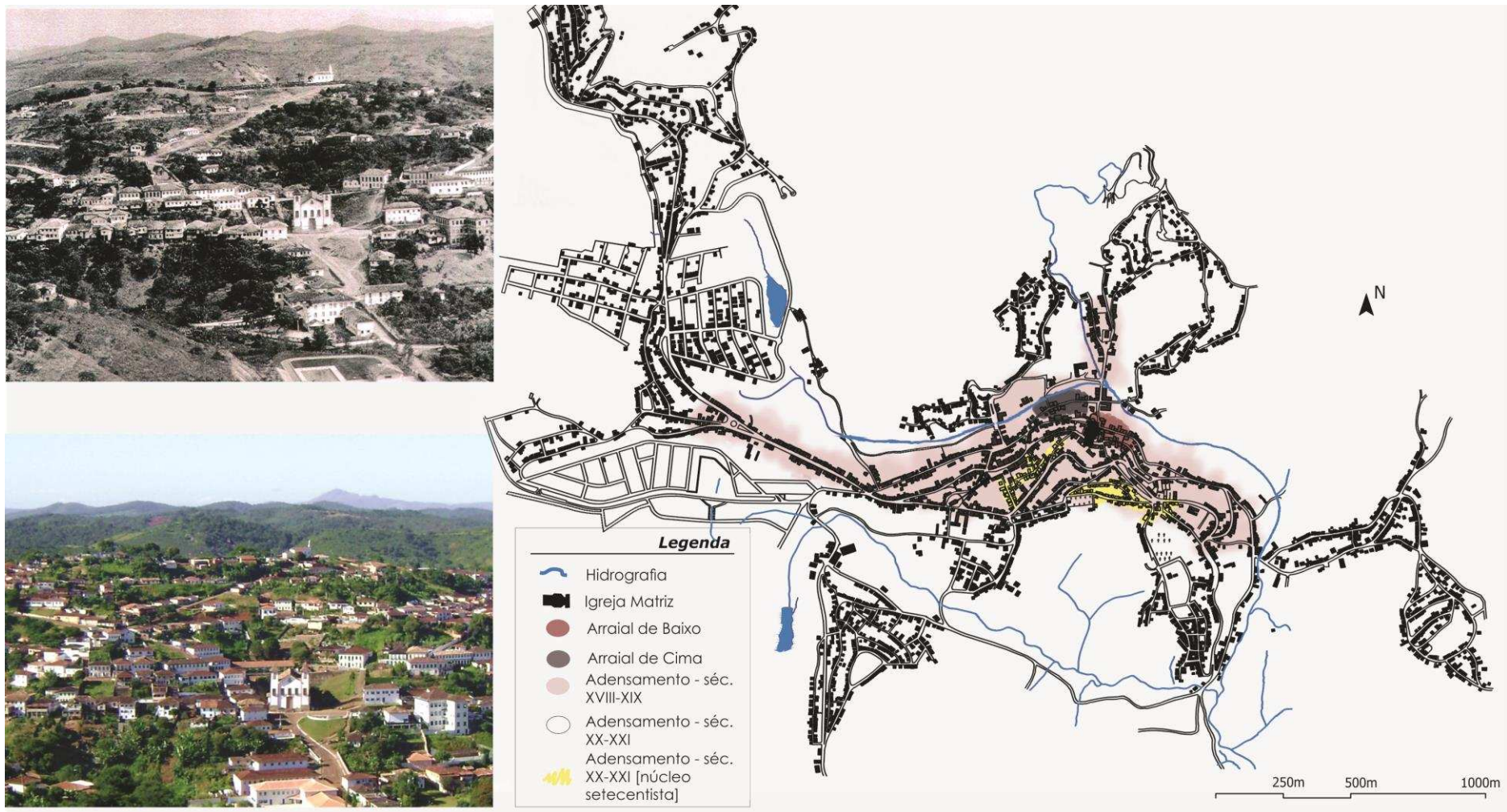
A dispersão marca a expansão urbana a partir do século XX, caracterizada por uma nova organização espacial, com a “explosão” das tradicionais formas de concentração do tecido, acompanhada pela diferenciação desses espaços, decorrente do modo como se dá o uso do solo (Figura 24). Essa produção do espaço é uma expressão espacializada do processo de reprodução do capital, que se verifica simultaneamente à geração de novas centralidades e novas periferias (SOARES, 2006, p. 347).

Somada a essa expansão do tecido urbano, verifica-se, simultaneamente, o adensamento do núcleo colonial, sobretudo nas proximidades das igrejas do Carmo e do Rosário, resultado de desmembramentos de terrenos – principalmente aqueles pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Contribui, ainda, para esse processo, a ocupação de antigos becos e travessas – do Carmo, Purificação e da Independência, e de áreas tradicionalmente pouco adensadas – como os declives da antiga rua do Corte, atual avenida Dom André (Figura 23), além da abertura de novas vias, como a rua Dona Maria Amélia.



**Figura 23** – Vista parcial da cidade. Adensamento urbano no entorno da Igreja do Carmo.

Fonte: (i) Serro, [193-]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro; (ii) Serro, 2015. Acervo da autora.



**Figura 24** – Representação do *adensamento* do tecido urbano.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.  
 Fotografias: (i) Entorno do cemitério municipal, [195-]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro; (ii) Entorno do cemitério municipal, 2015. Acervo da autora.

## 5.1.2. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E A ORDENAÇÃO URBANÍSTICA

### *Regulamentos legislativos e planos urbanos*

Como apontado por Teixeira (2012), é no próprio processo de planejamento e de construção da urbe que se faz a síntese dos diferentes modelos de cidade<sup>23</sup> e se estabelece a relação entre os traçados urbanos e o território.

Sem ter havido, de início, um plano urbano predefinido,<sup>24</sup> a cidade de Serro foi sendo construída gradativamente, e sua estrutura urbana ajustada à estrutura natural do território. “Sem um plano ordenador, eram os edifícios notáveis e as casas, implantadas segundo critérios que tinham a ver principalmente com lógicas territoriais, que aos poucos iam definindo as ruas e as praças.” (TEIXEIRA, 2012, p. 126-127).

Após a ocupação inicial, a expansão do núcleo ocorre por meio de novos parcelamentos, novamente sem adoção de planos,<sup>25</sup> que iam sendo adicionadas ao tecido preexistente, cada uma constituindo uma unidade de crescimento que assumia diferentes morfologias, influenciadas, algumas vezes, pelas leis vigentes, ainda que essas políticas tenham pouco contribuído para o direcionamento e a transformação do sítio.

A investigação da legislação de controle de uso e ocupação do solo, constante do Apêndice E, mostra que a prática do planejamento local, quase sempre, enveredou-se para a mesma direção - um modo de gerir a cidade limitado a reproduzir no espaço um padrão urbano, e mesmo arquitetônico, nos moldes dos séculos XVIII e XIX, ou seja, sem aplicação de planos prévios, ainda não sendo capaz de pensar a cidade a partir da articulação entre os valores e as necessidades da vida urbana atual.

Novos delineamentos para o planejamento urbano têm início nos anos 2000, com a instituição do Plano Diretor do Município de Serro,<sup>26</sup> a partir do qual a legislação urbana começa a estabelecer o direcionamento da expansão da cidade, definindo eixos de crescimento, sentido Alvorada de Minas/ Sabinópolis (Figura 25), que ainda não se confirmaram, por não ter havido novos parcelamentos desde então.

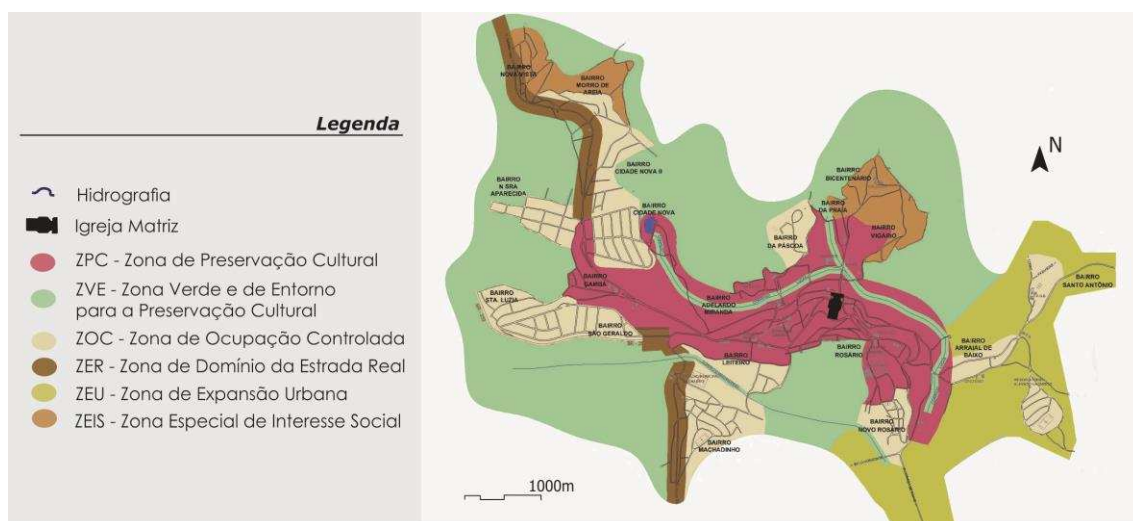
---

<sup>23</sup> Para o autor, a maior parte das cidades estrutura-se a partir de três modelos: (i) cidade sem um plano global predefinido, e que são geralmente designadas como não planejadas, orgânicas ou vernaculares; (ii) cidade com plano predefinido, normalmente designadas como planejadas; (iii) modelo síntese dos anteriores: cidade que resulta da adoção de um plano predefinido, mas que era frequentemente alterado (TEIXEIRA, 2012, p. 127).

<sup>24</sup> Acredita-se não ter havido um plano original, dadas as características de ocupação inicial do povoamento e o desconhecimento da existência de tal regulamentação.

<sup>25</sup> Na década de 1950, por meio da Lei nº 104/51, de 23 de outubro de 1951, ficou autorizada a contratação de plano de urbanismo para o município de Serro, para elaboração de plantas cadastrais e organização de Plano Diretor; mas essa documentação, se elaborada, não foi localizada nos arquivos da Prefeitura de Serro. Já na década de 1980, foi elaborado pela Fundação João Pinheiro um plano para a cidade, não implementado. A esse respeito ver *Circuito do Diamante. Diretrizes para o desenvolvimento urbano do Serro. Belo Horizonte, 1980a*.

<sup>26</sup> Instituído por meio da Lei Complementar nº 075/2007, de 06 de agosto de 2007.



**Figura 25** – Mapa da Zona Urbana do Distrito Sede.

Fonte: Lei Complementar nº 075/2007, de 06 de agosto de 2007. Institui o Plano Diretor do Município de Serro, nos termos do capítulo III da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Mapa 02 – Macrozoneamento urbano. *Registro de Leis Municipais*, Livro nº 15.

### 5.1.3. A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Concluídos os apontamentos iniciais, referentes à apreensão histórica da forma da cidade, apresentam-se, na sequência, os resultados obtidos com a análise espacial, fundamentada nas categorias rede de vias, parcelamentos fundiários, e edificações.

#### *Rede de vias: o sítio físico na constituição da paisagem urbana*

Como apontado por Teixeira (2012),

uma das principais características das cidades de origem portuguesa é a relação do traçado urbano com as características físicas do território em que se implanta. Essa relação observa-se quer nos critérios de localização e de escolha do sítio, quer no modo como suas sucessivas fases de desenvolvimento e o desenho dos espaços urbanos se articulam com as características físicas e ambientais (Teixeira, 2012, p. 39).

Relativo ao *relevo*, no caso serrano, a percepção do espaço está efetivamente marcada pela altimetria e declividade da região onde a cidade se desenvolve,<sup>27</sup> suficiente para configurar a bipartição da área investigada em planos, geradores das formas construídas e, portanto, definidores da paisagem, surgindo como forte condicionante morfológico a relação entre os acíves e declives do terreno acidentado, como pode ser observado na Figura 26.

<sup>27</sup> No que diz respeito à geomorfologia, o município está inserido na serra do Espinhaço, compreendendo uma faixa localmente denominada serra do Veado, serra da Pedra Redonda e serra da Bocaina, em sua vertente ocidental; e a serra das Pedras e espigão dos Alves, pelo lado oriental. O Espinhaço desempenha o papel de divisor de águas entre as bacias do rio Doce, ao sul, e Alto Jequitinhonha, ao norte. (Brasil, 2005, p. 52-53).



**Figura 26** – Perfil de implantação das edificações no núcleo antigo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

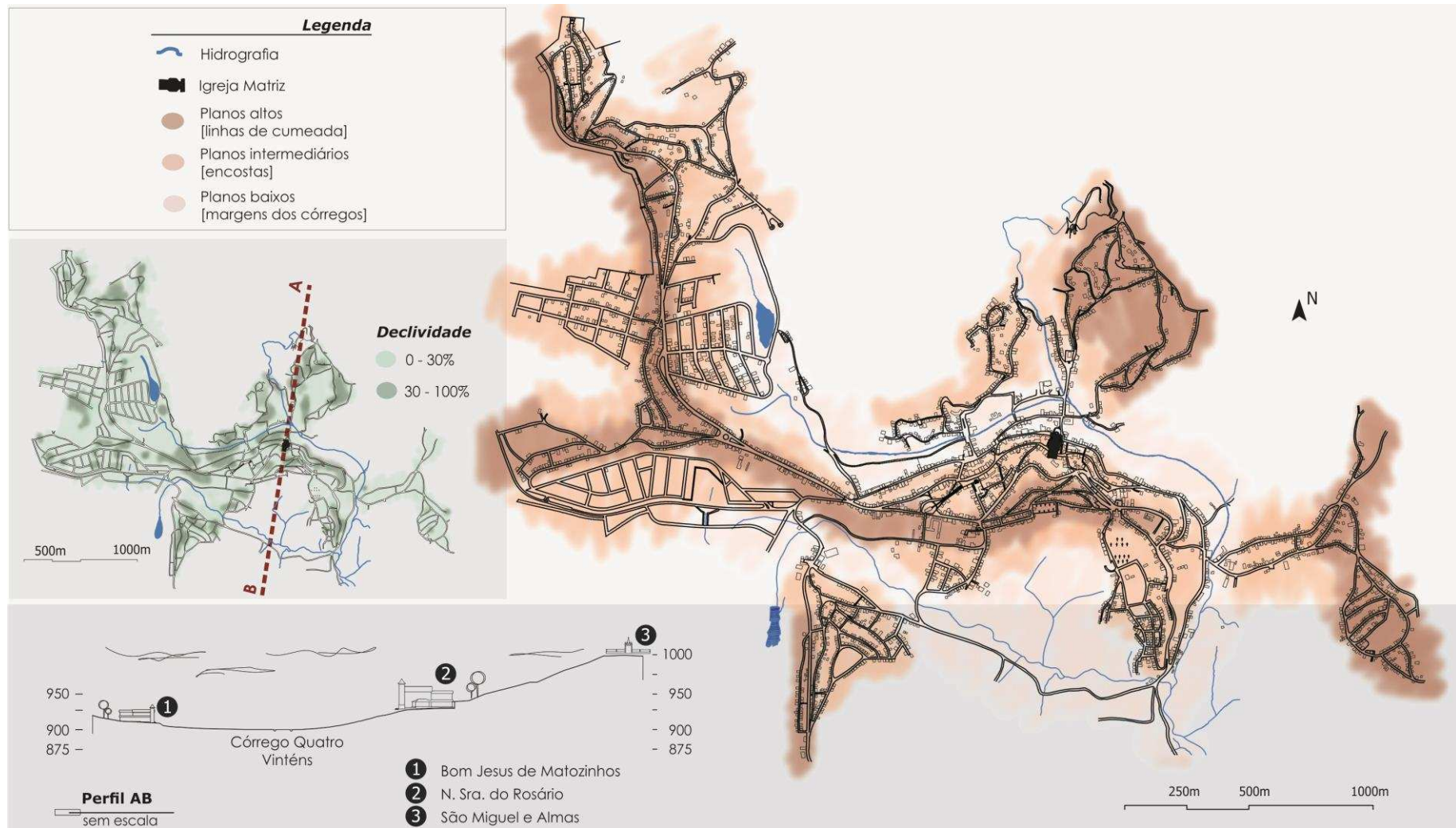
Fotografia: Vista panorâmica da cidade de Serro, 2006. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro,

O primeiro plano compreende as porções mais baixas do sítio, às margens dos córregos Quatro Vinténs e Lucas, a partir das quais tem início o povoamento, e do córrego do Machadinho, para onde a cidade avança. Avaliando-se o *sistema hídrico*, esses dois primeiros sobressaem como elemento dominante, principalmente no início da ocupação do território, delimitando-o em sua vertente norte. O segundo plano inclui a encosta a partir da qual o núcleo se desenvolve, e se expande, com seus eixos de ocupação definidos paralelamente aos cursos d'água, chegando próximo aos 1.000m de altitude, nas linhas de cumeada, aproximadamente 100m acima do nível do Quatro Vinténs (Figura 27).

A *vegetação* nativa nos domínios da serra do Espinhaço, na região de Serro, caracteriza-se por campos rupestres e campos de altitude, com matas ciliares e ilhas de vegetação ao longo das drenagens e em áreas topograficamente mais planas (BRASIL, 2005, p. 54). Participações diretas no sítio urbano incluem, principalmente, os arranjos de vegetação associados ao casario e aos terrenos, reunidos nesse grupo quintais, jardins ou lotes vagos, e, ainda, a ambientação de praças e largos, e as áreas não ocupadas no entorno, cuja vegetação é visível para os canais de circulação, como bem observou Saint Hilaire:

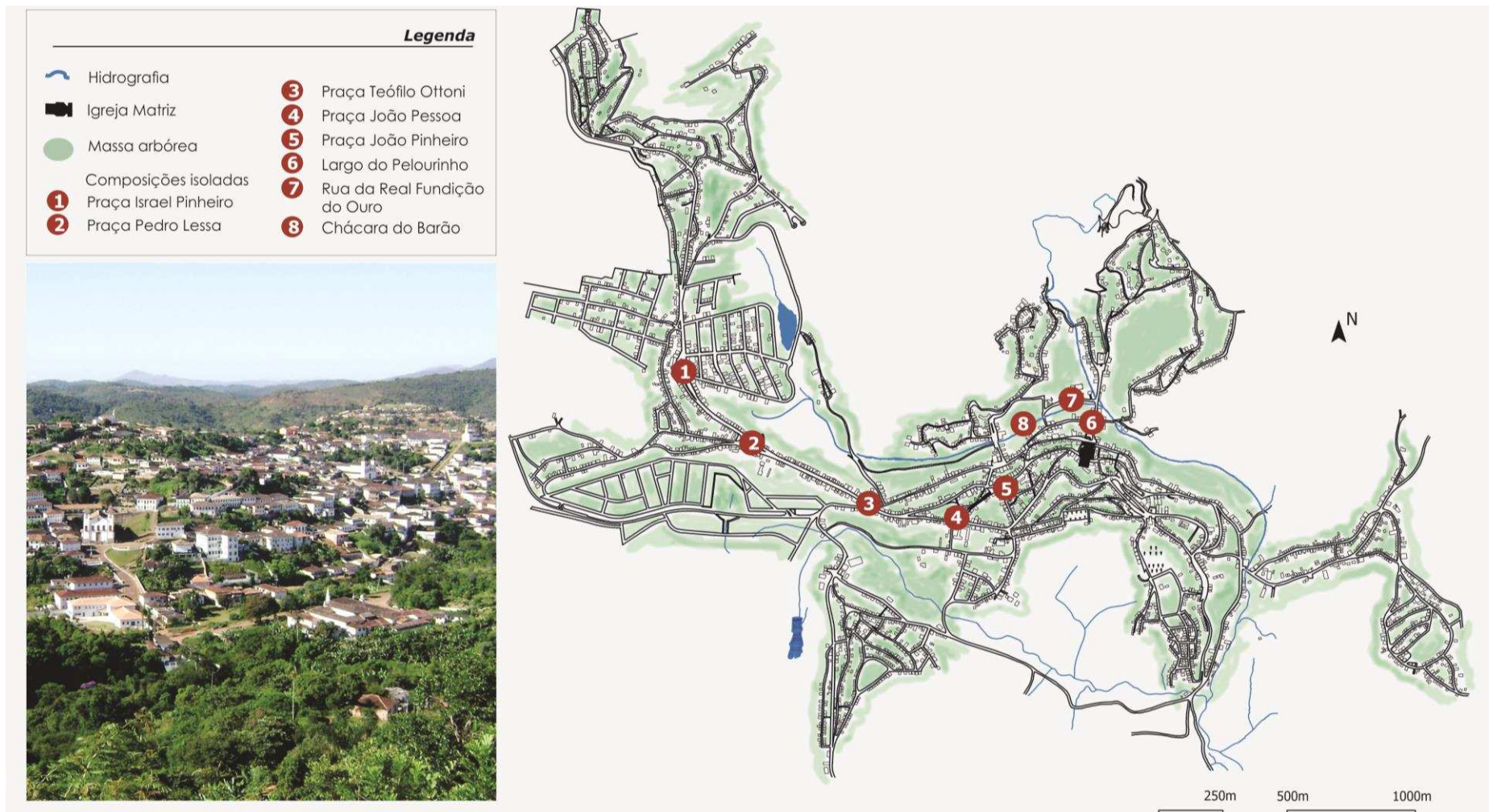
Das janelas que se abrem para o campo goza-se de agradável panorama: avistam-se as casas próximas entremeadas de massas espessas de verdura formada pelo arvoredado dos jardins; mais além descortina-se o vale estreito que se estende ao pé da cidade e em cujo fundo corre o Quatro Vinténs [...]. (SAINT HILAIRE, 2000, p. 146)

No caso serrano, as construções ocupam as encostas de forma perpendicular ao arruamento, formando eixos edificados, não muito densos, que se contrapõem ao entorno verde dos quintais. Esta contraposição entre eixos edificados e as áreas verdes constitui um dos principais elementos formadores da paisagem urbana tradicional da cidade e umas das qualidades mais marcantes de seu conjunto urbano, como apresentado na Figura 28 (p. 97).



**Figura 27** – Representação do relevo e sistema hídrico, com mapa de declividades e perfil de implantação da cidade.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.



**Figura 28** – Representação das configurações dos *elementos vegetais*.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

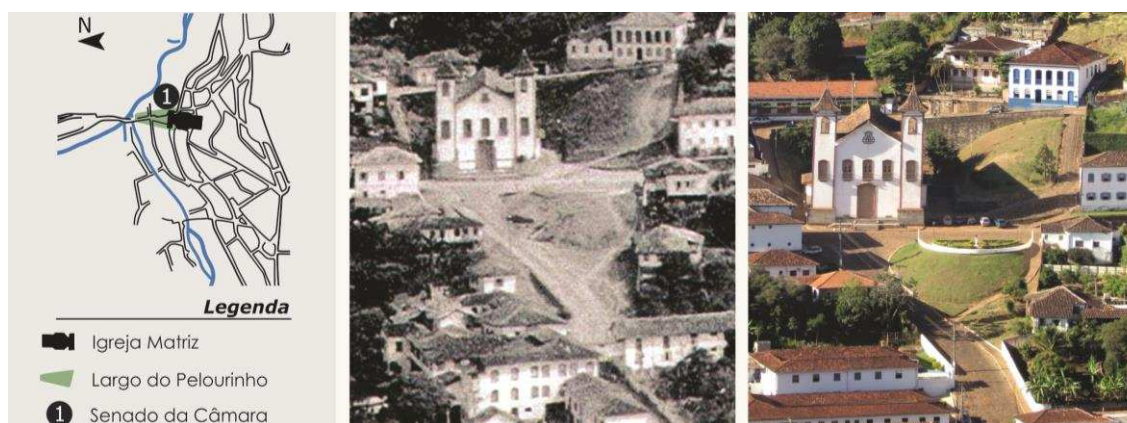
Fotografia: Vista panorâmica da cidade de Serro, 2011. Acervo da autora.

### *Rede de vias: a dinâmica urbana*

Os elementos geradores do traçado urbano das cidades de origem portuguesa correspondem, por um lado, às linhas naturais e os pontos fulcrais do território e, por outro, à geometria, subjacente aos planos, ainda que nem sempre incorporada de forma explícita (TEIXEIRA, 2012, p. 69). Quando esse traçado tem como referência principal a estrutura física do sítio, como ocorre em Serro, seus elementos centrais são os locais elevados e as linhas de cumeada, e as linhas de vale que os articulam. Esses espaços, onde estão implantadas as funções urbanas primordiais, assumem-se enquanto *referenciais urbanos*, tomando-se elementos estruturantes da cidade (Figura 30).

Dentro dessa lógica, as praças, ou espaços urbanos que genericamente podem se enquadrar nessa designação, como largos, terreiros, campos, adros, figuram como símbolos urbanos, juntamente com algumas edificações, sobretudo religiosas, em função de sua localização, proporções e estilo; sendo, enquanto “elementos estruturantes do traçado [...] elementos hierarquicamente mais importantes das malhas urbanas, não só do ponto de vista morfológico, mas também dos pontos de vista funcional e simbólico” (TEIXEIRA, 2012, p. 70).

Em Serro, a conformação das praças não remete a um espaço de praça típica: as áreas no entorno das igrejas, ou os largos configurados a partir do cruzamento de vias, assumem o papel da praça como locais de encontro e acontecimentos. As praças aparecem, assim, como nós de articulação urbana, reunindo as principais estruturas institucionais da cidade, com destaque para o largo do Pelourinho<sup>28</sup> e a praça Doutor João Pinheiro<sup>29</sup> (Figuras 29 e 31).



**Figura 29** – Conformação e transformações do largo do Pelourinho.

Fonte: (i) Serro, [195-]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro; (ii) Serro, 2015. Acervo da autora.

<sup>28</sup> No encontro entre o primitivo núcleo da Praia com os arraiais de Baixo e de Cima, formou-se a praça da Matriz, atual largo do Pelourinho que, além de representar um espaço de função social diversa foi, durante o século XVIII, símbolo do poderio estatal e religioso, mantendo a Casa de Câmara e Senado, e a igreja Matriz.

<sup>29</sup> Aberto ainda em 1738, o antigo largo da Carreira e praça da Cavalhada, representa importante ponto de ligação entre o então largo da Purificação e a igreja do Carmo, sendo o atual símbolo da centralidade urbana.



**Figura 30** – Representação dos *referenciais urbanos* da cidade.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

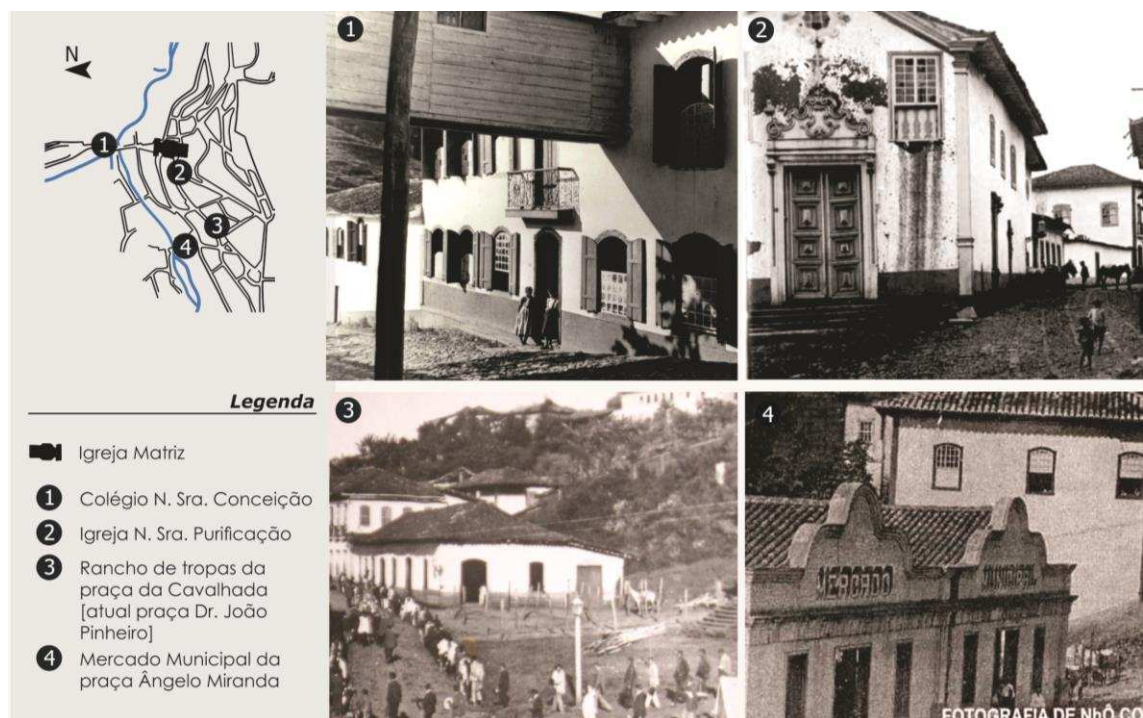
Fotografia: (i) Vista do largo do Pelourinho, [19--]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro; (ii) Vista da alameda Professor Tuquito, [19--]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro, Coleção Alcyr Costa; (iii) Praça do Rosário, 2013. Acervo da autora.



**Figura 31** – Conformação e transformações da praça Doutor João Pinheiro.

Fonte: (i) Eric Hess, Cartão postal: Igreja de Santa Rita. Vista a partir do entorno da Igreja de n. Sra. do Carmo, [194-]. In: Queiroz (2010, p. 77). (ii) Serro, [19-]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro.

Enquanto memória, cabe destacar, também, algumas edificações e chafarizes perdidos, antigos referenciais urbanos do conjunto arquitetônico e urbanístico de Serro, cujas substituições ou alterações na tipologia original ocorreram ainda no final do século XIX e início do XX. Nesse quadro, incluem-se o antigo Colégio de Nossa Senhora da Conceição, na Praia, a Igreja da Purificação, no Arraial de Cima, e os ranchos de tropa, mercados municipais, na praça da Cavahada – atual praça Doutor João Pinheiro, e na praça Ângelo Miranda, indicados na Figura 32.



**Figura 32** – Representação dos antigos referenciais urbanos.

Fonte: (1) Colégio N. Sra. da Conceição, [194-]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro; (2) Igreja N. Sa. Purificação, [19-]. In: Queiroz (2010, p. 76); (3) Praça da Cavahada, [19-]; Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro; (4) Nhô Costa, Praça Ângelo Miranda, [19-]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro.

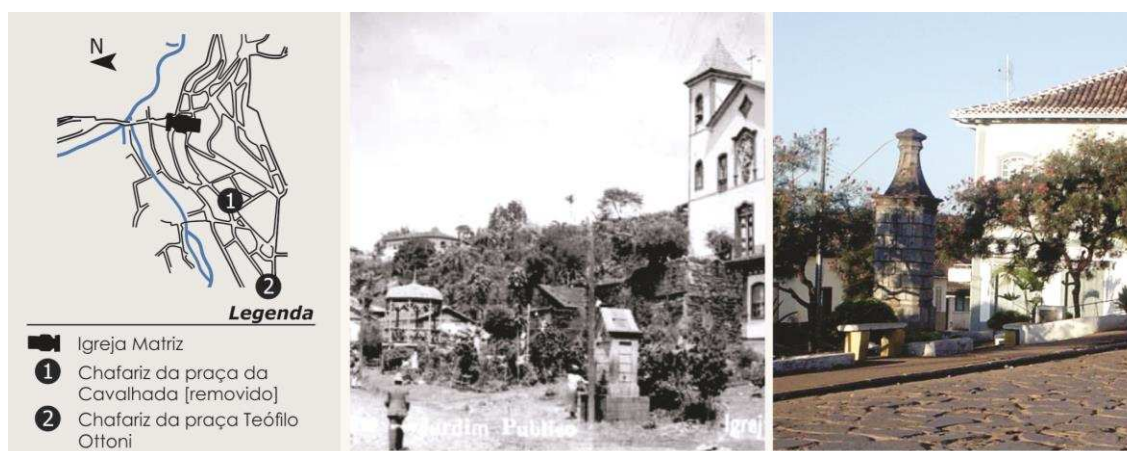
Como descrito nas obras dos memorialistas serranos Joaquim de Salles e Geraldo Azevedo Freire, mais do que depósito de mercadorias e pouso, eram esses ranchos, ou mercados, espaços de sociabilidade, sendo, “sem dúvida, o ponto de maior movimento da cidade [...]. Durante o dia, era intenso o movimento na Cavalhada e por toda rua, segundo creio, hoje denominada Antônio Honório Pires.” (FREIRE, 1997, p. 56-57)

Quanto aos chafarizes (Figura 33),<sup>30</sup> suas construções teriam tido início na segunda metade do século XVIII, na parte baixa da cidade e, apenas no século seguinte, outros seriam instalados, no alto, facilitando o acesso à água aos moradores dos arredores, como apontado nos trechos que se seguem:

Em 1764, vereação<sup>31</sup> de 09 de dezembro de novo o procurador lembrou ao Senado o citado capítulo de correição; mas, apenas desta vez se conseguiu o chafariz da Praia, ainda existe, abaixo do morro.

[...] Se porém em frente à Matriz foi feita a primeira fonte, ou chafariz, não ficou sem um a Cavalhada: na sessão de 24 de setembro de 1828, mandou a Câmara Municipal colocar outro chafariz o qual devia ser “uma coluna organizada de três peças vindas do pedestal; no meio quatro carrancas vomitando água por quatro canos e sobre tudo isso uma pirâmide, tudo de pedra, tendo em baixo um tanque oitavado com quatro assentos para descanso dos recipientes [...].

O da Purificação é de 1827 (SILVA, D.; 1928/2008, p. 99-100).



**Figura 33 – Chafarizes de Serro.**

Fonte: (i) Jardim público do Serro, nas proximidades da Igreja do Carmo, com ruas pavimentadas em pé de moleque, [194-]. In: Queiroz (2010, p. 62); (ii) Praça Teófilo Ottoni, 2013. Acervo da autora.

<sup>30</sup> São poucas as referências aos chafarizes já instalados em Serro, havendo registro fotográfico apenas do antigo chafariz da Cavalhada. Atualmente, apenas o executado na praça Teófilo Ottoni remanesce.

<sup>31</sup> Como demonstrou Lavedan (1926), na Europa, desde o século XVII, as Câmaras legislavam sobre todas as questões referentes à estética e ao bom funcionamento das cidades, desde a pavimentação e limpeza das vias, abastecimento de água e de gêneros, e a circulação urbana; sendo, este “urbanismo prático”, estabelecido nas vereações que, naqueles tempos, recebiam o nome genérico de “polícia”. A esse respeito, Silva, D. (1928, p. 85), apresenta o apontamento que se segue: “Mas não só de festas cuidava o nosso Senado, também cuidava da Vila, do asseio, do embelezamento, da higiene pública, da higiene moral, do bem da República, como dizia”; acompanhado de uma relação de obras e melhorias de calçamentos e “endireitamentos” de vias públicas.

A *rede de vias*<sup>32</sup> constitui um dos elementos mais claramente identificáveis na forma urbana. “Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador.” (LAMAS, 2004, p. 98-100) Enquanto percurso de cidade barroca, mais do que importante sistema de circulação, torna-se cenário, corredor para as grandes movimentações e acontecimentos.

Em Serro, caracteriza-se, basicamente, pelo desenvolvimento de caminhos principais ao longo de curvas de níveis, sobre a área central, com prolongamentos na crista da serra, um na direção de Diamantina, outro margeando o córrego do Lucas, em sentido oposto, além das saídas ao sul para Conceição do Mato Dentro e outra, ao norte, para Rio Vermelho (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980a, v. 1, p. 35).

Hierarquicamente, as ruas principais orientam-se no sentido da maior dimensão das quadras, cruzadas por outras vias secundárias, que lhes são perpendiculares.

No que se refere a esse papel funcional e de comunicação para o tecido urbano, três conjuntos de vias,<sup>33</sup> representadas na Figura 34, podem ser indicadas como linhas mestras, ou principais, pois desempenham a função de ligação entre os diversos setores da cidade, abrigando e dando acesso a vários equipamentos urbanos, estabelecimentos comerciais e institucionais; sendo os principais nós identificados, o largo do Pelourinho, as praças Cristiano Ottoni, Doutor Andrade, Ângelo Miranda, João Pinheiro, Teófilo Ottoni, Garcindo Ferreira Maria e Pedro Lessa, pontos de convergência e parada de trânsito social.

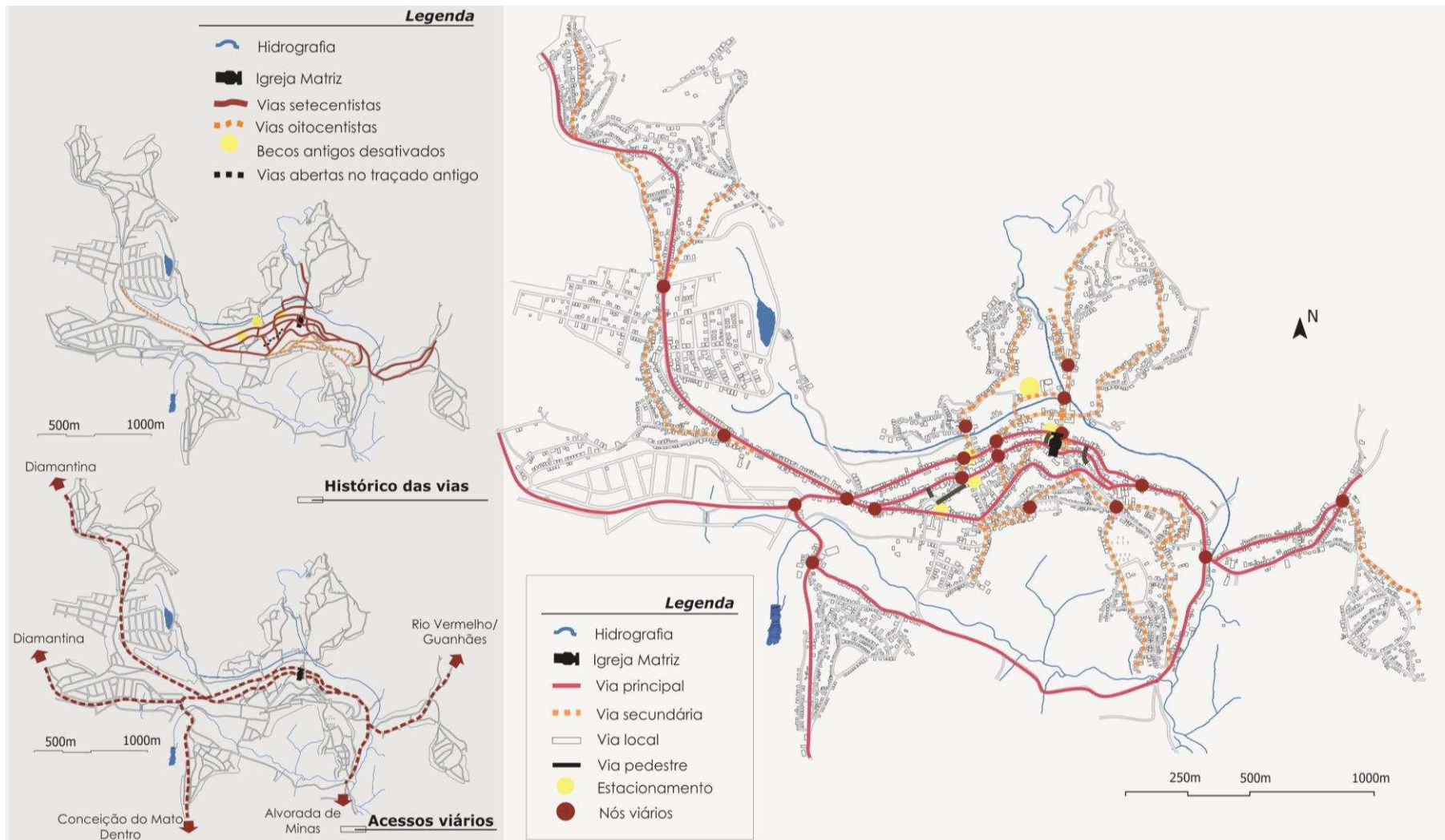
As vias secundárias, ligações entre as vias principais e entre estas e os percursos locais, distribuem o tráfego dentro de cada setor; enquanto que as vias locais, simples conexões entre ruas e ramificações da rede, propiciam acesso às edificações que nelas se localizam.

Além das ruas e praças da cidade, destacam-se as vias de pedestre, travessas com alta declividade, que unem pontos da cidade, conectando as extensas vias longitudinais; e as áreas identificadas como de uso exclusivo para estacionamento, localizadas, sobretudo, nos pontos de concentração do comércio.

---

<sup>32</sup> Se, por um lado, as vias são os canais ao longo dos quais o observador se move, nesse caso, a rua e suas calçadas, os nós compreendem essencialmente as junções, os “locais de interrupção num transporte, um entrecruzar ou convergir de vias, momentos de mudança de uma estrutura para outra”, como define Lynch (2008).

<sup>33</sup> O primeiro eixo é composto pelas ruas São José, Doutor Antônio Tolentino, Alferes Luís Pinto, Nelson de Sena, Arraial de Baixo e Humaitá; o segundo, pelas ruas Fernando Vasconcelos, Teófilo Ottoni, Nagib Bahmed e Luiz Advíncula Reis; e o terceiro, em nível superior, pelas ruas Barão de Diamantina, Sinval Lins, Santa Rita, Rio Branco e avenida Dom André.



**Figura 34** – Representação da rede de vias urbanas.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

### *Parcelamentos fundiários: a configuração espacial*

A questão do traçado é fundamental para se compreender a configuração espacial de uma cidade, pois, como observado por Marx (1991), a paisagem urbana começa a ser desenhada a partir do solo, da disposição das ruas e das divisões do parcelamento. Serro, assim como outras cidades mineiras originadas no período colonial, caracteriza-se por um traçado de ruas definido pela existência do casario, por largos formando a ambiência das igrejas e pelos becos e quintais que formam os fundos dos lotes.

O exame do desenho urbano de Serro permite o registro de uma *malha* caracterizada por configuração mista, em que o núcleo inicial do sítio apresenta um parcelamento orgânico, que compreende uma trama de canais de circulação com curso e largura irregulares, algumas significativamente estreitas, com cruzamentos fechados e quadras de desenho e dimensões bastante irregulares. Apesar dos paralelismos e ortogonalismos verificados, destacam-se as associações descontínuas e assimétricas entre as vias, típicas dessa forma de ocupação.

Nas porções do território parceladas legalmente a partir dos anos 1970, a trama expressa um parcelamento do tipo racionalista, formado por linhas retas e com dimensões regulares, em oposição ao traçado da malha urbana do arraial primitivo.

O parcelamento da instância *macro* permite identificar dois elementos fundamentais da paisagem: as quadras e o conjunto de praças e largos. Na instância *micro*, registra-se um conjunto de quadras loteadas, não muito densas, como representado na Figura 35. Esse parcelamento do tecido demonstra que, diferentemente dos demais núcleos mineradores do século XVIII, em que os lotes eram estreitos e profundos, sobretudo nas áreas centrais, nas quais o solo urbano era mais disputado, no Serro, ainda que se mantenha esse padrão retangular das parcelas,<sup>34</sup> a demanda pela ocupação desses espaços urbanizados não foi capaz de produzir o estreitamento expressivo das fachadas.

Com efeito, estes aspectos fundamentam as *relações entre espaços abertos, fechados e semi-abertos*, configurando na paisagem, quadras como complexos sólidos, tomadas por cheios; cortadas por canais de circulação, e pontuados por praças e largos, mais favoráveis aos vazios. Outro registro da planta baixa demonstra que, salvo poucas exceções, a massa edificada está implantada de modo a ocupar a face dos lotes, propiciando, na quadra, um “miolo verde”, vazio, onde jardins e quintais ocupam os fundos dos lotes. Desse modo, a conjugação entre cheios (massa edificada) e vazios (vias de circulação, espaços públicos abertos e miolos de quadra) retrata o equilíbrio na distribuição das unidades morfológicas do sítio histórico (Figura 36, p. 106).

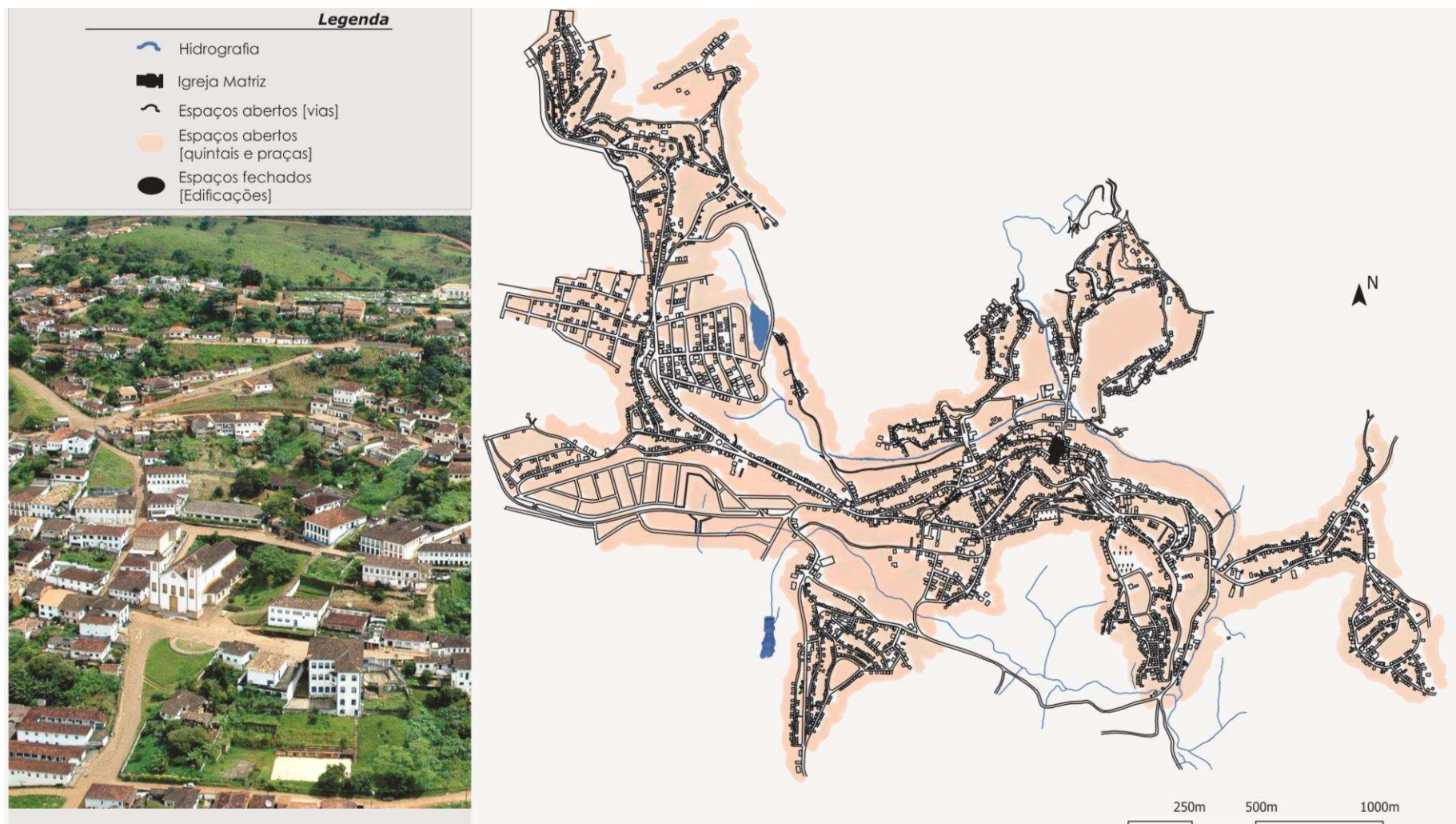
---

<sup>34</sup> A respeito desses lotes, há grande variação de dimensões, tanto no núcleo colonial, quanto nos bairros produzidos posteriormente, não sendo aplicável, desse modo, a adoção de um lote médio, por não refletir a realidade do tecido urbano.



**Figura 35** – Representação da *malha urbana* e *tipos de parcelamento* do solo.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.



**Figura 36** – Representação da *relação entre espaços abertos, fechados e semi-abertos* do tecido urbano.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

Fotografia: Vista aérea do largo do Pelourinho, 2006. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro.

### *Parcelamentos fundiários: aspectos visuais e usos do solo*

Através dos *aspectos visuais e perspectivas* é possível mapear os pontos de interesse, visadas estratégicas, espaços de grande dinamismo e movimento, a partir dos quais se torna possível a identificação e análise dos conjuntos urbanos ou arquitetônicos balizadores da fixação do homem no sítio e do adensamento urbano tradicional.

Usualmente, esses pontos dominantes coincidem com locais mais elevados do território, como mirantes naturais, topos de morros, adros de igrejas, pelos quais é possível acompanhar a evolução do traçado urbano, como apresentado na Figura 37.



**Figura 37** – Vista parcial da cidade, a partir do adro da Igreja de Santa Rita.

Fonte: (i) Eric Hess, Vista da Igreja do Carmo, [194-]. In: Queiroz (2010, p. 11); (ii) Serro, 2015. Acervo da autora.

Na cidade de origem portuguesa, vinculando-se, desse modo, a construção dos núcleos urbanos aos locais topograficamente mais elevados, a localização dos principais edifícios institucionais em pontos fulcrais do tecido se configurava como uma das formas mais diretas de hierarquização desses espaços. Nesse sentido,

Dadas as localizações privilegiadas desses edifícios singulares, sua importância funcional e o maior investimento arquitetônico que habitualmente lhes correspondia, eles passavam a constituir elementos de referência fundamentais no desenvolvimento da malha urbana. Era a partir deles que se organizavam o sistema de percursos e a lógica de organização da cidade, e era também em articulação com esses edifícios que se fazia a estruturação dos espaços urbanos, por meio do alargamento de ruas ou da construção de praças a eles associadas, orientando ruas em sua direção ou estruturando eixos polarizados por tais edifícios [...] (TEIXEIRA, 2012, p. 72-76).

No caso serrano, como apresentado na Figura 38, p. 109, percebe-se que, a maioria desses pontos de interesse abriga um monumento arquitetônico ou um símbolo religioso, como o cruzeiro do Morro do Bicentenário.

A questão do *uso do solo*<sup>35</sup> é basilar no desenvolvimento de normativas para sítios e conjuntos tombados, pois, permite o entendimento das intervenções realizadas em

<sup>35</sup> Para fins de classificação, entende-se aqui o uso do solo a partir da seguinte divisão: (i) Residencial – moradias uni ou multifamiliar; (ii) comercial e serviços – edifícios destinadas à comercialização de produtos ou à prestação de serviços; (iii) institucional – imóveis que abrigam órgãos públicos ou entidades vinculadas a eles, e edificações religiosas; e (iv) vazios – lotes vagos e edificações inconclusas ou em arruinação.

imóveis e no traçado urbano, bem como a avaliação de novas alterações, necessárias à adequação do espaço a determinadas atividades.

Historicamente, é possível perceber que, no tecido antigo, manteve-se a localização dos usos predominantes. Nesse contexto, as atividades de comércio e serviços se consolidam, sobretudo, junto ao primeiro Mercado Municipal, na antiga Cavahada, hoje praça Doutor João Pinheiro; expandindo-se, já no final dos anos 1920, para seus arredores, como apontado nas memórias de Geraldo A. Freire (1997).

A cidade dispunha de um Mercado Municipal, que era [...] na Cavahada, ao lado da Igreja do Carmo, na parte baixa, [que] era, sem dúvida, o ponto de maior movimento da cidade [...].

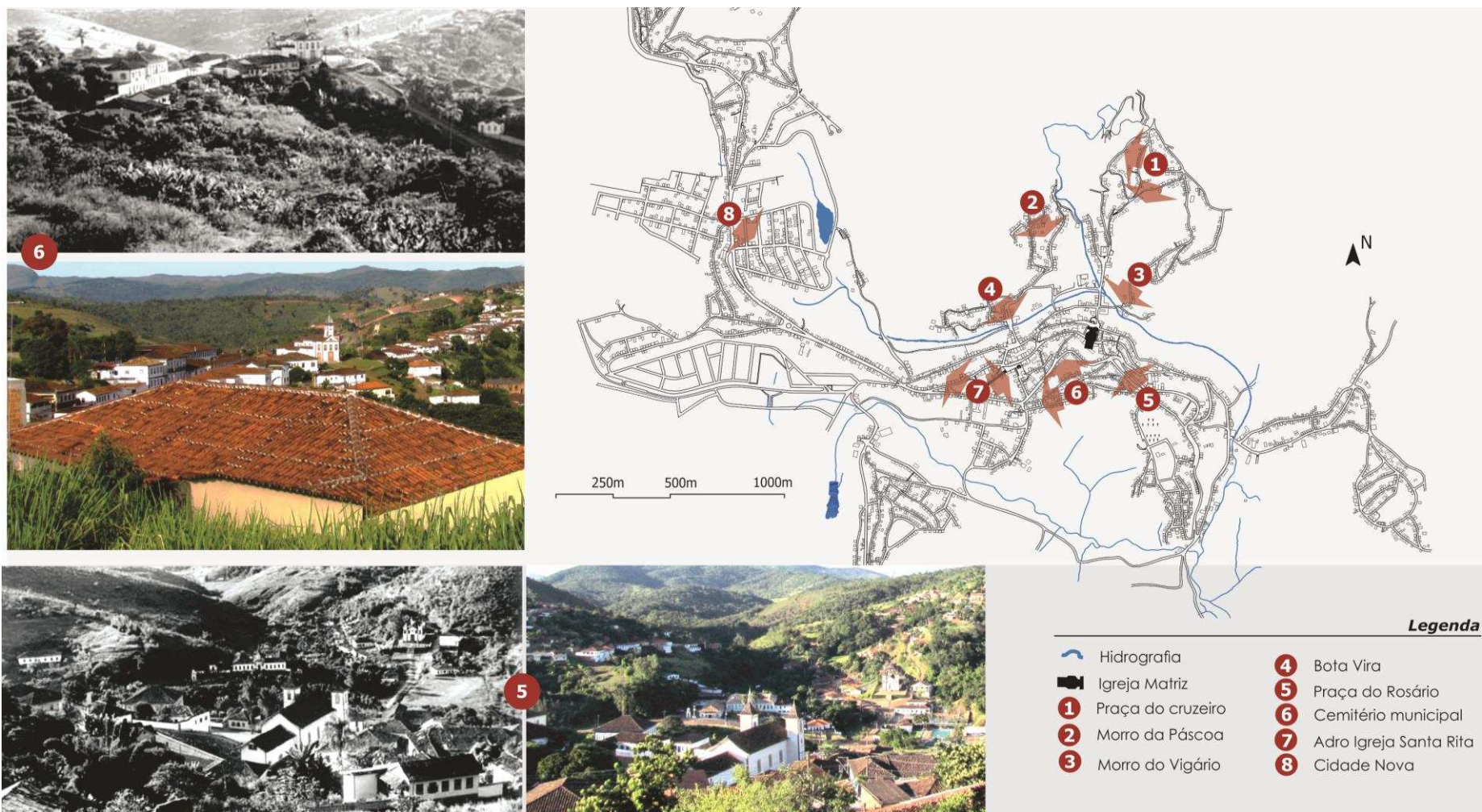
Quando, em fins de 1929, o Mercado se mudou para a Praça Ângelo Miranda, indo se instalar no prédio novo, construído para tal finalidade, [...] meu irmão [...] mandou construir também, bem em frente ao novo prédio, um cômodo para fins comerciais [...]. Depois foram surgindo, por ali, outros botequins [...] (FREIRE, 1997, p. 56-62).

Em Serro, observa-se, ainda, polarizações dos usos comerciais e serviços, ao longo das vias principais e em algumas secundárias; vinculadas, sobretudo, aos nós do tecido urbano. Áreas essas em que é usual a simultaneidade de usos em uma única edificação, seguindo o antigo costume de comércio, ou serviços, no pavimento térreo, com residência no superior, ou mesmo no porão das casas, como observado no trecho que se segue.

Nossa casa era um sobrado espaçoso e confortável. Em cima morava a família. Embaixo havia, à esquerda, uma loja que meu pai destinava [...] [ao] comércio. À esquerda estava o seu escritório dividido em duas grandes peças. No cômodo dos fundos, [...] ostentava-se uma galeria de livros [...] (SALLES, 1993, p. 57).

Mantendo-se, igualmente, uma setorização nos antigos moldes, é possível notar uma concentração de edificações institucionais na porção central do tecido urbano, e edificações pontuais em bairros periféricos, que abrigam postos de saúde, igrejas e escolas, além de instalações de apoio da companhia de distribuição de água.

Do exame da Figura 39 (p. 110), é possível visualizar, também, o predomínio do uso residencial nas bordas do núcleo antigo, e a inversão desse uso nos bairros periféricos, com as residências concentradas no interior das quadras, ao longo das vias locais. Edificações de uso institucional se concentram nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, com algumas construções, sobretudo escolares, de saúde e religiosas, pontualmente distribuídas pelo sítio. Não há indústrias no interior do perímetro urbano do distrito sede.



**Figura 38** – Representação dos *aspectos visuais e perspectivas*.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

Fotografias: (4i) Eric Hess, Conjunto da Igreja de Santa Rita, [194-]. In: Queiroz (2010, p. 19); (4ii) Serro, 2015. Acervo da autora; (5i) Eric Hess, Vista superior compreendendo as igrejas Matriz de N. Sra. da Conceição (fundos) e Bom Jesus de Matosinhos, [194-]. In: Queiroz (2010, p. 15); (5ii) Serro, 2015. Acervo da autora.



**Figura 39** – Mapa de *usos* do solo urbano.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

Fotografias: (i) [Antiga rua da Cavalhada]. Raimundo Alves Pinto, Serro, [1900-1910]. Arquivo Público Mineiro, Coleção Nelson Coelho de Senna, NCS-166; (ii) Praça Ângelo Miranda, [19--]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro.

### *Edificações: conjunto de planos verticais*

Apontado, por Lamas (2004) como elemento mínimo, o edifício constitui o ambiente urbano, organizando, inclusive, os demais espaços identificáveis, como ruas, praças e locais mais complexos e historicamente determinados. Como observa o autor, na relação tipologia-morfologia, o espaço urbano depende dos tipos edificados e do modo como estes se agrupam, numa relação dialética em que a tipologia determina a forma da cidade e é por ela condicionada (LAMAS, 2004, p. 86), sendo o território preexistente um elemento essencial na criação arquitetônica.

No caso de Serro, as construções ocupam as encostas de forma perpendicular ao arruamento, formando eixos edificados, não muito densos, em que

o posicionamento dos prédios antigos sobre os caminhos mais fáceis, horizontais, evitando os aclives, marca de forma acentuada o desenho da cidade, impregnada pela homogeneidade do ambiente urbano tradicional, na continuidade e peculiaridade de sua arquitetura, tornando legível e inconfundível a sua maneira de ser (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980a, v. 1, p. 42).

O conjunto das fachadas do edifício vai, desse modo, autonomizar-se como elemento do espaço urbano (LAMAS, 2004, p. 176), e essas *faces de quadra* (Figura 40) assumem o papel de um dos principais componentes da imagem da cidade. No núcleo histórico, a arquitetura implantada na malha urbana expressa a concentração de bens de interesse cultural, essencialmente coloniais, pontuada por áreas heterogêneas resultantes da perda de antigos exemplares ou da edificação de novos volumes. O entorno dessa ocupação, enquanto conjunto complementar a essas edificações, caracteriza-se pela ausência de bens culturalmente representativos.

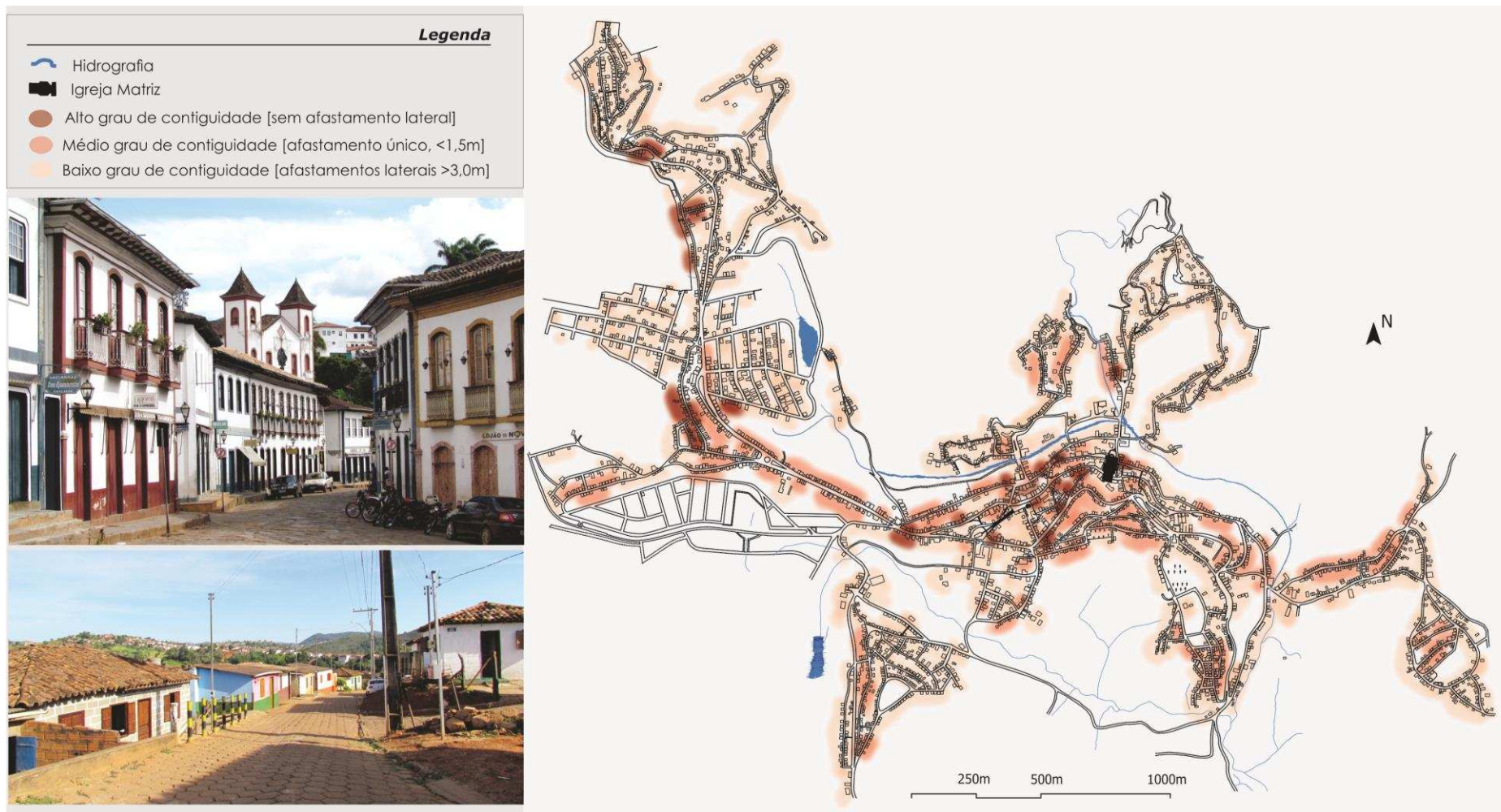
Para *relações intervolumétricas e das edificações com o espaço público* (Figuras 41 e 42, p. 113 e 114), verifica-se dois padrões dominantes: médio grau de contiguidade entre volumes edificados no sítio histórico, implantados quase que integralmente na face pública do lote; e edificações com baixo grau de contiguidade, nas áreas parceladas a partir do século XX, que mantêm relações indiretas com o logradouro.

A relação direta das edificações com o espaço público, com plena exposição das fachadas, é um dos principais aspectos da paisagem urbana do núcleo antigo; havendo exceções pontuais a esse modelo de implantação, vinculadas, sobretudo, a volumes posteriormente construídos. Essas edificações, posicionadas lado a lado, conforme traçado do arruamento, reforça nas vias uma paisagem urbana condicionada a corredores, muitas vezes estreitos, cujas paredes laterais se constituem pelas fachadas das construções.



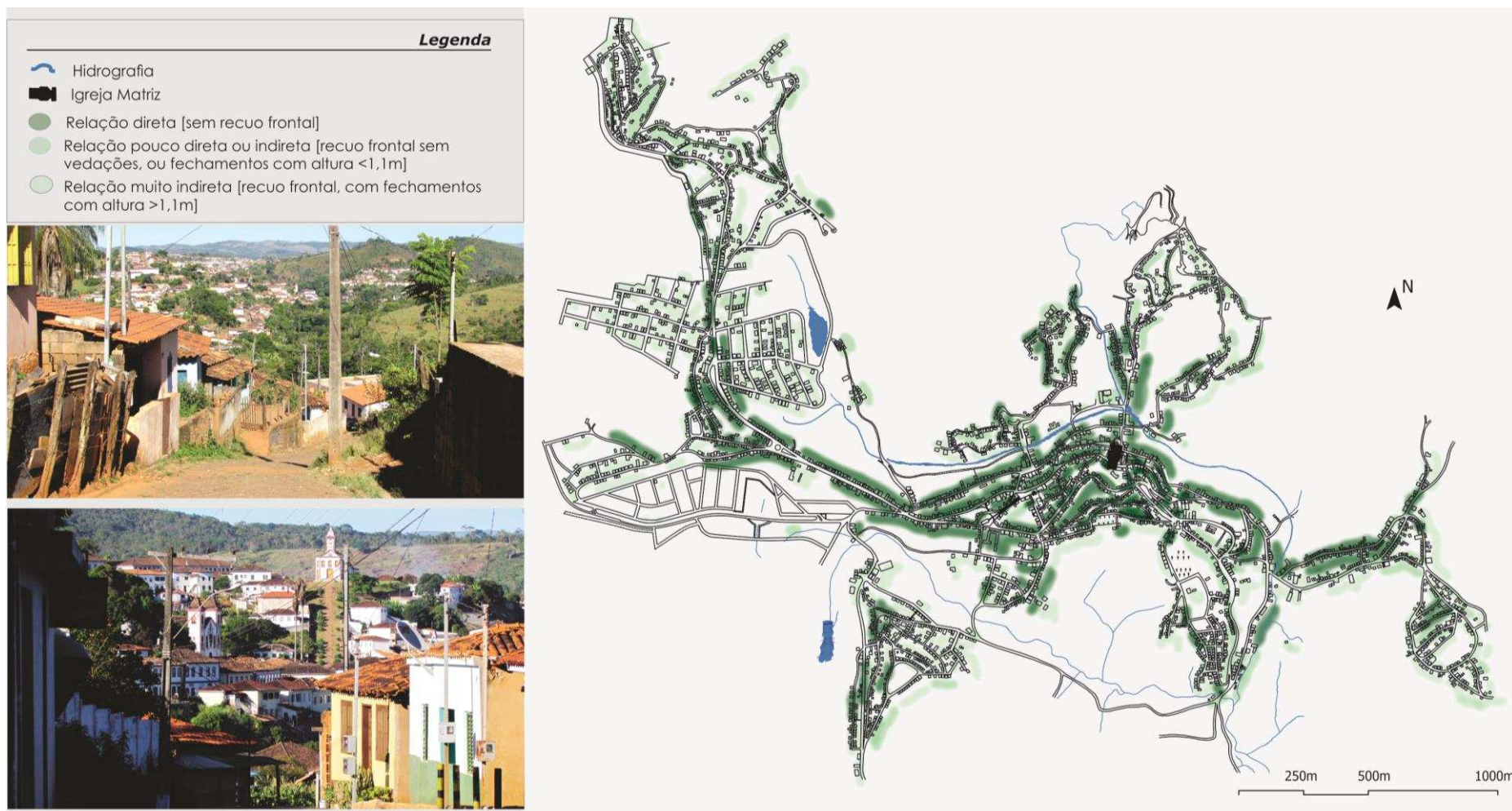
**Figura 40** – Representação das *faces de quadra*.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.  
Fotografias: (i) Vista da rua Antônio Honório Pires, 2015. Acervo da autora; (ii) Vista parcial da rua Nelson de Sena, 2015. Acervo da autora.



**Figura 41** – Representação do conjunto de planos verticais – relações intervolumétricas.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.  
 Fotografias: (i) Trecho da praça Dom Epaminondas, 2013. Acervo da autora; (ii) Trecho de via do bairro Machadinho, 2015. Acervo da autora.



**Figura 42** – Representação do conjunto de planos verticais – relações da edificação com o espaço público.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

Fotografias: (i) Trecho de via do bairro Santo Antônio, 2015. Acervo da autora; (ii) Trecho de via do bairro Morro do Vigário, 2015. Acervo da autora.

### *Edificações: elementos edilícios*

Quanto à análise do edifício em si, as diferenças então observadas recaem sobre as tipologias e sobre a datação das edificações, que preservam as características e a imagem urbana que remontam aos séculos XVIII e XIX e que constituem o patrimônio cultural nacionalmente reconhecido.

Enquanto processo construtivo, essa arquitetura de caráter vernacular constitui o meio pelo qual foi implantada a arquitetura corrente dos núcleos coloniais mineiros, cujo produto desse processo – a cidade, passa a ser considerado, nos anos 1930, como obra de arte.

Na formação desse cenário arquitetônico colonial,<sup>36</sup> partindo-se da análise da arquitetura civil, sobretudo a residencial, observa-se que na primeira fase de estabelecimento da vila, o espaço é caracterizado pela rusticidade das construções que são, à medida que o núcleo urbano se configura, substituídas por edificações com sistemas construtivos mais duradouros e adequados às condições de conforto. Embora não haja edificações remanescentes do período, na região do Arraial de Baixo, o conjunto inicial da rua Nelson de Sena, nas proximidades da Matriz, possivelmente herdou o padrão construtivo dessas primitivas edificações, inspirando-se em “antigas tradições urbanísticas de Portugal, [...] com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais [quase] sobre os limites dos terrenos” (REIS FILHO, 2011, p. 22).

O conjunto [...] é talvez o mais peculiar do Serro. É constituído por edificações bastante diferenciadas das demais, todas dispostas no declive do terreno. [...] A primeira delas é a antiga Casa de Câmara [...], [a partir da qual] tem-se um conjunto bastante homogêneo constituído por casas de pavimento único de porão também semi-elevado [...] [e] porta de entrada ao nível do chão [...]. As janelas situam-se bem acima da porta, estando as vergas delas desalinhadas em relação à da porta. Em algumas [...] surge um pequeno óculo ou seteira acima da porta [...]. A porta central ladeada por janelas implantadas em nível superior produz na fachada um aspecto de primitivismo e ao mesmo tempo antropomorfizado, fazendo-as assemelhar aos desenhos de crianças que fazem casas com faces humanas [...] (CARVALHO, 1991, p. 1-2).

Com a consolidação dos antigos arraiais de Baixo e de Cima, ainda nos setecentos, as edificações são ampliadas em acréscimos laterais e posteriores, surgindo, assim, os partidos em “U” e em “L”, ao mesmo tempo em que se modificam as proporções volumétricas, caracterizadas por um prolongamento transversal.

Esse padrão seria perturbado com o surgimento dos sobrados que, assim como a casa térrea, constitui um dos principais tipos de habitação colonial; “imposto nem

---

<sup>36</sup> A esse respeito ver SOUZA, Kelly Diniz de; LIMA, Gustavo Emílio Soares de; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. A arquitetura do ouro e os manifestos de modernidade na paisagem cultural: análise da produção da arquitetura civil em Serro (MG). In: Seminário Internacional Representações da Cidade no Mundo Lusófono e Hispânico, 2013. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

sempre para atender à ampliação da moradia propriamente dita, mas para abrigar dependências anexas, indispensáveis à vida ou ao trabalho de seus moradores.” (VASCONCELLOS, 1983, p. 42)

Altos pés direitos permitem aproximar, em equivalência, a altura e a largura dos edifícios, em cujas fachadas sacadas corridas, socos, cimalthas emolduradas, barras salientes e faixas divisórias de andares, horizontais, contrariam o verticalismo por ventura ainda persistente nos vãos das balaustradas, dos cunhais apilarados e das portadas enobrecidas por altura e decoração adequada. Já não há prevalência da horizontal ou da vertical, ambos sentidos anulando-se reciprocamente em trama bem armada, que confere ao conjunto, já acentuadamente robusto, uma solidez estática, pesada, que os esparsos elementos barrocos, ainda existentes, mal conseguem amenizar (VASCONCELLOS, 1983, p. 43)

Desse modo, a verticalização das aberturas e a construção de sobrados tornam-se processos paralelos que resultam em grandes casarões com fachadas mais extensas.

Como aponta Reis Filho, outro tipo de habitação característico do período colonial seria a chácara. “Situando-se na periferia dos centros urbanos, as chácaras conseguiam reunir às vantagens dessa situação as facilidades de abastecimento e dos serviços das casas rurais. [...] a chácara denunciava, no seu caráter rural, a precariedade das soluções de habitação urbana da época” (REIS FILHOS, 2011, p. 28). Há em Serro apenas uma “chácara urbana”, a do Barão do Serro,<sup>37</sup> construída à margem do antigo córrego, em meados do século XIX.

Até a primeira metade dos oitocentos, permanece inalterada a implantação das edificações no lote urbano e os padrões construtivos tradicionais. Como observa Reis Filho (2011, p. 40), um novo tipo de residência, a casa de porão alto, representaria a transição entre sobrados e casas térreas; mantendo-se a aproximação das residências com a rua, porém, sem os incômodos da alta exposição das casas implantadas ao nível da via.

Constroem-se então casas novas, alteadas do chão por embasamentos mais altos [...]. Desprezando os partidos em quadra [...], alongam-se transversalmente [...]. Os pés-direitos passam a 3,00 ou mesmo 3,50 mts [sic] e as janelas também se alteiam aproximando-se mais dos beirais. [...] A casa, posta ao comprido, prefere a horizontal, acentuada pelas largas beiradas e pela sucessão de vãos que se equivalem aos cheios de paredes (VASCONCELLOS, 1983, p. 41).

Na segunda metade do século XIX, as transformações sócio-econômicas e tecnológicas vividas pela sociedade brasileira, provocam o desprestígio dos velhos modos de construir e habitar. Como observa Reis Filho (2011), as modificações verificadas a partir de então correspondem a novos esquemas de implantação da edificação no lote: frequentemente se mantém a construção sobre o alinhamento da via,

---

<sup>37</sup> Trata-se de José Joaquim Ferreira Rabelo [1832-1910]. Promotor público local, eleito deputado pela Assembleia Constituinte de 1891.

mas agora com afastamentos e jardins laterais. A manutenção desse afastamento das divisas já era recorrente em Serro que, em poucas exceções, apresentava construções geminadas; entretanto, a proposição de jardins laterais nunca caiu no gosto local.

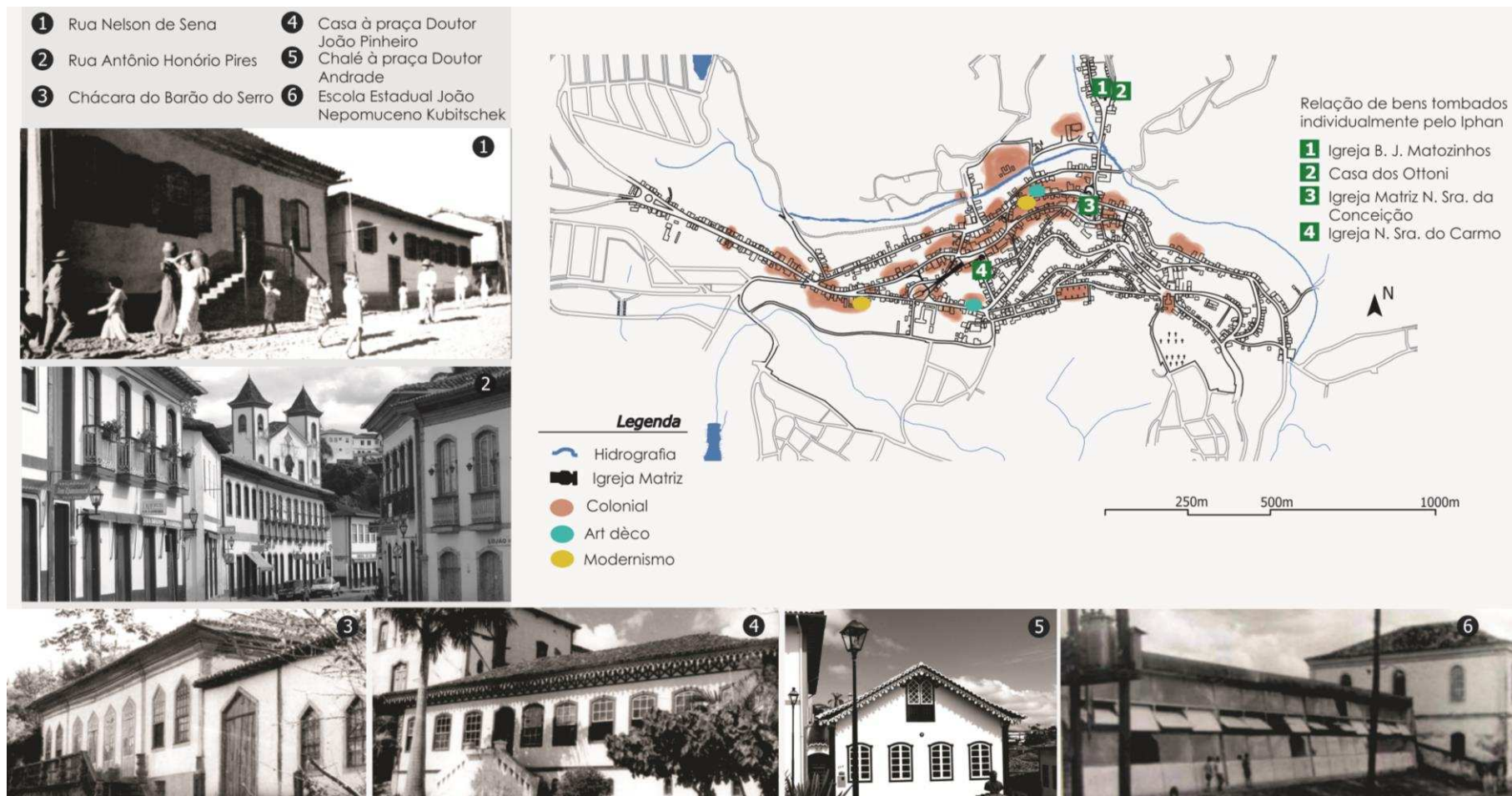
À parte dessa nova tecnologia, provavelmente em decorrência da inércia da atividade econômica do período, a arquitetura e os sistemas locais ganham apenas o incremento de alguns adornos, sobretudo destaque de cunhais em relevos e motivos geometrizados em madeira, lambrequins nos beirais e empenas; com pequena variação na tipologia arquitetônica sob a influência dos chalés em meados do XIX, de matriz francesa.

A arquitetura civil serrana apresenta, portanto, influências absolutamente discretas e ingênuas de estilos posteriores ao colonial, e raras foram as interferências promovidas nesse período, a exemplificar pelas duas edificações situadas no núcleo histórico, em estilo Art Dèco, tratando-se, contudo, de adaptações formalísticas de edifícios primitivos.

O período compreendido entre os anos de 1940 e 1960 assiste a uma intensa industrialização e urbanização do Brasil. Esse avanço técnico e econômico, acompanhado de profundas transformações sociais, traz consigo novo movimento da arquitetura – o modernismo, que se fez valer do concreto armado e dos materiais desenvolvidos pela industrialização nacional e, conseqüentemente, modificou a relação entre a edificação e a estrutura urbana.

Enquanto sítio tombado desde 1938, as edificações em estilo moderno seriam aceitas em Serro pelo órgão de preservação, entendendo-se que a arquitetura colonial era o passado da arquitetura brasileira, sendo o moderno, sua continuidade. Um exemplo foi a aprovação do projeto modernista, de autoria atribuída a Alcides da Rocha Miranda para o Grupo Escolar João Nepomuceno Kubitschek. O edifício foi concebido conforme os fundamentos modernistas: forma geométrica definida, sem ornamentos, separação entre estrutura e vedação, pilotis no pátio interno, com panos de vidro contínuos na fachada frontal [atualmente alterada] em detrimento das janelas ritmadas tradicionais do colonial. Essa nova tipologia não foi recorrente na arquitetura de Serro, limitou-se a esta edificação e a uma antiga escola primária, atual centro de saúde infantil.

A partir dessa trajetória, quanto às *tipologias arquitetônicas*, observa-se, no sítio urbano de Serro, predomínio de exemplares do barroco mineiro e de edificações das últimas cinco décadas, sem características específicas, com uma ou outra construção influenciada pelo Art dèco e pelo modernismo (Figura 43). A arquitetura civil do núcleo inicial do sítio mantém, portanto, sua referência colonial, por não ter apresentado influências fortes de períodos posteriores, possivelmente em virtude da inércia econômica vivida nos novecentos, e pela dificuldade de acesso à cidade, decorrente da inexistência do sistema ferroviário, que dificultava a chegada de novas tecnologias.



**Figura 43** – Representação das *tipologias arquitetônicas*.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

Fotografias: (1) Eric Hess, Vista cotidiana da Rua Municipal [Nelson de Sena], [194-]. In: Queiroz (2010), p. 40. (2) Vista da antiga rua de Cima [Nagib Bahmed], 2012. Acervo da autora. (3) Chácara do Barão do Serro, 1954. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro. (4) Edificação à praça Doutor João Pinheiro, [19-]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro. (5) Edificação à praça Doutor Andrade, 2012. Acervo da autora. (6) Grupo Escolar João Nepomuceno Kubitschek (edificação original), [19-]. Acervo do Escritório Técnico do Iphan em Serro.

Como apontado, a horizontalidade da arquitetura civil prevalece sobre as *fachadas* mais quadradas ou verticais, nem mesmo perturbada com os antigos sobrados dos séculos XVIII e XIX, ou com os volumes em dois, ou em raras exceções, três pavimentos, como as igrejas e algumas edificações construídas ao longo dos séculos XX e XXI.

Esse caráter horizontal das fachadas se reflete, também, no conjunto arquitetônico, sendo seu *gabarito* predominantemente térreo, se observado a partir de sua fachada principal, embora presente dois ou mais pavimentos, na fachada posterior, em decorrência da implantação em terreno acidentado.

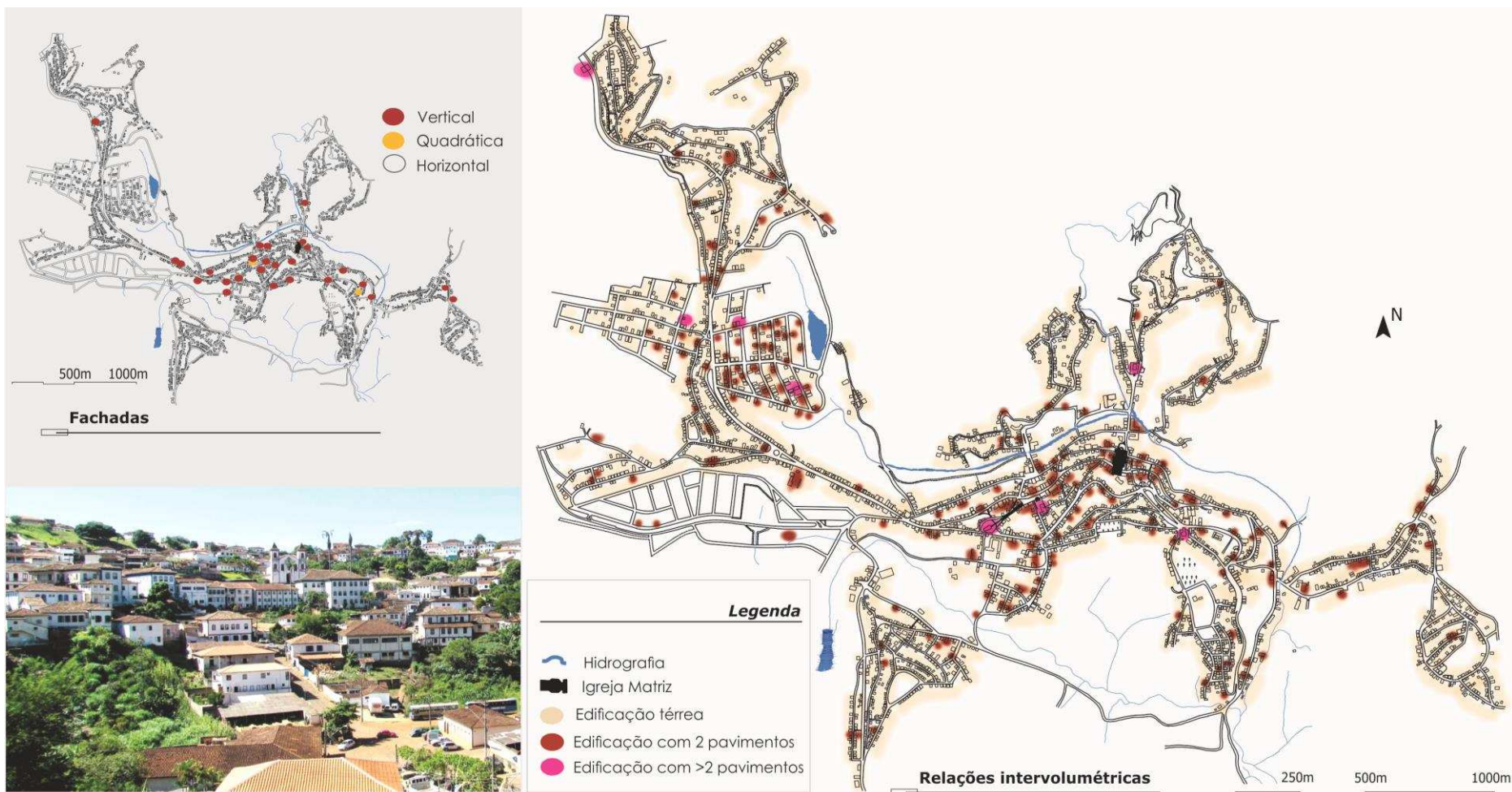
Observando-se a inserção e distribuição da arquitetura na cidade [Figura 45], podem ser verificados, ainda, dois padrões de concentração de edificações com dois pavimentos: as construções de edificação em aclive, no núcleo antigo, com dois pavimentos para a via e, usualmente, um único para os fundos; e as novas edificações nos bairros periféricos, sobretudo em áreas ocupadas por uma população de maior poder aquisitivo, como o Cidade Nova I, sem vinculação direta a essa inclinação do solo.

Outro aspecto relevante, nos bairros periféricos, diz respeito à relação entre a volumetria do conjunto arquitetônico e sua implantação. Se por um lado, nos bairros legalmente produzidos, a topografia usualmente condiciona uma ocupação em dois pavimentos em aclives e aproveitamento de porções, em declives; nos parcelamentos ilegais ou naqueles executados pela Prefeitura Municipal de Serro, é recorrente a implantação das edificações acima do nível da via, em aclives, e abaixo dele, em declives, evitando-se grandes e dispendiosas movimentações de terra, além de uma maior ocupação desses lotes, com a edificação de dois ou mais volumes por parcela, como retratado na Figura 44.



**Figura 44** – Ocupação dos aclives e declives em bairros periféricos ilegais.

Fotografias: (i) Vista parcial do bairro Santo Antônio [trecho antigo Lazareto] – ocupação em declive, 2015. Acervo da autora. (ii) Vista parcial do bairro Morro dos Ventos – densidade de ocupação, 2015. Acervo da autora.



**Figura 45** – Representação dos *elementos edílios* – *gabarito e fachadas*.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

Fotografia: Vista do entorno da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, 2015. Acervo da autora.

## 5.2. A DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS: UM ESTUDO PARA O SERRO, MG

### 5.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO INCIDENTE

Ainda que não conste do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro parecer fundamentando a motivação inicial da tutela, a inscrição no Livro de Belas Artes,<sup>38</sup> em 1938, deve-se, sobretudo, à notabilidade de seu acervo arquitetônico-urbanístico, como se afere de parecer emitido em 1968, em atenção a pedido de revisão do tombamento da cidade, encaminhado pelo prefeito da época.<sup>39</sup>

3 – A Cidade do Serro é a antiga Vila do Príncipe [...] que, em 1714, foi elevada à categoria de comarca [...].

Assente em sua encosta de serra, seu arruamento guarda ainda, plenamente, os traçados e o casario originais, dispondo-se à maneira de outros núcleos oriundos de arraiais mineradores – traçado espontâneo, a partir de uma via principal de circulação, espraiando-se irregularmente nas íngremes encostas até o fundo do vale.

4 – O que se pretende conservar [...] quando foi tombado o núcleo urbano da Cidade do Serro, não foram, tanto, as edificações religiosas e as casas residenciais de maior porte, mas, sim o casario desprezioso, edificações térreas e assobradadas que se encostam, umas às outras ao longo de ruas e ladeiras, envoltas na vegetação de jardins e pomares. [...]

7 – [...] segundo os conceitos internacionais os mais atuais, consubstanciados na Carta de Veneza [...], e nas Recomendações [...] [de] Quito [...], o que importa preservar é o ambiente, muito mais que o monumento, em si mesmo (INFORMAÇÃO..., 1968, p. 1-2).

Essa disposição, tendo sido acatada em reunião do Conselho Consultivo, em 27 de junho de 1968, manteve o tombamento integral do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro, decisão sustentada até os dias atuais.

### 5.2.2. COMPREENSÃO DO SÍTIO HISTÓRICO: A PROPOSIÇÃO DAS POLIGONAIS DE PROTEÇÃO E ENTORNO

A formulação de uma proposta de delimitação do sítio histórico passa pelo reconhecimento da cidade enquanto objeto cultural, social e historicamente construído, em que o desafio colocado à sua elaboração deixa de ser um dado contextualizador do estudo do tombamento para passar a ser determinante para a delimitação desses perímetros de proteção e entorno.

Retomando o entendimento das áreas urbanas-patrimônio enquanto paisagem histórica urbana, como preconizado pela Unesco (2011), deve-se buscar identificar o contexto

---

<sup>38</sup> O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro foi inscrito em 08 de abril de 1938, no Livro de Belas Artes, conforme Processo 0065-T-38, inscrição 25, v. 1, fl. 6.

<sup>39</sup> Carta de 23 de outubro de 1967, dirigida ao Presidente do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na qual o Prefeito Municipal de Serro, Paulo Tolentino, alega que o Patrimônio tem sido, contrariamente aos desejos locais, grande entrave ao desenvolvido da cidade e que, devido a situação de ruína de vários imóveis e por não terem os proprietários condições financeiras para recuperação do conjunto, deve ser feita revisão do tombamento.

citadino mais amplo. Nesse sentido, a partir dos critérios avaliados, e considerando-se as características arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas do sítio tombado, pode-se chegar à distinção de quatro unidades de paisagem que delimitam a área que remete à ocupação e adensamento nos séculos XVIII e XIX (Figura 46, p. 124), período em que foi produzido o espaço urbano e arquitetônico que motivaram o acautelamento do núcleo.

**A. Unidade de paisagem I:** perímetro único que corresponde à área onde se concentram edificações de interesse cultural, apresentando traçado viário que remete aos setecentos e oitocentos e espaços verdes referenciais, como os principais largos, praças e jardins. Seu limite é definido pelas proximidades da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ruas que as interligam, e ladeira e adro da Igreja de Santa Rita.

**B. Unidade de paisagem II:** conformado por três manchas urbanas caracterizadas pela dispersão de edificações de interesse cultural e pela concentração de traçado viário de relevância histórica e de espaços verdes referenciais. A primeira mancha se restringe à ladeira da Matriz e praça Cristiano Otoni, onde se situam a Igreja do Bom Jesus de Matosinhos e a Casa dos Otoni. A segunda, refere-se às proximidades da praça Ângelo Miranda, local do antigo mercado municipal; e a terceira, tem seu limite estabelecido, sobretudo, pelo eixo conformado pelas ruas do Gambá (trecho), Santa Rita, Rio Branco e avenida Dom José André.

**C. Unidade de paisagem III:** corresponde a quatro manchas urbanas caracterizadas pela existência pontual de edificações de interesse cultural, concentração de traçado viário de relevância histórica e de espaços verdes referenciais. Duas destas áreas se referem ao entorno imediato de bens de interesse patrimonial, como é o caso das proximidades da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e da Casa de Caridade Santa Teresa e Chácara do Barão do Serro. As demais manchas são os eixos da rua São José e da rua Sinval Lins.

**D. Unidade de paisagem IV:** conformado por três manchas urbanas que correspondem ao conjunto arquitetônico complementar, com concentração de traçado viário de relevância histórica e espaços verdes também complementares. O primeiro setor é formado pela rua e praça Adelardo Miranda, acesso para o Bota Vira; o segundo, as proximidades do cemitério municipal, no Rosário; e o terceiro, a porção inferior do bairro Arraial de Baixo.

Estabelecidas as análises para a proposição da poligonal de tombamento, segue-se aquelas referentes à poligonal de entorno, cujo estabelecimento da proteção visa o contexto daqueles elementos estruturadores, na medida em que o entorno, *a priori*, não possui valor patrimonial suficiente para justificar sua tutela, mas sua descaracterização acarreta em perda da continuidade espacial, histórica e simbólica daqueles elementos da área preservada que são identificados como relevantes para o entendimento do sítio protegido.

Por meio dos critérios analisados, identificam-se, no sítio histórico, dois pontos focais, marcos urbanos, a partir dos quais são estabelecidos os principais eixos de comunicação visual entre o núcleo protegido e seu entorno: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja de Santa Rita (Figura 47, p. 125). Da análise dessas relações entre a porção do território conformada entre os séculos XVIII e XIX e o espaço produzido a partir do século XX, identificam-se quatro padrões comunicativos:

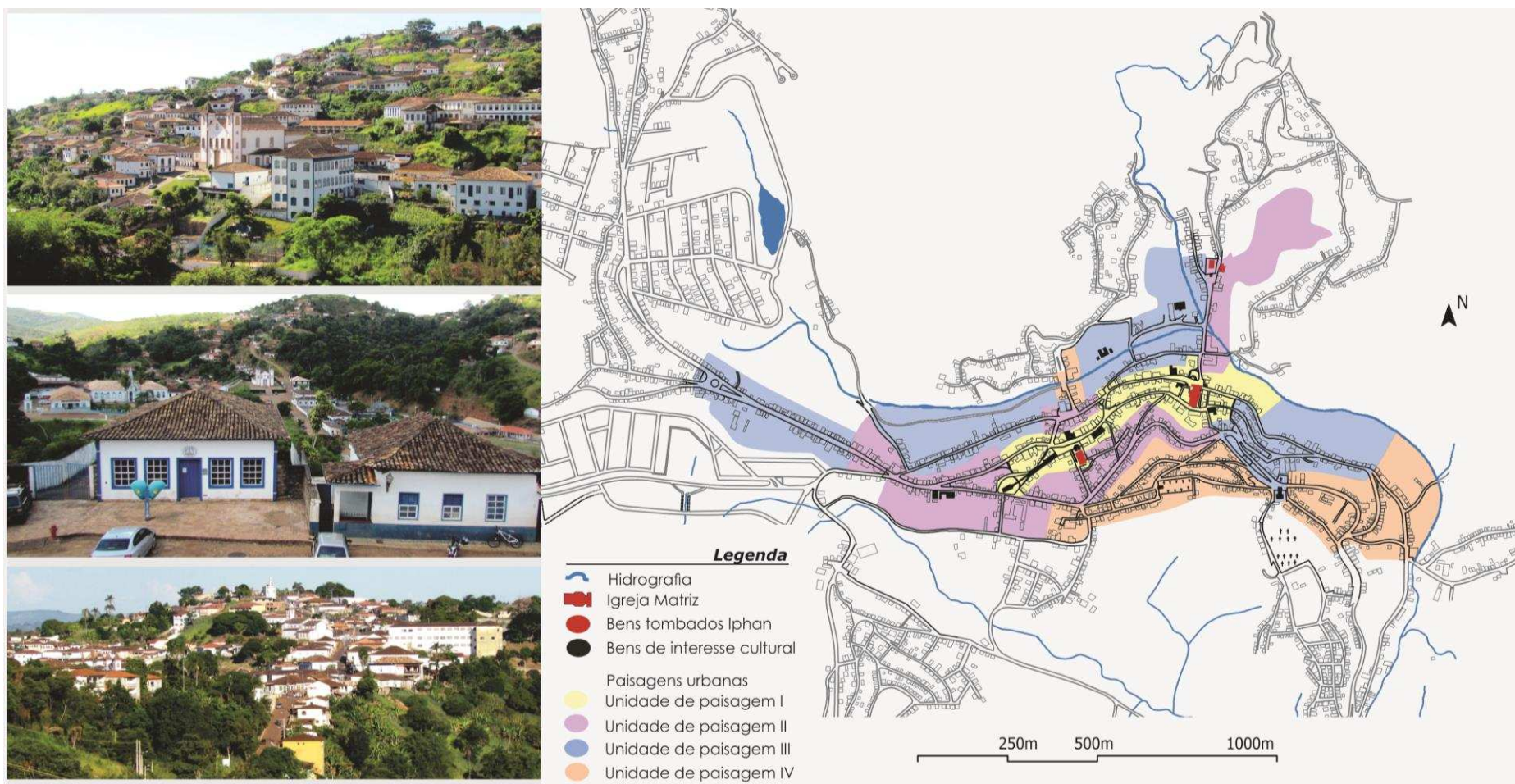
A. **Comunicação direta:** conjunto formado por novos padrões arquitetônicos, com traçado viário resultante do prolongamento das vias do sítio histórico e concentração de áreas com vegetação sem tratamento paisagístico, que mantém relações ambientais diretas com o núcleo protegido, o que, devido às condições de implantação da cidade, significa defrontar-se para a encosta sobre a qual o conjunto está assentado. Nesse grupo, enquadram-se os bairros Morro do Vigário, Morro do Bicentenário, Morro da Páscoa e Bota Vira.

B. **Comunicação parcialmente direta:** conjunto formado por novos padrões arquitetônicos, com traçado viário resultante ou não do prolongamento das vias do sítio histórico e concentração de áreas sem tratamento paisagístico, que mantém relações ambientais parcialmente diretas com o núcleo protegido, seja por limitar-se com sub-unidades de paisagem correspondentes a conjuntos arquitetônicos e paisagísticos complementares, seja por se localizarem aos fundos da encosta em que se situa o conjunto colonial. Trata-se dos bairros do Leiteiro, Machadinho, São Geraldo, Santa Luzia e Cidade Nova.

C. **Comunicação indireta,** conjunto formado por novos padrões arquitetônicos, com traçado viário resultante ou não do prolongamento das vias do sítio histórico e concentração de áreas com vegetação sem tratamento paisagístico, que mantém relações ambientais indiretas ou pontuais com sub-unidades de paisagem correspondentes a conjuntos arquitetônicos e paisagísticos complementares, como ocorre nos bairros Santo Antônio e Novo Rosário.

D. **Sem comunicação,** conjunto formado por novos padrões arquitetônicos, com traçado independente do sistema viário dos séculos XVIII e XIX e concentração de áreas com vegetação sem tratamento paisagístico, que, por seu distanciamento, não estabelecem relações comunicativas com os pontos focais identificados, a exemplo dos bairros Morro de Areia, Morro dos Ventos e Nossa Senhora Aparecida.

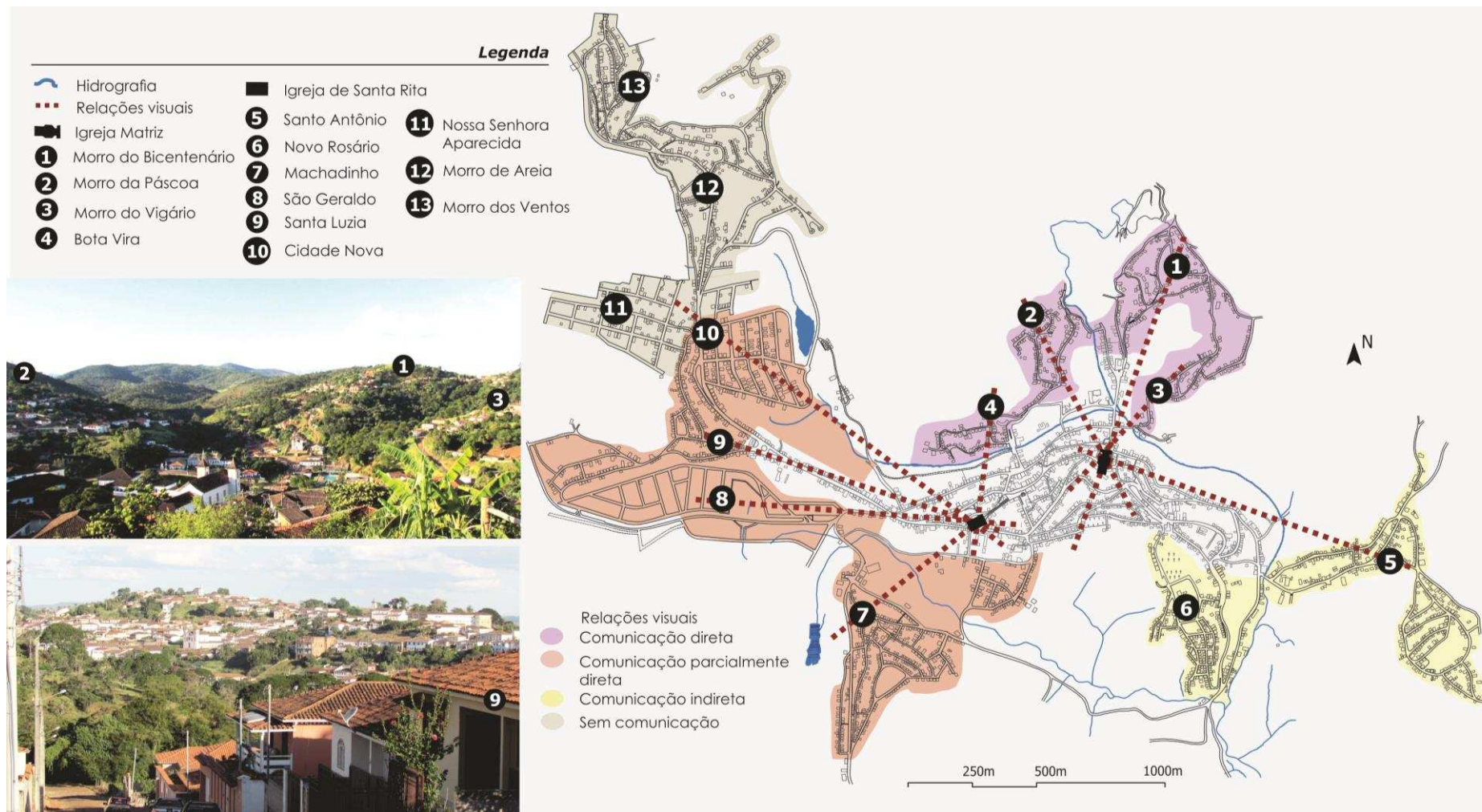
A partir da análise dos critérios propostos, sintetizados nesses mapas e considerando que o tombamento do acervo arquitetônico e urbanístico de Serro teve por alvo a preservação do núcleo setecentista, pode-se chegar à proposta de delimitação da área de tombamento de Serro e de sua poligonal de entorno, apresentadas nos Figura 48 e 49, p. 126 e 127, e descritas no Apêndice F.



**Figura 46** – Representação das paisagens urbanas.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

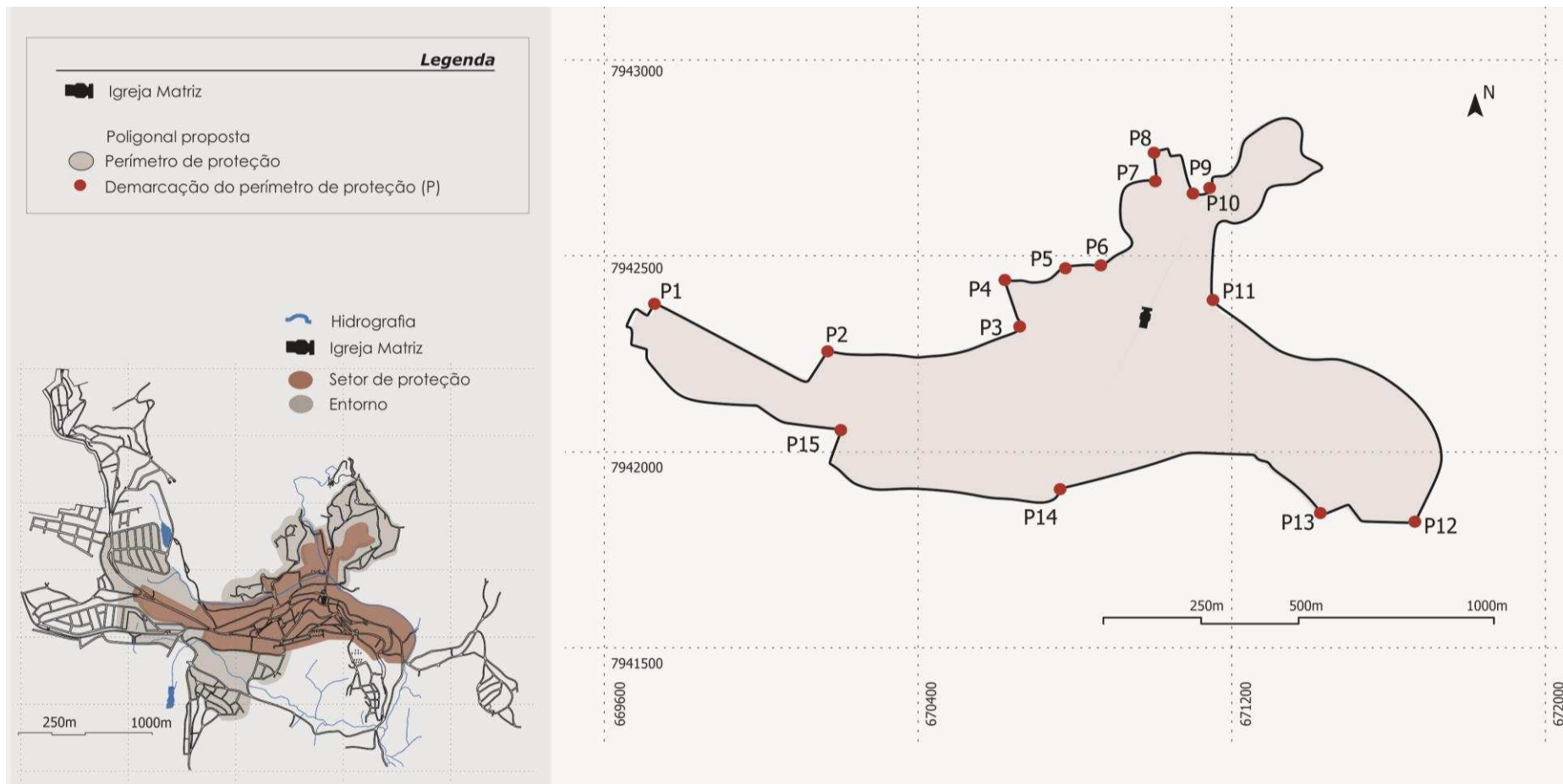
Fotografias: (i) Vista do entorno da Igreja Matriz (Unidade de Paisagem I), com a região do Rosário ao fundo (Unidades de Paisagem III e IV), 2015. Acervo da autora. (ii) Vista da região da Praia (Unidades de Paisagem II e III), 2015. Acervo da autora. (iii) Vista dos arredores da Igreja de Santa Rita (Unidade de Paisagem II) e do cemitério municipal (Unidade de Paisagem IV), 2015. Acervo da autora.



**Figura 47** – Representação das relações visuais do sítio histórico com os bairros periféricos.

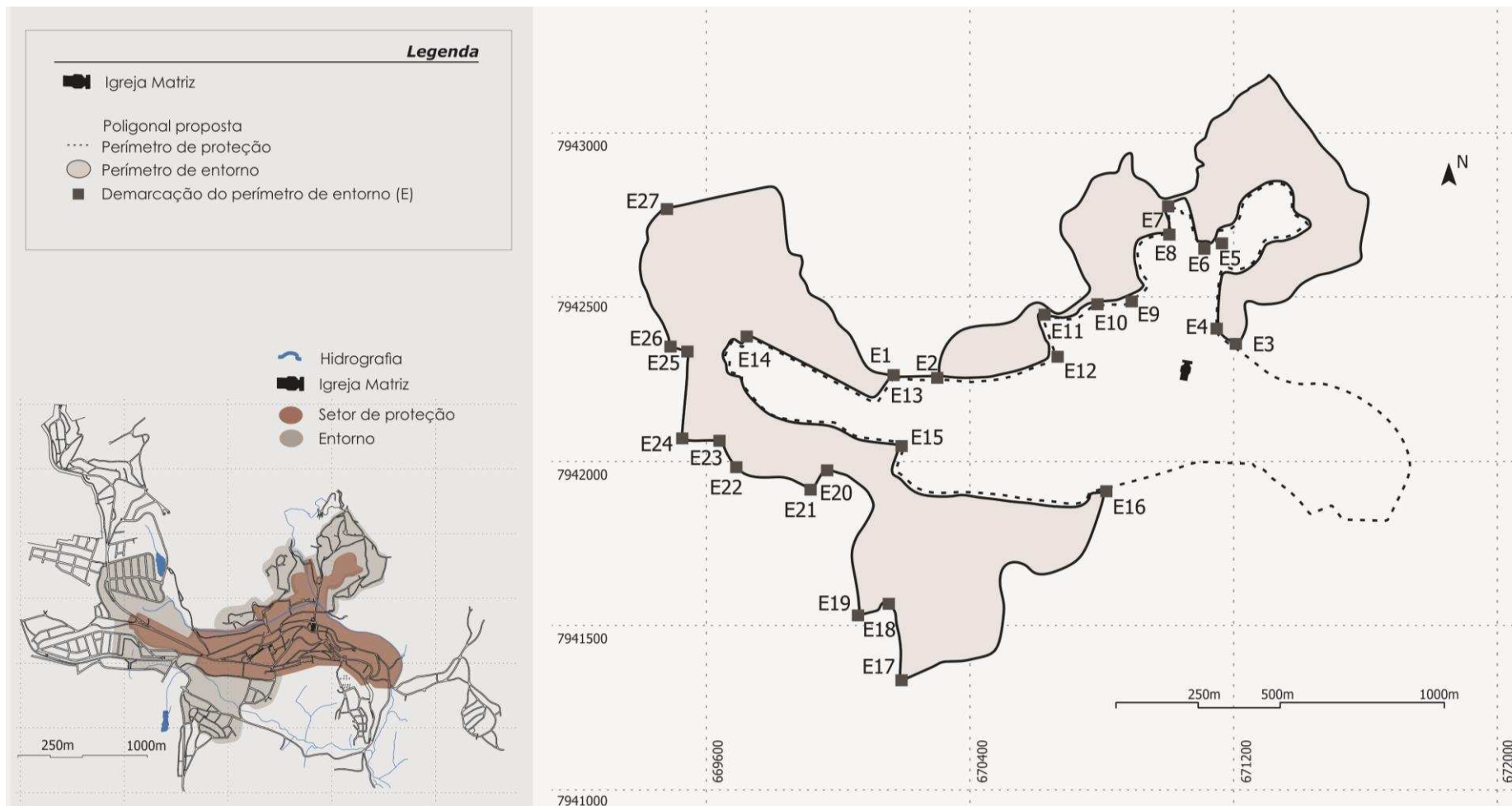
Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

Fotografias: (i) Vista das áreas de comunicação direta, 2015. Acervo da autora. (ii) Vista do núcleo histórico a partir do bairro Cidade Nova, 2015. Acervo da autora.



**Figura 48** – Poligonal de proteção proposta.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.



**Figura 49** – Poligonal de entorno proposta.

Fonte: Elaborado a partir de PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.I.], 2006. 1 CD-ROM.

### *Disposições finais*

Enquanto reflexo da aplicação da proposta metodológica apresentada anteriormente, esse capítulo tem como objetivo principal a interpretação da cidade por meio de sua forma física, estruturada a partir de três critérios que tratam da abordagem dessa forma urbana através de seus elementos físicos fundamentais – as edificações, os lotes e as vias; dos diferentes níveis de resolução, ou seja, legislação; e pela sua história, que descortina, além dos aspectos materiais da urbe, seus valores simbólicos.

Esta análise parte do pressuposto de que a cidade é um “artefato” em constante evolução, trazendo consigo as informações acerca de seu desenvolvimento e dos agentes de produção do espaço. Considera, ainda, a ideia de que o urbano é uma totalidade constituída de partes, cuja unidade é dada pela história, ou seja, o entendimento de como o processo de construção da cidade ocorre ao longo do tempo é que permite sua compreensão.

Como resultado da aplicação dessa metodologia, as análises ora apresentadas possibilitam a determinação de traços urbanos e características arquitetônicas específicas das diversas partes do sítio, capazes de fornecer os dados necessários para a proposição das áreas de tombamento e de entorno.

Com essa delimitação, propõe-se, apenas, o reconhecimento desses perímetros, ficando a cargo de futuros estudos eventuais subdivisões dessas áreas, que considerem as diversas características e significados dos espaços para a história da cidade, atribuindo critérios apropriados a cada um deles, com o intuito da proteção desses valores e da manutenção da lógica de ocupação e do desenvolvimento da cidade.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Com esta pesquisa, procurou-se analisar a preservação do patrimônio urbano no Brasil a partir das práticas de delimitação de sítios tombados desenvolvidas ao longo da trajetória do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Tal abordagem se mostrou adequada para orientar este trabalho no sentido de buscar respostas às questões apresentadas em seu início: explicitar as dificuldades de gestão de um sítio tombado cujos perímetros de atuação não foram delimitados; desenvolver uma proposta de delimitação da área de proteção do sítio tombado de Serro; e entender a relação entre seu núcleo histórico e as novas áreas da cidade a partir da delimitação de um perímetro de entorno.

Com vistas a responder tais indagações, entendeu-se ser pertinente a investigação desses procedimentos a partir da análise de um conjunto de cidades mineiras, que representam o universo dos sítios tombados no estado, composto pelos primeiros núcleos acautelados, em 1938 – São João del Rei, Serro, Ouro Preto, Tiradentes, Mariana e Diamantina e, ainda, por Congonhas, Cataguases e Paracatu, tombados em 1941, 2003 e 2012, respectivamente.

Para desvendar tais práticas de preservação, foi necessário, inicialmente, assumir essa cidade-patrimônio enquanto resultado dos dispositivos produzidos pelo órgão, neste trabalho, abordados a partir da periodização das operações de gestão e salvaguarda desses sítios, por uma questão metodológica, embora se tenha o completo entendimento de que estes instrumentos por diversas vezes se permeiam.

À compreensão dessa norma que presidiu a conformação desses núcleos urbanos em algo qualificado como patrimônio foi necessário, também, investigar a trajetória da preservação urbana no Brasil, iniciada no momento em que o conceito de área urbana-patrimônio é forjado no interior de uma estratégia de exaltação da nacionalidade. Nesse contexto, sob os critérios avaliativos pautados na “monumentalidade” e na “excepcionalidade”, os primeiros acautelamentos do Iphan já inaugurariam nova prática de trabalho, ainda nos anos 1930, que só se consolidaria no mundo tempos depois: o tombamento integral de cidades.

Essas cidades, consideradas representativas de um modelo de sociedade inteiramente brasileira, foram selecionadas enquanto objetos de cultura, embora tratadas como obras de arte, enquanto cidades-monumento, para as quais as políticas patrimoniais deveriam ser orientadas no sentido de valorizar sua homogeneidade

estilística. A experiência da preservação da área urbana-patrimônio, nesse período, dá-se, portanto, unicamente no nível estético, valorizando-se a pureza de estilo idealizada como existente em sua feição original.

Entendimento esse que começou a ser alterado a partir dos anos 1960, momento em que teve início o rompimento do enfoque das políticas patrimoniais no “monumento”, em favor do valor de historicidade dessas cidades. Nesse contexto, emergiu como tema da pauta urbana, a ideia da necessidade de junção das questões patrimoniais àquelas do planejamento urbano e territorial, como resposta, sobretudo, ao impacto desenvolvimentista vivido no Brasil a partir da década de 1950.

A consagração do valor histórico como principal dispositivo da política patrimonial só ocorreu nos anos 1980, quando os critérios de seleção das áreas urbanas superaram definitivamente o valor estético do bem. Nesse quadro conceitual, a cidade-documento era abordada enquanto organismo vivo e, portanto, mutável, que refletia além de sua materialidade, seu conteúdo social. E foi justamente esse cunho social, a “comunidade” e não mais o turismo que se projetou como centro do discurso de preservação das áreas urbanas.

Diferentemente desse contexto, na última década do século XX, a temática da preservação retomou as transformações que marcaram os anos de 1970, momento em que o patrimônio deixou de ser um fim em si mesmo, passando a ser utilizado para a produção de identidades vinculadas a fins econômicos e comerciais. A cidade-patrimônio se consolidou enquanto cidade-atração, e a política de preservação surgiu como um elemento de setorização, atribuindo-se a algumas partes do núcleo “funções patrimoniais”.

Essa concepção se manteve no início dos anos 2000, com os bens culturais ainda vinculados à representação de um poder e um *status* diretamente vinculados ao mercado. A essa prática de preservação, embora ainda conceitualmente, somaram-se novas ações estratégicas da política patrimonial em âmbito federal, consolidando-se novas metodologias de gestão. Têm-se início, assim, a “recuperação” do patrimônio enquanto fonte de referência e de significado, visando à construção de inventários de conhecimento para a formação de redes de patrimônio. Nesse contexto, as áreas urbanas-patrimônio se consolidaram como cidades-instrumento, em que as particularidades dos conceitos anteriores se somaram ao exercício da cidadania, sem renunciar ao cotidiano da economia, da gestão e do mercado.

Agora definidas como paisagem histórica urbana, as áreas urbanas-patrimônio passam a ser entendidas enquanto resultado de uma estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais, que extrapolam a noção de “centro histórico”, para incluir o contexto urbano mais amplo. Essa abordagem desses núcleos implica,

assim, em uma nova visão sobre as cidades e sobre a própria gestão do patrimônio urbano, contribuindo para uma nova organização da preservação dos bens materiais a partir de dois conjuntos de atividades: o da identificação e proteção, e o da gestão, evidenciando a nova postura do Iphan que passou de simples gestor de bens tombados a fomentador da política pública cultural.

Nesse novo contexto das políticas patrimoniais tiveram início os trabalhos de revisão das normativas de preservação das cidades históricas, e a delimitação dos perímetros de proteção e de entorno se consolidaram enquanto ferramenta inicial para a construção desses dispositivos, capazes de indicar a paisagem urbana perceptível e diretamente relacionada com a motivação da tutela, e de estabelecer o entorno necessário à preservação da ambiência dessa paisagem urbana reconhecida como patrimônio.

Para tanto, desenvolveu-se no Iphan o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, conformado por módulos de trabalho idealizados para permitir uma ampla abordagem do patrimônio cultural, por meio de recortes temáticos e territoriais, avaliados a partir de critérios diferenciados para cada análise. Configurado enquanto “sistema adaptável”, o SICG permite, portanto, diferentes configurações de variáveis, a serem determinadas conforme a intenção de trabalho do avaliador; possibilitando, também, a utilização de outras metodologias para a complementação dos estudos.

Com o propósito de estabelecer essas poligonais de proteção para o sítio tombado de Serro, construiu-se uma proposta de metodologia para a delimitação desses núcleos históricos que pudesse atuar como uma matriz comum, mas aberta a adaptações para conjuntos arquitetônicos e urbanísticos mais heterogêneos, e mesmo localizados em outros estados. Tal método engloba os principais critérios para avaliação do sítio urbano a partir da análise de sua forma, desvendando os processos culturais de formação da cidade e, conseqüentemente, o processo de evolução da paisagem urbana.

Houve, porém, uma lacuna quanto ao patrimônio imaterial, tendo em vista que, como posto, o trabalho teve por foco o patrimônio físico-espacial dos sítios urbanos. Nesse sentido, fica como objeto para investigações futuras, o reconhecimento e a relação dessa imaterialidade no processo de construção desses núcleos.

A proposta metodológica apresentada se desenvolveu, desse modo, a partir da noção do processo formativo e transformativo da paisagem urbana, cujo enfoque se baseia numa estratégia de complementaridade, estruturada a partir de três critérios que abordam a forma urbana através de sua história, de seus diferentes níveis de resolução, ou seja, legislação, e de seus elementos físicos fundamentais – as edificações, os lotes e as vias, que correspondem à estrutura física e humana do sítio tombado.

A partir da aplicação do método, procurou-se delinear como são constituídos, em termos fisionômicos, os principais espaços de paisagens do sítio histórico de Serro, bem como quais são as características morfológicas e de uso social dos mesmos. Pôde-se, então, distinguir unidades de paisagem que constituem a área que remete à ocupação e adensamento do núcleo nos séculos XVIII e XIX, e que conformam o perímetro proposto para a delimitação do tombamento.

Vencida a resposta à segunda questão da pesquisa, procurou-se delinear a poligonal de entorno. Por meio da estrutura teórica proposta, foram identificados no sítio histórico dois pontos focais, com os quais são estabelecidos os principais eixos de comunicação visual e relações ambientais entre o núcleo protegido e seu entorno: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja de Santa Rita. Da análise dessas relações entre a porção do território conformada nos séculos XVIII e XIX e o espaço produzido a partir do século XX resultaram diferenciações entre os padrões de comunicação, a partir das quais foi possível estabelecer o perímetro de entorno.

Os resultados produzidos oportunizaram a observação e análise da relação da paisagem urbana histórica com suas adjacências. Nesse ponto, mostrou-se nítida e clara a homogeneidade visual interna nesses espaços de paisagem, se comparados o “interior” do núcleo antigo e seu “exterior”. No geral, surgem quadros visuais bem definidos e distintos, que refletem a diferenciação proposta entre as poligonais de proteção e entorno.

Estudos como o desenvolvido mostram que, cada vez mais, tornam-se pertinentes e necessárias as reflexões sobre a preservação do patrimônio urbano, sobretudo, quando se tem por base o entendimento de que o sítio deve ser valorizado, tanto por sua arquitetura e características excepcionais já consagradas, quanto pelos aspectos e lugares que as explicam e pela atribuição de significados aos vestígios de sua história impressos no território.

A intenção dessa pesquisa não foi, obviamente, esgotar o assunto das práticas de delimitação de sítios tombados. Esboçou-se apenas uma primeira proposta para o sítio histórico de Serro, cujos pormenores merecem outros esforços investigativos. Outras análises podem ser reunidas às que foram apresentadas, dando continuidade ao trabalho a partir do reconhecimento de unidades de paisagem com características diferenciadas dentro dos perímetros propostos. Também fica como objeto de investigações mais aprofundadas todo um trabalho de normatização, que irá trilhar os caminhos das intervenções arquitetônicas e urbanísticas no perímetro de tombamento e seu entorno. Acredita-se, entretanto, ter trazido à tona alguns aspectos importantes para o entendimento da trajetória dessas práticas de delimitação.

## FONTES DOCUMENTAIS

---

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. [Trabalho relativo à história do Iphan, à legislação que rege o órgão e sua organização, além de definição de patrimônio arquitetônico.] São Paulo: Iphan, [19--]. 9 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=415>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. *Presidência da República*, Rio de Janeiro, RJ, 16 jul. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Presidência da República*, Rio de Janeiro, RJ, 13 jan. 1937. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10378.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm)>. Acesso em 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Presidência da República*, Rio de Janeiro, RJ, 10 nov. 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Lex: Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*, Rio de Janeiro: Iphan, 2006, p. 99-107.

\_\_\_\_\_. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Presidência da República*, Rio de Janeiro, RJ, 18 set. 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. *Presidência da República*, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. *Presidência da República*, Brasília, DF, 27 jul. 1970. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=180849&norma=197342>>. Acesso em 07 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 84.198, de 13 de novembro de 1979. Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. *Presidência da República*, Brasília, DF, 13 nov. 1979. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=198612&norma=212634>>. Acesso em 07 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. *Presidência da República*, Brasília, DF, 17 dez. 1979. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=102275&norma=125748>>. Acesso em 07 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Presidência da República*, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <<http://www>>.

planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Presidência da República*, Brasília, DF, 04 ago. 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>>. Acesso em 07 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria Nº 554, de 15 de dezembro de 2000. *Gabinete do Ministro*, Brasília, DF, 15 dez. 2000. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=16&data=19/12/2000&captchafield=firistAccess>>. Acesso em 22 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. *Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano – Monumenta: Regulamento operativo*. Versão 2000. Brasília: MinC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Termo Geral de Referência para Plano de Preservação de Sítio Histórico*. Brasília, 2001a. [URBIS, Documento 01].

\_\_\_\_\_. *URBIS – Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos: guia informativo*. Brasília, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade do Serro*. Serro/MG. Perfil do projeto. Caderno único. Resumo executivo. [S.I.]: Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura; Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Contrato de Empréstimo nº 1200/OC-BR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (Monumenta), 4 de dezembro de 1999*. Brasília, DF, 1999.

BRASILEIRO, Vanessa Borges. *Estudo de delimitação do perímetro do sítio tombado de São João del Rei e entorno*. São João del Rei, 2007, 3 v.

CARTA de Rodrigo M. F. de Andrade ao representante do Iphan em Diamantina, João Brandão Costa. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1941. [Processo 64-T-38].

Carta topográfica da Vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito. [Cartas sertanistas] [S. I.; s. n.]. [17--]. In: BIBLIOTECA NACIONAL. Acervo Cartográfico, cart 525842. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart525842.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525842.jpg)>. Acesso em 12 dez. 2014.

CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Parecer Técnico Analítico nº 01/91*. Serro: IBPC/14ª Sub-Regional, 1991.

COMUNICADO Interno 052/88 de José Simões de Belmont Pessoa a Jurema Kopke Eis Arnaut. Rio de Janeiro, 28 de março de 1988. [Processo 238-T-41].

DIAMANTINA. Lei nº 69, de 31 de outubro de 1949. Delimita o perímetro sobre que recai, nesta Cidade Diamantina, a proteção de que fala o decreto-lei federal nº. 25, de 30 de novembro de 1937 e dá outras providências. Diamantina, MG, 31 out. 1949.

ESTUDO intitulado Normas de Preservação. “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto.” Relatório Técnico. Iphan/Depam, outubro de 2010. [Processo 01450.002839/2010-27].

ESTUDO intitulado Perímetro de delimitação da área tombada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em Ouro Preto, de Cláudio Augusto de Magalhães Alves, de 11 de dezembro de 1987. [Processo 70-T-38, vol. II].

FERREIRA, Ana Paula Alves. *Produto referente à definição da poligonal para a delimitação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana – MG*. Mariana: Programa Monumenta, 2006.

\_\_\_\_\_. *Produto referente à elaboração de normas e critérios de preservação para o sítio histórico de Mariana – MG*. Mariana: Programa Monumenta, 2007.

\_\_\_\_\_. *Produto 01*: Documento técnico para subsidiar a delimitação do perímetro do sítio tombado de Serro e entorno. Serro: Programa Monumenta, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA (FNpM); PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU. *Preservação do núcleo histórico de Paracatu*. Brasília: FNpM, 1985.

GRILLO & WERNECK PROJETOS E CONSULTORIA LTDA. *Normas de preservação para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana / MG*. [S.I.]: Programa Monumenta, 2008.

FILHO, Dalmo Vieira. *Memorando nº 030/10/GAB/DEPAM Circular*. Brasília: Iphan/Depam, 2010. [Normatização de áreas tombadas].

FINGER, Anna Eliza et al. *Nota técnica*: 001/2011/DEPAM. Brasília: Iphan/Depam, 2011. [Estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados.].

FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA (FNpM). *Programa de preservação de núcleos urbanos*. Serro/MG. [S.I.]: FNpM, [1984?].

\_\_\_\_\_. *Congonhas – MG*. Uso e ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos. Belo Horizonte, 1988. 2 v.

INFORMAÇÃO nº 110, de Augusto da Silva Telles, 29 de março de 1968. [Processo 65-T-38].

INFORMAÇÃO nº 107/84, do arquiteto Luiz Fernando Pereira das Neves Franco, de 19 de setembro de 1984. [Processo 1.122-T-84].

INFORMAÇÃO nº 037/89, de Maria da Graça Soto Queiroz, Marta Queiroga A. Anastácio e Nelson da Nóbrega Fernandes, de 10 de julho de 1989. [Processo 238-T-41].

INFORMAÇÃO Técnica nº 54/90, do geógrafo Néelson da Nóbrega Fernandes para Jurema Arnaut, de 1990. [Processo 1288-T-89].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Histórico do município*. Serro. Minas Gerais. Monografia - n.º 613. Ano: 1982. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=316710&search=minas-gerais|serro|infograficos:-historico>>. Acesso em 20 dez. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Recomendações básicas para a instrução de processos de tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan/Deprot, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (IBPC). *Projeto piloto – Sítio Histórico de Tiradentes. Fundamentos e proposta de critérios e normas de intervenção.* [Rio de Janeiro]: Iphan, 1994.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL S/C LTDA. – IDM. *Município de Congonhas – Minas Gerais. Normas e diretrizes para o uso e ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos.* [S.l.]: Programa Monumenta, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Revitalização de sítios urbanos através da recuperação do patrimônio cultural.* Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. *Manual do Inventário Nacional de Bens Imóveis. Sítios Urbanos Tombados. Versão 25/11/98.* Brasília: Iphan/DID, 1998.

\_\_\_\_\_. *URBIS. Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos: ações estruturadoras de política.* Brasília: Iphan, 2000.

\_\_\_\_\_. *Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados. INBI-SU 2001. Manual de Preenchimento. Versão 2001.* Brasília: Iphan/DID, 2001.

\_\_\_\_\_. *Inventário de Configurações de Espaços Urbanos. Manual de Aplicação. Versão 2001.b.* Brasília: Iphan/Depam, 2001a.

\_\_\_\_\_. *URBIS. Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos: estratégia operacional.* Brasília: Iphan, 2001b.

\_\_\_\_\_. *URBIS. Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos: guia informativo.* Brasília: Iphan, 2001c.

\_\_\_\_\_. *Termo geral de referência para plano de preservação de sítio histórico.* Brasília: Iphan, 2001d.

\_\_\_\_\_. *URBIS. Relatório de Gestão URBIS 2002.* Brasília: Iphan, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ordem de Serviço N° 002/2002, de 14 de novembro de 2002. Estabelece formulário e instruções complementares à portaria nº 11/86, para instrução dos processos de tombamento, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Brasília, DF, 14 nov. 2002.

\_\_\_\_\_. *Portaria N° 312, de 20 de outubro de 2010.* Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. Brasília, DF, 20 out. 2010.

\_\_\_\_\_. *Plano de preservação: Sítio histórico urbano. Termo geral de referência.* Brasília: Iphan, 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=52F259CE1F6AD627BE066CCDD5F61E4D?id=627>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. *Normatização de Cidades Históricas: orientações para elaboração de Diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas.* Brasília: Iphan/Depam, 2010.

\_\_\_\_\_. *Lista dos bens culturais inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: Iphan, 2013. 157 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. *Lista dos Bens Culturais inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF, 2013, p. 46-72. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

JANCSÓ, Istavan et al. Referencial teórico para a criação de categorias de bens tombados federais a partir de seu significado histórico cultural. (2000) In: MINISTÉRIO DA CULTURA. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005, vol. 1, p. 19-33.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados*. Brasília: Iphan, 2000.

LIMA, Danielle Raquel. *Dossiê de definição das diretrizes de intervenção na área de projeto. Evolução urbana do Serro*. Estudos preliminares para elaboração de legislação urbanística e políticas de preservação do patrimônio cultural. Serro: Programa Monumenta, 2006.

\_\_\_\_\_. *Diamantina – Diagnóstico preliminar do sítio histórico*. Diamantina: Programa Monumenta, 2008.

Mapa do Estado de Minas Gerais – Município de Serro, de autoria de Lúcia de Carvalho Campos. In: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas – SVOP. Série Documentação Interna SVOP, SVOP-042. Belo Horizonte, 1939.

[Mapa da] Sede municipal do Serro. Edificações de interesse histórico. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Revista Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, v. 8, n. 12, 1978, p. 9. Patrimônio Cultural do Serro.

MARTINS, Anamaria de Aragão Costa. *Sistema de informações geográficas aplicado à gestão do Patrimônio Cultural*. Modelagem conceitual. Brasília: Iphan, 1999.

MESENTIER, Leonardo Marques de et al. *Estratégias de planejamento e instrumentos para gestão de áreas urbanas de valor patrimonial*. Diagnóstico preliminar. Rio de Janeiro: Iphan/Deprot, 1999.

MINAS GERAIS. Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Contém a divisão administrativa do Estado de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 30 dez. 1962. Disponível em: <[www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=2764&comp=&ano=1962&texto=original](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=2764&comp=&ano=1962&texto=original)>. Acesso em: 2 jan. 2014.

NICOLIELO, Isabel. *Normatização para os setores protegidos do Serro*. Definição, descrição, caracterização e normatização dos setores do sítio tombado e seu entorno. Serro: Programa Monumenta, 2012.

NOTA preliminar sobre Uso e Ocupação do Solo de Congonhas nas ambiências dos Monumentos Históricos, da 7ª Diretoria Regional, de janeiro de 1988. [Processo 238-T-41].

NOTA Técnica nº 01/2006 LMM/DEPAM, do arquiteto Leonardo Marques de Mesentier, de 24 de janeiro de 2006. [Processo 0069-T-38. Vol. II].

NOTIFICAÇÃO nº 45-A, de Rodrigo M. F. de Andrade ao Prefeito de São João del Rei, Cristóvão de Abreu Braga. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1947. [Processo 68-T-38].

OFÍCIO nº 239, de Sílvio de Vasconcelos para Rodrigo M. F. de Andrade. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1962. [Processo 68-T-38].

PORTELLA, Eduardo; DELFIM NETTO, Antônio. *Exposição de Motivos MEC/Sephan nº 320/79*. Brasília: MEC/SEPLAN, 1979. 4 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. *Termo de referência para o plano de preservação do sítio histórico de Mariana – MG*. Mariana, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color.. Escala 1:5000. [S.l.], 2006. 1 CD-ROM.

SCHIMIDT ARQUITETURA E URBANISMO. *Adequação das normas de intervenções arquitetônicas e urbanísticas nas ambiências dos monumentos tombados de Congonhas*. Nova Lima, 2007.

SERRO. Lei nº 202/05, de 23 de janeiro de 1925. [Estabelece normas para uso e ocupação do solo.] Serro, MG, 23 jan. 1925. *Registro de Leis Municipais*.

\_\_\_\_\_. Lei nº 104/51, de 23 de outubro de 1951. Dispõe sobre plano de urbanismo e dá outras providências. Serro, MG, 23 out. 1951. *Registro de Leis Municipais*, Livro nº 1, fls. 50-50 verso.

\_\_\_\_\_. Lei nº 349/79, de 01 de fevereiro de 1979. Estabelece normas sobre aberturas de ruas, logradouros públicos, loteamentos de terrenos, uso e ocupação do solo e dá outras providências. Serro, MG, 01 fev. 1979. *Registro de Leis Municipais*, Livro nº 9, fls. 33 verso-36.

\_\_\_\_\_. Lei nº 562/85, de 27 de fevereiro de 1985. Institui o Código de Obras do Município de Serro. *Registro de Leis Municipais*, Livro nº 9B, fls. 1-15 verso.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 075/2007, de 06 de agosto de 2007. Institui o Plano Diretor do Município de Serro, nos termos do capítulo III da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. *Registro de Leis Municipais*, Livro nº 15.

\_\_\_\_\_. Lei nº 137/2014, de 24 de junho de 2014. Estabelece normas gerais para o parcelamento do solo urbano no município de Serro e dá outras providências. Serro, MG, 24 jun. 2014. *Registro de Leis Municipais*, Livro nº 15.

\_\_\_\_\_. Lei nº 138/2014, de 24 de junho de 2014. Institui o código de obras e edificações do município de Serro e dá outras providências. Serro, MG, 24 jun. 2014. *Registro de Leis Municipais*, Livro nº 15.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico nacional: uma trajetória*. Brasília: MEC/Sphan/Pró-Memória, 1980.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986. *Presidência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, 11 set. 1986.

SILVA, Rosemere Luzia da. *Normas de prevenção para o sítio tombado de Congonhas*. Congonhas: Programa Monumenta, 2011.

TAIER, Jorge José. *Tombamento de São João del Rei*. Estudo preliminar para o Zoneamento. São João del Rei: FNpM, 1982.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. *E. M. nº 076-B*. Brasília: MEC/SEPLAN, 1973. 20 p.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; BRAGA, Ney Aminthas de Barros. *E.M. nº 024*. Brasília: MEC/SEPLAN, 1977. 3 p.

#### *Processos de tombamento Iphan*

64-T-38. Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico. Diamantina. MG

65-T-38. Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico. Sêro. MG

66-T-38. Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico. Tiradentes. MG

68-T-38. Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico de São João del Rei. MG

69-T-38. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Mariana. MG

70-T-38. Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto. MG

238-T-41. Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Congonhas do Campo. MG

1.122-T-84. Centro Histórico de Laguna, SC

1.288-T-89. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Laranjeiras, SE

1.342-T-94. Centro Histórico de Cataguases. MG

1.592-T-10. Conjunto Histórico de Paracatu. MG

## BIBLIOGRAFIA

---

ALMEIDA, Robson Antônio de. Balanço das ações do Programa Monumenta. *Anais. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto, 2009, vol. 1. p. 91-99.

ALMEIDA, Luiz Fernando de. Apresentação. In: DIOGO, Érica (org.). *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2009a. p. 3-4.

\_\_\_\_\_. Desafios e estratégias para uma nova gestão do patrimônio cultural. *Anais. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Ouro Preto, 2009b, vol. 1. p. 13-21.

ANDRADE, Mário de. A Capela de Santo Antônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 119-125, 1937.

\_\_\_\_\_. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 30, p. 271-287, 2002.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Palestra proferida por Rodrigo M. F. de Andrade, em Ouro Preto, a 1-7-68. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 11-26, 1969.

\_\_\_\_\_. *Rodrigo e o Sphan: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Sphan/Pró-Memória, 1987.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 11-74.

BONDUKI, Nabil. *Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos*. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

\_\_\_\_\_. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9-19.

[Carta dos] Rios e Córregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o ano de 1729 até o prez<sup>te</sup> de 1734. In: MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana*

*das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, v. 3, Mapa I.4.

Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes, offerecida ao Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota [1731]. In: MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, v. 3, Mapa I.3.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. O tombamento. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora da Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia Regina Romeiro; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Patrimônio cultural*. Políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p. 67-78.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973-1979*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2012.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. A “cidade ilegal”: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. (Org.) *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 145-156.

COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais. Suas descrições, ensaios e domicilio proprio: À maneira de itinerario. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. vol. 10, 1905, p. 55-166.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Edições do Patrimônio. 3ª. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: PINI, 1991.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. *Sítios Históricos Brasileiros: Monumento, Documento, Empreendimento e Instrumento – o caso de Sobral/CE*. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FRANCO, Luiz Fernando Pereira das Neves et al. Mesa-redonda. Patrimônio edificado II: sítios históricos, núcleos urbanos, entorno. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 123-137, 1987.

FREIRE, Geraldo Azevedo. *Caminhos da memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte, 1975.

\_\_\_\_\_. *Revista Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, v. 8, n. 12, 1978. Patrimônio Cultural do Serro.

\_\_\_\_\_. *Circuito do Diamante*. Diretrizes para o desenvolvimento urbano do Serro. Belo Horizonte, 1980a. 3 v.

\_\_\_\_\_. *Circuito do Diamante*. Diretrizes para o desenvolvimento urbano de Diamantina. Belo Horizonte, 1980b. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Circuito do Ouro – Campos das Vertentes*. Plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes. Belo Horizonte, 1980c. 7 v.

\_\_\_\_\_. *Plano do Serro: proposta técnica e financeira*. Belo Horizonte, 1980d.

\_\_\_\_\_. *Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1980e, v. 2. (Circuito do Diamante II – Serro).

\_\_\_\_\_. *Circuito do Ouro – Campos das Vertentes*. Diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana e preservação do centro histórico de São João del Rei. Belo Horizonte, 1982. 2 v.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA (FNpM). Editorial. *Boletim SPHAN próMemória*. Brasília, n. 11, p. 1-2, mar./abr. 1981.

GIOVANNONI, Gustavo. *Vecchie città ed edilizia nuova: il quartiere del Rinascimento in Roma*. In: *Nuova Antologia*, XLVIII, n. 995, giugno 1913, p. 449-472.

\_\_\_\_\_. *Vecchie città ed edilizia nuova*. Turim, Unione tipografico-editrice torinese, 1931.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 108-123.

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Loyola, 2004.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ICOMOS. *Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural*. Xi'an, 2005. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LAVEDAN, Pierre. *Qu'est-ce que l'Urbanisme?* – Introduction a l'Histoire de l'Urbanisme. Paris : Henri Laurens, 1926.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2008.

MARX, M.. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005, vol. II.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio. Crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 220-228, 1996.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

\_\_\_\_\_. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 257-287.

\_\_\_\_\_. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 124-139.

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 249-279, 2012.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/ Copedoc, 2010. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4).

MOULDON, Anne Marie Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *International Seminar on Urban Form*, Birmingham, v. 1, p. 3-10, 1997. Disponível em: <[http://www.urbanform.org/online\\_unlimited/um199701\\_3-10.pdf](http://www.urbanform.org/online_unlimited/um199701_3-10.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2014.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PARENT, Michel. *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Paris : UNESCO, 1968.

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. Similaridades e disparidades entre as escolas de morfologia urbana. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2., 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANINTER-SH, UFMG, IEDS, 2013. Disponível em: <[www.2coninter.com.br/artigos/pdf/875.pdf](http://www.2coninter.com.br/artigos/pdf/875.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2014.

PIRES, Maria Coeli Simões. Proteção do Patrimônio Cultural: da monumentalidade aos bens imateriais. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Org.). *Revisitando o Instituto do Tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 75-88.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2012.

QUEIROZ, Maria da Graça Soto. *Serro – MG*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

REIS, Luiz Fernando. *O feito e o efeito*. As memórias e as representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro – MG. 2012. Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*. São Paulo: Pini, 2001.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*; tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000.

SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória*. São Paulo: Instituto Moreira Salles – Editora Giordano, 1993.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

\_\_\_\_\_. *A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 1990*. Salvador, 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTIAGO, Luís. *Serro e serrania*. O Vale dos Boqueirões. História do Vale do Jequitinhonha. vol. 2. Almenara: Edições da Vigia, 2004.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Dario A. F. *Memórias sobre o Serro antigo*. Serro: Tipographia Serrana, 1928. Redação, pesquisa e ensaio crítico de Danilo Arnaldo Briskievicz. Serro, 2008. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/805942>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Preservação na gestão das cidades. *Revista do Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 165-174, 1996.

SOARES, Paulo Roberto. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 347-364.

SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte mineiro no século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.

SOUZA, Kelly Diniz de; LIMA, Gustavo Emílio Soares de; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. A arquitetura do ouro e os manifestos de modernidade na paisagem cultural: análise da produção da arquitetura civil em Serro (MG). In: Seminário Internacional Representações da Cidade no Mundo Lusófono e Hispânico, 2013. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SOUZA, Kelly Diniz de; FARIA, Teresa Cristina de Almeida; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. Processo de formação socioespacial de pequenas cidades: o caso de Serro (MG). *Revista Oculum Ensaios*, Campinas, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015, p. 141-155.

SOUZA, Maria Eremita. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

SUTTI, Weber. Base para políticas integradas de preservação do patrimônio cultural, desenvolvimento social e econômico. *Anais*. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, 2009, vol. 1. p. 41-59.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 29-32, 1984.

TEIXEIRA, Manuel C.. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TRIEB, Michael; VEIL, Joachim; PLANUNGSGESELLSCHAFT, Urbana. *Rahmenplan zur Stadtgestaltung Leonberg: für die Altstadt und Eltingen mit Stadtbildanalyse, Rahmenplanung, Folgemaßnahmen*. Satzung zur Stadtgestalt. Stuttgart: Büro für Öffentlichkeitsarbeit in der Stadtplanung, 1972.

TRIEB, Michael; HAMANN, Ulf. *Der Stuttgarter Western als Erlebnisraum: eine Stadtbildanalyse*. Stuttgart: Arbeitsgruppe Stadtbildanalyse Stuttgart – West, 1973.

TRIEB, Michael; SCHMIDT, Alexander. *Rendsburg: Stadtgestaltplanung*. Stuttgart, 1981.

\_\_\_\_\_. *Ludwigsburg: Stadtbild Rahmenplanung*. Innestadt. Stuttgart, 1982.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002110/211094e.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura: dois estudos*. Goiânia: MEC/SESU/PIMEG – ARQ/UCG, 1983.

## APÊNDICE A

### ABORDAGEM DA DIMENSÃO URBANA NAS CARTAS PATRIMONIAIS ANALISADAS

Data	Documento	Princípios gerais	Conceitos abordados – o bem cultural	Conceitos abordados – o entorno
1931	<b>Carta de Atenas</b> [Sociedade das Nações]	Discorre sobre proteção e conservação de monumentos. Recomenda respeitar o caráter e a fisionomia da cidade, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos. Recomenda a elaboração de inventários dos monumentos históricos nacionais.	Menciona monumentos de interesse histórico, artístico ou científico.	Menciona vizinhança, referindo-se ao entorno dos monumentos, mas sem valor patrimonial.
1933	<b>Carta de Atenas</b> [CIAM]	Discorre sobre a cidade e sua condição na década de 1930, a partir das premissas do urbanismo moderno: habitar, trabalhar, recrear e circular. Defende a salvaguarda dos valores arquitetônicos que constituam a expressão de uma cultura anterior. Defende a destruição do patrimônio histórico a favor da construção da cidade moderna e de melhores condições de salubridade à população.	Menciona edifícios isolados; conjuntos urbanos; e zonas históricas.	Menciona ambiência, referindo-se ao entorno dos monumentos, mas sem valor patrimonial.
1962	<b>Recomendação de Paris – Paisagens e sítios</b> [Unesco]	Discorre sobre a proteção da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios. Aponta que as paisagens e sítios são fatores importantes na vida econômica e social dos países. Recomenda que a salvaguarda das paisagens e sítios deve ser assegurada nos planos de urbanização e no planejamento. Recomenda a proteção legal das paisagens extensas “por zonas”, bem como a dos sítios isolados.	Menciona paisagens; e sítios (naturais, rurais ou urbanos; devido à natureza ou à obra do homem).	Menciona a proteção de terrenos que cercam um monumento notável, referindo-se às áreas de entorno desses bens.
	<b>Carta de Veneza</b> [Icomos]	Discorre sobre a conservação e a restauração dos monumentos. Não há recomendações específicas para os sítios, sob o aspecto urbanístico; definindo, apenas, que deve ser garantida sua salvaguarda por meio de trabalhos de conservação e restauração nos moldes dos princípios estabelecidos para a conservação de monumentos.	Define que a noção de monumento histórico compreende tanto a criação arquitetônica isolada, quanto o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico; estendendo-se desde as grandes civilizações às obras modestas, que adquiriram significação cultural com o tempo.	Menciona ambiência, referindo-se ao entorno dos monumentos, mas sem valor patrimonial.

<p><b>1967</b>    <b>Normas de Quito</b> [OEA]</p>	<p>Discorre sobre conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico. Recomenda que os projetos de valorização do patrimônio monumental integrem os planos de desenvolvimento. Defende o aproveitamento dos recursos monumentais como meio de favorecer o desenvolvimento econômico; e a vinculação desses recursos aos interesses turísticos. Defende uma legislação de proteção em que o espaço urbano seja limitado por zonas de proteção (proteção rigorosa, proteção ou respeito, e proteção da paisagem urbana).</p>	<p>Menciona monumento; sítios (arqueológico, histórico e artístico); e monumento nacional. Defende a ideia de espaço circundante inseparável do monumento, bem como a existência de zona ou sítio de caráter monumental que não possua nenhum de seus elementos constituintes que, isoladamente, possam ser considerados monumento. Recomenda a extensão do conceito de monumento às manifestações dos séculos XIX e XX.</p>	<p>Menciona a moldura do bem cultural, sua vizinhança imediata, referindo-se ao entorno dos monumentos, sobre a qual a tutela do Estado deve estender-se.</p>
<p><b>1971</b>    <b>Compromisso de Salvador</b> [II Encontro de Governadores]</p>	<p>Discorre sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil. Recomenda a criação de legislação complementar para proteção de conjuntos paisagístico, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências. Recomenda o financiamento de planos urbanos e regionais; e o desenvolvimento de projetos que visem à valorização dos bens naturais e de valor cultural por meio do turismo.</p>	<p>Menciona bens naturais de valor cultural (paisagens, parques naturais, praias), acervos arqueológicos, conjuntos urbanos, monumentos arquitetônicos, bens móveis, documentos e livros.</p>	<p>Recomenda a criação de legislação para ampliação do conceito de visibilidade de bem tombado, para atendimento do conceito de ambiência.</p>
<p><b>1975</b>    <b>Declaração de Amsterdã</b> [Conselho da Europa]</p>	<p>Discorre sobre o patrimônio arquitetônico europeu. Aponta que a conservação do patrimônio arquitetônico constitui um dos objetivos maiores do planejamento urbano e físico-territorial. Aponta a necessidade de organização de inventários das construções, dos conjuntos arquitetônicos e dos sítios, o que compreende a delimitação dos conjuntos arquitetônicos e de zonas periféricas de proteção. Aponta que uma política de conservação implica na integração do patrimônio arquitetônico na vida social.</p>	<p>Menciona patrimônio arquitetônico, que compreende as construções isoladas de valor excepcional e seu entorno, os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico ou cultural; e cidade histórica.</p>	<p>Menciona entorno vinculado ao monumento.</p>

1976	<b>Recomendação de Nairóbi</b> [Unesco]	<p>Discorre sobre os conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.</p> <p>Aponta que a salvaguarda e a integração do conjunto histórico na vida contemporânea são elementos fundamentais no planejamento das áreas urbanas e no ordenamento do espaço.</p> <p>Defende que o conjunto histórico e sua ambiência devem ser considerados globalmente.</p> <p>Defende o estabelecimento de planos e documentos de salvaguarda, que devem definir os conjuntos e os elementos a serem protegidos, e as restrições para intervenção que lhe dizem respeito.</p>	<p>Define conjunto histórico ou tradicional como todo grupo de construções e de espaços que constituam um assentamento humano, tanto urbano quanto rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses “conjuntos” distinguem-se os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, e os conjuntos monumentais homogêneos.</p>	<p>Define ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais como o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.</p>
1986	<b>Carta de Washington</b> [Icomos]	<p>Discorre sobre a salvaguarda das cidades históricas.</p> <p>Aponta que todas as cidades do mundo são históricas por serem expressão material da diversidade das sociedades através da história.</p> <p>Entende a salvaguarda das cidades históricas enquanto as medidas necessárias à sua proteção, conservação e restauração, bem como ao seu desenvolvimento coerente e adaptado à vida contemporânea. Nesse sentido, deve integrar as políticas de desenvolvimento econômico e social, as do urbanismo e do ordenamento territorial.</p> <p>Recomenda o planejamento da salvaguarda por meio de planos de salvaguarda, que devem garantir uma relação harmoniosa entre o conjunto urbano histórico e toda a cidade, e delimitar as áreas protegidas.</p>	<p>Menciona cidade histórica.</p>	<p>Menciona o entorno da cidade, seja ele natural ou criado pelo homem.</p>
1987	<b>Carta de Petrópolis</b>	<p>Discorre sobre a preservação e revitalização de centros históricos.</p> <p>Aponta que a preservação do sítio histórico deve ser pressuposto do planejamento urbano, considerando essencial o predomínio do valor social da propriedade urbana sobre sua condição de mercadoria. O objetivo final da preservação é, portanto, a potencialização dos referenciais necessários à consolidação da cidadania.</p> <p>Defende o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão do sítio; e a proteção legal por meio do tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação.</p>	<p>Define sítio histórico urbano como o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações; sendo parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes, em processo dinâmico de transformação.</p>	<p>Não há distinção de entorno, já que a carta defende que toda a cidade é um organismo histórico, e os novos espaços urbanos devem ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação.</p>

2005	<b>Memorando de Viena</b> [Conselho da Europa]	<p>Discorre sobre as cidades patrimônio mundial e a arquitetura contemporânea.</p> <p>Indica que a proteção e conservação da paisagem histórica urbana compreendem, também, os monumentos individuais, assim como os conjuntos.</p> <p>Aponta que o principal desafio da arquitetura contemporânea é responder às dinâmicas de desenvolvimento, a fim de facilitar as transformações e o crescimento sócio-econômico, e respeitar a fisionomia urbana pretérita e sua paisagem, como a autenticidade e a integridade da cidade histórica.</p> <p>Indica a necessidade de desenvolvimento e implementação de um Plano de Gestão para a paisagem histórica urbana.</p>	<p>Define paisagem histórica urbana como conjunto de construções, estruturas e espaços livres, em seu contexto natural ou ecológico, que constituam assentamentos humanos, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, científico, estético, sócio-cultural ou ecológico.</p> <p>A noção de paisagem histórica urbana vai, portanto, além de termos tradicionais como “centros históricos”, “conjuntos” ou “entorno”, para incluir o contexto territorial e a paisagem.</p>	<p>Não há menções específicas para as áreas de entorno.</p>
2005	<b>Declaração de Xi’an</b> [Icomos]	<p>Discorre sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural, reconhecendo sua contribuição para o significado dessas áreas.</p> <p>Aponta que compreender, documentar e interpretar o entorno é essencial para definir e avaliar a importância como patrimônio de qualquer edificação, sítio ou área.</p> <p>Indica que a conservação e gestão de edificações, sítios ou áreas do patrimônio devem prever uma delimitação de proteção ao seu redor que reflita o significado e o caráter diferenciado do entorno.</p>	<p>Não há menções específicas para as áreas urbanas-patrimônio, uma vez que a carta trata especificamente do entorno.</p>	<p>Define entorno de uma edificação, sítio ou área de patrimônio cultural como o meio característico que forma parte de seu significado e caráter peculiar, ou que contribui para isso.</p> <p>O entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio intangível que criaram e formaram o espaço.</p>
2011	<b>Recomendação sobre a paisagem histórica urbana</b> [Unesco]	<p>Discorre sobre a salvaguarda, conservação e gestão de áreas urbanas históricas e espaços geográficos mais abrangentes.</p> <p>Considera necessária a integração da conservação e gestão das áreas históricas urbanas às estratégias de planejamento urbano, bem como à arquitetura contemporânea e ao desenvolvimento de infraestrutura.</p> <p>Sugere uma abordagem paisagística para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas, considerando as interrelações das suas formas físicas, sua organização e conexão espacial, suas características e espaços naturais, e seus valores sociais, culturais e econômicos.</p>	<p>Define paisagem histórica urbana como a área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de “centro histórico” ou “conjunto” para incluir o contexto mais amplo, tanto histórico como contemporâneo, e a sua localização geográfica.</p>	<p>Não há menções específicas para as áreas de entorno.</p>

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, ago. 2014. Fonte: Cury (2004); Unesco (2005); Icomos (2005); e Unesco (2011).

## APÊNDICE B

### ABORDAGEM DO PATRIMÔNIO NAS CARTAS CONSTITUCIONAIS

#### Constituição de 1934 <sup>1</sup>

A Constituição de 1934, artigo 148, determina ser de competência da União, Estados e Municípios, favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Entretanto, declara no inciso III, do artigo 10, competir concorrentemente à União e aos Estados – excluindo, assim, os Municípios; a proteção às belezas naturais e aos monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.

A ideia de patrimônio vincula-se ao seu entendimento enquanto patrimônio material, tanto imóvel - monumento natural ou de valor histórico ou artístico, quanto móvel – obras de arte.

#### Constituição de 1937

A Constituição de 1937, artigo 134, atribui competência para preservar os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, à Nação, aos Estados e aos Municípios; equiparando atentados contra eles cometidos àqueles contra o patrimônio nacional.

A noção de patrimônio mantém-se vinculada ao seu viés material; mas não há menção quanto à proteção aos bens móveis.

#### Constituição de 1946

A Constituição de 1946, artigo 175, estabelece a competência concorrente do Poder Público para proteger as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza.

A questão da preservação ainda está relacionada ao patrimônio material; entretanto, é novamente incorporada a proteção aos bens móveis.

#### Constituição de 1967

A Constituição de 1967, artigo 172, coloca sob a proteção especial do Poder Público, os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

Ainda que a ideia de patrimônio continue vinculada ao seu entendimento enquanto patrimônio material, tem início, no texto legal, uma autonomia do sítio de valor histórico ou artístico em relação ao monumento. Tem-se menção, também, à proteção do patrimônio arqueológico.

#### Constituição de 1988

A Constituição de 1988, artigo 216, determina que o patrimônio cultural brasileiro é constituído tanto por bens de natureza material, quanto imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, abrangendo, nessa proteção, desde as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, a obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Além de ampliar o entendimento acerca do patrimônio, incorporando, agora, sua dimensão imaterial, essa Carta Magna modificou o tratamento dado ao tema, não restringindo a tutela dos bens patrimoniais apenas ao tombamento. A proteção passa a se dar, também, por meio de inventários, registros, vigilância, desapropriação, além de outras formas de acautelamento e preservação.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, ago. 2014. Fonte: Brasil, Constituição (1934), Constituição (1937), Constituição (1946), Constituição (1967), Constituição (1988).

<sup>1</sup> As constituições anteriores àquela de 1934 (1824 e 1891) não fazem alusão à proteção ao patrimônio cultural.

## APÊNDICE C

### QUADRO-SÍNTESE DOS CRITÉRIOS DE DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS E ENTORNOS, APLICADOS NOS DISPOSITIVOS ANALISADOS

DISPOSITIVO: Tombamento					
Núcleo	Data <sup>1</sup>	Localização	Instrumento	Critérios <sup>2</sup>	Delimitação proposta
São João del Rei	04 mar. 1938	Centro de Documentação e Informação/CDI – Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Arquivo Corrente. Série 8: Processos de Tombamento. Processo N°. 68-T-38. [cópia]	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico de São João del Rei – Minas Gerais. Livro das Belas Artes.	Sem indicação de critérios para delimitação de poligonal de proteção e entorno no ato do tombamento.	Sem delimitação proposta no ato do tombamento.
				28 nov. 1947. Notificação n° 45-A.	
				Visibilidade + ambiência + formação histórica	Poligonal de tombamento: Relação de imóveis isolados e logradouros. [Sem regulamentação legal.]
				-	Poligonal de entorno: não proposta.
				11 set. 1996. Abertura do processo de Rerratificação do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del Rei.	
		Visibilidade + ambiência + formação histórica	Poligonal de tombamento: mantida proposta anterior, com as seguintes áreas: Setor 1, e 2. [Proposta não implementada.]		
		Visibilidade + ambiência	Poligonal de entorno: Setor 3 – áreas de entorno imediato; Setor 4 – áreas de entorno próximo; Setor 5 – áreas de entorno distante I; Setor 6 – áreas de entorno distante II. Áreas livres. [Proposta não implementada.]		
Serro	08 abr. 1938	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Processos de Tombamento. Processo N°. 65-T-38	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico. Sêrro – Minas Gerais. Livro das Belas Artes.	Sem indicação de critérios para delimitação de poligonal de proteção e entorno no ato do tombamento.	Sem delimitação proposta no ato do tombamento.

<sup>1</sup> Para processos de tombamento, a data do documento se refere à data do tombamento.

<sup>2</sup> Reporta-se aos critérios utilizados para a definição das poligonais de tombamento e entorno propostas. Nesta análise não foram consideradas as características do bem cultural ou do entorno; que, embora cruciais para a compreensão do tema, tratam “do que” se delimita em detrimento “de como” se delimita, este último objeto deste estudo.

Núcleo	Data	Localização	Instrumento	Critérios	Delimitação proposta
Ouro Preto	20 abr. 1938	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Processos de Tombamento. Processo N°. 70-T-38	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Ouro Preto. Minas Gerais. Livro das Belas Artes. (1938) Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Livro Histórico. (1986)	Sem indicação de critérios para delimitação de poligonal de proteção e entorno no ato do tombamento.  13 out. 1989. Aprovação da delimitação do conjunto na 137ª Reunião do Conselho Consultivo da Sphan, para os Livros Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Histórico.  Ambiência + formação histórica	Sem delimitação proposta no ato do tombamento.    Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado.
	-	-	-	-	Poligonal de entorno: não proposta.
	-	-	-	20 out. 2010. Portaria Iphan nº 312/2010.  Implantação dos imóveis + densidade urbana + bens de interesse cultural + composição do conjunto + paisagem urbana + dinâmica urbana + formação histórica + morfologia urbana	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, com as seguintes áreas: Área de Preservação Especial; Área de Preservação; e Área de Preservação Paisagística e Arqueológica
	-	-	-	-	Poligonal de entorno: não proposta. Considera que existe apenas um perímetro de tombamento.
Tiradentes	20 abr. 1938	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Processos de Tombamento. Processo N°. 66-T-38	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico (inclusive suas capelas). Tiradentes – Minas Gerais. Livro das Belas Artes.	Sem indicação de critérios para delimitação de poligonal de proteção e entorno no ato do tombamento.	Sem delimitação proposta no ato do tombamento.
Mariana	14 maio 1938	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Processos de Tombamento. Processo N°. 69-T-38	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Mariana – Minas Gerais. Livro das Belas Artes.	Sem indicação de critérios para delimitação de poligonal de proteção e entorno no ato do tombamento.  29 jan. 2009. Abertura do processo de Rerratificação “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Município de Mariana, Estado de Minas Gerais”.	Sem delimitação proposta no ato do tombamento.
	-	-	-	Elementos urbanos primários + morfologia urbana + apropriação do espaço + processos construtivos + ambiência + bens de interesse cultural	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado. [Regulamentada pela Portaria Iphan N° 66, de 26 fev. 2009].
-	-	-	-	-	Poligonal de entorno: não proposta.

Núcleo	Data	Localização	Instrumento	Critérios	Delimitação proposta
Diamantina	16 maio 1938	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Processos de Tombamento. Processo N°. 64-T-38	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico. Diamantina. Minas Gerais. Livro das Belas Artes.	Sem indicação de critérios para delimitação de poligonal de proteção e entorno no ato do tombamento.	Sem delimitação proposta no ato do tombamento.
				31 out. 1949. Lei nº 69. [Lei municipal.]	
				Sem indicação de critérios para delimitação.	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado. [Sem regulamentação legal.]
				-	Poligonal de entorno: não proposta.
				17 out. 2002. Portaria Iphan N° 12/2002.	
			Sem indicação de critérios para delimitação.	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, com as seguintes áreas: Zona de Preservação Rigorosa e Zona de Preservação Complementar.	
			Sem indicação de critérios para delimitação.	Poligonal de entorno: não há menção a poligonal. São citadas as seguintes áreas: Zona de Proteção ao Centro Histórico; Zona Residencial; Zona de Contenção das Ocupações; Zona de Urbanização Prioritária; Zona de Grandes Equipamentos; Faixa de Reserva.	
Congonhas	17 abr. 1941	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Processos de Tombamento. Processo N°. 238-T-41	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto: Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Congonhas do Campo. Minas Gerais. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Livro Histórico.	Sem indicação de critérios para delimitação de poligonal de proteção e entorno no ato do tombamento.	Sem delimitação proposta no ato do tombamento.
				1988. Estudo intitulado “Congonhas – MG. Uso e ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos”. <sup>3</sup> Configuração urbana + bens de interesse cultural + volumetria + dinâmica urbana + apropriação do espaço + dimensão topográfica + ambiência + processos construtivos + visibilidade	Zoneamento proposto: Zona de Preservação Principal 1 e 2; Zona de Preservação Secundária; Zona Urbana Central; Zona de Paisagem Natural Integrada; Zona de Paisagem Urbana Integrada; Zona de Preservação e Revitalização.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, set.. 2014. Fonte: Iphan – Processos de tombamento, conforme localização indicada.

<sup>3</sup> Ainda que seja apontado no trabalho que o plano delimita as zonas de tombamento e uma única poligonal de entorno, não é claro no estudo, a distinção entre essas áreas. Por essa razão, indicou-se, nesse caso, o zoneamento, e não a diferenciação entre “poligonal de tombamento” e “poligonal de entorno”, como feito nas demais análises.

**DISPOSITIVO: Planos de Desenvolvimento Urbano – Estudos da Fundação João Pinheiro**

Núcleo	Data	Localização	Instrumento	Critérios	Delimitação proposta <sup>4</sup>
Ouro Preto Mariana <sup>5</sup>	1975	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Planos e Projetos. AA01/ P. 0064	Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.	Morfologia urbana + configuração urbana + dinâmica urbana	Poligonal de tombamento: não há proposta de delimitação, apenas zoneamento da estrutura urbana, em Zona de estrutura consolidada; Zona em Transformação Estrutural; e Zona Suburbanizada.
Diamantina	1980	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Planos e Projetos. AA01/ P. 0078	Circuito do Diamante. Diretrizes para o desenvolvimento urbano de Diamantina.	Contexto geográfico + aspectos econômicos + quadro institucional administrativo + evolução urbana + aspectos demográficos + dinâmica urbana	Poligonal de tombamento: não há proposta de delimitação, apenas zoneamento de ocupação e uso do solo, Área de reserva para expansão urbana; Área de proteção paisagística; Zona Comercial 1 e 2; Zona Comercial de Expansão; Zona Institucional; Zona Industrial; Zona Residencial 1, 2, 3 e 4; e Parque de Proteção.
Serro	1980	Fundação João Pinheiro. Biblioteca digital. Circuito do Diamante	Circuito do Diamante. Diretrizes para o desenvolvimento urbano do Serro.	Evolução urbana + aspectos econômicos + aspectos físicos + equipamentos urbanos + infraestrutura urbana + quadro institucional administrativo	Poligonal de tombamento: não há proposta de delimitação, apenas zoneamento do perímetro urbano, em Área Non Aedificandi; Zona Residencial 1 e 2; Zona de Expansão Urbana; Zona de Preservação P1, P2 e P3; e Zona Industrial.
Tiradentes	1980	Fundação João Pinheiro. Biblioteca digital. Circuito do Ouro – Campos das Vertentes	Circuito do Ouro – Campos das Vertentes. Plano de organização espacial e preservação do centro histórico de Tiradentes.	Evolução urbana + aspectos econômicos + aspectos sociais + aspectos demográficos + configuração urbana + infraestrutura urbana	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado, definido como Área de Preservação. Zoneamento proposto: Área de Preservação; Área "non aedificandi; Área externa à Área de Preservação.
São João del Rei	1982	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Planos e Projetos. AA01/ P. 0079	Circuito do Ouro – Campos das Vertentes. Diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana e preservação do centro histórico de São João del Rei.	Evolução urbana + aspectos sociais + aspectos demográficos + processos construtivos + infraestrutura urbana + dinâmica urbana	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado. Zoneamento proposto: Zona de Proteção I, II, e III.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, set.. 2014. Fonte: Fundação João Pinheiro (1975, 1980, 1980a, 1980b, 1982); conforme localização indicada.

<sup>4</sup> A delimitação proposta trata do conjunto integralmente, não havendo distinção entre poligonal de tombamento e de entorno. Nenhuma das propostas foi implementada.

<sup>5</sup> Embora a ideia inicial da pesquisa fosse retratar apenas os projetos elaborados no escopo dos dispositivos em análise, optou-se por inserir o plano de Ouro Preto e Mariana ao estudo, ainda que ele não tenha sido produzido com recursos do PCH, por ter tido apoio do Iphan e se tratar de conjuntos tombados objeto deste trabalho.

## DISPOSITIVO: Planos de preservação da Fundação Nacional pró-Memória

Núcleo	Data	Localização	Instrumento	Critérios	Delimitação proposta <sup>6</sup>
São João del Rei	1982	Centro de Documentação e Informação/CDI – Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Arquivo Permanente. Série 1. São João del Rei. Conjunto Urbano [1947-1988] [Pasta 1057]	Tombamento de São João. Estudo preliminar para o Zoneamento.	Bens de interesse cultural + paisagem urbana <sup>2</sup>	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, dividido em três áreas, conforme grau de descaracterização do conjunto. Não há nomenclatura para essas áreas.  Poligonal de entorno: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado.
Serro	[1984?]	Arquivo do Escritório Técnico II – Serro. Superintendência do Iphan em Minas Gerais	Programa de Preservação de Núcleos Urbanos. Serro/MG. [Estudo preliminar.]	Evolução urbana + configuração urbana + dinâmica urbana + bens de interesse cultural + tipologia arquitetônica + estado de conservação de bens de interesse cultural <sup>7</sup>	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, definido como Zona de Preservação Rigorosa, com as seguintes áreas: Zona de Preservação Rigorosa 1, 2 e 3.  Poligonal de entorno: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado, definido como Zona de Preservação Ambiental. Define ainda a Zona de Preservação Paisagística, como área de preservação ambiental.
Paracatu	1985	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Planos e Projetos. AA01/ P. 0059	Preservação do Núcleo Histórico de Paracatu	Formação histórica + parâmetros urbanísticos + configuração urbana + tipologia arquitetônica + bens de interesse cultural  -	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Zona de Preservação Central; Zona de Preservação Complementar; e Zona de Preservação Paisagística.  Poligonal de entorno: não proposta.
Congonhas	1988	Arquivo do Escritório Técnico I – Congonhas. Superintendência do Iphan em Minas Gerais	Congonhas – MG. Uso e ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos. <sup>8</sup>	Configuração urbana + bens de interesse cultural + volumetria + dinâmica urbana + apropriação do espaço + dimensão topográfica + ambiência + processos construtivos + visibilidade	Zoneamento proposto: <sup>9</sup> Zona de Preservação Principal 1 e 2; Zona de Preservação Secundária; Zona Urbana Central; Zona de Paisagem Natural Integrada; Zona de Paisagem Urbana Integrada; Zona de Preservação e Revitalização.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, set.. 2014. Fonte: FNpM ([1984?], 1985, 1988); Taier (1982); conforme localização indicada.

<sup>6</sup> Nenhuma das propostas foi implementada.

<sup>7</sup> Não há distinção entre os critérios para delimitação da poligonal de tombamento e da poligonal de entorno.

<sup>8</sup> Este estudo foi anexado ao processo de tombamento Nº. 238-T-41 – Congonhas.

<sup>9</sup> Ainda que seja apontado no trabalho que o plano delimita as zonas de tombamento e uma única poligonal de entorno, não é claro no estudo, a distinção entre essas áreas. Por essa razão, indicou-se, nesse caso, o zoneamento, e não a diferenciação entre “poligonal de tombamento” e “poligonal de entorno”, como feito nas demais análises.

## DISPOSITIVO: Inventário de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU)

Núcleo	Data	Localização	Instrumento	Critérios	Delimitação proposta <sup>10</sup>
Tiradentes	1994	Centro de Documentação e Informação/CDI – Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Arquivo Corrente. Série 2: Assuntos diversos. Tiradentes. Normas e critérios de intervenção	Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes. Fundamentos e proposta de critérios e normas de preservação.	Evolução urbana + morfologia urbana + configuração urbana + densidade urbana + parâmetros urbanísticos + processos construtivos	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Zoneamento proposto: Setores 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.
				-	Poligonal de entorno: não proposta.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, set.. 2014. Fonte: IBPC (1994); conforme localização indicada.

## DISPOSITIVO: Novos Tombamentos

Núcleo	Data <sup>11</sup>	Localização	Instrumento	Critérios	Delimitação proposta
Cataguases	17 fev. 2003	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: Processos de Tombamento. Processo N°. 1.342-T-94	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto: Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases. Cataguases, Estado de Minas Gerais. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro Histórico; e Livro das Belas Artes.	Formação histórica + evolução urbana	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado.
				-	Poligonal de entorno: não proposta.
Paracatu	21 jun. 2012	Centro de Documentação e Informação/CDI – Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Arquivo Corrente. Série 8: Processos de Tombamento. Processo N°. 1.592-T-10. [cópia]	<i>Processo de tombamento</i> Conjunto: Conjunto Histórico do Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais. Livro Histórico.	Formação histórica + tipologia arquitetônica + processos construtivos + parâmetros urbanísticos	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado. Poligonal de entorno: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, set.. 2014. Fonte: Iphan – Processos de tombamento, conforme localização indicada.

<sup>10</sup> A proposta não foi formalmente normatizada; mas é o instrumento utilizado para análise das intervenções no conjunto tombado de Tiradentes, MG.

<sup>11</sup> Para processos de tombamento, a data do documento se refere à data do tombamento.

**DISPOSITIVO: Novos Estudos**

Núcleo	Data	Localização	Instrumento	Crítérios	Delimitação proposta <sup>12</sup>
São João del Rei	2007	Arquivo do Escritório Técnico II – São João del Rei. Superintendência do Iphan em Minas Gerais	Estudo de Delimitação do Perímetro do Sítio Tombado de São João del Rei e Entorno.	Tombamento municipal + tombamento federal + dinâmica urbana + bens de interesse cultural + espaços públicos + tipologia arquitetônica + visadas	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Zona I: Setor de Proteção Federal; Zona II: Setor de Ampliação de Proteção; Zona III: Setor de Restrição; e Zona IV: Setor de Proteção de Visadas.
				-	Poligonal de entorno: não proposta.
Congonhas	2007	Arquivo do Escritório Técnico I – Congonhas. Superintendência do Iphan em Minas Gerais	Adequação das normas de intervenções arquitetônicas e urbanísticas nas ambiências dos monumentos tombados de Congonhas. <sup>13</sup>	Configuração urbana + bens de interesse cultural + volumetria + dinâmica urbana + apropriação do espaço + dimensão topográfica + ambiência + processos construtivos + visibilidade	Zoneamento proposto: <sup>14</sup> Zona de Preservação Principal 1 e 2; Zona de Preservação Secundária; Zona Urbana Central; Zona de Paisagem Natural Integrada; Zona de Paisagem Urbana Integrada; Zona de Preservação e Revitalização.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, set.. 2014. Fonte: Brasileiro (2007); Schmidt Arquitetura e Urbanismo (2007); conforme localização indicada.

<sup>12</sup> Nenhuma das propostas foi normatizada.

<sup>13</sup> Releitura do trabalho intitulado "Congonhas – MG. Uso e ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos", [FNpM, 1988].

<sup>14</sup> Ainda que seja apontado no trabalho que o plano delimita as zonas de tombamento e uma única poligonal de entorno, não é claro no estudo, a distinção entre essas áreas. Por essa razão, indicou-se, nesse caso, o zoneamento, e não a diferenciação entre "poligonal de tombamento" e "poligonal de entorno", como feito nas demais análises.

**DISPOSITIVO: Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Programa Monumenta**

Núcleo	Data	Localização	Instrumento <sup>15</sup>	Critérios	Delimitação proposta <sup>16</sup>
Congonhas	2002	Arquivo do Escritório Técnico I – Congonhas. Superintendência do Iphan em Minas Gerais	Município de Congonhas – Minas Gerais. Normas e diretrizes para o uso e ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos. <sup>17</sup>	Bens de interesse cultural + evolução urbana + configuração urbana + processos construtivos + paisagem urbana + dimensão topográfica + visibilidade + dinâmica urbana	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Zona de Preservação Principal 1 e 2; Zona de Preservação e Revitalização; Zona de Paisagem Natural Integrada; Zona de Paisagem Urbana Integrada; Zona Especial de Projeto 1, 2 e 3; Zona Urbana Central.
	2011	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: Monumenta. Serviços profissionais transitórios, autônomos e colaboradores (inclusive licitação). Rosemere Luzia da Silva	Normas de prevenção para o sítio tombado de Congonhas. <sup>3</sup>	Legislações/estudos anteriores + formação histórica + configuração urbana	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado, definido como Zona de Preservação e Revitalização Permanente.  Poligonal de entorno: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Zona de Preservação e Revitalização Ferroviária; II Zona de Preservação Ambiental e Arqueológica; Zona de Preservação I, II, III e IV; Zona de Paisagem Urbana Integrada I, II, III, IV, V e VI; Zona de Preservação Especial I, II, III e IV.
Diamantina	2008	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: Monumenta. Serviços profissionais transitórios, autônomos e colaboradores (inclusive licitação). Danielle Raquel Lima	Diamantina – Diagnóstico preliminar do sítio histórico.	Evolução urbana + tipologia arquitetônica	Poligonal de tombamento: não há proposta de delimitação, apenas zoneamento do sítio histórico em Área 1, 2 e 3.  Poligonal de entorno: não proposta.
Mariana	2006	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: Monumenta. Serviços profissionais transitórios, autônomos e colaboradores (inclusive licitação). Ana Paula Alves Ferreira	Produto referente à definição da poligonal para a delimitação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana – MG.	Contexto geográfico + formação histórica + morfologia urbana + Plano Diretor	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Setor 01 – Área Historicamente Adensada; Setor 02 – Área Historicamente de Ocupação Rarefeita; e Setor 03 – Área Historicamente de Paisagem Natural.  Poligonal de entorno: não proposta.

<sup>15</sup> Os estudos constantes deste quadro foram desenvolvidos por consultores do Programa Monumenta, lotados nos Escritórios Técnicos; à exceção dos trabalhos elaborados para os sítios de Congonhas, em 2002, e Mariana, 2008, contratados com o apoio do programa.

<sup>16</sup> Nenhuma das propostas foi implementada.

<sup>17</sup> Reedições do trabalho intitulado “Congonhas – MG. Uso e ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos”, [FNpM, 1988].

Núcleo	Data	Localização	Instrumento	Critérios	Delimitação proposta
Mariana [cont.]	2007	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: Monumenta. Serviços profissionais transitórios, autônomos e colaboradores (inclusive licitação). Ana Paula Alves Ferreira	Produto referente à elaboração de normas e critérios de preservação para o sítio histórico de Mariana – MG. <sup>18</sup>	Contexto geográfico + formação histórica + morfologia urbana + Plano Diretor	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Setor 01 – Área Historicamente Adensada; Setor 02 – Área Historicamente de Ocupação Rarificada; e Setor 03 – Área Historicamente de Paisagem Natural. Poligonal de entorno: não proposta.
	2008	Centro de Documentação e Informação/CDI – Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Arquivo Corrente. Série 2: Assuntos diversos. Mariana. Normas de preservação	Normas de Preservação para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana/MG.	Morfologia urbana + evolução urbana + infraestrutura urbana + INBI-SU + formação histórica + parâmetros urbanísticos + paisagem urbana + estado de conservação de bens de interesse cultural	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, não sub-setorizado. Poligonal de entorno: não proposta.
Serro	2006	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: Monumenta. Serviços profissionais transitórios, autônomos e colaboradores (inclusive licitação). Danielle Raquel Lima	Dossiê de definição das diretrizes de intervenção na área de projeto. Evolução urbana do Serro. Estudos preliminares para elaboração de legislação urbanística e políticas de preservação do patrimônio cultural. <sup>19</sup>	Formação histórica + evolução urbana + dinâmica urbana + legislação urbana	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, definido como Zona de Preservação Rigorosa, com as seguintes áreas: ZPR 1, 2 e 3. Poligonal de entorno: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Zona de Preservação Ambiental; e Zona de Preservação Paisagística.
	2010	Arquivo do Escritório Técnico II – Serro. Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Monumenta. Ana Paula Alves Ferreira	Produto 01: Documento técnico para subsidiar a delimitação do perímetro do sítio tombado de Serro e entorno. <sup>20</sup>	Contexto geográfico + formação histórica + morfologia urbana + densidade urbana + tipologia arquitetônica + paisagem urbana + dinâmica urbana + visadas	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com os seguintes conjuntos: Centro I e II; Arraial de Baixo; Rosário; Novo Rosário; Machadinho; Gambá; Morro do Vigário; Morro da Páscoa; Botavira; Praia; São Geraldo; Leiteiro. Poligonal de entorno: não proposta.
	2012	Arquivo do Escritório Técnico II – Serro. Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Monumenta. Isabel Nicolielo	Normatização para os setores protegidos do Serro. Definição, descrição, caracterização e normatização dos setores do sítio tombado e seu entorno. <sup>21</sup>	Formação histórica + contexto geográfico + evolução urbana + morfologia urbana + referenciais urbanos + visadas + bens de interesse + implantação dos imóveis + aspectos urbanísticos + tipologia arquitetônica + vias de acesso e comunicação.	Poligonal de tombamento: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Setor de Proteção Especial 1, 2 e 3. Proposto, ainda, distinção de áreas de Unidade de Preservação Paisagística – Chácara do Barão do Serro; Casa de Caridade Santa Tereza; e Casa dos Ottoni. Poligonal de entorno: conjunto formado por poligonal única, sub-setorizado, com as seguintes áreas: Setor de Preservação Ambiental; e Setor de Preservação Paisagística.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, set. 2014. Fonte: Ferreira (2006, 2007, 2010); Grillo & Werneck (2008); Instituto de Desenvolvimento Municipal S/C Ltda. - IDM (2002); Lima (2006, 2008); Nicolielo (2012); Silva (2011); conforme localização indicada.

<sup>18</sup> Reedições do trabalho intitulado “Produto referente à definição da poligonal para a delimitação do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana – MG”, [Ferreira, 2006].

<sup>19</sup> Reedições do trabalho intitulado “Programa de Preservação de Núcleos Urbanos. Serro/MG”, [FNpM, [1984?]].

<sup>20</sup> Estudo que teve por referência a metodologia proposta pelo Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos – INBI-SU.

<sup>21</sup> Estudo baseado nos trabalhos intitulados “Programa de Preservação de Núcleos Urbanos. Serro/MG”, [FNpM, [1984?]]; e “Documento técnico para subsidiar a delimitação do perímetro do sítio tombado de Serro e entorno”, [Ferreira, 2010]. Teve por referência a metodologia indicada pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SIGG.

## APÊNDICE D

### QUADRO-SÍNTESE DA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA NOS ARQUIVOS DO IPHAN REFERENTE ÀS PRÁTICAS DE DELIMITAÇÃO DE SÍTIOS TOMBADOS<sup>1</sup>

Data documento	Localização	Documento	Assunto	Abordagem – delimitação de perímetros de tombamento e entorno
30 nov. 1937	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: SPHAN. Legislação Brasil III	Decreto-Lei nº 25	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	Não estabelece a necessidade e/ou obrigatoriedade de delimitação do perímetro de tombamento ou entorno dos bens tombados.
11 set. 1986	Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro. Série: SPHAN. Legislação Brasil III	Portaria nº 11/86	Regulamenta a instauração e tramitação do Processo de Tombamento.	Institui, em seu art. 4º, §1º, a necessidade de instrução do pedido, com estudo que inclua a descrição do objeto, de sua localização, de sua área, e de seu entorno.
1996	Arquivo do Escritório Técnico I – Diamantina. Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Caixa – Decretos, portarias, ordem de serviços e instruções normativas	Recomendações básicas para a instrução de processos de tombamento [MEMO DEPROT/IPHAN/RJ Nº 762/96, de 06 dez. 1996]	Apresenta orientações acerca dos procedimentos administrativos para instrução de Processos de Tombamento.	Informa, em seus itens 2 e 3, que os pareceres técnicos devem considerar a formação do conjunto urbano e seu desenvolvimento até os dias atuais, e apresentar a redação precisa da proposta de delimitação da poligonal de tombamento e sua representação gráfica, observando-se o mesmo procedimento com relação à área de entorno firmada.
25 nov. 1998	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: INBI. Caixa INBI	Manual do Inventário Nacional de Bens Imóveis. Sítios Urbanos Tombados [INBI-SU] <sup>2</sup>	Apresenta um método de inventário dedicado aos sítios urbanos tombados, visando o levantamento e a organização de um conjunto de informações que os caracterizam como bem cultural.	Instrumenta a leitura de espaços urbanos, fornecendo análises do seu processo de produção, uso e transformação, com base em fontes documentais (textuais, iconográficas, cartográficas etc.), de modo a orientar a gestão do patrimônio tombado. Trata a abordagem do sítio urbano a partir de 1) Pesquisa histórica; 2) Levantamentos físico-arquitetônicos; e 3) Entrevistas com moradores e usuários.
1999	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: DID. Caixa 67	Sistema de Informações Geográficas aplicado à Gestão do Patrimônio Cultural [SIGPCN]. Modelagem conceitual	Estudo para implantação do Sistema de Informações Geográficas como instrumento de planejamento das cidades.	Traz ferramentas para avaliação das bases cartográficas e documentais (inventários) existentes, orientando a definição dos limites dos núcleos urbanos tombados e área de entorno. Trata a questão da delimitação de sítios urbanos tombados enquanto informações gráficas e alfanuméricas, componentes do módulo regional, tendo por base os dados levantados a partir do método INBI-SU.

<sup>1</sup> Certamente os documentos aqui arrolados não encerram o universo da documentação produzida referente ao tema, mas retratam, satisfatoriamente, a trajetória das principais políticas e instrumentos voltados para as práticas de delimitação de sítios urbanos tombados.

<sup>2</sup> Cabe registrar que, embora o documento seja de 1998, o método INBI-SU começou a ser delineado ainda em 1989. Para esse inventário, ainda foi disponibilizada uma versão 2001, que incorpora aperfeiçoamentos do método, sobretudo vinculados à informatização dos dados.

<b>Data documento</b>	<b>Localização</b>	<b>Documento</b>	<b>Assunto</b>	<b>Abordagem – delimitação de perímetros de tombamento e entorno</b>
Mar. 2000	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: DEPAM. Caixa 23	Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados	Proposta de procedimentos para recolhimento de dados de configuração urbana.	Instrumenta a leitura da configuração urbana de sítios de interesse de preservação a partir de seus atributos morfológicos. Trata a abordagem da configuração do espaço por meio de categorias inventariais relacionadas à percepção e à representação geométrica do espaço.
2001	Arquivo Central – Seção Brasília. Conjunto documental: INCEU.	Inventário de Configurações de Espaços Urbanos [INCEU]. Manual de aplicação	Apresenta um método de inventário que visa complementar o INBI-SU.	Instrumenta a análise da configuração de espaços urbanos, tendo por referência a Metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana em sítios tombados.
14 nov. 2002	Arquivo do Escritório Técnico II – Serro. Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Arquivo Administrativo. Caixa 2004. Pasta Memorandos recebidos/2004.	Atos do Departamento de Proteção. Ordem de Serviço Nº 002/2002	Estabelece formulário e instruções complementares à Portaria nº 11/86, para instrução dos processos de tombamento, no âmbito do Iphan.	Indica, em seu art. 5º, a necessidade de instrução do pedido com estudo referente à constituição e limites do bem; e recomenda, art. 6º e 7º, que para sítios urbanos, deve ser observada sua dimensão físico-espacial, ambiental, social, econômica, estética, simbólica, histórica, etnográfica, funcional, institucional e legal; além de serem propostas as poligonais de tombamento e entorno. Aponta a possibilidade de setorização segundo aspectos específicos de cada área.
2005	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Site.	Plano de Preservação: Sítio Histórico Urbano <sup>3</sup> [PPSH]	Proposta de instrumento de natureza urbanística e de caráter normativo, destinada ao desenvolvimento de ações de preservação em sítios urbanos tombados.	Instrumenta a leitura do sítio urbano a partir das dimensões normativa, estratégico-operacional e avaliadora. Trata a questão do diagnóstico da área de interesse patrimonial a partir da análise do sítio histórico, da análise da sua dinâmica urbana, e da análise das tendências de desenvolvimento urbano.
2007	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Site.	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão [SICG]	Proposta de instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural.	Aborda a construção de normas de preservação a partir de fichas dos módulos: Gestão, Conhecimento e Cadastro. Trata a questão do sítio urbano com base nos dois primeiros módulos, tendo por referência fichas relacionadas à proteção existente, à pré-setorização, a caracterização dos setores e a averiguação e proposição local.
16 ago. 2010	Arquivo do Escritório Técnico II – Serro. Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Arquivo Administrativo.	Memorando nº 030/10 GAB/DEPAM Circular	Normatização de áreas tombadas.	Propõe a análise do sítio a partir de inventários mais sucintos, com base no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, e indicações normativas que envolvem ordenamento territorial, edificações, sistema viário, regime de uso do solo, ações de gestão e planejamento.
02 ago. 2011	Arquivo do Escritório Técnico II – Serro. Superintendência do Iphan em Minas Gerais. Arquivo Administrativo.	Nota técnica: 001/2011/DEPAM [Memorando nº 021/11/GAB/DEPAM Circular	Estabelece procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados.	Indica que a área de entorno não requer análise acerca de valores a ela atribuídos, pois os valores a considerar são os atribuídos ao bem tombado, portanto, o enfoque dos estudos para delimitação do entorno devem sempre se relacionar ao bem tombado [relações espaciais, visuais, implantação, relação com os imóveis vizinhos, relação com o ambiente natural, acessos, manifestações de natureza imaterial diretamente relacionadas ao bem protegido].

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, nov. 2014. Fonte: Arquivos Iphan, conforme localização indicada.

<sup>3</sup> Criado pela Portaria nº 299, de 06 jul. 2004. Ainda que tenha sido reconhecido em norma apenas em 2004, foram desenvolvidas versões preliminares do plano, como em 2001 e 2003. O PPSH foi formulado no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – URBIS.

## APÊNDICE E

### QUADRO-SÍNTESE DA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA NOS ARQUIVOS DA SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRO E DO ARQUIVO HISTÓRICO GENERAL CARNEIRO REFERENTE À LEGISLAÇÃO MUNICIPAL<sup>1</sup>

Data	Documento	Princípios gerais	Aspectos urbanos	Aspectos arquitetônicos
1925	Lei nº 202/25, 23 jan. 1925	Estabelece normas para uso e ocupação do solo.	Não propostos.	Estabelece a execução de prédios, muros e gradis no alinhamento das ruas. Para edificações com recuo, fica obrigada a execução de vedação no alinhamento, com jardim frontal. Estabelece pé-direito mínimo de 3,5m; com pé-direito de 3,0m no pavimento superior, para edificações com dois pavimentos. Estabelece implantação de edificações térreas no mínimo 0,22cm acima do nível da via. Estabelece muros de divisa com, no mínimo, 2,0m de altura.
1979	Lei nº 349/79, 01 fev. 1979	Estabelece normas sobre aberturas de ruas, logradouros públicos e loteamentos de terrenos, uso e ocupação do solo e dá outras providências.	Estabelece distância mínima de 1.000m entre bairros novos /loteamentos e o conjunto tombado. Classifica as vias: a. Residências: 9,0-12,0m largura; b. Avenidas: acima 18,0m; Principais: acima 18,0m; e Secundárias: acima 12,0m. Autoriza parcelamento, pela Prefeitura, de pequenas manchas de terreno não ocupadas e já constantes da malha da cidade, em condições semelhantes ao seu entorno.	Obriga a manutenção, nas novas construções, da tipologia externa da arquitetura tradicional (tipo barroco). Veda modificações arquitetônicas no conjunto tradicional, que deve ser separado de partes novas por faixas de arborização. Limita a dois pavimentos a edificação em bairros novos, com afastamento frontal mínimo de 3,0m.
1985	Lei nº 562/85, 27 fev. 1985	Institui o Código de Obras do Município de Serro.	Veda o parcelamento de terrenos considerados impróprios para habitação, que prejudiquem reservar florestais, em terrenos baixos e alagadiços sujeitos a inundação, sem prévio aterramento e execução de obras de drenagem. Veda o aterramento de cursos d'água sem prévia autorização da Prefeitura Municipal.	Estabelece composição livre de fachadas, exceto conjunto tombado. Estabelece afastamento frontal mínimo de 3,0m; exceto prédios industriais, que passa a 5,0m. Limita a cinco pavimentos as novas edificações. Estabelece Taxa de Ocupação de 60%, para edificações residenciais; e 90%, comerciais e industriais. Estabelece Índice de Utilização (possivelmente, Coeficiente de Aproveitamento) igual a 6,0 para edificações comerciais; e 4,0, edifícios de habitação coletiva.

<sup>1</sup> Por meio da Lei nº 19/67, de 24 de abril de 1967, instituiu-se, ainda, outro Código de Obras Municipais, que não foi localizado. A esse respeito ver Leis Municipais. De 15/10/1966 a 24/11/1969. Livro nº 5-A, fls. 30 verso.

<b>2007</b>	<b>Lei Complementar Nº 075/2007,</b> 06 ago. 2007	Institui o Plano Diretor do Município de Serro, nos termos do capítulo III da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.	Estabelece o macrozoneamento territorial: Zona Urbana, Zona Rural, e Zonas Urbanas Especiais. Estabelece o macrozoneamento urbano: Zona de Preservação Cultural, ZPC; Zona Verde e de Entorno para a Preservação Cultural, ZVE; Zona de Ocupação Controlada, ZOC; Zona de Domínio da Estrada Real, ZER; Zona de Expansão Urbana, ZEU; e Zona de Especial Interesse Social, ZEIS. Estabelece a manutenção da relação de áreas edificadas e não edificadas, a morfologia urbana e o traçado dos logradouros da ZPC.	Estabelece a manutenção das tipologias arquitetônicas no acervo da ZPC. Estabelece Taxa de Ocupação de 60% para ZPC;
<b>2014</b>	<b>Lei Complementar Nº 137/2014,</b> 24 jun. 2014	Estabelece normas gerais para o parcelamento do solo urbano no município de Serro e dá outras providências.	Estabelece os índices constantes do Plano Diretor do Município de Serro, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e demais leis específicas como normas sobre uso e ocupação do solo urbano. Estabelece área mínima dos lotes: 125,0 m <sup>2</sup> , uso habitacional, exceto áreas de interesse social; 800,0m <sup>2</sup> , industrial.	Não se aplica.
<b>2014</b>	<b>Lei Complementar Nº 138/2014,</b> 24 jun. 2014	Institui o código de obras e edificações do município de Serro e dá outras providências.	Não se aplica.	Estabelece parâmetros para apresentação e aprovação de intervenções; para execução da obra; e normas para dimensionamentos e características construtivas.

Elaborado por Kelly Diniz de Souza, jan. 2015. Fonte: Prefeitura Municipal de Serro. Secretaria Geral do Município de Serro. Leis Municipais. Escritório Técnico do Iphan em Serro. Arquivo Histórico General Carneiro. Arquivos do Senado da Câmara.

## APÊNDICE F

### DESCRIÇÃO DAS POLIGONAIS DE TOMBAMENTO E DE ENTORNO

O SÍTIO TOMBADO está conformado por poligonal de proteção que se inicia na divisa posterior das edificações nº 144 da praça Pedro Lessa e nº 06 da rua Barão de Diamantina, onde se localiza o Ponto P1; segue em sentido sudeste, depois nordeste, até o cruzamento da rua Chácara do Coqueiro com o córrego Quatro Vinténs, Ponto P2; daí percorre o eixo do mesmo córrego até o encontro com a divisa posterior da edificação nº 159 da praça Adelardo Miranda, Ponto P3; de onde a poligonal inflete em sentido norte até o cruzamento com o eixo da rua Arco-Íris, Ponto P4; percorre este eixo em sentido leste até o cruzamento com o eixo da rua Lua de Prata, Ponto P5; segue este eixo até o cruzamento com a divisa lateral da edificação nº 108 da mesma via, Ponto P6; de onde inflete em sentido leste, depois norte e leste, até o encontro com o córrego do Lucas, Ponto P7; inflete em sentido norte e percorre o eixo do mesmo córrego, até o encontro com a divisa lateral da edificação nº 171 da rua General Pedra, Ponto P8; inflete em sentido leste, depois sul, até a divisa posterior da Igreja de Bom Jesus do Matozinhos, Ponto P9; de onde inflete para o sentido leste até a divisa lateral do Museu Casa dos Ottoni, Ponto P10; contorna os limites laterais e de fundo do Museu, inflete em sentido sul e segue pelos fundos das edificações da praça Cristiano Ottoni e ladeira da Matriz, até o córrego do Lucas, Ponto P11; prossegue pelo eixo do mesmo córrego, em sentido geral sudeste, até a interseção com a avenida Dom José Pedro Costa, em local denominado Ponte do Lucas, Ponto P12; de onde inflete sentido geral oeste e percorre a divisa posterior das edificações do beco dos Velhacos até o cruzamento com a rua Muriti, Ponto P13; segue pela lateral da edificação nº 200 da mesma via, inflete em sentido geral oeste e percorre a divisa posterior das edificações da rua Muriti, avenida da Saudade e rua Padre Joviano, até o cruzamento com o eixo da rua do Leiteiro, Ponto P14; de onde percorre o eixo da travessa do Leiteiro, inflete em sentido norte até a divisa lateral da edificação nº 21 da rua Deputado Augusto Clementino, Ponto P15; inflete em sentido geral oeste e percorre a divisa posterior das edificações da rua Sinval Lins e praça Pedro Lessa, de onde inflete em sentido nordeste e percorre a divisa posterior da Escola Estadual Joaquim Salles até o Ponto P1, fechando a poligonal.

O ENTORNO está conformado por poligonal que se inicia no cruzamento da rua Chácara do Coqueiro com o córrego Quatro Vinténs, Ponto E1; segue pelo mesmo córrego, até a interseção com a linha divisória do bairro Bota Vira, Ponto E2; inflete em sentido geral nordeste, depois sudeste, ao longo das divisas dos bairros Bota Vira, Morro da Páscoa, Morro do Bicentenário e Morro do Vigário, até encontrar com o córrego do Lucas, Ponto E3; de onde inflete em sentido noroeste, até a rua Vânia

Tolentino Pires, Ponto E4; segue em sentido norte, depois nordeste, noroeste e sudoeste e percorre os fundos das edificações da ladeira da Matriz e praça Cristiano Ottoni até a lateral da Igreja do Bom Jesus do Matozinhos, Ponto E5; daí inflete em sentido oeste e percorre a divisa posterior da mesma igreja até o Ponto E6; inflete em sentido norte, depois oeste e segue pela divisa posterior das edificações da rua General Pedra até o cruzamento com o córrego do Lucas, Ponto E7; inflete em sentido sul e segue até a divisa da Casa de Caridade Santa Tereza, Ponto E8; percorre a divisa do referido imóvel e inflete em sentido sudoeste, até o cruzamento com o eixo da rua Lua de Prata, Ponto E9; segue o eixo da mesma via até sua interseção com a rua Arco-Íris, Ponto E10; percorre o eixo da via, até a divisa posterior da edificação nº 171 da praça Adelardo Miranda, Ponto E11; inflete em sentido sul, até a divisa posterior da edificação nº 159 da praça Adelardo Miranda, Ponto E12; inflete em sentido oeste e segue o eixo do córrego Quatro Vinténs até sua interseção com a rua Chácara do Coqueiro, Ponto E13; inflete em sentido sudoeste e noroeste, até a divisa posterior entre as edificações nº 144 da praça Pedro Lessa e nº 06 da rua Barão de Diamantina, Ponto E14; inflete em sentido sul, depois sudeste e percorre a divisa posterior das edificações da praça Pedro Lessa e rua Sinval Lins até a divisa lateral da edificação nº 21 da rua Deputado Augusto Clementino, Ponto E15; inflete em sentido sul, depois leste e segue o eixo da travessa do Leiteiro até o cruzamento com a rua do Leiteiro, ponto E16; de onde inflete em sentido geral sudoeste e percorre a linha divisória dos bairros Leiteiro e Machadinho, até o cruzamento dos eixos das ruas Sergipe e Piauí, Ponto E17; inflete em sentido nordeste, depois noroeste e oeste e percorre o eixo das ruas Piauí e Ceará até a interseção com a rua Goiás, Ponto E18; de onde inflete em sentido sudoeste, ao longo do eixo da rua Mato Grosso do Sul, até o cruzamento com a rua Minas Gerais, Ponto E19; inflete em sentido geral norte e segue até a interseção com a rua Barbatimão, Ponto E20; inflete em sentido sudoeste até o cruzamento com a rua Sibipuruna, Ponto E21; inflete em sentido geral oeste até o cruzamento com o eixo do beco das Perubas, Ponto E22; de onde inflete em sentido norte, depois oeste, até o cruzamento com a MG-259, Ponto E23; inflete em sentido oeste e percorre o eixo da mesma via até a interseção com o eixo da quadra conformada pelas ruas Embaúba e Angico, Ponto E24; inflete em sentido norte e percorre o eixo da mesma quadra e as divisas laterais das edificações nº 109 da rua Pouso Alto e nº 115 da rua Efigênio Salles, até o cruzamento com o eixo desta mesma via, Ponto E25; inflete em sentido oeste até a interseção com a rua Nossa Senhora de Fátima, Ponto E26; de onde inflete em sentido geral norte até o cruzamento com a rua Coronel João Lemos, Ponto E27; inflete em sentido nordeste, depois sudeste e percorre a divisa posterior das edificações da rua da Prata, e o eixo do córrego Quatro Vinténs até o Ponto E1, fechando a poligonal.

# ANEXO A

## TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO IPHAN

### A criação do Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1946)

Direção: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967)

- 1937** Lei nº 378, de 13 jan. 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MÊS), criando o Sphan em sua estrutura.  
Decreto-Lei nº 25, de 30 nov. 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

### A transformação em Dphan – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946-1970)

Direção: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967)  
Renato Soeiro (1967-1979)

- 1946** Decreto-Lei nº 8.534, de 02 jan. 1946. Transforma o Sphan em Dphan e institui distritos descentralizados.  
Distritos descentralizados: 1º Distrito – Pernambuco (sede), Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas; 2º Distrito – Bahia (sede) e Sergipe; 3º Distrito – Minas Gerais; e 4º Distrito – São Paulo (sede), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.  
Decreto-Lei nº 20.303, de 02 jan. 1946. Regulamenta o Decreto-Lei nº 8.534, mantendo o órgão subordinado ao MÊS.  
Estrutura: Gabinete do Diretor Geral; Divisão de Estudos e Tombamento (Seção de Artes e Seção de História); Diretoria de Conservação e Restauração (Seção de Projetos e Seção de Obras); Distritos; Serviço Auxiliar; Museu da Inconfidência; Museu das Missões e Museu do Ouro.
- 1953** Lei nº 1.920, de 25 jul. 1953. Cria o Ministério da Saúde, passando o MES a Ministério da Educação e Cultura (MEC), órgão ao qual a Dphan passa a ser subordinada.
- 1954** Lei nº 2.200, de 12 abr. 1954. Modifica a estrutura da Dphan.  
Estrutura: Gabinete; Divisão de Estudos e Tombamento; Divisão de Conservação e Restauração; Distritos; Serviço Auxiliar; Museu da Inconfidência; Museu das Missões; Museu do Ouro e Museu do Diamante.

### A mudança para Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970-1979)

Direção: Renato Soeiro (1967-1979)

- 1970** Decreto nº 66.976, de 27 jul. 1970. Altera o nome do órgão para Iphan, e o transforma em órgão autônomo da administração direta.
- 1971** Decreto nº 68.527, de 19 abr. 1971. Modifica a estrutura do Iphan.  
Estrutura: Gabinete; Divisão de Estudos e Tombamento; Divisão de Conservação e Restauração; Distritos; Serviço Auxiliar; Museu da Inconfidência; Museu das Missões; Museu do Ouro; Museu do Diamante e Parque Histórico Nacional dos Guararapes.
- 1976** Portaria nº 230, de 26 mar. 1976. Modifica a estrutura e a competência do Iphan. Altera a denominação dos Distritos em Diretorias Regionais (DR) e amplia as unidades.  
Estrutura: Conselho Consultivo; Coordenadoria de Planejamento; Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento; Divisão de Conservação e Restauração; Divisão de Museus e de Difusão Cultural; Divisão de Arqueologia; Divisão de Pessoal; Divisão de Execução Orçamentária e Financeira; Divisão de Serviços Gerais; Diretorias Regionais; e Museus e Casas Históricas.  
Unidades descentralizadas: 1ª DR – Amazonas, Acre, Pará, Amapá e Roraima; 2ª DR – Maranhão, Piauí e Ceará; 3ª DR – Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Território de Fernando de Noronha; 4ª DR – Bahia e Sergipe; 5ª DR – Rio de Janeiro e Espírito Santo; 6ª DR – Minas Gerais; 7ª DR – Distrito Federal, Mato Grosso e Rondônia; 8ª DR – São Paulo e Paraná; e 9ª DR – Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

### **A Sphan – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional pró-Memória (1979-1981)**

Direção: Aloísio Sérgio de Magalhães (1979-1982)

**1979** Decreto nº 89.198, de 13 nov. 1979. Extingue o Iphan, e cria a Sphan (Secretaria).  
Lei nº 6.757, de 17 dez. 1979. Cria a Fundação Nacional pró-Memória.

### **A Sphan – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1981-1985)**

Direção: Aloísio Sérgio de Magalhães (1979-1982)  
Irapoan Cavalcanti Lyra (1982-1985)

**1981** Portaria nº 274, de 10 abr. 1981. Cria a Secretaria de Cultura, como órgão central de direção superior do MEC e extingue a Sphan.

Portaria nº 383, de 10 jun. 1981. Aprova o regimento interno da Secretaria de Cultura, confirmando a extinção da Sphan. Na estrutura da nova Secretaria de Cultura, surge pela primeira vez a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan).

**1982** Portaria. Amplia as unidades descentralizadas da Sphan.

Unidades descentralizadas: 1ª DR – Amazonas, Acre, Pará, Amapá e Roraima; 2ª DR – Maranhão e Piauí; 3ª DR – Ceará e Rio Grande do Norte; 4ª DR – Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Território de Fernando de Noronha; 5ª DR – Bahia e Sergipe; 6ª DR – Rio de Janeiro e Espírito Santo; 7ª DR – Minas Gerais; 8ª DR – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia; 9ª DR – São Paulo e Paraná; e 10ª DR – Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

### **A nova Sphan – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1985-1990)**

Direção: Ângelo Oswaldo de Araújo Santos (1985-1987)  
Oswaldo José de Campos Melo (1987-1988)  
Augusto Carlos da Silva Telles (1988-1989)  
Ítalo Campofiorito (1989-1990)

**1985** Decreto nº 91.144, de 15 mar. 1985. Cria o Ministério da Cultura (MinC) e dispõe sobre sua estrutura.

Portaria nº 48, de 18 jul. 1985. Extingue a Secretaria de Cultura e transforma a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) na nova Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan).

**1986** Decreto nº 92.489, de 24 mar. 1986. Confirma a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como órgão da administração direta, subordinado ao MinC.

Portaria nº 284, de 17 jul. 1986. Dá nova estrutura a Sphan.

Estrutura: Conselho Consultivo; Gabinete do Secretário; Consultoria Técnica; Coordenadoria de Proteção; Coordenadoria de Conservação; Coordenadoria Jurídica; Coordenadoria de Registro e Documentação; Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus; Coordenadoria de Arqueologia; Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira; e Diretorias Regionais.

**1989** Portaria MEC nº 168, de 11 jan. 1989. Amplia as unidades descentralizadas da Sphan (Já ampliada em Portaria Sphan, de 24 jul. 1986, que criou a 11ª DR).

Unidades descentralizadas: 1ª DR – Pará e Amapá; 2ª DR – Maranhão e Piauí; 3ª DR – Ceará e Rio Grande do Norte; 4ª DR – Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Território de Fernando de Noronha; 5ª DR – Bahia; 6ª DR – Rio de Janeiro e Espírito Santo; 7ª DR – Minas Gerais; 8ª DR – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia; 9ª DR – São Paulo e Paraná; e 10ª DR – Rio Grande do Sul; 11ª DR – Amazonas, Acre e Roraima; 12ª DR – Santa Catarina; e 13ª DR – Sergipe.

### **O IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990-1994)**

Direção: Lélia Gontijo Soares (1990-1991)  
Jayme Zettel (1991-1993)  
Francisco Manoel Melo Franco (1993-1994)

**1990** Medida Provisória nº 151, convertida na Lei nº 8.029, de 12 abr. 1990. Extingue a Fundação Nacional pró-Memória, e autoriza a constituição do IBPC.

Portaria IBPC nº 16, de 19 dez. 1990. Transforma as Diretorias Regionais em Coordenadorias Regionais (CR), sem mudanças significativas na composição das coordenadorias.

**1991** Portaria IBPC. Altera a jurisdição das CRs.

Unidades descentralizadas: 1ª CR – Amazonas, Acre e Roraima; 2ª CR – Pará e Amapá; 3ª CR – Maranhão, Piauí e Tocantins; 4ª CR – Ceará e Rio Grande do Norte; 5ª CR – Pernambuco, Paraíba e Território de Fernando de Noronha; 6ª CR – Rio de Janeiro e Espírito Santo; 7ª CR – Bahia; 8ª CR – Alagoas e Sergipe; 9ª CR – São Paulo; 10ª CR – Paraná e Mato Grosso do Sul; 11ª CR – Santa Catarina; 12ª CR – Rio Grande do Sul; 13ª CR – Minas Gerais; 14ª CR – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Rondônia.

## O Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no lugar do IBPC (1994-atual)

Direção: Glauco de Oliveira Campello (1994-1999)  
Carlos Henrique Heck (1999-2003)  
Maria Elisa Costa (2003-2004)  
Antônio Augusto Arantes (2004-2006)  
Luiz Fernando de Almeida (2006-2012)  
Jurema de Sousa Machado (2012- ...)

- 1994** Medida Provisória nº 610, de 08 set. 1994. Transforma o IBPC em Iphan.
- 2002** Portaria Iphan nº 67, de 08 abr. 2002. Altera a denominação das CRs para Superintendências Regionais e suas jurisdições.
- 2003** Decreto nº 4.811, de 19 ago. 2003. Aprova a nova estrutura organizacional do Iphan.  
Estrutura: Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; Assessoria de Promoção do Patrimônio Cultural; Departamento de Planejamento e Administração; Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação de Bens Culturais; Departamento de Museus e Centros Culturais; Superintendências Regionais; e Unidades Especiais (museus e centros culturais).  
Portaria Iphan nº 357, de 13 nov. 2003. Altera jurisdição da 9ª SR, transferindo o estado do Mato Grosso do Sul para a 14ª SR. Demais alterações a partir da Portaria Iphan nº 67, de 08 abr. 2002.  
Unidades descentralizadas: 1ª SR – Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia; 2ª SR – Pará e Amapá; 3ª SR – Maranhão; 4ª SR – Ceará e Piauí; 5ª SR – Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Território de Fernando de Noronha; 6ª SR – Rio de Janeiro e Espírito Santo; 7ª SR – Bahia; 8ª SR – Alagoas e Sergipe; 9ª SR – São Paulo e Mato Grosso do Sul; 10ª SR – Paraná; 11ª SR – Santa Catarina; 12ª SR – Rio Grande do Sul; 13ª SR – Minas Gerais; 14ª SR – Goiás, Mato Grosso e Tocantins; 15ª SR – Distrito Federal.
- 2004** Decreto nº 5.040, de 07 abr. 2004. Revoga o Decreto nº 4.811, de 19 ago. 2003 e dá nova estrutura ao Iphan.  
Estrutura: Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; Departamento de Planejamento e Administração; Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial; Departamento de Museus e Centros Culturais; Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural; Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência; Superintendências Regionais; e Unidades Especiais (museus e centros culturais).  
Unidades descentralizadas: 1ª SR – Amazonas e Roraima; 2ª SR – Pará e Amapá; 3ª SR – Maranhão; 4ª SR – Ceará; 5ª SR – Pernambuco e Território de Fernando de Noronha; 6ª SR – Rio de Janeiro; 7ª SR – Bahia; 8ª SR – Sergipe; 9ª SR – São Paulo; 10ª SR – Paraná; 11ª SR – Santa Catarina; 12ª SR – Rio Grande do Sul; 13ª SR – Minas Gerais; 14ª SR – Goiás, Mato Grosso e Tocantins; 15ª SR – Distrito Federal; 16ª SR – Acre e Rondônia; 17ª SR – Alagoas; 18ª SR – Mato Grosso do Sul; 19ª SR – Piauí; 20ª SR – Paraíba e Rio Grande do Norte; 21ª SR – Espírito Santo.
- 2009** Lei nº 11.906, de 20 jan. 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, sucedendo o Departamento de Museus e Centros Culturais, que deixa a estrutura do Iphan.  
Decreto nº 6.844, de 07 mai. 2009. Aprova a nova estrutura regimental do Iphan.  
Estrutura: I) Órgãos colegiados – Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; e Comitê Gestor. II) Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete. III) Órgãos seccionais: Procuradoria Federal; Auditoria Interna; e Departamento de Planejamento e Administração. IV) Órgãos específicos singulares: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial; e Departamento de Articulação e Fomento. V) Órgãos descentralizados: Superintendências Estaduais; e Unidades Especiais (Centro Nacional de Arqueologia; Centro Cultural Sítio Roberto Burle Max; Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular; e Centro Cultural Paço Imperial).
- 2012** Portaria nº 92, de 05 jul. 2012. Aprova o novo regimento interno do Iphan.  
Estrutura: I) Órgãos colegiados – Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; e Comitê Gestor. II) Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente: Chefia de Gabinete; Coordenação do Gabinete; Divisão de Apoio Administrativo; e Assessoria da Presidência. III) Órgãos seccionais: Procuradoria Federal; Auditoria Interna; e Departamento de Planejamento e Administração. IV) Órgãos Específicos Singulares: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial; e Departamento de Articulação e Fomento. V) Órgãos Descentralizados: Superintendências; e Unidades Especiais (Centro Nacional de Arqueologia; Centro Cultural Sítio Roberto Burle Max; Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular; e Centro Cultural Paço Imperial).  
Órgãos descentralizados/Superintendências: Iphan-AC; Iphan-AL; Iphan-AP; Iphan-AM; Iphan-BA; Iphan-CE; Iphan-DF; Iphan-ES; Iphan-GO; Iphan-MA; Iphan-MG; Iphan-MT; Iphan-MS; Iphan-PA; Iphan-PB; Iphan-PR; Iphan-PE; Iphan-PI; Iphan-RJ; Iphan-RN; Iphan-RS; Iphan-RO; Iphan-RR; Iphan-SC; Iphan-SP; Iphan-SE; Iphan-TO.

Fonte: LIMA, Francisca Helena Barbosa; POPE, Zulmira Canário (org.). *Programa de Gestão Documental do IPHAN*. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. 5. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.